

MARCELLA LOPES GUIMARÃES

**ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES DE MONARCA NAS *CRÔNICAS*
DE FERNÃO LOPES (SÉCULOS XIV E XV)
O espelho do rei: "- Decifra-me e te devoro"**

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes Frighetto

CURITIBA

2004




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

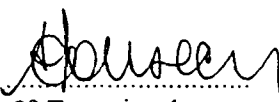
PARECER

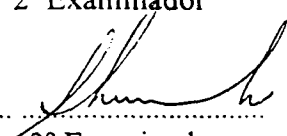
Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Tese do(a) candidato(a) **Marcella Lopes Guimarães**, sob o título "Estudo das Representações de Monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (Séc. XIV e XV) – O espelho do rei: "Decifra-me e te devoro"", para obtenção do grau de **Doutor em História** após haver realizado a atribuição de notas, são de Parecer pela **APROVAÇÃO** sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **DOCTOR EM HISTÓRIA**.

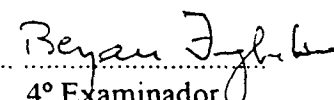
Curitiba, 22 de abril de 2004

Prof. Dr. 
Presidente

Prof. Dr. 
1º Examinador

Prof. Dr. 
2º Examinador

Prof. Dr. 
3º Examinador

Prof. Dr. 
4º Examinador

- *Que estranha situação descreves, e que estranhos prisioneiros !*
 - *Como nós outros.*
- (Platão, República, Livro VII)

A perspectiva é um dos componentes da realidade. Ela não a deforma, mas a organiza.
(Ortega y Gasset)

*Ao Helder, inspiração desse texto
e ao Luiz, inspiração de todos os
dias, o mais permanente do meu
melhor.*

*“Gostar é a melhor maneira de
ter” (José Saramago)*

*À minha mãe Maria, por me ter
desvendado os sentidos do olhar;
Ao meu pai Paulo, pela coragem
de recomeçar;
À minha irmã Krika, que nasceu
“com o grau exacto de inclinação
do riso” (Inês Pedrosa).*

*À minha orientadora Fátima, pelo
caminho novo, a História;
Aos meus amigos (não teria
espaço para nomeá-los todos),
pela paciência para ouvir lamúrias
infundáveis...*

O meu amor e a minha gratidão.

SUMÁRIO

A) DEDICATÓRIA	p.III
B) AGRADECIMENTOS.....	p.IV
C) RESUMO.....	p.VI
D) ABSTRACT.....	p.VII
E) RÉSUMÉ.....	p.VIII
F) ÍNDICE DE ABREVIACÕES UTILIZADAS.....	p.IX
1) INTRODUÇÃO.....	p.1
2) DESENVOLVIMENTO:.....	p.12
2.1) ABRINDO A TRAMA.....	p.12
2.2) AMBIENTE CULTURAL.....	p.40
2.2.1) O HOMEM DE SABER.....	p.40
2.2.2) FERNÃO LOPES – LEITOR DA ÍNCLITA GERAÇÃO.....	p.57
2.3) O UNIVERSO DAS CRÔNICAS: ESTUDO DOS PERFIS E DAS INTERAÇÕES SOCIAIS.....	p.79
2.3.1) D. Pedro I: “herói de epopéia bárbara”.....	p.85
2.3.2) D. Fernando: “comigo me desavim”.....	p.117
2.3.3) D. João I: de “Mexias” a Rei.....	p.160
2.3.4) Posfácio às crônicas de Fernão Lopes.....	p.227
2.4) O FIM DA “SÉTIMA IDADE”.....	p.235
3) CONCLUSÃO.....	p.248
4) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.259
5) APÊNDICE.....	p.268
6) ANEXOS.....	p.272

C) RESUMO

A presente Tese analisa as representações de monarca construídas ao longo das crônicas do português Fernão Lopes (1385 – 1460), a saber: na **Crônica de D. Pedro**, na **Crônica de D. Fernando** e na **Crônica de D. João I**. O cronista recebeu a incumbência de historiar a monarquia portuguesa depois da mudança dinástica que elevou D. João I, Mestre de Avis; foi D. Duarte, filho desse monarca que nomeou Fernão Lopes. Como homem de saber, Fernão Lopes teve acesso a documentos oficiais guardados na Torre do Tombo, da qual era Guarda Mor; também leu as obras escritas pelos seus protetores, a Ínclita Geração, e assistiu à derrocada do infante Pedro, Duque de Coimbra, ao mesmo tempo em que era afastado do seu cargo. Esse texto sustenta que o afastamento do cronista pode estar ligado à recepção das suas representações de monarca, levadas a efeito pela geração dos “Painéis de São Vicente de Fora”, ou seja pela geração do rei Afonso V. Nas duas primeiras crônicas de Fernão Lopes e no primeiro volume da **Crônica de D. João I**, fica evidente que a governação está ligada à harmonia entre os corpos do Rei, mas no segundo volume da crônica citada e na **Crônica da Tomada de Ceuta**, sua continuação, mas já com nova autoria, o rei se afirma como potência que independe da vontade dos povos urbanos. No nível das representações autorizadas, das quais fazem parte as crônicas históricas, Fernão Lopes desenhou um novo rei, D. João I, ainda que seu texto “incomode” por elogiar a participação dos povos.

Palavras-chave: Fernão Lopes; representações; rei; corpo místico; recepção.

D) ABSTRACT

The present thesis analyses the representations of monarch constructed along the chronicles written by the Portuguese author Fernão Lopes (1385-1460) such as: the "Crônica de D. Pedro", and the "Crônica de D. Fernando" as well as the "Crônica de D. João I". The chronicler was duty-bound to recount the Portuguese monarchy after the dynastic change which made D. João I, "Mestre de Avis"; it was D. Duarte, this monarch's son who nominated Fernão Lopes. As a man of knowledge, Fernão Lopes had access to official documents which were kept in the Tombo Tower where he was the "Guarda-Mor"; he also read the works written by his protectors, the "Ínciita Geração", and observed the downfall of infant Pedro, Duke of Coimbra, at the same time in which he was removed from his charge. This text supports the idea that the removal of the chronicler may be connected to reception of his representations of monarch, put into effect by the generation of the "Painéis de São Vicente de Fora", that is, by the generation of the king Afonso V. In the first two chronicles by Fernão Lopes and in the first volume of the "Crônica de D. João I", it is evident that the governing is connected to the harmony between the bodies of the king, although in the second volume of the quoted chronicle and in the "Crônica da Tomada de Ceuta", its continuation, but yet with a new authorship, the king asserts himself as power that is independent of the will of urban peoples. At the level of the authorized representations, of which the historical chronicles are part, Fernão Lopes designed a new king, D. João I, even though his text "bothers" as it praises the participation of peoples.

Key words: Fernão Lopes; representations; king; mystical body, reception.

E) RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les représentations de monarque construites au long des chroniques du portugais Fernão Lopes (1385 – 1460) : "**Crônica de D. Pedro**, **Crônica de D. Fernando** et **Crônica de D. João I**". Le chroniqueur a été chargé par D. Duarte de rapporter l'histoire de la monarchie portugaise après le changement dynastique qui a élevé son père, D. João I, "Mestre de Avis". Comme homme de savoir, Fernão Lopes a eu accès à des documents officiels gardés dans la "Torre do Tombo", dont il était "Guarda Mor", ainsi qu'à la lecture des oeuvres écrites par ses protecteurs : "Ínclita Geração". Il témoigne la défaite de l'infant Pedro, Duque de Coimbra, au même temps qu'il était, lui-même, écarté de son poste. Ce texte soutient que cet écartement du chroniqueur peut être lié à la réception de ses représentations de monarque, apportées par la génération des "Painéis de São Vicente de Fora", c'est-à-dire par la génération du roi Afonso V. Dans les deux premières chroniques de Fernão Lopes et dans le premier volume de la **Crônica de D. João I**, c'est évident que la manière de gouverner est liée à l'harmonie entre les corps du Roi, mais dans son deuxième volume, ainsi que dans la **Crônica da Tomada de Ceuta**, sa continuation écrite par un nouvel auteur, le roi se présente comme une puissance indépendante de la volonté des peuples urbains. Dans le niveau des représentations autorisées, auxquelles font partie les chroniques historiques, Fernão Lopes a dessiné un nouveau roi, D. João I, même si son texte « dérange », en faisant l'éloge de la participation des peuples.

Mots-clés : Fernão Lopes ; représentations ; roi ; corps mystiques ; réception.

F) ÍNDICE DE ABREVIACÕES UTILIZADAS:

CDP – CRÔNICA DE D. PEDRO

CDF – CRÔNICA DE D. FERNANDO

CDJ, I – CRÔNICA DE D. JOÃO I, 1^o VOLUME

CDJ, II – CRÔNICA DE D. JOÃO I, 2^o VOLUME

CDPyDH – CRÓNICA DEL REY D. PEDRO Y DEL REY D. HENRIQUE SU

HERMANO HIJOS DEL REY D. ALFONSO ONCENO

LC – LEAL CONSELHEIRO

VB – VIRTUOSA BENFEITORIA

CTC – CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA

1) INTRODUÇÃO

Porque todo o principal fim dos autores historiadores está no recontamento das virtuosas pessoas, porque a sua clara memória, por nenhum prolongamento de idade possa ser afastada de ante os presentes (...)
(Capítulo 38 da *Crônica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara).

A lição registrada no trecho acima revela a aprendizagem de um ofício – escrever crônicas. Impedir que o tempo apague da memória dos homens os feitos ilustres de notáveis pessoas; o fim que se eleva é também didático, os homens precisam de modelos. O cronista português Fernão Lopes (1385 – 1460) foi o mestre do autor da epígrafe acima.

Idealizador do Método Estético-Recepcional, o teórico Hans Robert Jauss compreendeu qual deveria ser o papel do historiador da literatura, mas as suas contribuições podem também ser convocadas aqui, dentro de uma perspectiva essencialmente histórica, sobretudo na inspiração do método e no valor do exame do passado. Segundo Jauss, o historiador que se dedica ao exame de fontes literárias deve em primeiro lugar se fazer novamente leitor. O processo de produção da fonte e de sua recepção estética, pois tratamos de fontes também literárias, realiza-se na atualização dos textos por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico que sobre eles reflete. Na atualização, são tecidas relações que recuperam as perguntas enunciadas pela fonte primeira e são apontados novos problemas para a posteridade. Aliás, o acontecimento literário só logra continuar produzindo seu efeito na medida em que

a sua recepção se estenda pelas gerações futuras ou seja por elas retomada (imitada, sobrepujada ou refutada)¹.

A escrita da História é um exercício permanente de atualização, tal qual Jauss o concebe, o que não implica anacronismo, guarde-se a ressalva, como sugere o uso vulgar da palavra. Isto porque o processo inclui as perguntas que o historiador faz ao passado, só apreensível através da fonte, e, através dela, ou melhor do olhar que ele lança sobre ela, aponta os problemas, a maior parte das vezes, e as soluções possíveis mas necessariamente limitadas pela maior distância que se interpõe entre o historiador e o seu objeto. O leigo olha para o passado talvez como coisa acabada, o historiador deve olhá-lo como caixa de ressonância para a compreensão do presente. Na oportunidade do lançamento do seu **São Francisco de Assis** no Brasil, Jacques Le Goff deixou clara uma concepção muito semelhante a esta quando reafirmou a natureza do seu envolvimento com o passado – “me considero e me sinto um homem do século 21 e, (...) o interesse principal do passado que estudo é o de esclarecer o tempo presente”². Eric Hobsbawm, refletindo sobre o “sentido do passado”, também afirmou a sua importância para leigos e para o historiador:

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações³

¹ JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Ática, 1994. p.26.

² O ESTADO DE SÃO PAULO, Caderno 2 – Cultura, Domingo, 3 de junho de 2001.

³ HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.22.

Uma tese sobre Idade Média escrita no Brasil carrega as suas marcas de atualização, para concluir esta inspiração que pode parecer extrapolação terminológica. Somos um país formado pelo encontro com a diferença, a carta de Pero Vaz de Caminha registra a surpresa e uma forma de lidar com ela – “amdam nuus sem nhu~ua cobertura. nem estimam nhu~ua coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas. e estam acerqua disso com tamta jnocencia como teem em mostrar o rrosto”⁴. A inocência pressentida e a surpresa ante um nu tão “natural”, que é na verdade cultural, é apenas um dado do discurso que vê o outro, mas não lhe dá voz, um monólogo que reconstrói o interlocutor mudo segundo os parâmetros tecidos por quem detém o discurso, segura o espelho e só vê o que deseja, ou seja que exerce o poder de dizer.

A aventura que formou o Brasil tem a sua escritura infinita da História com as suas conseqüências e antecedentes. Questionar a Idade Média portuguesa é também correr atrás dos antecedentes daquele encontro na praia, entre diferenças. O cronista português Fernão Lopes registrou a mudança dinástica que lançou a expansão, mas não deu conta dela, só o seu sucessor daria, pintando-a com as cores de uma nova Cruzada, não sem contar com a ajuda do velho cronista. Era sua a tarefa de historiar, fazer uma “história total” cujo saldo foi o legado de uma trilogia – **A Crônica de D. Pedro I, A Crônica de D. Fernando e a Crônica de D. João I**. Voz de uma tenra dinastia, Fernão Lopes conta a história do fundador de uma nova era na História da Humanidade, a “Sétima Idade”⁵, um fato memorável por si, mas parece também muito interessado nas misérias

⁴ CASTRO, Sílvio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha – o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1996. p.42.

humanas – crueldade, insensatez e hesitação. Quando contemplamos os orgulhosos infantes que aspiravam ao merecimento da cavalaria em detrimento da honra “fácil” que seu pai estava disposto a conceder-lhes, no início da **Crônica da Tomada de Ceuta**, vemos uma mudança rápida na representação do personagem histórico, protagonista do fazer cronístico, embora marcas desse outro enfoque fossem legíveis na prosa doutrinal contemporânea de Fernão Lopes.

O problema que perseguimos durante toda a pesquisa foi a relação entre o fazer cronístico de Fernão Lopes e os perfis de monarca representados na trilogia. Ora, entre esses temas indissociáveis, agitam-se séries de representações. “Para a observação histórica, o momento privilegiado é aquele onde o combate chega ao fim”⁶, no caso de Fernão Lopes, a ascensão da dinastia de Avis, e das formas de organização social de uma cultura. Trabalhamos aqui com uma fonte que conta a “história vista de cima”⁷, cuja natureza se acha afastada das fontes privilegiadas pela Nova História. Embora, nas crônicas de Fernão Lopes o protagonista seja o rei, questionamos o “caráter secundário” dos outros agentes da história, incluindo a coletividade urbana. Mais que a narrativa, perseguimos o projeto analítico, através da elaboração de uma linha particular do exame das fontes que congregasse diferentes contribuições conceituais, mais afeitas certamente à História das Mentalidades e à História Cultural.

⁵ MACEDO, Helder. GIL, Fernando. **Viagens do olhar – Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento português**. Porto: Campo das Letras, 1998. p.158.

⁶ DUBY, Georges. “História Social e ideologias das sociedades” in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976. p.138.

⁷ Peter Burke em sua síntese sobre a Nova História – **A Escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.13, aborda o “movimento da ‘história vista de baixo’” como um dos traços característicos da mudança de paradigma histórico.

Em relação à primeira, importa, entretanto, fazer uma breve ressalva. Se “a mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo”⁸, ou seja “é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum”⁹, talvez seja preciso questionar a flexão do polêmico substantivo¹⁰, encarar a dificuldade de se fazer história da mentalidade¹¹ e convocar outras categorias, como as “representações sociais”:

As Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimentos e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, freqüentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade. Fruto da vivência das contradições que permeiam o dia-a-dia dos grupos sociais e sua expressão marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos. Mas, além disso, as *Representações Sociais* possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Portanto, devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações reais da vida. Neste

⁸ LE GOFF, Jacques. “As mentalidades – uma história ambígua” in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p.69.

⁹ Idem, p.71.

¹⁰ Em recente texto – “O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e imaginário” (SIGNUN – Revista da ABREM, número 5/2003), Hilário Franco Júnior tentou resolver a ambigüidade do termo ‘mentalidade’, analisando o seu uso pelos historiadores de diferentes gerações dos Annales, desde Marc Bloc até Jacques Le Goff, e as pesquisas da neurobiologia. O autor distingue 4 traços da mentalidade: ela guarda “componentes da longa vida pré-histórica do homem” (p.76); “as emoções primitivas estão relacionadas a uma forma específica de racionalidade (...) [subjéctiva e analógica]” (p.80); “a predominância dos fatos biopsíquicos na mentalidade faz dela ‘o nível mais estável, mais imóvel das sociedades’, [por isso, o autor não concorda que ela tenha modelos]” (p.84/85) e, por fim, “sendo o conjunto de automatismos, de comportamentos espontâneos, de heranças culturais profundamente enraizadas, de sentimentos e formas de pensamento comuns a todos os indivíduos, independentemente de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais, mentalidade é a instância que abarca a totalidade humana” (p.89).

¹¹ Pois, segundo Hilário Franco Júnior, *ibidem*, “o estudioso não pode ter acesso à psicologia coletiva de um período a não ser através de fragmentos necessariamente classistas, filtrados e expressados culturalmente”, p.91.

sentido, a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas.¹²

As representações sociais se formam quando homens e mulheres encontram-se em situações de encontro com o outro, com instituições ou com a sua herança histórico-cultural, elas se originam, portanto, tanto da “capacidade criativa do psiquismo humano como nas fronteiras que a vida social impõe”¹³. As representações são formas de mediação que criam um novo mundo de significados, nem sempre são conscientes¹⁴, “são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente”¹⁵, podem conter “elementos de dominação e de resistência, (...) contradições, conflitos e conformismo”¹⁶.

O título do projeto aprovado em primeiro lugar na seleção para História na UFPR trazia duas palavras para a cena – “Intenção e Ação”. Em relação à primeira, é importante que se diga que ela não implica premeditação autoral, seu projeto é maior que o autor, por isso, todo discurso sobre Fernão Lopes que se fez aqui foi um discurso sobre a sua obra, assim como todo o discurso sobre princípios que se agitam no seu ambiente cultural foi o discurso sobre obras coevas cujos temas e conceitos, representações, enfim, ora estariam em harmonia

¹² MINAYO, Maria Cecília de Souza. “O Conceito de representações sociais dentro da Sociologia clássica” in GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.1080/109.

¹³ GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra. “Introdução” in Op. Cit., p.21.

¹⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Op. Cit. p.109.

¹⁵ JOVCHELOVITCH, Sandra. “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais” in Op. Cit., p.81.

¹⁶ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Op. Cit. p.109.

com o texto fernão-lopino, ora entrariam em choque frontal em um nível muito profundo.

Fernão Lopes assistiu aos primeiros passos da expansão, mas registrou experiências da monarquia feudal portuguesa. Trabalhamos, portanto e sobretudo, com dois contextos diferentes (segunda metade do século XIV, tempo da narrativa, e primeira metade do século XV, tempo da narração), sem esquecer que é do cronista que decide o seu olhar, portanto ele foi abordado primeiramente. Fernão Lopes conheceu conseqüências dos atos representados no seu texto, teve acesso aos documentos e fez a sua leitura como homem de saber da primeira metade do século XV. A sua leitura da segunda metade do século XIV é, portanto, uma representação decidida pela sua análise.

É preciso lembrar que o poder dos reis ganhou cores diferentes depois do processo de construção da Teocracia Papal vivido de maneira institucional entre os séculos XI e XIII. Os monarcas se afirmaram no espaço compreendido entre os Sumos Pontífices e os Imperadores. “Acuada” em meio a esses dois grandes poderes, a nobreza precisou de um árbitro identificado com ela mesma, este árbitro foi o rei, cuja atuação se moldou em duas direções, a da justiça e a da administração. Em seu longo processo de centralização do poder, a Igreja promoveu um perfil de monarca dificilmente compatível com a necessidade dos tempos: um rei que devia celebrar a paz, não ser guerreiro e que pudesse conduzir o povo à salvação¹⁷.

¹⁷ Esta elaboração começou ainda no tempo de Carlos Magno que evidentemente não adotou esta postura. Entretanto, seu filho, Luís, o Pio, por exemplo, acabou internalizando este perfil e se enfraqueceu politicamente.

Pedro I de Portugal, cujo reinado está compreendido entre 1357 e 1367, primeiro protagonista de Fernão Lopes, herdou as conquistas de poder dos reis medievais anteriores a ele em um momento em que a Teocracia Papal se viu estéril de novas argumentações, momento em que floresceram questionamentos acerca da figura e das atitudes do Papa, feitas no próprio seio da Igreja. Aliás, como observou Le Goff, o Papado viu algo tarde que as suas rugas contra os imperadores favoreceram especialmente os reis e que os conflitos posteriores entre estes e Roma promoveram a laicização da ideologia política¹⁸. Pedro I de Portugal não era membro de uma realeza litúrgica, contribuiu para a construção de um espírito de realeza animado pelo direito, mas não se pode dizer que tenha se preocupado com a manipulação do saber, concebida aqui como intervenção direta nas questões teóricas de alcance moral ou político, como seus descendentes da Casa de Avis o fizeram depois. É claro que desde o século XIII já se sente um crescimento da importância do registro escrito para a governação, mas a questão é funcional, diferente do alcance dos textos de D. João I, de D. Duarte ou do Infante Pedro, o Duque de Coimbra¹⁹.

D. Fernando, cujo reinado está compreendido entre 1367 e 1383, foi último rei da primeira dinastia portuguesa. Em seu reinado, a balança de honra e proveito da fidalguia do reino teve o seu equilíbrio abalado pela família Teles de Meneses. Tudo graças ao polêmico casamento do rei com a dama Leonor Teles. Para Fernão Lopes este foi o início do desequilíbrio social que varreu o reino. A

¹⁸ LE GOFF, Jacques, **A civilização no Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1983, 2 vols. p.132.

¹⁹ HOMEM, Amando Luís de Carvalho, DUARTE, Luís Miguel, MOTA, Eugénia Pereira, "Percurso da burocracia régia (séculos XIII-XV)" in Atas do Colóquio **A Memória da nação** (Lisboa, Outubro de 1987) – 1991, p.407.

aproximação com a monarquia castelhana, via casamento da herdeira de D. Fernando com o rei de Castela, gerou sérios tumultos em terras portuguesas. O povo dos concelhos se revoltava contra decisões das quais fora aliado. A morte do rei e a elevação da viúva como regente fizeram emergir nas crônicas a força do nome do Mestre de Avis, D. João, irmão do rei D. Fernando. Em torno deste homem, transformado habilmente por alguns segmentos em ícone de resistência contra o arraial aos reis de Castela, herdeiros da coroa portuguesa, moveram-se grupos extremamente heterogêneos. Elevado em Cortes, o Mestre de Avis transforma-se em rei, vence provas, como a Batalha de Aljubarrota, e inicia a segunda dinastia portuguesa.

Escolhemos para cada perfil de monarca títulos e epígrafes que antecipassem redes de significação. Para a formação dos primeiros, uma paráfrase de Antônio José Saraiva (“D. Pedro I: herói de epopéia bárbara”), um verso do poeta Sá de Miranda (“D. Fernando: comigo me desavim”) e uma relação construída a partir do próprio texto de Fernão Lopes (“D. João I: de ‘Mexias’ a Rei”). Para as epígrafes, foram selecionadas falas da peça de Shakespere **A Tragédia do rei Ricardo II**, documentos da representação literária.

Se a biografia de Fernão Lopes é cercada de incertezas que esta Tese não conseguirá aclarar, nem é este o seu objetivo, tocamos no sujeito autor pelo viés da categoria “homem de saber” analisada por Jacques Verger. Depois, exploramos a ambiência cultural em o que o cronista se agitou e, neste momento, examinamos sobretudo a prosa doutrinal dos Príncipes de Avis. Essas obras apontam para a consciência de que “a um renovado modelo de monarca cabe, da

mesma forma, um novo súdito”²⁰. O que importa avaliar é o caráter de “renovação” de seus projetos políticos. Isto porque se podemos perceber irrefreáveis ventos humanistas no seu discurso e na própria forma de compor o registro, a todo momento elevam-se valores que desejam reatar uma “história” interrompida justamente com Avis, ou seja valores que promovem a semelhança com o passado e com referenciais aceitos socialmente. Aliás, concebido como “vanguarda” da prosa portuguesa da época, Fernão Lopes pode ter sido arrastado por uma corrente irrefreável que o colocou sim na resistência, ou seja, a corrente de uma mentalidade em lenta transformação, ou de representações que suplantam outras no mesmo espaço cultural, sutilmente diversas dos valores presentes em seu texto.

Toda a análise de categorias do tempo do cronista é fundamental para a compreensão da natureza do seu olhar sobre o passado. Depois dessa etapa, partimos para o exame das crônicas. Toda a trilogia foi explorada através de um corte transversal cujo enfoque foi a construção do perfil do monarca e a sua relação com o seu “corpo místico”²¹. Muito já se falou sobre a coletividade no texto de Fernão Lopes, este trabalho também aborda o tema, mas na sua interação com o protagonista das crônicas. Este diálogo é fundamental para a caracterização do fazer cronístico problematizado agora. É importante esclarecer que, no momento da abordagem da **Crônica de D. João I**, tecemos um rol de relações com a **Crônica da Tomada de Ceuta** de Zurara, compreendida como a terceira parte do texto de Fernão Lopes protagonizado pelo “Mexias de Lixboa”, D. João I. A

²⁰ MUNIZ, Márcio, in MONGELLI, Lênia (org.), **A Literatura Doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.251.

²¹ Entendido dentro dos limites propostos por Ernst Kantorowicz – **Os dois corpos do rei**.

inserção dessa fonte, não incluída no projeto original, facilitou a compreensão do último perfil de monarca discutido aqui.

Precede à cruzada de Ceuta, um registro que contempla as chalaças dos soldados, piadas mais individualizadas e o riso de D. João I, tudo isso está no texto de Fernão Lopes. No texto de Zurara, não que o monarca deixe de sorrir, mas o seu riso é o do pai orgulhoso dos feitos da prole, sobretudo do Navegador. É na **Crônica de D. João I** que lemos, por exemplo, a sabedoria de Álvaro Pais “grande e cínica”²². Esta representação do humor é um valor que sai de moda logo que Fernão Lopes se aposenta, mas ele também representa um modo de encarar a realidade e a interação entre as pessoas.

Uma fonte muito especial foi revisitada, ao longo do texto, para destacar transformações nas representações de monarca levadas a efeito ao longo do século XV: os **Painéis de São Vicente de Fora**, pintados por Nuno Gonçalves. Nossa intenção foi deixar mais evidentes novas relações entre o monarca e seu corpo místico em um momento em que Fernão Lopes está definitivamente fora de cena. No centro de painel, um novo valor: a inspiração das conquistas marroquinas encaradas como cruzada contra os infiéis. Era o início da exploração do mar que veio dar na surpresa que formou o Brasil.

²² Sobre o tema do riso em textos do século XV ler MARTINS, Mário. **O riso, o sorriso e a paródia na Literatura Portuguesa de Quatrocentos**. Biblioteca Breve – Volume 15. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p.21.

2) DESENVOLVIMENTO

2.1) ABRINDO A TRAMA

Portugal de Fernão Lopes: texto e contexto²³

Trabalhamos aqui com fontes narrativas que se agitam em torno de um acontecimento nuclear – a mudança social e política que encerrou a primeira dinastia portuguesa, AFONSINA ou de BORGONHA, e elevou a segunda, de AVIS – e a sua conjuntura. A dinastia iniciada pelo primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques (1139-1185²⁴), manteve a coroa por cerca de 300 anos, enquanto a segunda, iniciada por D. João I (1385-1433), Mestre de Avis e filho bastardo de D. Pedro I (1357-1367), o Cru, sustentaria o exercício do poder por pouco mais de 200 anos. Esta se encerraria com a elevação do rei espanhol Filipe II (1580-1598), depois do desastre que vitimou em África o jovem rei D. Sebastião (1557-1578).

O lapso temporal analisado tem como primeiro referencial justamente o reinado de D. Pedro I²⁵, acima citado, e vai até o seu bisneto, Afonso V (1438-1481), o Africano, terceiro rei da dinastia iniciada pelo Mestre de Avis. Entretanto, ao afirmarmos que o contexto desta Tese tem como pilares os reinados de D. Pedro I e Afonso V, é preciso mediar as formas com que esse passado foi tocado.

A mudança dinástica foi representada pelas fontes principais deste texto, ou seja pela **Crônica de D. Pedro I**, pela **Crônica de D. Fernando** e, sobretudo, pela **Crônica de D. João I**, todas da autoria do cronista português Fernão Lopes

²³ Tomamos de empréstimo o subtítulo da obra de João Gouveia Monteiro – **Fernão Lopes - Texto e Contexto** – para esse esclarecimento inicial sobre o contexto encenado nas crônicas de Fernão Lopes e o da vida do próprio cronista.

²⁴ As datas registradas cobrem a duração do reinado dos reis em questão.

²⁵ Conferir APÊNDICE.

(1385-1460) que foi incumbido pelo rei D. Duarte (1433-1438) da tarefa de historiar a monarquia portuguesa.

Para a análise das representações de monarca, servimo-nos da edição das três crônicas preparada pela Editora Livraria Civilização, todas prefaciadas por iminentes medievalistas. Embora de qualidade reconhecida e de utilização disseminada, nenhuma delas pode ser considerada uma edição crítica. A **Crônica de D. Pedro** contou com uma introdução de Damião Peres e seguiu “o texto do Arquivo Nacional, que igualmente serviu de base à já secular edição da Academia das Ciências”²⁶; a **Crônica de D. Fernando** foi prefaciada por Salvador Dias Arnaut e reproduz a primeira edição da obra que só apareceu em 1816²⁷, já a **Crônica de D. João I** teve reimpresso “o manuscrito de quinhentos que Braamcamp Freire utilizou, [ao que foi incluída uma] segunda parte tal como figura no inédito quatrocentista da Biblioteca Pública de Évora”²⁸. A última crônica de Fernão Lopes da Editora Livraria Civilização conta com uma introdução assinada por Humberto Baquero Moreno e com um prefácio de António Sérgio.

Os cronistas peninsulares teceram os seus textos através da combinação de quatro aspectos, que podem ser considerados a espinha dorsal do gênero em terras hispânicas, desde a obra de Eusébio de Cesaréia, passando pelas crônicas visigodas de Juan de Bicláro e Isidoro de Sevilha²⁹. Esses aspectos são a

²⁶ PERES, Damião. “Introdução” in LOPES, Fernão. **Crônica de D. Pedro**. p.XXXI.

²⁷ ARNAUT, Salvador Dias. “Introdução” in LOPES, Fernão. **Crônica de D. Fernando**. P.XXIII/XXIV.

²⁸ O trecho foi retirado de uma nota não assinada que antecede a introdução de Humberto Baquero Moreno, p.VI, à **Crônica de D. João I**, 1º volume. A folha de rosto esclarece apenas que o texto segue o Códice n°352 do Arquivo nacional da Torre do Tombo.

²⁹ GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El Género Historiográfico de la Crónica** – Las crónicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidade de Extremadura, 1994. p.15.

cronologia, o estilo plano, o universalismo e a visão providencialista³⁰. Em relação ao primeiro traço e ao último, importa destacar o enfoque bíblico que tem um correspondente decisivo na obra de Fernão Lopes, a “Sétima Idade”, “La cronografía cristiana, (...) rompe con la división entre mito/ historia (...) todo es ya *historia*”³¹, daí o vínculo entre as “Seis Idades” e uma “sétima” em que se afigura um novo e benéfico destino para os homens de “baixa condição”. A manipulação do tempo, sua apreensão, na verdade, converteu-se em importante conquista para reis que passaram a se preocupar com o registro de sucessos que vinculassem a sua vida e a dos seus tanto ao passado quanto a um futuro grandioso, dentro, é claro, de uma ordem universal.

Tanto o estilo plano quanto o universalismo sofreram grandes mudanças nas crônicas de Fernão Lopes. Isto porque se o primeiro traço aponta para falta de pretensão literária, de envolvimento do cronista com o texto, de coerência e originalidade, nas crônicas do português só não há mesmo a preocupação de afirmar novidades. Teremos oportunidade de provar que o texto do nosso cronista é profundamente marcado por uma preocupação com a unidade e que, embora seu autor não queira ser celebrado pelo estilo, preocupa-se com ele, envolve-se com a narrativa e compõe quadros de uma tocante qualidade literária.

Em relação ao universalismo, “las Crônicas, a medida que avanza el género, comienzan a experimentar un visible proceso de ‘regionalización’, llegando a veces casi al provincialismo, e incluso al personalismo, como sucede

³⁰ Idem, p.16. Para Galán Sanchez, “la cronología y el estilo plano constituyen auténticas señas de identidad del género cronístico y sua existencia es casi suficiente para reconocer una Crónica”- p.40. Lembremo-nos apenas de que o objeto de estudo do autor são as crônicas visigodas de Juan de Biclara e Isidoro de Sevilha.

³¹ Idem, p.19.

com muitas Crônicas tardias que se refieren exclusivamente a um reino y se dedican a historiar uma serie de reinados o más bien de biografias reales³², as crônicas de Fernão Lopes se debruçam sobre realidades bem específicas, de transição dinástica em Portugal.

Herdeiro do agente dessa transição, D. Duarte herdou uma coroa estabelecida depois de anos de guerra sangrenta contra Castela, mas seu reinado foi ceifado pela doença e a regência que se seguiu até o momento em que Afonso V desvencilhou-se de forma fatal de seu tio, o Infante Pedro, Duque de Coimbra, recrudescendo os ânimos de uma sociedade ainda mal habituada à paz. Em cerca de 100 anos, o reino português assistiu às crises de 1383-1385 e à de Alfarrobeira (1449). A primeira garantiu o trono a D. João I, e a segunda, deixou o caminho “livre” para a ação de nobres insatisfeitos com o modo de centralização política proposto pelo Duque de Coimbra. Fernão Lopes assistiu às conseqüências imediatas de 1383-1385 e estava na maturidade plena, ou seja em pleno exercício de escrita, quando o Infante Pedro morreu em Alfarrobeira.

O português D. Pedro I herdou um coroa alicerçada pela coragem na Batalha do Salado (1340), que pôs fim às pretensões mouras na Península Ibérica, e pelo empenho legislador, ambos traços marcantes do reinado de seu pai D. Afonso IV (1325-1357). Apesar disso, este ficaria marcado por uma fama irônica e trágica nascida do assassinato, que ordenou ou facilitou, de uma dama de família cheia de prestígio e inimigos, Inês de Castro. Fama irônica porque o início do reinado de Afonso IV foi marcado por uma luta contra seu pai, D. Dinis (1279-1325), movimento que se repetiu com o filho Pedro, e trágica para si por

³² Idem, p. 29.

outros dois motivos, um porque devastou o seu reino graças ao ódio do amante-“viúvo” e outro porque deu origem a um dos maiores mitos do amor-paixão de toda a Literatura Portuguesa, em que Afonso IV figura como algoz, obviamente.

D. Pedro fora casado com a castelhana D. Constança Manuel, filha do poderoso D. João Manuel, inimigo do rei de Castela Afonso XI, que aliás era cunhado do português³³... As relações eram imbricadas e mais se tornaram com a paixão de Pedro I por Inês de Castro. O monarca se converteu em atraente peça de manobra política para seus “cunhados”, irmãos e outros parentes de Inês, inimigos mortais do novo rei castelhano, sobrinho e homônimo do português. Apesar da “fome” dos Castros e de um contexto instável em toda a Cristandade Ocidental, vide Guerra dos Cem Anos e outras contendas, D. Pedro I soube se manter longe de todos os conflitos. Assim, cru e justiceiro, zelou, entretanto, pela paz, tanto que, apesar de seus excessos, que a crônica da qual é protagonista escrita por Fernão Lopes dá a conhecer em detalhes, foi chorado pelas gentes que suspiraram “que taes dez annos nunca ouve em Purtugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro” (CDP, p.202). Amante vencido pela tragédia pessoal, o rei acrescentou na afirmação do Estado sobretudo frente à Igreja³⁴.

A língua e a terra eram agentes que facilitavam a unidade, mas a sua força motriz era personificada pelo rei³⁵. Este conceito também está presente em Fernão Lopes. No prólogo da **Crônica de D. Pedro**, o cronista confirma o papel e ampara essa dignidade na lei e na justiça – “a lei he príncipe sem alma” (CDP,

³³ Conferir árvore genealógica no APÊNDICE.

³⁴ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. **História de Portugal**. V.II. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. p. 490.

p.4), mas “o príncipe he lei e regra da justiça com alma” (CDP, p.4). Aos súditos também cabia zelar pelo cumprimento das leis, animadas pelo rei para garantir a justiça a todos. Os reis da Baixa Idade Média caminharão a passos mais ou menos largos em direção à centralização política. A declaração do filho de Afonso V, D. João II (1481-1495), de que um rei só deveria se comprometer perante Deus e a sua consciência, assinala o fim do feudalismo em Portugal³⁶.

D. Pedro I parece ter encarnado o desígnio que abriu espaço para a atuação dos reis no Ocidente Medieval – a justiça. Depois da Questão da Investiduras (1075-1122), os reinos precisaram de um árbitro: “até ao ponto de permitir ao rei controlar por completo a justiça e impor tributo a toda a população, a suserania começava a aproximar-se bastante da soberania”³⁷. Muitos monarcas assumiram com tanta eficiência esse movimento que puderam declarar guerras que visavam expansão externa dos reinos ao longo do século XIV³⁸. A Guerra dos Cem Anos seria um exemplo disto. Na verdade, a profusão de guerras nos anos posteriores a mil e trezentos também tem a ver com a grande crise que se abateu sobre o Ocidente Medieval no período. A guerra foi a solução mais “fácil” a que recorreram as classes dominantes ameaçadas³⁹, embora a crise acentuasse uma corrente irrefreável, a da centralização estatal⁴⁰. Em Portugal, em tempos de “poder e abuso” diretamente proporcionais, sobretudo da nobreza dos séculos XIV

³⁵ Idem, p. 365 – “Os vectores ou sacramentos, causas-efeitos, da unidade do País e da nação foram fundamentalmente três: a língua, a terra e o rei”, “o rei – o terceiro e o mais importante vector da unidade da nação e da ordem” – p. 371.

³⁶ Idem, p. 374.

³⁷ STRAYER, Joseph R. **As Origens medievais do estado moderno**. Lisboa: Gradiva, s/d. p.48.

³⁸ Idem, p.66-67.

³⁹ LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. V.I. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p.145.

⁴⁰ Idem.

e XV, “viva a memória dos reis. Pois se desgarraram da paisagem humana da época como figuras verdadeiramente superiores”⁴¹.

D. Fernando deve ter herdado a sua propalada beleza da mãe⁴², pois sabe-se pelas crônicas de Fernão Lopes que o pai, o português Pedro I, era feio. Como formosura não tem relação direta com sorte nesses tempos, dois problemas sérios decidiram o futuro do seu reinado. O primeiro foi exterior, ou seja, o assassinato de seu primo, o rei de Castela D. Pedro, realizado pelo irmão deste, o bastardo Henrique Trastâmara. O segundo foi interno, pois D. Fernando chegou ao trono ainda solteiro⁴³. Em relação às questões internacionais, tomou as dores do primo morto, animado pela possibilidade que lhe acenavam os inimigos do Trastâmara de cingir o próprio Fernando a coroa de Castela. Neste sentido foram três guerras sangrentas e onerosas, que levantaram os povos contra o monarca português. É importante ressaltar que nem sempre o filho do português Pedro I defendeu as próprias pretensões ao trono vizinho. A proximidade com a Inglaterra na busca de alianças fez com que D. Fernando dilapidasse o tesouro do reino para defender as pretensões do Duque de Lencastre, casado com uma filha do rei castelhano Pedro⁴⁴ e que, por isso, assinava documentos e cartas como rei de Castela. Em relação à sua solteirice, o rei português soube explorá-la em muitos momentos em que pretendia alianças vantajosas para seu reino. Na verdade, sua última opção animada ou não exclusivamente pelo amor, encerrou uma potencialidade a qual ocorriam diferentes apetites internacionais, mas levantou uma celeuma interna

⁴¹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p.461.

⁴² “Avia bem composto corpo e de razoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso” – “Prólogo” da **Crônica de D. Fernando** de Fernão Lopes.

⁴³ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p.490.

⁴⁴ Conferir árvore no APÊNDICE.

dramática para si. O nome da celeuma foi Leonor Teles, também repleta de parentes famintos de honra e proveito, aliás como todos os nobres da época no reino⁴⁵.

Depois da morte do castelhano Henrique Trastâmara, Fernando confrontou-lhe o sucessor, D. João I de Castela; com isso, sua força política e física se esvaiu de vez. O monarca português se apressou a garantir alguma estabilidade para o seu reino e encerrou a potencialidade matrimonial de sua filha com Leonor Teles, D. Beatriz, casada tantas vezes apesar dos 11 anos de idade. O Tratado de Salvaterra dos Magos (1383) entregou a infanta ao inimigo, o castelhano João, que ficara viúvo em plena negociação matrimonial para um dos filhos. O Tratado previa ainda uma série de disposições para outra série de situações e depositava a regência sobre a já odiada Leonor Teles. Odiada por muitos motivos, entretanto mais publicamente pela sua ligação com o Conde Andeiro, de quem já tivera filhos, provavelmente todos mortos a mando de D. Fernando⁴⁶.

Depois da morte de D. Fernando (1383), a regência de Leonor Teles e o arraial por D. Beatriz não se sustentaram e vários segmentos sociais do reino irromperam em indignação, afligidos pelo fato de o castelhano D. João I ter dado mostras públicas de que não queria ser coadjuvante neste palco. A sucessão de D. Beatriz se viu ameaçada também por candidatos poderosos, como os infantes D. João e D. Dinis, filhos do português D. Pedro I com Inês de Castro. Aliás, este, no final do seu reinado afirmara que havia se casado secretamente com a dama

⁴⁵ “Honra e proveito definem os motivos da atuação da nobreza” – José Mattoso e Amindo de Sousa, *op. cit.*, p.440.

⁴⁶ Um dos exemplos disso está no Capítulo 150 da **Crônica de D. Fernando** – “A Rainha (...) pario hum filho (...), El Rei (...) avia tempos que nom dormia com a Rainha; e outros que se mais estemdiã a murmurar, deziã que elRei por esta razom ho afogara no collo de sua ama.”

Castro e disso tinha até testemunhas⁴⁷. Este casamento colocava os infantes João e Dinis na rota de sucessão definitivamente. O monarca castelhano conseguiu abafar esta potencialidade, o que catapultou o nome de outro infante português, D. João, o Mestre de Avis. Este não foi fruto de uma amor que ficou na história, mas conseguiu ficar no reino vivo. Foi elevado a defensor do reino, conquistou o trono em Cortes⁴⁸ e depois provou-se em Aljubarrota (1385).

A elevação do nome do português D. João I abriu a dinastia de Avis, não sem um período grande de guerra contra Castela. Os conflitos se estenderiam até 1412. O Mestre de Avis também se aproximou dos ingleses e conquistou até uma esposa daquele reino, D. Filipa de Lencastre, da mesma estirpe do pretense rei inglês de Castela. Apesar dessa ligação, D. João I soube se afastar da contenda pela coroa no reino vizinho. Não se pode dizer que o Duque de Lencastre tenha voltado para casa insatisfeito, afinal casara uma filha com o novo rei português e a outra, D. Catarina, como o jovem herdeiro castelhano Henrique III. Com este último enlace, a linhagem dos Trastâmara e a de D. Pedro I de Castela se uniram, pois D. Catarina era neta deste último⁴⁹.

⁴⁷ Capítulos 27 e 28 da **Crônica de D. Pedro** de Fernão Lopes.

⁴⁸ “Consideremos, por fim, as famosas Cortes que representam perante a realeza e os seus conselheiros naturais (nobres e clérigos), o elemento popular da nação. Essa instituição, típica da Espanha medieval, é particularmente precoce na história das assembléias representativas. Nasce, seguramente, em Leão, antes do final do século XIII, e, em todo caso, funciona normalmente, a partir de meados do século XII, em todos os reinos da Espanha: Castela, Aragão, Valência, Catalunha e Navarra. As Cortes, mais regulares que os Estados Gerais franceses, (...), registravam as sucessões reais, recebiam o juramento do rei às leis do país, votavam os subsídios e (conforme as regiões, antes e depois deste voto, o que não é indiferente) expressavam as queixas” – VILAR, Pierre. **História de Espanha**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p.24.

As primeiras cortes portuguesas parecem ter sido as de Leiria em 1254 – José Mattoso e Armindo de Sousa, op. cit., p. 510. “Não há nenhum caso, parecer ou estatuto parlamentar a um assembléia reunida sem a presença de delegados do povo. E isto é extremamente importante para caracterizar o parlamento medieval português.” – Idem, p.512.

⁴⁹ Conferir árvore no APÊNDICE.

O português D. João I era filho de D. Pedro I de Portugal com uma mulher galega chamada Teresa Lourenço. Apesar do clamor que acompanhou a sua subida ao trono, os povos não tiveram razões para folgar em seu reinado, culminando com aquilo que classificariam como roubo, a transformação do caráter esporádico das sisas em permanente⁵⁰. Precisou administrar a fome de uma nova nobreza, alçada, como ele, do obscurantismo, mas que rapidamente aprendeu a pedir muito. Em seu reinado a expansão virou nova cruzada, como o cronista sucessor de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, veria e ofereceu novas oportunidades de colocar seus cavaleiros em exercício.

O acontecimentos narrados nas crônicas de Fernão Lopes não chegam à morte de D. João I (1433), aliás nem mesmo à aventura africana, seu início estaria somente na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Fernão Lopes pára na narração dos casamentos dos bastardos de D. João I.

Depois da morte do pai, o infante D. Duarte chega ao trono experiente, pois em muitos momentos dividira a governação com o português D. João I. O novo monarca continuou o movimento expansionista e centralizador, mas foi atravessado pelo flagelo do irmão em África (o infante Fernando, tornado depois santo) e pela sua própria saúde. D. Duarte foi um rei preocupado com os costumes e as obras que escreveu estão aí para demonstrar o traço. Em seu reinado, Fernão Lopes, que já era Guarda-Mor da Torre do Tombo desde 1418⁵¹, foi nomeado cronista. Em 1434, D. Duarte lhe atribuiu uma tença para a realização do trabalho de historiar a monarquia portuguesa⁵².

⁵⁰ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de, Op. Cit., p.497.

⁵¹ SARAIVA, António José. **Fernão Lopes**. Lisboa: Europa-América, s/d. p.12

⁵² Idem, p.15.

D. Duarte estabelecera que, se morresse antes da maioridade de seu filho, o futuro Afonso V, a regência ficaria a cargo da mãe do infante, D. Leonor de Aragão, assim como a criação do jovem rei. Esta determinação não se sustentaria pois um Regimento a atravessou. As pretensões dos infantes de Aragão, facilitadas pela posição assumida pela rainha, não foram ignoradas por segmentos sociais dos mais diversos no reino. Estes elevaram o Duque de Coimbra, o Infante Pedro, a Defensor do Reino e, depois da fuga da rainha Leonor, ele assumiu de fato a regência e a criação do jovem rei.

Os filhos de D. João I e D. Filipa, sobretudo os homens: D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando, ficaram na História conhecidos como a Ínclita Geração, também estão todos eles representados no Político de São Vicente, pintado por Nuno Gonçalves⁵³. Mitificação ou não, o certo é que a sua ação foi coletiva em momentos decisivos da História de Portugal. Apesar disso e do exemplo de moral que foi, segundo a pena de D. Duarte no **Leal Conselheiro**, D. João I teve dois filhos antes de se casar com a duquesa inglesa, mesmo sendo também Mestre de Avis. Um deles foi D. Afonso, o poderoso Conde de Barcelos, casado com a filha do homem forte de D. João I, o cavaleiro Nun'Álvares Pereira. O Conde de Barcelos foi decisivo na regência do Duque de Coimbra e na sua queda em Alfarrobeira, quando Afonso V venceria o sogro, o próprio infante Pedro.

⁵³ As representações dos infantes encontram-se em dois painéis do político, de acordo com a obra de Dagoberto Markl – **O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os documentos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988. No dito “Painel do Infante”, é possível contemplar D. Duarte, apesar de o “Homem do chapeirão” “[continuar] a ser um D. Henrique evocativo” (p.210). No “Painel dos Cavaleiros”, temos em primeiro plano D. Henrique, o Navegador; depois D. Pedro; D. João e, por fim, com longas madeixas, D. Fernando. Os símbolos de ordens militares representadas nesse painel e a reconstituição da vera efígie do Navegador graças a uma profunda análise das mais variadas fontes amparam a obra de Dagoberto Markl.

Descontentes poderosos ganharam voz no reinado do “menino-coisa disputada”⁵⁴; Afonso V, estes eram todos membros da alta nobreza. O monarca soube ouvir e atender a todos, outrora insatisfeitos com as ações do Infante Pedro. O Africano acreditou piamente no Papa hispano Calisto III (papa de 1455 a 1458⁵⁵) e em seu reinado a expansão foi só cruzada, já desfocada na História. O epíteto que o caracterizou é a síntese dessa missão que o português julgou ser sua por excelência. Depois de algumas conquistas em África, Afonso V aspirou ainda a se tornar um imperador da Península Ibérica⁵⁶, o que o tempo verificou ser outro logro. Quis entregar a vida à Igreja, mas só conseguiu mesmo ser rei – “deve ter morrido sem entender que entre o mundo que imaginara e aquele em que realmente existira ia um abismo de séculos”⁵⁷. Legou ao filho, o Príncipe Perfeito D. João II (1481-1495), “um senhorio de estradas”⁵⁸, pois o reino fora “comido” pelo apetite dos nobres, saciado pelo próprio Afonso V.

Fernão Lopes, ora pela idade, ora pelo estilo, não foi o narrador desses tempos tão senhoriais. Sua admiração ante o valor da arraia miúda que resistia ao poderio de D. João I de Castela em Lisboa (1º volume da **Crônica de D. João I**) combinava pouco com a “gesta desmedida” de África, em que os infantes da Ínclita Geração queriam ser merecedores da cavalaria⁵⁹. Afonso V nomeou Gomes Eanes de Zurara para suceder Fernão Lopes e foi o próprio sucessor quem revelou que a intenção do monarca era a de que a narração do reinado de seu avô

⁵⁴ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p. 505.

⁵⁵ Todas as datas referentes aos pontificados dos Papas citados nesta Tese foram extraídas de MCBRIEN, Richard P. **Os papas – de São Pedro a João Paulo II**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

⁵⁶ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo. Op. cit., p. 506.

⁵⁷ Idem, p. 508.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Capítulo 9º da **Crônica da Tomada de Ceuta**.

fosse completada, estava a sugerir obviamente que faltava África⁶⁰. Neste mesmo momento, a tarefa de Fernão Lopes aparece atrelada à ordenação dos movimentos de demanda entre os reinos de Castela e Portugal unicamente.

Sociedade:

Em tão curto espaço de tempo, as guerras castigaram uma sociedade já combalida do ponto de vista quantitativo. Depois da “explosão” populacional do século XIII, o reino não conseguiu gerar expedientes de equilíbrio em relação à produção de alimentos⁶¹. Acrescido a isso, os distúrbios naturais, as fomes e as pestes vieram comprometer ainda mais a coletividade⁶². Entre 1348 e 1349, a peste pode ter dizimado 1/3 da população do reino português⁶³. Este dado se refletiu no campo e motivou movimentos migratórios, sobretudo para as grandes cidades, focos de atração para uma chance de sobrevivência mais digna, mas que não ofereciam oportunidades de melhorias substanciais para a vida das pessoas⁶⁴. O estado de miséria crescente motivou rebeliões no cenário urbano e demonstrou aos reis a insatisfação geral. Uma reação a este movimento pode ser lida nas **Ordenações Afonsinas** (segundo quartel do século XV). Lá, há o registro de um modelo de sociedade “divinamente” hierarquizado, em que as reivindicações sociais, sobretudo as exercidas em transgressão da hierarquia dos estados, são consideradas pecaminosas⁶⁵. Ainda aqui, é importante ressaltar que o direito foi um instrumento de controle da ordem muito importante no período em

⁶⁰ Idem, 3º capítulo.

⁶¹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p. 336.

⁶² Idem, p.340-342.

⁶³ OLIVEIRA MARQUES. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 2001. p.100.

⁶⁴ Idem.

estudo⁶⁶ e que “os primeiros artífices do estado português” do ponto de vista legal foram D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325)⁶⁷, mas que “D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte e Afonso V [, portanto todos os reis que viveram no lapso temporal com o qual trabalhamos,] prosseguiram o afã legislativo”⁶⁸.

O trabalho não abundava, mas existia; as baixas remunerações e as condições eram o problema. A sociedade caminhava para uma crescente liberdade em relação ao exercício da atividade produtiva, ainda que o corpo legislativo proposto pelos reis da Baixa Idade Média portuguesa procurasse refrear esse ânimo; outro exemplo direto disto foi a Lei das Sesmarias (1375), que tinha como objetivo manter a remuneração baixa e coibir a vagabundagem⁶⁹.

Esta coletividade em movimento foi chamada de “naturais”, “probadores” e “moradores” em muitos documentos da Baixa Idade Média portuguesa, mas no texto de Fernão Lopes, sobretudo na **Crônica de D. João I**, ela recebeu um adjetivo identitário – portugueses⁷⁰. Este adjetivo também aparece atrelado a valores que precisavam ser respeitados e pelos quais era necessário lutar – “E Johane Meendez propos muitas rrazões, a sse escusar de nom teer com Castela, mas seer verdadeiro Portugueses como elles” (CDJ, I, p. 87). A argumentação do alcaide manifesta uma consciência de similitude com os de fora do castelo que o queriam tomar e de diferença com os de Castela, ou seja não era possível ameaçar um igual. A vila reclamava o castelo, irmanada pelo princípio que o alcaide reclamava também para garantir-lhe a vida.

⁶⁵ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p. 361.

⁶⁶ Idem, p.363.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem, p.365.

⁶⁹ Idem, p. 102.

No contexto com o qual trabalhamos, a sociedade portuguesa se pensava de maneira tripartida, em ordens⁷¹. Este modelo conceitual fixo de natureza trifuncional – clero, nobreza e povo –, que evocava o sagrado e foi tão insistente em fontes do século XV⁷², era mais ideológico que real⁷³. Apesar disso, era uma tentativa, na qual insistiam os *oratores*, de desvendamento do ser/estar no mundo ligando-o à origem, ao mito e a Deus. Para conhecer melhor essa sociedade, é preciso entender as contribuições de uma mudança terminológica, de ordens para ESTADOS, sobretudo quando pensamos sobre os povos, e contextualizar a discussão ora para a esfera do campo, ora para a esfera da cidade.

A palavra “estados” tem uma carga semântica bastante rica e revela que, entre os séculos XIV e XV, os grupos que formavam a sociedade poderiam ter uma classificação muito mais diversificada do que sugere o estático ordenamento em que se viam. Assim, esses grupos podiam ostentar riquezas, ser “bons”, “grandes”, “honrados”, “menores”, lavradores, letrados, militares etc, embora muitas vezes ficassem saudosos das ordens e procurassem, num misto de fascínio e repulsa, conviver com uma nova e ascensional força, a do dinheiro⁷⁴.

O trabalho, odiado por todos, definiu os povos⁷⁵, quer da cidade, quer do campo, e estes viveram acuados entre a autoridade e o poder⁷⁶. Em relação aos grupos – estratos – nos quais se subdividia o clero português, enquanto categoria

⁷⁰ Idem, p. 368.

⁷¹ Idem, p. 394.

⁷² Conferir a transcrição de trechos de fontes feita por MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p.395-396.

⁷³ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p. 394.

⁷⁴ Idem, p.403.

⁷⁵ Idem, p. 467.

⁷⁶ Idem, p.466.

sociológica⁷⁷, podemos ver na mais alta hierarquia a defesa de valores metanacionais⁷⁸, pois o bem a ser procurado era o de toda a cristandade; já os membros de categorias C e D⁷⁹ estavam mais próximos aos interesses que se agitavam no reino, onde pudessem garantir a melhor situação, é claro. Todos os estratos da nobreza eram odiados pelos povos pois as suas demonstrações de força e superioridade prejudicavam a esses diretamente⁸⁰. Sua atuação, entretanto, na consolidação de fronteiras, na criação e personificação de símbolos⁸¹ foi fundamental para a constituição da diferença que fundou o português em relação aos outros, seus vizinhos.

No cenário urbano, um exemplo bastante particular de nosso contexto merece ser lembrado para derrubar o fixismo das ordens. A posse de riquezas (de capital econômico, capital social e capital político) caracterizava o grupo dos “homens bons”, homens do burgo ou *burgueses*⁸², inimigos dos mesterais, dada

⁷⁷ Idem, p.474.

⁷⁸ Idem, p.438.

⁷⁹ Idem, p.425 – Exemplos da categoria C: párocos, presbíteros, monges, freires, frades, diáconos, subdiáconos; Exemplo da categoria D: minoristas.

⁸⁰ Um exemplo desse ódio foi a Jacquerie (1348) – “quando os Jacques se viram em grande número, perseguiram os homens nobres, mataram vários e ainda fizeram pior, como gente tresloucada, fora de si e de baixa condição” *Chronique des quatre premiers Valois (1327-1393)* Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, María Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. P.203. O julgamento do cronista fica evidente no trecho, mas a atitude dos jacques revela a instabilidade no período.

⁸¹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p. 465.

⁸² O termo aparece na **Crônica de D. João I** de Fernão Lopes.

No capítulo “A sociabilidade (estruturas, grupos e motivações)” de **A História de Portugal** – volume II, José Mattoso e Armindo de Sousa empregam conceitos como: ORDENS e ESTADOS, com os quais trabalhamos aqui, mas inserem uma polêmica categoria para prosseguir com o exame da sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV – CLASSES. Cientes da possível celeuma posterior à inserção do termo, os autores antecipam uma série de questionamentos e elevam a contribuição da sociologia para pensar de uma maneira diferente o conceito de CLASSE. Assim, na página 407, José Mattoso e Armindo de Sousa transcrevem o conceito de “classe social” de Pierre Bourdieu e logo depois definem critérios para que um grupo social seja entendido por classe. Apesar da consistência dos argumentos dos professores, este trabalho não ignora que persiste de maneira tão fundamentada quanto a que está na **História de Portugal**, uma série de posicionamentos que se opõem ao que lá está. Por isso, optamos por valorizar as contribuições

a proximidade espacial e social entre eles, mas dos quais muitos burgueses descendiam decerto⁸³. Este segundo grupo, membro dos “povos” pelo critério laboral, era formado por indivíduos “mecânicos”, “homens que transforma[va]m matérias-primas em artefactos e os vend[iam] – na oficina, nas tendas e nas feiras”⁸⁴. Os dois grupos estiveram do mesmo lado algumas vezes em questões que ameaçavam a cidade, mas a sua relação foi marcada por tantas contradições quanto as imprecisões que cercavam a sua identidade⁸⁵, ainda que esses dois dados também não lhes fossem característicos quando pensamos sobre a sociedade baixo medieval portuguesa.

Questões ibéricas:

Não podemos encerrar este breve “esgarçar” da trama, sem tocar outra vez, ainda que de forma sucinta e informativa, nas questões internacionais, pois falar sobre a política dos reinos portugueses da Baixa Idade Média é convocar outros reinos peninsulares e mesmo atravessar os Pirineus. A se acreditar no que disse Zurara a propósito do trabalho de Fernão Lopes, acima citado, o tema internacional era o próprio foco do velho cronista. Este entrecruzamento de reinos muito se deve à atuação dos nobres que se transferiam de corte para corte, animados pela possibilidade de honra e proveito sempre maiores. Portugueses saíam, castelhanos e ingleses entravam, voltavam os velhos amigos e os novos

dos dois autores para continuar o pensamento sobre GRUPOS SOCIAIS, mas não empregaremos o termo CLASSE.

⁸³ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p. 415.

⁸⁴ José Mattoso e Armindo de Sousa fazem referência à dificuldade de se conceituar este grupo. A definição foi transcrita da página 418.

⁸⁵ José Mattoso e Armindo de Sousa observam que um burguês de Braga seria considerado um mesteiral em Lisboa ou no Porto.

juravam aos novíssimos que a aliança feita antes não passara de tonteirice. Enfim, os reinos peninsulares sempre sonharam com a expansão na Baixa Idade Média, já abordamos as pretensões de D. Fernando e D. Afonso V; em Castela, não foi diferente com o D. João I de lá e até Aragão se mexeu quando viu a sua D. Leonor, mulher de D. Duarte, assumir a regência.

Mesmo antes do lapso temporal abarcado nesta Tese, ainda no reinado de D. Dinis (1279-1325), a questão da nacionalização das ordens militares, além de ter coberto o evidente aspecto religioso, já apontava para uma separação de Castela, necessidade que revelava um perigo que certamente não passara despercebido ao rei trovador:

Essa medida [na nacionalização das ordens] reforça o argumento que pretende ver em D. Dinis o primeiro monarca português que alcançou construir uma visão de conjunto para a boa governação do Reino. Não se tratava já de assentar a fronteira em linha estável, mas de garantir a sua permanência contra a ambição do reino vizinho, na certeza consciente de que Portugal passava a existir como pátria.⁸⁶

O aspecto religioso mais evidente na medida tomada por D. Dinis foi a luta contra os infiéis da Península em um momento em que esse confronto fazia muito sentido. Por outro lado, já podemos afirmar que a Baixa Idade Média não foi um momento eficaz para os trabalhos da Reconquista⁸⁷. Salvo Castela que, nos intervalos de suas lutas dinásticas, confrontava os mouros de Granada e África; Portugal e Aragão viveram outras aventuras, os dois seduzidos pelo mar. Falamos desses três reinos que representaram no período em estudo a tripartição da Ibéria⁸⁸, sem esquecer que os reinos que a formavam se uniram e se separam ao

⁸⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal** [1080-1415]. Lisboa: Editorial Verbo, 1990. p.256.

⁸⁷ VILAR, Pierre. Op. Cit., p. 21.

⁸⁸ Idem, p.26.

sabor de uniões matrimoniais e sucessões familiares⁸⁹. Aragão expandiu seus domínios pelo que hoje é a Itália, mas não conseguiu mantê-los por muito tempo e arruinou-se internamente, já a beligerância constante e sangrenta do reino castelhano tornou seus nobres poderosíssimos e consolidou as casas mais imponentes de toda a Península.

A união dos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela, que se intitidou rainha em 1474, pendeu a balança ibérica para o reino da esposa em um momento em que a sorte poderia ter sorrido para Portugal. O português Afonso V era o noivo prometido da princesa Joana, sua sobrinha e herdeira do reino por ser a única filha do monarca Henrique IV de Castela. Na verdade, a infanta ficou conhecida como *Beltraneja* por ter a sua paternidade sido questionada (poderia ser filha de D. Beltrán de la Cueva) e teve a sua causa aniquilada pelos tios, Fernando e Isabel, sobretudo depois da Batalha de Toro (1476).

As crônicas de Fernão Lopes e do castelhano Pero Lopez de Ayala testemunham uma participação de destaque dos reinos ibéricos na Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Pelo castelhano sabemos, por exemplo, que o Trastâmara obteve ajuda francesa para conquistar a coroa por ter se notabilizado em vários confrontos contra os ingleses. O cavaleiro francês Beltran de Claquin é o homem forte do bastardo de Afonso XI e no ápice do confronto entre os irmãos é um dos seus homens quem incita o Trastâmara a matar D. Pedro – “Catad que este es vuestro enemigo”⁹⁰.

⁸⁹ Idem, p.25.

⁹⁰ AYALA, Pero Lopez. CDH, 4º ano, 8º capítulo.

As monarquias do Ocidente Medieval e o Papado:

Ainda se discute muito a respeito das causas desse conflito de proporções transnacionais que foi a Guerra dos Cem Anos, “a maioria dos analistas modernos dá grande ênfase (...) [aos] acordo[s] com os quais os reis ingleses tinham direito às possessões francesas que lhes haviam sido outorgadas (...) sob forma feudal”⁹¹. Pode-se afirmar que a França sofreu um pouco mais⁹² e no rol dos seus sacrifícios se inscreveu a morte de Joana D’ Arc (1412-1431), consideração anacrônica é claro, já que sua vida foi vendida com a conivência francesa, incluindo a do principal beneficiário das vitórias alcançadas por ela, o rei francês Carlos VII (1422-1461). Depois da morte de Joana, o monarca francês conseguiu dar continuidade à reversão da sorte do seu reino, facilitada primeiro pela donzela guerreira, sobretudo depois da vitória em Orléans (1429), e encerrou a Guerra com vitórias bastante significativas para seu reino. Na verdade, se houve algum saldo positivo para França e Inglaterra foi o fato de terem consolidado seus reinos⁹³ e a sua diferença, este um importante fator para a definição de uma identidade.

Afirmar que a Idade Média foi em sua amplitude e multiplicidade dominada pela Igreja Católica é uma falácia, pois apenas no século XI a Teocracia Papal conseguiu reunir uma argumentação substancial para declarar a universalidade de sua jurisdição, ou seja, uma jurisdição sobre toda a cristandade. Entre os séculos X e XIII, o Ocidente Medieval assistiu, não de forma pacífica, à elevação da esfera religiosa, cujo alcance do exercício de poder atingiu uma coletividade cada vez

⁹¹ LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 179

⁹² Idem.

maior, como já afirmamos a respeito do crescimento populacional. Esta supremacia foi construída através da doutrinação intelectual e seu discurso contribuiu para uma centralização relativa da cristandade.

A construção da supremacia dos poderes espirituais e da Teocracia Papal foram movimentos que coincidiram de forma mais objetiva com o apogeu do Feudalismo, ou seja com o ápice da desagregação de poder. Apesar disso, a idéia centralizadora da Igreja contribuiu para a ruína do princípio feudal, pois ela facilitou a afirmação régia a partir do século XII. Na verdade, os reis cresceram no espaço menosprezado por Papas e imperadores: na administração dos negócios e na justiça. No século XIII, os monarcas do Ocidente Medieval parecem já “senhores” da sua situação, tanto que seus problemas com o papado ficariam mais intensos, dada à insistência deste em impor exigências cada vez mais antagônicas ao crescente princípio das leis internas que começaram a reger os reinos.

Além do apoio legal para refrear a sanha de Roma, os reis do Ocidente Medieval se favoreceram de um conteúdo sagrado que os cercava e que fora sancionado pela própria Igreja outrora, entre os séculos VIII e IX⁹⁴. A afirmação do caráter sobrenatural da realeza fazia parte de uma geral maneira de pensar que, em reinos como a França e a Inglaterra, permitiu o desenvolvimento da crença no poder curativo do toque real⁹⁵. Aliás, também na Península Ibérica, foi possível

⁹³ Idem.

⁹⁴ BLOCH, Marc. **Os Reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.110.

⁹⁵ Estamos falando obviamente do toque das escrófulas, analisado por Marc Bloch em **Os Reis Taumaturgos**.

encontrar uma representação desse poder “médico” dos reis⁹⁶. Em todos os casos, essa potência era oriunda de uma concepção que afastava os monarcas dos leigos, embora não os tornasse propriamente sacerdotes – “os reis sabiam muito bem que não eram de todo sacerdotes; mas eles também não se consideravam de todo leigos; em torno deles, muitos de seus súditos partilhavam desse sentimento.”⁹⁷. Atento às aspirações milagreiras dos monarcas, Gregório VII (papa de 1073 a 1085) negou esse dom aos reis⁹⁸, mas não logrou resolver a questão, ainda mais quando lealistas puros “não mais aceitavam que a unção tivesse (...) um poder criativo; (...) [pois] a pessoa régia era dotada de um caráter sobre-humano, o qual a Igreja devia limitar-se a sancionar”⁹⁹. Separados do comum dos homens, os reis se favoreceram do ritual “da elevação do trono e [d]as prerrogativas da estirpe”¹⁰⁰.

Na Inglaterra, a unção tomava o monarca uma pessoa mista¹⁰¹, ou dual, e na esfera política da cultura ocidental, a idéia de duplicidade em relação à pessoa do monarca teve a sua origem no estatuto dos bispos – “príncipes da igreja e vassalos do rei”¹⁰². Essa dualidade começou por se relacionar a capacidades temporais e espirituais, porque não se havia desenvolvido um arcabouço teórico próprio da esfera política, as discussões que sustentavam o estatuto do rei na Alta Idade Média eram realizadas em uma linguagem litúrgica¹⁰³. Assim, por oposição a uma realeza litúrgica da Alta Idade Média, teremos uma realeza por direito na

⁹⁶ Segundo um trecho do **Espelho dos reis** de Alvarez Pelayo, D. Sancho IV de Castela teria agido como exorcista junto a uma mulher tomada pelo demônio – cf. BLOCH, Marc. Op. cit., 127.

⁹⁷ Idem, p.149.

⁹⁸ Idem, p.111.

⁹⁹ Idem, p.168.

¹⁰⁰ Idem, p.169.

¹⁰¹ Idem, p.162.

¹⁰² Idem, p.49.

Baixa Idade Média, fundamentada por outra modulação de conceitos. Basta lembrar do prólogo da **Crônica de D. Pedro I** para compreender o sucesso da concepção de uma nobreza animada pelo direito também em Fernão Lopes.

Foi o papa Bonifácio VIII (1295-1303) quem operou uma mudança bastante significativa para o entendimento da expressão **corpo místico**. O conteúdo da bula *Unam Sanctam* (18 de novembro de 1302) causou alguma polêmica sobretudo na leitura de Felipe IV da França, pois ela moldava uma incrível centralização do poder papal. A bula afirmava, dentre outras coisas, que não havia possibilidade de salvação fora do seio da Igreja; que esta era um único corpo com uma única cabeça – Cristo; que ela era detentora dos gládios do poder espiritual e do poder temporal para serem exercidos por ela e para ela respectivamente, com a sujeição do segundo pelo primeiro, e que o julgamento dos erros do poder espiritual cabia apenas a Deus¹⁰⁴. Ao lado de Gregório VII (1073-1085) e Inocêncio III (1198-1216), Bonifácio VIII foi um dos três papas medievais mais poderosos¹⁰⁵, e sob o seu pontificado o conceito de corpo místico saiu da esfera litúrgica para a esfera sociológica, a Igreja era o corpo místico cuja cabeça era Cristo¹⁰⁶. Cada um dos corpos, o pessoal e o político, passou a escrever uma história quase própria, o primeiro festejado no *Corpus Christi*, por exemplo, e o segundo vivenciado pela Igreja como instituição. Depois, “por transferência”, essa idéia passou a “qualquer corpo político do mundo secular”¹⁰⁷.

¹⁰³ Idem, p.72.

¹⁰⁴ MCBRIEN, Richard. **Os Papas – de São Pedro a João Paulo II**. São Paulo: Loyola, 2000. p.238.

¹⁰⁵ Idem, p.236.

¹⁰⁶ KANTOROVICZ, Ernst, op. cit., p.127.

¹⁰⁷ Idem, p. 133.

Essa noção alcançaria certo sucesso na Baixa Idade Média e Ernst Kantorowicz lembra o exemplo de Pietro Baldus de Obaldus (1320-1400) que definiu “*populus*, o povo, como um corpo místico”¹⁰⁸, uma noção intelectual, uma corporação mais requintada que a idéia simples de um conjunto de homens e mulheres de uma comunidade. Aliado ao sucesso da noção, está a do casamento do príncipe com o seu corpo místico, que também está presente no texto de Fernão Lopes, sobretudo na relação do Mestre de Avis e de sua “noiva” – Lisboa.

O universo medieval tem uma série de categorias tão particulares que a própria idéia de Idade Média precisa ser compreendida como uma encenação singular de continuidades e descontinuidades integradas, nunca como palco de uma realidade uniforme e adormecida. É por isso que algumas noções podem causar a ruína de uma reflexão séria e uma delas é o conceito de “*patria*”. Apesar de não ter desaparecido do vocabulário latino, a idéia foi desintegrada pela elevação de um nível diferente de relações entre os homens no Ocidente Medieval. As obrigações feudais implicavam “laços de dependência de homem para homem estabelecendo uma hierarquia entre os indivíduos”¹⁰⁹, mas a linguagem da Igreja tornou mais complexo esse estar no mundo quando aproximou os cristãos e afirmou que “sua verdadeira *patria* era o Reino do Céu, a cidade celestial de Jerusalém”¹¹⁰:

A doutrina cristã, ao transferir para o outro mundo a idéia política de POLIS e ao expandi-la, ao mesmo tempo, para um REGNUM COELORUM, não só guardara e preservara fielmente as idéias políticas do mundo antigo, como tantas vezes o fez, mas também preparara novas idéias para o tempo em que o mundo secular começou a recuperar seus valores peculiares anteriores ¹¹¹

¹⁰⁸ Idem, p.135.

¹⁰⁹ FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987.

¹¹⁰ KANTOROVICZ, Ernst, op. cit., p.147.

¹¹¹ Idem, p. 148.

Um aspecto fundamental para a discussão da dualidade do rei é o tempo. Isto porque, como pessoa mortal, o rei era afetado pela fome de *cronos*, apesar disso, havia uma série de aspectos que fugiam ao seu alcance. Nesse grupo de aspectos não abatidos pela voracidade do tempo estão inseridas as coisas que tocavam a coletividade. Entretanto, a questão não se resolve de forma tão direta e imediata, ela abriga uma concepção filosófica em transformação. A noção de tempo sem começo era um “erro” que a Igreja condenava, mas o sucesso da idéia de continuidade era quase irreversível sobretudo devido à intervenção teórica dos averroístas. Assim a idéia de felicidade aqui e agora ganhou terreno e passou a incluir uma possibilidade: “se o Tempo fosse Vida e não Morte”¹¹².

Depois de muitas vicissitudes conceituais, a idéia de dinastia, princípio que prolongava o corpo natural do rei, supriu o problema da regência de Cristo no interregno. Entretanto, esta idéia acabou por ser sustentada por outra construção¹¹³, a coroa, em si mesma também dupla (material e imaterial). Se graças à cabeça de seu corpo místico – Cristo, a Igreja era eterna, como entender essa transferência para o rei? De muitas formas, algumas, convergentes. Através do povo, porque segundo Baldus, “o povo não morre”¹¹⁴; através da dinastia, uma “corporação por sucessão”¹¹⁵ mas, sobretudo, através da coroa, que enfatizava o caráter político do reino que “incluía também o valor emocional de *patria*”¹¹⁶,

¹¹² Idem, p.173.

¹¹³ Kantorovicz emprega o termo ficção. Aliás, chama desta forma a própria teoria dos dois corpos do rei. Devido às peculiaridades do termo, sobretudo por sua relação tão íntima com a literatura, falar em “construção” talvez fosse mais adequado à realidade do nosso idioma, o que não significa que abolimos o emprego da palavra em outras ocasiões, pois acreditamos em sua plurissignificação.

¹¹⁴ Apud Idem, p.182.

¹¹⁵ Idem, p.206.

¹¹⁶ Idem, p.208.

“desde o rei aos senhores e comuns até o último vassalo”¹¹⁷. É importante salvaguardar um detalhe, esse último valor emocional aparece, na análise de Kantorovicz, ligado à Inglaterra especificamente.

Na verdade, esta última direção ajudava a resolver o problema da perpetuidade isolada da cabeça, ou seja do príncipe e de sua sucessão. A partir do século XIV, eleva-se a afirmação de um princípio público para a coroa, ela tocava a todos no reino, daí neste momento ela ser comparável à idéia de corpo místico¹¹⁸. Ainda sim, apesar de inseparáveis, rei e coroa não eram a mesma coisa, pois o primeiro pôde ser acusado de ferir a segunda. Resta saber de que maneira um rei se potencializava em Rei, ou seja de que maneira encarnava as questões que tocavam a todos e ainda preservava o seu estatuto de *primus inter pares*, portador da coroa material e potência da imaterial. Através de outra ficção¹¹⁹, a fênix que representava uma corporação individual¹²⁰, ou a *Dignitas*, diferente da Justiça, da Lei e da deidade¹²¹. Esta idéia estava ligada individualmente ao rei, o que não significava que eximisse a corporação; para Baldus, um Rei sobrevivia ao rei como dignidade¹²².

No século XIV a Teocracia Papal se ressentiu de uma falência geral e esta crise em grande parte teve a participação dos reis. Aliás, muitos apologistas da realeza teceram seus argumentos apoiados no milagre régio¹²³. Por outro lado, embora o discurso que construiu a idéia da jurisdição universal do Papa tenha sido

¹¹⁷ Idem, p.220.

¹¹⁸ Idem. Apesar disso, a coroa destacava as responsabilidades do soberano para com a coletividade, enquanto o *corpus mysticum* elevava a corporação mesma e à coletividade. Na prática, não havia cisão.

¹¹⁹ Conferir nota 104.

¹²⁰ KANTOROVICZ, Ernst, op. cit., p.238.

¹²¹ Idem, p.240.

¹²² Apud Idem, p.242.

elaborado de maneira intelectual, a Igreja não conseguiu refrear o impulso de teóricos da cristandade que começariam a questionar justamente a supremacia dos poderes espirituais. Enquanto esse discurso florescia, a argumentação que sustentava a Teocracia Papal se via mais e mais estéril, daí o combate agressivo contra posições como a de Marsílio de Pádua (1280-1343) no **Defensor Pacis** (1324). Nesta obra, o pensador questiona a autoridade secular do Papado.

Entre os séculos XIV e XV, o Papado foi ineficiente para intermediar negociações de paz entre os principais envolvidos na Guerra dos Cem Anos, o que comprometeu vários reinos da Cristandade Ocidental envolvidos na contenda, dentre os quais Portugal. A **Crônica de D. Pedro** de Fernão Lopes, por exemplo, testemunha a dificuldade do cardeal de Bolonha em acordar a paz entre reinos ibéricos de Castela e Aragão, durante o pontificado de Inocêncio VI. Como se não bastasse a inabilidade dos sucessores do apóstolo Pedro neste assunto, o Ocidente Medieval se viu dividido pelo Grande Cisma (1378-1417)¹²⁴. As lealdades se dividiram entre os dois Papas rivais – Urbano VI e Clemente VII, mas algumas transitaram entre um e outro, como a do português D. Fernando.

Foi no pontificado de Clemente V (papa de 1305 a 1314) que “iniciou-se o ‘cativeiro babilônico’ do papado em Avignon, que durou setenta anos”¹²⁵, até o pontificado de Gregório XI (papa de 1371 a 1378), cuja morte deflagrou o Cisma. A eleição de Urbano VI fora extremamente tumultuada e, logo depois que ela foi confirmada, o Papa perdeu o apoio dos cardeais que ratificaram seu nome. Estes

¹²³ Idem, p.122.

¹²⁴ “Urbano VI [papa de 1378 a 1389] foi um dos papas mais instáveis da história (...); sua intransigência e irracionalidade levaram os cardeais franceses a eleger um antipapa [Clemente VII], o que deu origem ao Grande Cisma Ocidental” – MCBRIEN, Richard P. Op. cit., p. 253-254.

¹²⁵ MCBRIEN, Richard P. Op. cit., p.240.

arregimentaram esforços para declarar a deposição do recém inimigo e eleger Clemente VII, primo do rei da França. Os três Papas da linha romana que se seguiram a Urbano VI – Bonifácio IX, Inocêncio VII e Gregório XII, apesar das promessas no conclave, não levaram adiante, pelas mais diversas razões, a missão de encerrar o Cisma. A situação se tornou insustentável com Gregório XII, que chegou a ser deposto, bem como o antipapa Bento XIII, o que elevou outros dois antipapas, Alexandre V e João XXIII. Apesar de algumas resistências, foi a eleição de Martinho V (papa de 1417 a 1431) que encerrou o Cisma.

A supremacia do poder espiritual se enfraqueceu com toda esta situação de extrema volatibilidade do poder dos Papas. A sua luta pela afirmação às vezes meramente pessoal arrastou reinos que, apesar da instabilidade geral, conseguiram se apoiar no direito e na crescente centralização do poder dos reis. Na Baixa Idade Média, a instituição monárquica conseguiu sair das crises externas e intestinas bastante fortalecida. Os protagonistas das crônicas de Fernão Lopes são representações desse fortalecimento que se apoiou também em circunstâncias muito especiais e específicas da realidade baixo medieval portuguesa, circunstâncias que vamos conhecer agora.

2.2) O AMBIENTE CULTURAL

Nosso desejo foi em esta obra escprever verdade, sem outra mestura, leixando nos boões aquecimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaaes quer comtrairas cousas, da guisa que aveherõ.

(“Prólogo” da **Crônica de D. João I** – 1ª parte, de Fernão Lopes)

2.2.1) O HOMEM DE SABER

Tão importante quanto discutir as características da representação histórica empreendida por Fernão Lopes, impõe-se conhecer as circunstâncias que cercaram a sua tecitura, ou seja, aquelas que estão no cerne do próprio tempo do cronista. Foi esse tempo próprio que começou por conspirar para a sua visão arguta. Nascido entre 1380 e 1390, ainda vivia em 1459, o que significa que pôde perceber diferentes formas de reinar, começando por D. João I, passando por D. Duarte, monarca que o contratou para historiar a monarquia portuguesa até o seu pai, pelo duque D. Pedro, até D. Afonso V. Não bastasse isto, ainda esteve entre duas graves crises, cuja relação é valorizada ou rechaçada dependendo do enfoque adotado pelo historiador, a de 1383-1385 e a de Alfarrobeira, de 1449.

Não é nosso objetivo examinar as relações entre os citados levantamentos, embora algumas referências logo estejam presentes, entretanto, mesmo distanciando-nos de tal tarefa não podemos deixar de reconhecer que Fernão Lopes assistiu, dificilmente incólume, ao calor dos acontecimentos coevos. O relacionamento com D. Duarte e com seu irmão, o infante-regente, D. Pedro pode suscitar versões controversas, de que, por exemplo, a **Crônica de D. João I** seria dedicada a D. Pedro que, em Alfaborreira, engrossava as fileiras de uma

manifestação pretensamente semelhante à de 1383-1385. Não se pode levar às últimas conseqüências uma aproximação tão direta, o contexto de Alfarrobeira era outro e Fernão Lopes estava ciente desta diferença. Apesar disso, não se pode igualmente menosprezar o elo que ligava Fernão Lopes à família real e que passava pela amizade compartilhada com os irmãos D. Duarte e D. Pedro. Aliás, a morte dos dois marcou um novo momento da carreira do cronista, o afastamento de suas funções na corte.

Em 1434, Fernão Lopes foi nomeado cronista oficial do reino português pelo monarca D. Duarte, embora se conjecture que muito antes tenha se dedicado à tarefa de historiar os reis portugueses. A intertextualidade presente nas crônicas prova que seu projeto foi influenciado pelo rei que, antes da nomeação de Fernão Lopes, tinha o objetivo de redigir de próprio punho a crônica dos primeiros reis de Portugal¹²⁶. Helder Macedo discute algumas relações entre as obras do monarca e as de Fernão Lopes, sobretudo em relação ao “Sonho de Cipião” preservado por Macróbio do livro de Cícero **A República**; ao valor atribuído à equidade como regedora da justiça e, finalmente, em relação à importância que ambos creditam à análise psicológica¹²⁷. Na verdade, tendo como paradigmas as obras de Platão e Aristóteles, na **República** de Cícero a “coloração romana”¹²⁸ se manifesta na necessidade do exercício da justiça e da *pietas*¹²⁹.

¹²⁶ António José Saraiva afirma: “É de admitir mesmo que o infante, à imitação de Afonso X, o Sábio, de Castela, quisesse apresentar a obra como sua, utilizando o seu escriba como mero serventuário.” **Fernão Lopes**. Lisboa: Europa-América, s/d. p.15.

¹²⁷ MACEDO, Helder, op. cit., p.168, 170 e 171.

¹²⁸ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da cultura clássica**.V. II. Lisboa: Ed. Fundação Caloute Gulbenkian, s/d. p.149.

¹²⁹ Idem, p.150.

Nas sociedades do Ocidente entre os séculos XIV e XV, podemos ler marcas de um contexto de transição entre a sociedade feudal e o mundo moderno¹³⁰. Assim, entre as novidades do período estão em primeiro lugar: a centralização política e a afirmação da nova ordem do dinheiro. Na verdade, depois das crises do século XIII, as sociedades europeias ocidentais realizaram a grande façanha de terem sobrevivido e produzido respostas para o futuro. Os problemas econômicos, de guerras, fomes, epidemias, explosão de movimentos “revolucionários”, movimentações senhoriais e rasuras na Teocracia Papal foram contornados, não sem dor, pelo caminho da unificação do poder e da centralização. Esse processo envolveu burocratização do “Estado”; diálogo entre diferentes esferas da sociedade, incluindo o rei; participação efetiva de assembleias; laicização do poder e, importantíssimo para compreender Fernão Lopes, a laicização da cultura¹³¹. Todos esses traços aqui reunidos de maneira rápida são fundamentais para o nascimento das “nações”, para a formação de uma idéia de consciência de pertença e para compreender o contexto geral no qual também viveu Fernão Lopes.

Sublinhando a relação entre o cronista e o seu tempo, urge descortinar o seu papel como homem ligado à palavra¹³². A princípio, poderíamos procurar

¹³⁰ No primeiro capítulo do seu livro **Fernão Lopes – texto e contexto** (Coimbra: Livraria Minerva, 1988), João Gouveia Monteiro reúne contribuições de René Fedou, Marcel Pacaut e Joseph Strayer entre outros para uma síntese cujo objetivo era apresentar traços gerais de sociedades do Ocidente entre os séculos XIV e XV. Sua síntese nos foi muito útil para este segmento.

¹³¹ Idem, p.23-39.

¹³² Conferir ANEXOS. As duas miniaturas representam posturas de homens da palavra e do livro em relação aos seus senhores no século XV. No caso da dedicatória à duquesa da Borgonha (Isabel, filha de D. João I?), temos o cronista Jean Froissart – “nas duas cenas, o ‘autor’, humildemente ajoelhado, entrega um manuscrito faustosamente encadernado ao príncipe a quem dedica a obra. O rei [Felipe, o Belo], dotado dos atributos da soberania (a coroa, a mão da justiça), e a princesa são cercados dos que lhe são próximos, conselheiros ou damas de companhia. Tacitamente, empenham-se em retribuir, com a sua proteção, a oferta que lhes é feita” CHARTIER,

entender Fernão Lopes como um intelectual, mas na obra **Os intelectuais na Idade Média**, Jacques Le Goff precisa o conceito:

[O intelectual] aparece na Alta Idade Média, se desenvolve nas escolas urbanas do século XII, se expande a partir do século XIII nas universidades. Intelectual designa os que fazem do pensar e do ensinar seu pensamento uma profissão. Essa aliança entre a reflexão pessoal e sua difusão através do ensino caracterizava o intelectual.¹³³

Le Goff elege como ícones desse movimento Abelardo, Tomás de Aquino, Siger de Brabante e Wyclif. Ligados à universidade, ao pensar e ao ensinar, os intelectuais da Idade Média só têm em comum com Fernão Lopes a habilidade de manejar a palavra e o contexto urbano que propicia seu nascimento. Isto porque não há qualquer documentação conhecida que aproxime o cronista português ao ambiente universitário. A sua obra revela o aproveitamento inteligente de fontes eruditas e a sua tarefa de Guarda-Mor da Torre do Tombo delinea o perfil do “pesquisador”, mas ainda não foi possível esquadrihar a sua formação, apenas perceber os contornos que a sua obra deixa entrever.

Outra forma de compreender o papel de Fernão Lopes encontra-se na obra de Helder Macedo. O autor sublinha o caráter letrado do cronista que já mereceria inclusive a designação de humanista:

A matéria filosófica utilizada por Fernão Lopes é, evidentemente, a da tradição medieval. Mas o modo como utiliza é a de um Letrado, correspondendo a uma maneira de pensar na Itália que já fazia jus à designação de Humanista pelo seu propósito de deduzir novos significados dessa tradição ao reinterpretá-la da perspectiva da realidade observada. O que Fernão Lopes observa, e faz os seus leitores observar, é o fim da própria tradição que utilizou.¹³⁴

Roger. **A aventura do livro – do leitor ao navegador**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.36.

¹³³ LE GOFF, Jacques, **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.17.

¹³⁴ MACEDO, Helder, *op. cit.*, 144.

De fato, além das fontes eruditas e documentais, Fernão Lopes soube utilizar a voz da tradição e criar a unidade bem urdida que as suas crônicas atestam. Em relação ao uso de narrativas, é preciso ser sensível ao fato de o cronista português ter feito um uso bastante extenso do texto de Pero Lopez de Ayala. No trabalho com os documentos, não é possível esquecer que Fernão Lopes teve acesso amplo e irrestrito à documentação da Torre do Tombo, e que fez uso, por exemplo, de vários diplomas transcritos da **Chancelaria de D. Pedro I**, das atas das Cortes de 1361, do testamento de D. Pedro etc. Ao lado dessas fontes, Fernão Lopes colheu dados da tradição, sobretudo em relação à descrição de cenas como a da execução dos assassinos da desafortunada Inês de Castro¹³⁵. A descrição do Cerco de Lisboa (**Crônica de D. João I**) não poderia ser entendida como o amálgama entre a tradição representada com olhos críticos ou saudosos do presente que culminou com Alfarrobeira? Segundo Alfonso di Nola, o fenômeno de transcrição das tradições orais nasce da exigência de reordenar e reinterpretar a própria tradição, neste processo o livro, por exemplo, fixa uma comunicação que era oral, esta caracterizada pela fluidez e variabilidade, e se transforma em uma condição elitista de fazer história e de a impor.¹³⁶

No livro **Homens e Saber na Idade Média**, Jacques Verger examina o contexto histórico abarcado aqui, os séculos XIV e XV, ainda que não aborde em especial a Península Ibérica. Segundo ele, “as pessoas cultas, nas sociedades ocidentais do final da Idade Média, eram homens do livro e, mais amplamente da

¹³⁵ **Crônica de D. Pedro**, capítulo 31.

¹³⁶ DI NOLA, Alfonso, “Livro” in **Enciclopédia Einaud**, volume 12 – Mythos/Logos – Sagrado/Profano. Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d. p.215 – 219.

escrita./ (...) Eles sabiam usar a palavra”¹³⁷. Apesar de não examinar o caso português, sublinhamos, suas considerações fazem muito sentido quando analisamos Fernão Lopes e a importância do que escreveu. Ainda com Verger, podemos acompanhar o poder como relação que envolve o livro,

Os livros que mantinham [os homens do saber] por si sós no poder; pela leitura, ou até pelo manuseio correto, eles obtinham seu saber e, portanto, a própria justificação de seu papel social. Era nos livros e nos arquivos que eles tinham, que eles consignavam e conservavam suas decisões e suas opiniões.¹³⁸

Certamente, as considerações de Verger parecem ser as que melhor correspondem ao papel social de Fernão Lopes, daí que a sua contribuição seja convocada aqui para discutir uma categoria. Esta era determinada pelo acesso amplo e irrestrito a todos os documentos disponíveis nos arquivos do reino, bem como pela construção de uma representação que era a da própria monarquia portuguesa. Ainda se está por descobrir como um cavaleiro vilão, que contava com um sapateiro na família da mulher, conseguiu privar com o rei D. Duarte¹³⁹. O que se sabe é que esta amizade incluía confiança e orientações para a escrita do texto. Assim, qualificar Fernão Lopes como um “homem de saber” não seria falsear a realidade, porque esta terminologia recobre dois elementos: “o domínio de um certo tipo e de um certo nível de conhecimento [e a] reivindicação, (...), de certas competências práticas fundadas precisamente sobre os saberes previamente adquiridos”¹⁴⁰. Segundo Verger, somente no fim da Idade Média é que esses homens adquiriram caráter numérico e qualitativo para a afirmação de

¹³⁷ VERGER, Jacques, **Homens e saber na Idade Média**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.p.111.

¹³⁸ Idem, p.112.

¹³⁹ “Se não provinha de uma família de mesteiros, o que é muito provável, Fernão Lopes casou pelo menos numa família de mesteiros, pois sua mulher era tia de um sapateiro, para o qual o nosso escritor, utilizando as suas relações na Corte, pediu privilégios.” SARAIVA, António José. **Fernão Lopes**. p.13/14.

seu papel social. Isto se deveu àquela série de elementos apontados no início desta explanação, dentre os quais destacamos a laicização da cultura. Aliás, para Marcello Caetano, a “universidade foi ‘o centro intelectual da Revolução [1383-1385]”¹⁴¹ e o apoio dos letrados deve ser destacado, tanto que eles foram recompensados por D. João I.

Apesar de o estatuto de “homem de saber” ter relação estreita com o conhecimento do Latim, a prática das pessoas que figuravam nesse grupo se via impulsionada para o manejo do vernáculo¹⁴². Verger alude à possibilidade do exercício universitário na formação desses homens, mas não o afiança como critério definidor do estatuto. Como já deixamos claro, nada nos move à afirmação de uma vida universitária em Fernão Lopes, em nenhum dos documentos a que tivemos acesso ele aparece referenciado como “Doutor” ou “Mestre”, mas possivelmente ele teve financiados por algum parente mesteiral seus estudos em escolas elementares ou de formação mais específica e ligada a alguma prática profissional, ambas as possibilidades em cenário urbano. Nestas, reuniu conhecimentos para desempenhar as funções, a princípio, de notário e depois de escrivão, passando pelos vários níveis da carreira até ser notado pela esfera mais alta do círculo do poder. Se Fernão Lopes, ou algum protetor, manejou expedientes para que ele fosse percebido e preferido, é possível, mas o fato é que o merecimento e a competência pessoal não eram incompatíveis com a idéia de ascensão social no período¹⁴³.

¹⁴⁰ VERGER, Jacques, Op. Cit., p.16.

¹⁴¹ CAETANO, Marcello Apud SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.304.

¹⁴² VERGER, Jacques, Op. Cit., p.31.

¹⁴³ Idem, p. 58.

Ao fazer o inventário de bibliotecas dos homens de saber no terceiro capítulo da primeira parte da obra, Verger observa que a História não ocupava um lugar de destaque nesses acervos e isto revela um aspecto importante da preferência desse restrito público leitor, mas, no nosso caso, é importante lembrar que a “biblioteca” de Fernão Lopes era o mais completo acervo do reino e que a sua função era justamente a de completá-la com o registro do passado. Na verdade, o acesso a essa “biblioteca” é fundamental para a mudança de seu estatuto de “intelectual intermediário”¹⁴⁴ para a categoria de homem de saber.

Aludimos ao público leitor para que tenhamos mais um elemento para a compreensão do ostracismo a que o cronista foi relegado depois. Em Portugal, no período em que viveu Fernão Lopes, temos o declínio da lírica em favor das formas narrativas, e dentre essas formas favorecidas talvez a de maior sucesso tenha sido a novela de cavalaria. Aliás, a **Crônica do Condestabre**, texto anônimo muito utilizado pelo nosso cronista que reconta a vida do Condestável de Portugal Nun'Álvares Pereira, pode ser lida como um exemplo bastante interessante de síntese entre o relato histórico e o modelo da cavalaria. Logo no início do texto, Nun'Álvares é singularizado como o melhor cavaleiro de Portugal, quase um santo, amava cavalgar, montar, ouvir e ler justamente histórias da Távola Redonda. Nascido entre a fidalguia, ele se afastava da sua natureza, de perseguir privilégios, pela defesa da sua terra.

O homem de saber se desenvolveu graças ao crescimento do Estado¹⁴⁵ e a história desse desenvolvimento em Portugal pode ser conhecida, em parte, no próprio registro fernão-lopino. Dificilmente, ele estaria comprometido com

¹⁴⁴ Idem, p.199-203.

princípios de contestação social, já que fora contratado justamente pela Casa Real¹⁴⁶, mas, quando o comparamos a seu sucessor, Gomes Eanes de Zurara, não é possível ler um princípio de subserviência tão insistente quanto vemos no segundo. Sua “aposentadoria” foi motivada pela velhice e fraqueza aludidas em uma carta de 1454, apesar disso Fernão Lopes não parece incapaz pois contesta a legitimidade de um neto, em 1459, como lembra João Gouveia Monteiro¹⁴⁷. Um detalhe é que os anciãos eram valorizados pela sua capacidade de rememoração do tempo do serviço ativo¹⁴⁸, ora então por que a monarquia passou a não valorizar a memória e o conhecimento de Fernão Lopes? Assim, se algum conteúdo contestatório foi lido pela descendência da Revolução de 1383-1385, é preciso não esquecer de que um texto só logra continuar produzindo o seu efeito na ação do leitor.

Verger observa que os homens de saber não se singularizavam dentro das suas comunidades por pensarem a novidade, pois eles trabalhavam “em função das taxinomias tradicionais”¹⁴⁹. Isto contribui para o enfraquecimento da tese contestatória levada a efeito dentro da obra de Lopes, mas como as categorias, sobretudo aquelas em que a humanidade se agita, não se desenvolvem a partir de maniqueísmos, não se pode menosprezar a distinção entre intenção e premeditação; no nosso caso, corremos em direção à intenção da obra, apelando para a sua coerência interna, marcada sim por uma forma bastante particular, como veremos ainda, de representar os acontecimentos.

¹⁴⁵ Idem, p.161.

¹⁴⁶ Conferir a postura de vassalagem dos homens do livro nas miniaturas dos ANEXOS.

¹⁴⁷ MONTEIRO, João Gouveia, op.cit, p. 73.

¹⁴⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, DUARTE, Luís Miguel, MOTA, Eugénia Pereira, op. cit.

¹⁴⁹ VERGER, op. cit., p.245.

A intenção do autor não se reduz, pois, a um projeto nem a uma premeditação integralmente consciente (...). A intenção do autor não implica uma consciência de todos os detalhes que a escritura realiza (...) [ela equivale] àquilo que [o autor] queria dizer pelos enunciados que constituem o texto. E seus projetos, suas motivações, a coerência do texto para uma dada interpretação são, afinal de contas, indicadores dessa intenção.¹⁵⁰

Toda a atividade profissional do homem de saber se fundava na convicção de uma utilidade social bastante prática. Catapultado da função de notário e escrivão da puridade, Fernão Lopes chegou a Guarda-Mor da Torre do Tombo e Vassalo do Rei, mas foi, sobretudo para nós, um cronista régio. Conhecemos a finalidade mais imediata de seu trabalho, narrar a história dinástica de Portugal, porém pensamos que outros propósitos podem ser levantados em fontes coevas, daí o recorte privilegiado na INTRODUÇÃO.

No terceiro capítulo da **Crônica da Tomada de Ceuta**, é possível ler referências muito importantes a Fernão Lopes – “notável pessoal (...) homem de comunal ciência e grande autoridade que foi escrivão da puridade do Infante D. Fernando”¹⁵¹ – e a seu trabalho. Da declaração de Zurara, autor da crônica acima citada, sobressai a palavra COMUNAL que, segundo a nota 165 da edição utilizada nesta Tese, significa “de conhecimento de todos os ramos para tal cargo requerido”¹⁵². A nota afasta o adjetivo da acepção vulgar e amplia o domínio de conhecimentos do cronista. João Gouveia Monteiro, por outro lado, aludindo à contribuição de José Hermano registra que “o termo (...) tem o sentido de comum de trivial; Lopes seria assim referenciado como um ‘homem de saber vulgar,

¹⁵⁰ COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p.91/92.

¹⁵¹ ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992. p.44

¹⁵² Idem, p.300.

plebeu, não acadêmico, e, apesar disso de grande autoridade' »¹⁵³. Na declaração de Zurara, não há oposição de idéias, não lemos a conjunção EMPERO, por exemplo; depois de reconhecê-lo como “notável”, por que desprestigiar a sua ciência e em seguida afirmar a sua autoridade? Na verdade, esta autoridade proveio de uma habilidade reconhecida pelo sucessor para desempenhar o seu ofício, que no trecho está mais preso ao fazer cronístico.

O adjetivo COMUNAL ainda pode ter outras acepções, ligadas ao significado de COMMUNALIS, E, do latim tardio; COMUNALE significa “da comunidade”¹⁵⁴. Assim, a ciência do cronista poderia estar ligada à vivência em comunidade, ou seja a um conhecimento que se funda nas práticas de interação social da época, não tanto no conhecimento erudito, mas um saber de “experiências feito”¹⁵⁵.

O trabalho de Fernão Lopes aparece ligado na **Crônica da Tomada de Ceuta** ao registro dos acontecimentos entre os reinos de Portugal e Castela, o que enriqueceria a finalidade aludida antes e o nível de complexidade do ofício. Por

¹⁵³ MONTEIRO, João Gouveia, op. cit., p.75.

¹⁵⁴ HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001. p.781

¹⁵⁵ CAMÕES, Luís, **Os Lusíadas**, IV, 94.

Outra acepção pode ser revista na poesia, como na cantiga (trecho) de D. Dinis,

*Ca mha senhor quisso Deus fazer tal
Quando a fez, que a fez sabedor
De todo bem e de mui gran valor
E com tod[o] est' é mui comunal,
Aly hu deve; er deu-lhi bom sem
E des y non lhi fez pouco de ben,
Quando non quis que lh' outra foss' igual.*

Apesar de tão beneficiada por Deus com qualidades que o eu lírico sabe especialmente ver, a Senhora da cantiga de D. Dinis é “comunal”, ou seja, não possui vaidade, é amável e sociável. Esta fonte literária amplia a possibilidade de compreender o adjetivo e ampara uma concepção de ciência não enfunada, uma ciência a serviço de um homem que talvez não procurasse extrair dela a sua notabilidade, mas que se destacava pelos métodos de reelaboração do conhecimento histórico.

Zurara também ficamos sabendo detalhes da maneira como Fernão Lopes realizou a sua tarefa, ele não ficou encerrado na Torre do Tombo, percorreu o reino atrás de informações e ainda recebeu de Castela documentos requeridos por D. Duarte.

Notabilizado mais pela metodologia e por ter iniciado a sistematização da história do reino, Fernão Lopes não se distinguiu pela natureza do seu conhecimento “erudito”, aliás, mesmo que ele fosse um indivíduo medíocre, o que de forma alguma o foi, poderia “ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”¹⁵⁶, daí a relevância de se estudar o particular. Aqui, acreditamos que estudar a sua especificidade é fundamental para o compreender alguns dos traços do homem de saber português da primeira metade do século XV, homem de saber que conviveu com formas diferentes de exercício de poder¹⁵⁷.

Não é só no terceiro capítulo da **Crônica da Tomada de Ceuta** que Zurara observa que a tarefa de construir a narrativa dos reis de Portugal fora começada tarde. Seria este um julgamento seu? Não nos parece, já que o mesmo Zurara alude à preocupação de D. Afonso V de que a narração dos feitos do avô ficasse incompleta¹⁵⁸. Ainda sim, sobressai o caráter extemporâneo, julgado de forma pejorativa, de um projeto com o qual somente os reis de Avis passaram a se preocupar. Na verdade, o sucessor de Fernão Lopes dá conta de sintetizar o

¹⁵⁶ GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.27

¹⁵⁷ Por outro lado, falar em especificidade requer cuidados pois, como Menocchio, estudado exemplarmente por Carlo Ginsburg, toda a singularidade de Fernão Lopes tem limites bem precisos, “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação” – *Ibidem*.

¹⁵⁸ 3º capítulo da **Crônica da Tomada de Ceuta**.

trabalho do precursor, realçando as relações internacionais e a necessidade de completar a narração dos feitos do pai da Ínclita Geração.

Já registramos que a vida de Fernão Lopes foi atravessada por diferentes formas de reinar a que ele certamente não foi indiferente. Seu trabalho como cronista deve ter sido longo, D. Duarte o destacou e legalizou um ofício para o qual provavelmente o cronista já dera alguns passos, mas o reinado do protetor foi curto, então Fernão Lopes escreveu também dentro do turbilhão que caracterizou o período de regência do Infante Pedro culminando com Alfarrobeira e esta relação merece algumas palavras¹⁵⁹. É importante destacar antes que tanto Portugal quanto Castela construíram importantes casas senhoriais a partir de descendentes dos monarcas, D. João I é um exemplo importante deste fenômeno, e que no caso das casas senhoriais formadas pelos infantes de sua prole temos “autênticos principados”¹⁶⁰.

Sabemos que o testamento de D. Duarte depositava a regência do reino na rainha D. Leonor se algo de funesto lhe acontecesse. Todavia, depois da sua morte, um conselho sugeriu que fossem feitas cortes para decidir exatamente a regência. A princípio, há uma agitação para impedir que o infante Pedro fosse elevado a Regedor, o que é contornado por D. Henrique graças à elaboração de uma carta de regimento. Neste cenário, sobressaem as reivindicações de vilas e cidades por todo o país, com destaque para Lisboa, a quem são conferidos

¹⁵⁹ Para o estudo de Alfarrobeira, é imprescindível recorrer a MORENO, Humberto Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira – antecedentes e significado histórico**. Lourenço Marques, 1973. As considerações sobre a Batalha feitas aqui são o resultado da leitura dessa obra do Professor Baquero.

¹⁶⁰ SARAIVA, António José, APUD GOMES, Rita Costa. **A Corte dos reis de Portugal no fim da Idade Média**. S/I, Difel, 1995. p.228.

privilégios. Aliás, Afonso V aprende rápido a beneficiar a cidade, “noiva” do seu avô.

É interessante constatar que até o exílio de D. Leonor, o infante Pedro pode contar com o apoio de uma boa parte da nobreza que posteriormente em Alfarrobeira lhe viraria as costas, aliás cavaleiros e fidalgos “participaram mais ativamente na consecussão do triunfo [do infante Pedro]”¹⁶¹, estes depois foram largamente agraciados com bens confiscados aos simpatizantes da rainha, que em Castela e Aragão acabaram por dar corpo a uma rancorosa e não desprovida de força de oposição ao Duque de Coimbra. Os povos não ficaram em silêncio frente à instabilidade e reclamaram dos gastos e do clima de tensão presente em todo o reino.

Depois da carta de louvor de 1448, o Infante se afasta do governo. Baquero Moreno descarta a possibilidade de um golpe de estado arquitetado pelo Duque de Coimbra e destaca a importância de suas ações centralizadoras, para a criação de uma administração mais viável, mas que criaram inimizades na nobreza e nenhuma simpatia também na concelhia¹⁶². Isto demonstra o gradativo enfraquecimento político do infante; na verdade, os únicos beneficiados eram os membros da sua Casa, cuja fidelidade logo seria provada. Afonso V acusa a política de doações do tio, mas quando nos debruçamos sobre os registros de doações do seu próprio reinado não é possível ignorar o seu “telhado de vidro”.

Baquero lamenta a avareza de fontes que dão conta da mudança de postura de Afonso V em relação ao tio. Cartas demonstram que também a rainha Isabel, filha do Infante Pedro, trabalhou para harmonizar o marido e o pai, mas

conseguiu muito pouco. Em uma última tentativa, ela avisa ao pai que Afonso V partiria em 5 de maio de 1449 para cercá-lo¹⁶³. O que se seguiu à carta da rainha nós sabemos, o infante morto com um seta no peito. Sua despedida do mundo foi marcada por atos cavaleirescos e pelo gozo prazenteiro da festa, em uma manifestação que quase nos faz lembrar do bisavô, também Pedro.

O Infante confiava na adesão de Lisboa e isso não foi bom para si, isto demove a tentativa apressada de relacionar Alfarrobeira à crise de 1383-1385:

Se, na realidade, o infante D. Pedro tivesse sido o representante do elemento popular e 'burguês' das cidades e das vilas portuguesas, (...), seria de presumir que os seus representantes tivessem participado mais ativamente no conflito militar travado em Alfarrobeira. Ora, tal não aconteceu(...)¹⁶⁴

Ao lado do Infante Pedro, juntou-se um grupo de feição senhorialista¹⁶⁵ engrossado pelo seu próprio ducado¹⁶⁶. Do ponto de vista das relações internacionais, a morte do Duque de Coimbra causou comoção e teve a mais forte indignação do ducado de Borgonha onde vivia a tia de Afonso V e irmã do derrotado. Ela pediu os restos do irmão e foi se queixar ao Papa Nicolau V. O sobrinho tomou algumas medidas importantes para acalmar esses ânimos internacionais, casando inclusive a irmã com o imperador alemão Frederico III, mas sustentou-se mesmo no apoio de fidalgos e cavaleiros, muito dos quais haviam apoiado o infante no período da regência.

A feição senhorialista está presente tanto nas políticas do Infante Pedro quanto nas do rei Afonso V, entretanto Baquero Moreno consegue perceber

¹⁶¹ MORENO, Humberto Baquero, op. cit., p.129.

¹⁶² Idem, p.264.

¹⁶³ Idem, p.366.

¹⁶⁴ Idem, p. 439.

¹⁶⁵ Idem, p. 511.

¹⁶⁶ Idem, p. 512.

nuances importantes: na regência do Duque de Coimbra, um viés centralizador mais forte, já no reinado do sucessor de D. Duarte a matriz senhorial é mais evidente¹⁶⁷. O Infante não soube alimentar o apoio dos povos que talvez vissem nele um obstáculo à “fome” insaciável da nobreza ou um representante que contrariava a expansão¹⁶⁸, sobretudo depois do desastre de Tânger, o certo é que a ascensão de Afonso V marca “um autêntico retrocesso na marcha dos acontecimentos político-sociais, o qual se irá agravando cada vez mais, ao longo do [seu] reinado (...)”¹⁶⁹.

Onde estava Fernão Lopes todo esse tempo? No centro da instabilidade. Assistindo à influência do Conde de Barcelos sobre Afonso V, muito antes do que se poderia pensar, aliás a própria manutenção do infante Pedro na regência poderia apontar para um desejo estratégico de vigiá-lo. Fernão Lopes estava historiando os antecedentes de uma crise que poderia ter seus antecedentes na própria concepção de monarquia abraçada pelos herdeiros de João I, sua tarefa era construir a representação dos fatos do passado, mas era homem do seu tempo, desígnio do qual ninguém conseguiu fugir.

Em relação à polêmica do possível apagamento do nome do cronista depois da sua morte¹⁷⁰, seguido do enobrecimento dos nomes de Zurara e de Rui de Pina que produziram uma sombra sobre o trabalho de Fernão Lopes, resta dizer que muito se deve a Damião de Góis (1502-1574), cronista e guarda mor da

¹⁶⁷ Idem, p. 663.

¹⁶⁸ Idem, p. 664.

¹⁶⁹ Idem, p. 668.

¹⁷⁰ AMADO, Teresa. **Fernão Lopes – contador de História**, sobre a Crónica de D. João I. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p.57.

Torre do Tombo no reinado de D. João III (1521-1557), a recuperação da autoria fernão-lopina¹⁷¹. A sombra se deve a uma rejeição do passado?

O problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando representa 'progresso'. Isso levanta duas questões distintas: como a inovação em si é identificada e legitimada, e como a situação que dela deriva será especificada (isto é, como um modelo de sociedade será formulado quando o passado já não puder mais fornecê-lo).¹⁷²

Intenções ideológicas ou não, o fato é que a sombra não conseguiu ameaçar a longa duração das representações de Fernão Lopes. Por longa duração, entendemos como Braudel, o tempo da estrutura "uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. / (...) uma estrutura é, sem dúvida, ligação, arquitetura, mas sobretudo uma realidade gasta e longamente veiculada pelo tempo"¹⁷³. Este conceito nos ajuda a pensar na reelaboração que cerca a figura de D. Pedro, o Cru, o primeiro protagonista de Fernão Lopes. No capítulo 31 da primeira crônica, é narrada a morte dos assassinos de Inês de Castro dentro de uma perspectiva desabonadora do caráter do monarca, já que outrora ele havia se comprometido a não perseguir esses personagens. Enquanto comia, assistia à morte de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves. De um, mandou que retirassem o coração pelo peito e de outro, pelas costas¹⁷⁴.

¹⁷¹ SARAIVA, António José. **Fernão Lopes**. p.17.

¹⁷² HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p.29.

¹⁷³ POMIAN, Krzysztof. "A História das estruturas" in LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques et alli. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1978. p.183/184.

¹⁷⁴ Cindo séculos depois, a força da imagem ainda é capaz de inspirar a prosa portuguesa. No conto "Teorema" (HELDER, Herberto, "Teorema" in MOISÉS, Massaud. **O Conto português**. São Paulo: Cultrix, 1981.p.368-370.), Herberto atualiza o mito ficcionalizando a voz de Pero Coelho, transformado em narrador de sua desafortunada sorte. Na nova versão, seguindo o princípio de que "quem conta um conto aumenta um ponto", D. Pedro abocanha o coração do novo

2.2.2) FERNÃO LOPES – LEITOR DA ÍNCLITA GERAÇÃO

Em **O Queijo e os vermes**, Carlo Ginsburg questiona a conotação “interclassista” da História das Mentalidades e pergunta: “O que tem em comum o imperador e o seu súdito?”. Esta pergunta é relevante aqui porque nosso recorte privilegiou um universo de obras escritas por príncipes e reis. Fernão Lopes leu muito mais que esta redução sugere, entretanto as obras da Ínclita Geração são reveladoras de uma estrutura mental¹⁷⁵ “imposta” também ao cronista, que não nasceu nobre, como vimos, aprendeu a sê-lo (como D. João I, aliás). Um dos elementos mais interessantes desta visão de mundo foi levantado por Luís de Sousa Rebelo,

No pensamento do círculo de Avis, como, aliás, no resto da Europa, a idéia do carisma do poder com os seus mecanismos transmissórios está nitidamente ancorada na teoria da Grande Cadeia do Ser, ou da catena aurea, que justifica o sentido de toda a arquitetura social, ao reivindicar para ela um modelo de ordem cósmica e de origem divina.¹⁷⁶

O discurso do Doutor João das Regras no 1º volume **Crônica de D. João I** de Fernão Lopes trabalha com o problema da carência de sangue, suprida pelo carisma e com uma rede de metáforas e outras estruturas conceituais normalizadoras de uma anomalia, o rompimento da linha dinástica.

Para o rei D. Pedro I tão importante quanto amar a justiça sem afeição, era reger os costumes¹⁷⁷; seu modo de trabalhar para isso, entretanto, era completamente diferente dos seus descendentes de Avis. Quais são os “novos”

protagonista da história e ele cresce dentro do rei como uma presença que rivaliza com a sua vítima de outrora, “aquela que depois de ser morta foi rainha” (**Os Lusíadas**, III, 118).

¹⁷⁵ ARIÈS, Philippe. “A História das mentalidades” in LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques et alli. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1978. p.479.

¹⁷⁶ REBELO, Luís de Sousa. **A Concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. p. 20.

¹⁷⁷ Prólogo e dos capítulos 1 ao 12 da **Crônica de D. Pedro**.

valores que se elevam com o Mestre e seus filhos? A que quadro social e político eles respondem ou parecem querer reinventar?

O gostar mostra ao entender os sabores que saem de corpos tocados.
(do **Livro da Montaria** – p.9¹⁷⁸)

O pai da nova dinastia, o rei D. João I escreveu entre 1415 e 1433 o **Livro da Montaria** e, embora não tenha aprendido o tema da sua dissertação em uma obra literária, mas sim na prática, considera valioso o registro a que se propôs. Ele mesmo convida outros autores a completarem o seu texto, o que nos revela uma dimensão importante do conhecimento, uma soma de contribuições diferentes. Mas, afinal, por que um livro da montaria? Segundo o rei, “nenhum dos jogos nom correge assi todollos sentidos em geral pera correger o entender do seu enfadamento (...), mas ainda o correge o feito das armas” (p.17), porque “quem bem sabe filhar hum monte, que assi sabera filhar hum campo, em que aja de pelejar” (p.20). Para o rei, os sentidos mostram ao entender todas as coisas e é este entender que julga a informação fornecida pelos sentidos (p.9). Na apreensão das coisas do mundo, o corpo e o entendimento podem cansar e, para remediar isto, o rei propõe que sejam acionadas disposições contrárias às que causaram o cansaço. Assim, os jogos são bons para as armas (nisto se diferem das festas) e para recrear o entender.

A obra é endereçada a cavaleiros, escudeiros e até a reis que podem considerar proveitosas as orientações do monarca: Um bom homem de armas, segundo D. João I, deve ter bom fôlego, ser ligeiro, forte, capaz de combater com

¹⁷⁸ Todas as citações das obras dos Príncipes de Avis feitas aqui foram retiradas na edição da Lello & Irmão, que contempla o **Livro da Montaria**, o **Leal Conselheiro**, o **Livro da ensinança de**

armas, ferir em justas e cavalgar bem, mas o que definitivamente faz com que os homens de armas sejam capazes é a natureza, uma graça de Deus, e o exercício. Assim, se nas justas, os cavaleiros se submetem a cuidados que não teriam nas guerras reais, a melhor maneira para mantê-los capazes de cumprir seus compromissos junto ao rei e desenfadar o entendimento é a montaria, pois ela inclui o comportamento surpreendente da natureza e de seus elementos. Entretanto, certos procedimentos e cuidados podem auxiliar neste jogo cheio de surpresas de “correr o monte” e proporcionar ao seu praticante prazer, treino e refresco moral. Para isso, o rei registra a sua experiência na leitura das coisas telúricas, como marcas deixadas por animais (de quais animais seriam e em que hora elas teriam sido deixadas), quais os melhores cães para auxiliar o homem, os trajes mais adequados e cuidados com os equipamentos (sobretudo levando em consideração que possíveis leitores/conhecedores da obra seriam os próprios moços de monte).

“Correr o monte” não é uma atividade que deve ser generalizada, já que o rei afirma que seria um disparate se todos se dedicassem a isto (p.23), inclusive registra críticas a frades que talvez deixassem os seus afazeres para se vangloriarem da destreza no monte. D. João I também se mostra atento ao fato de que “correr o monte” é um jogo, não uma atividade disposta a rivalizar com as atribuições de reis e príncipes, sobretudo porque os pecados dos governantes são prejudiciais aos povos, ou seja a uma comunidade submetida a seu arbítrio. Para o rei é claro que assim como os monarcas não podem deixar os seus embargos, quem está a seu serviço deve seguir a mesma regra, mesmo se considerar as

cavalgar toda sela, o Livro da virtuosa benfeitoria e o Livro dos Ofícios, as páginas foram

suas obrigações cumpridas, deve procurar fazer mais, isto porque o louvor cabe ao que é bem feito unicamente. Para o rei, é necessário ainda ter iniciativa (p.99), mesmo que o senhor não tenha ordenado determinado trabalho que o servo julga que deve ser feito, este deve realizá-lo pois faz parte de suas atribuições antecipar as próprias obrigações e cumpri-las.

O primeiro capítulo do terceiro livro é um manual de liderança para a montaria e para a política (como aliás acaba sendo toda a obra...). Segundo o rei, um senhor deve fazer mercês a quem age bem e deve penalizar nos corpos e nos bens os maus para que fique clara a sua queixa e para que a ação expiatória sirva de exemplo para outras pessoas à sua volta.

Importa refazer a pergunta que abriu a exposição do conteúdo deste texto – por que um livro da montaria? “Correr o monte” era uma prática da alta nobreza, que afastava o ócio e exercitava para a guerra, segundo D. João I; mas a intenção não está na definição do jogo e sim na urgência de registrar em obra aquilo que deveria fazer parte de uma prática considerada sadia pelo monarca. Sua intenção pode estar relacionada à necessidade de reger uma coletividade “carente” de valores cultuados justamente pela velha nobreza. Neste sentido, é possível aproximar-se da “medievalidade” de D. João I discutida por Manuela Mendonça¹⁷⁹. “Os livros tanto se prestam para ensinar aos que não sabem, como para ajudar os que sabem a reter o conhecimento”¹⁸⁰ e D. João I “assume (...) o papel de educador de seus súditos (...), procura [com a sua obra] traçar (...) normas que

registradas entre parêntesis.

¹⁷⁹ MENDONÇA, Manuela Apud SOUZA, Risonete Batista de, in **A Literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.171.

¹⁸⁰ SOUZA, Risonete Batista de. Op. Cit. , p.176/177.

servirão de guia de comportamento para a nobreza cortesã¹⁸¹, em uma sociedade que passa a acreditar cada vez mais e dar maior importância ao registro escrito.

Um detalhe interessante no **Livro da Montaria** é a diferença que D. João I estabelece entre os homens que vão ao monte e os homens que vão ao mar e que enfrentam um perigo real muito maior que os primeiros. Os homens que se aventuram no mar, sobretudo os mercadores, correm atrás da ganância; segundo o monarca, sua intenção é ganhar, enquanto os homens que se aventuram no monte querem o prazer e o serviço (p.26). A ganância perde a alma enquanto o serviço honra-a. É quase inevitável instaurar uma contradição quando se pensa no início da expansão, na conquista de Ceuta, que se deu justamente no reinado de D. João I. Aliás, ela é contemporânea à escrita da obra. Para enfrentar o mar e iniciar a expansão pela costa africana foi necessário que homens acreditassem na verdade dessa aventura. Sabemos, pelo texto de Zurara, que os participantes desta empresa foram motivados por interesses bem diferentes e que a motivação de D. João I esteve muito mais próxima justamente dos valores cavaleirescos e viris de correr o monte.

Se a concepção de realeza de D. João I parece estar fundada em bases feudais, em vários momentos da obra podemos ler por exemplo a identificação entre beleza e nobreza¹⁸², a sua obra eleva a importância do letrado e do conhecimento (aliás, o monarca chega a afirmar que os homens precisam de conhecimento para conhecer Deus e que não podem fazer bem sem um bom conhecer – p.55/57. A alusão a Santo Agostinho confere uma magnífica síntese do ser e do conhecer – “elle mandara os seus mensageiros do corpo que som os

¹⁸¹ Idem, p.193.

sentidos, pera buscar o seu Deus, e que nom pudera per elles achar, em como quer que elle era dentro em elle” – p.55), a relação entre teoria e prática, a reunião de um número grande de fontes assinadas e realmente conhecidas e o elogio ao exercício físico, ou seja pelo menos quatro aspectos que apontam para uma lenta transformação. Além disso, não se pode menosprezar que o reinado de D. João I marcou o início da expansão, que, apesar de ter muitas faces, foi uma ação militar nova que contou com apreciadores do **Livro da Montaria**.

Conssiirando o que lii do coração do homem,
que he semelhante aa moo do moynho, a qual
botada per força das auguas nunca cessa de seu
andar.
(do livro da **Ensinança de cavalgar toda sela** –
p.447/448)

O livro da **Ensinança de cavalgar toda sela** de D. Duarte foi escrito quando o monarca ainda era infante, ou seja em vida do autor do **Livro da Montaria**. Seu título antecipa um possível conteúdo técnico que a obra do seu pai já estendera. D. João I definiu virtudes para um bom homem de armas, D. Duarte lista 16 “avisamentos” principais do bom “cavalgador”. E quem era o cavalgador lembrado pelo rei filósofo? O cavaleiro, portanto o homem de armas abordado por D. João I, ou seja “personagem” e público alvo também na **Ensinança**. Força, segurança, atrevimento... para quê? Para servir bem a seu senhor, andar folgado, honrado, guardado, temido, ledo e acrescentar mais e melhor ao coração (p.452). Assim, tão importante quanto guardar disposições para se manter na sela em segurança, é se manter seguro na vida, pois, como registra D. Duarte, alguns homens caem sem que o cavalo obre por isso (p.467/468), mas quem tem

¹⁸² Idem, p.175

vontade segura e um grande saber não pode cair. A ensinança pode ser alcançada pela experiência, que é elevada pelo rei filósofo, e pela teoria (daí a importância de sua obra), mas é preciso trabalhar para conhecer, ou seja querer e fazer acontecer.

O capítulo XV é fundamental para a compreensão das transformações da corte e da impactação que elas tiveram no centro do poder. D. Duarte observa que os cavaleiros estão “minguados de manha” porque estão mais preocupados em agradar as mulheres, ou seja estão assumindo comportamentos prazenteiros da vida cortesã em detrimento do apelo militar original de seu estatuto. No século XV, este segmento social está realmente em crise, “que ia além das questões monetárias ou de saúde: era uma classe guerreira sem guerra”¹⁸³. Nesse sentido, D. Duarte convoca o exemplo de virtude dos seus pais e eleva a importância da educação para os moços de alta linhagem. Para eles, o ensino da leitura, da escrita, do latim e da religião; cultivar o estudo de bons livros de moral, filosofia e as crônicas “aprovadas” (p.513), pois estas além de trazerem lições de guerra, fornecem exemplos para os “tempos de necessydade” (p.514). Na verdade, esta **Ensinança** é uma obra de cavaleiros que devem se preocupar com o domínio do cavalo e com o modo de se portar na vida, em observação ao exercício e à virtude, entremeada por uma profunda confiança na vontade do homem; corpo e mente, harmonia pretendida pelos ventos humanistas.

Fernando Maués observa que a alteração do foco da literatura técnica da arte de cavalgar para a preocupação moral, do homem, é uma especificidade da

¹⁸³ MAUÉS, Fernando, in **A Literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.232.

literatura avisina¹⁸⁴, mas “o ‘bem cavalgar’ no medievo (...) [foi] um instrumento de façanhas, de engrandecimento da honra e símbolo maior de uma classe de homens superiores”¹⁸⁵, a nobreza, portanto, público leitor das obras abordadas:

O rei havia que se preparar, ilustrar-se, aprender a guiar seu povo. A profusão de traduções e compilações encomendadas pelos senhores de Avis, a prolífica aquisição de obras e a redação de tratados com o LE são indícios da consciência dessa necessidade, que teria como processo culminante, enquanto signo da busca do saber, a nomeação de Fernão Lopes como cronista do reino¹⁸⁶

Como o autor do **Livro da Ensinança** registra, as crônicas fornecem um conhecimento da guerra e se prestam a tempos de necessidade. A que necessidade o texto de Fernão Lopes se prestou e a qual necessidade ele de fato atendeu? Se a significação dos textos cresce a cada leitura, que necessidade a aposentadoria do cronista ensombrou? Para D. Duarte, a escrita afasta o esquecimento (p.516) e para nós o valor das crônicas também é este, ao iluminar o passado através da representação histórica, Fernão Lopes revelou para uma geração herdeira dos seus protagonistas perfis de monarca, formas de reinar, maneiras de resolver conflitos internos e externos, tirou do silêncio a voz dos povos e “inventou” uma metodologia de registro narrativo do passado.

Interessa ainda levantar o problema da leitura do **Livro da Ensinança** e do **Leal Conselheiro**. É possível que eles não tenham ficado em Portugal logo depois da escrita, ou melhor, logo depois da morte do seu autor; é possível que eles tenham sido levados na ocasião do exílio da rainha, mas isso não quer dizer que não tenham sido lidos e que o seu registro, que contemplava o valor do controle sobre si mesmo, do cavalo e da vida, entremeado a uma profunda crença

¹⁸⁴ Idem, p.205.

¹⁸⁵ Idem, p.206.

¹⁸⁶ Idem, p.241/242 [grifos nossos].

no homem¹⁸⁷, não estivesse presente no universo mental da corte encabeçada pelo autor, na época em que D. Duarte e Fernão Lopes conviveram. Aliás, a intertextualidade nas crônicas prova que a leitura do cronista português se deu¹⁸⁸.

E da lembrança do que vy e senti que fizemos,
screvo esta breve leitura
(do **Leal Conselheiro** – p.426, [grifo nosso])

Feito a partir do requerimento da rainha D. Leonor, “prezada e amada”, o **Leal Conselheiro** é uma dissertação moral, espécie de espelho de príncipes ou tratado de virtudes e conselhos único, sobretudo pelo desnudamento feito pelo próprio monarca de sua doença, de seus sintomas e da maneira como conseguiu a superação do mal. Como observa Helder Macedo,

De par com a perspectiva histórica de Fernão Lopes, as atitudes intelectuais manifestadas na obra de D. Duarte, incluindo a sua capacidade de auto-análise, são porventura aquelas que melhor permitem entender a transformação do Portugal medieval na nação moderna que em breve iria estar na vanguarda da expansão europeia renascentista¹⁸⁹.

Endereçado à rainha, mas também às gentes de sua casa, ou seja aos homens de corte, mais uma vez, a obra parte da observação do que é visto, difere-se de um livro “destorias” (p.238) porque, segundo o seu autor, nestas, o entendimento trabalha pouco e a sua obra tem um caráter diferente, trabalha pelo regimento das consciências e vontades. Para garantir uma amplitude maior do entendimento, e esta preocupação é notável sobretudo levando-se em consideração que o público alvo era necessariamente restrito, o rei resolveu escrever “na geeral maneira de nosso fallar” (p.239). Sua tentativa revela a

¹⁸⁷ Idem, p.215.

¹⁸⁸ AMADO, Teresa. *Op. Cit.*, p.51-58.

¹⁸⁹ MACEDO, Helder, GIL, Fernando, *op. cit.*, p.165.

consciência da importância da linguagem como veículo de comunicação e entendimento e a diferença entre escrita e fala. Apesar disso, sabemos que a sua sintaxe é latinizante, fruto da educação, da sua cultura e dos modelos literários abraçados pelo monarca.

Uma diferença interessante quando se pensa na questão do serviço se faz entre o **Livro da Montaria** e o **Leal Conselheiro**. No primeiro, lembrando a lição do clássico (do livro de Júlio César), o monarca registra que um príncipe deve ser temido e amado e que se algo tiver de falecer, é preferível que seja o amor. Para D. Duarte, é preciso servir por amor, ou por temer perder o amor, não para obter galardões. Aliás, o pior pecado é justamente a soberba, pois é preciso estar contente com o que há, pois o que temos é sempre muito mais do que merecemos. Os que servem, segundo o tratado, devem celebrar a máxima “Deus ama o dador allegre” (p.412).

Outros pecados são discutidos por D. Duarte, como a inveja, a sanha, a ociosidade, a avareza, a luxúria, a gula e a ira, desta se podem apropriar 6 paixões: o ódio, a tristeza, o nojo, o pesar, o desprazer e a saudade. Interessa destacar a tristeza e a saudade. Em relação à segunda, ela não descende do coração, tem a ver com os sentidos e pode provocar nojo, tristeza, mas também prazer. Já a tristeza é uma das origens do “humor menencorico”, doença que se apropriou do rei filósofo, referida também na **Crônica da Tomada de Ceuta** e no **Livro da Montaria**. Seu testemunho serve para edificação, também é possível que cumpra uma espécie de exorcismo¹⁹⁰. O capítulo XIX é notável exatamente porque transforma o drama íntimo do monarca no exemplo da humanidade e da

sua irrefutável precariedade. O rei filósofo faz uma descrição criteriosa da sua doença, um auto-exame, como ela começou, os sintomas (recolhimento, somatização, medo da morte e fantasias), as sugestões alheias e o seu longo processo de cura, determinada pelo firme propósito de “nom sayr em cousa fora da pratica de meu vyver que avya por boa e assy sabia” (p.274). O monarca desprezou os conselhos, teve esperanças em Deus, afastou a ociosidade e passou a guardar o seu estado. Na verdade, sua crença em Deus parecia ser tanta que ele observa que se Ele dera tanta pena a seu coração era para fazer com que o autor emendasse os seus pecados: “No desalento supremo, é ainda Deus e a sua misericórdia que este príncipe tem por inabaláveis. A sua melancolia não pode confundir-se, pois, nessa ordem, com a da modernidade”¹⁹¹. Seu testemunho revela também que D. Duarte observou e pesquisou outros casos e curas, ele acreditava que fugir das doenças não implicava descrença no poder divino, mas gratidão pela faculdade da razão, dada pela divindade.

Apesar do alcance previsto na própria obra, há momentos em que os conselhos têm endereço certo, como no capítulo XXIII, dedicado ao infante Pedro. Aliás, apesar da amizade declarada e do “favorecimento” do infante no coração do irmão, o que sabemos é que o seu testamento deposita na rainha D. Leonor a regência do reino. Sabemos também que este estado não se sustentaria por inúmeros motivos já aludidos. Na verdade, o conselho de D. Duarte ao irmão ganha uma dimensão bastante interessante quando fazemos a sua relação com os acontecimentos da regência e que culminariam com Alfarrobeira. Mas afinal, qual é o conteúdo do conselho do irmão ao Duque de Coimbra? Afastar a tristeza,

¹⁹⁰ LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.24

a sanha, desenvolver a habilidade de falar com diferentes pessoas e reconhecer os erros. O maior valor defendido por D. Duarte em sua obra é justamente a prudência¹⁹², um príncipe que não o é não deve governar (p.349). Sua elevação nasce das falhas que o monarca observou nos outros e principalmente em si mesmo (p.365).

Na determinação das virtudes – fé, esperança, caridade, prudência, justiça, temperança e força, D. Duarte considera importante observar que “cristãos, mouros, gentios e judeus em todos seus livros acerca em todo se acordam” (p.308). Importa lembrar que D. Duarte aceitava a guerra justa porque a Igreja determinara, mas

caracteriza como justa (...) só aquela que tivesse como propósito reconquistar terras cristãs para garantir liberdade de culto a quem quisesse praticar ou adotar o cristianismo (...) [além disso, segundo ele, competia] aos senhores católicos garantir que ‘judeus e mouros taes como eles’ [pudessem] viver em paz em terras cristãs, com as suas vidas e propriedades protegidas¹⁹³

Seu tratado moral ainda abriga uma discussão sobre o amor, maneiras de amar e como se devem amar os casados. De todas as maneiras arroladas pelo autor, eleva-se em diferentes relações afetivas a amizade. Esta teria unido os seus pais, os irmãos entre si e talvez o monarca à muito “amada e prezada” D. Leonor. É interessante observar que todo o texto parte do princípio de uma família ideal, outro exemplo, onde se desenvolveu a razão do rei filósofo. Os infantes não faziam o que desagradava a seu senhor, refreavam a sanha e, mesmo diante de um erro do pai, aguardavam (afinal só Deus é perfeito...) e recebiam com humildade o que ele lhes dizia. Segundo o autor, na família nuclear do reino não

¹⁹¹ Idem, p.25

¹⁹² MUNIZ, Márcio, in **A Literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.305.

¹⁹³ MACEDO, Helder, GIL, Fernando, op. cit. , p.170.

havia o apego dos amores, ciúmes, ou, no extremo oposto, a generalidade da “benquerença”, só a “especial amizade”. Este padrão deveria ser, portanto, cultivado pelo público alvo.

As fontes de D. Duarte são a visão, a audição e o conhecimento (p.442), mas, ainda sim, o monarca recupera dos clássicos a dúvida como método – “melhor he duvidar, que sandyamente determynar” (p.421) e acaba por construir uma magnífica crônica pessoal, uma ensinança de autocorreção moral.

Não é possível deixar o **Leal Conselheiro** sem voltar ao enfoque dado à saudade, pois como observa Eduardo Lourenço, se a descrição do sentimento é perfeita na obra, “ficamos perplexos quando [o monarca] liga a lembrança saudosa ao prazer de, ao comparar o nosso estado presente ao estado passado em que fomos felizes, acharmos este presente melhor”¹⁹⁴, logo a Literatura Portuguesa transformará esse sentimento em uma “felicidade magoada”¹⁹⁵. Não se trata de uma originalidade de D. Duarte, já que também no **Livro da Virtuosa Benfeitoria** do infante Pedro, as experiências do presente conferem maior deleite, porque o passado só é vivido na lembrança. Lourenço questiona os limites ou a espetacular visão de D. Duarte, mas interessa mesmo lembrar que o mesmo homem que sofreu de melancolia é aquele que possuiu uma crença inabalável no seu tempo, no presente que vence qualquer lembrança feliz do passado.

Melhoria grande recebe o entender, quando o prazer deleytoso que fora sentio, o toma forçoso e sem enfadamento, a cuydar aquello que o coração traz.
(do **Livro da virtuosa benfeitoria** – p.757)

¹⁹⁴ LOURENÇO, Eduardo. Op. cit., p.27.

¹⁹⁵ Idem, p. p.29.

O tratado da **Virtuosa Benfeitoria** não foi escrito de maneira ininterrupta; devido às preocupações com guerras e à insistência em que ele fosse terminado, o infante Pedro solicitou o auxílio de Frei João Verba que o concluiu. A obra é endereçada a príncipes e dedicada ao irmão, embora D. Duarte, de quem o infante se diz servidor, não precisasse aprender com o livro, pois ele era o espelho de suas obras (p.530). Quanto ao serviço, elemento fundamental em toda essa obra do infante Pedro, é interessante perceber que os laços que o ligavam ao irmão são a obrigação de sangue, a “naçom” (p.529) e a pura vontade. Dentre esses laços, destacamos o segundo porque ele é fundamental para a discussão do princípio de ser “verdadeiro português”, desenvolvido nas crônicas de Fernão Lopes, sobretudo na **de D. João I. Segundo o infante**, a terra onde cada um nasceu é o seu próprio lugar, por isso afirmam alguns que são portugueses (p.633), além disso, no rol dos agradecimentos, a gratidão à terra em que se foi criado está logo após ao agradecimento a Deus, antes de príncipes, senhores, amigos e benfeitores (p.713-715). Nas relações de benfeitoria, o infante ainda deixa claro que é melhor dar aos de casa – da própria terra, que aos de fora – estrangeiros.

Apesar de destacar um princípio de apego ao torrão, a obra do infante é marcada por conceitos atrelados a relações feudo-vassálicas. A obra é endereçada aos príncipes, porque eles reúnem meios e condições para tornar significativa a ensinança do infante; por outro lado a sua obra pode ser lida por um público menos restrito porque esquivar-se do mal, saber dar e receber benefícios são aspectos da vida dos homens. A lição em livro é importante porque o infante

aprendeu em Aristóteles que os homens têm inclinação para aprender e sendo a memória fraca para reter o necessário, é preciso que os registros supram esta falha.

A “virtuosa benfeitoria” é conceituada como todo bem que é feito com boa ordenança por alguém. O ato de conceder um benefício congrega o sujeito dador, sobretudo príncipes e senhores, mais chegados a Deus por estado moral (p.578), e o recebedor em uma teia de relações intencionais que inclui conhecimento (saber pedir e saber dar, por exemplo), bem e obrigação. Há diversos tipos de benefício – necessário, proveitoso, honroso e prazível, mas sempre dar é melhor que receber e, embora quem os dê deseje ser prezado e mereça agradecimento, o benefício verdadeiro não guarda o próprio proveito, mas o alheio. O infante só não registra que a obrigação do recebedor pode ser de grande proveito.

Pedir é visto como um ato de vontade intencional, neste sentido os príncipes também podem pedir, aliás podem pedir qualquer coisa a seu povo, já que o seu cuidado é manter o regimento e a defesa do senhorio. Estão tão ocupados com estas coisas que não se podem ocupar com plantar ou colher, atividades que devem ser desempenhadas pelos povos. Embora o infante sustente que pedir seja um ato triste e baixo, não parece ser assim quando o senhor pede, pois o seu bem deve ser o supremo desejo de todos, já que a sua perda causa grande dano à terra. Entretanto, seguindo o raciocínio do infante, se o pedido do senhor, ainda que seja pedido, não é baixo, os povos que outorgam podem nesta relação experimentar a grandeza de dar e, desta maneira, aproximar-se de Deus. Resta a pergunta, qual seria a forma conveniente de agradecer aos povos dadores, “novos parentes morais” de Deus?

Uma maneira importante de agradecer é reter o feito através de algum registro. Segundo o infante, a memória é a representação imaginária das coisas passadas guardadas no espírito (p.705), entretanto ela é falha, por isso a história de milagres, por exemplo, foi transformada em narrativa. Neste ponto, vale lembrar que o tratado foi iniciado antes de Fernão Lopes ter recebido a incumbência de historiar a monarquia portuguesa, o prestígio do infante junto às letras certamente não passou despercebido ao cronista que também precisava superar as falhas da memória de todos os corpos do reino. Se a gratidão à terra só está depois da gratidão a Deus, seu registro acabou por contemplar princípios de uma “benfeitoria” outorgada por Deus (mas também por braços não comprometidos com as forças políticas estrangeiras): a ascensão de Avis.

O sexto livro da obra traz uma alegoria – saber e sabor¹⁹⁶ – que proporciona não só as condições espirituais para a conclusão da obra do infante Pedro, mas também conhecimento essencialmente metafórico para o desfecho, quanto conferir prazer na contemplação de verdades especiais que encham de gozo os olhos físicos do infante – “a iij donzella desta companha trazia em seus peytos muy prezado firmal, em cuia meytade era encastoadado o mais fino dyamante que podia seer, cuia vertude tiraua pera sy todallas cousas que eron deseiyadas. E stando eu com grande prazer (...)” (p.757). Não é sem razão que a rainha D. Filipa lhe confiaria as damas, na **Crônica da Tomada de Ceuta**. Cada oferta das donzelas é elemento de uma idealização de harmonia entre as redes de

¹⁹⁶ Sobre esta relação conferir o texto de Paulo Roberto Sodré “A vertuosa compilação do infante D. Pedro e Frei João Verba” in **A Literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

relações que unem o dador e o recebedor – o bem, a grandeza de outorgar, o pedido honesto, o grato recebimento, o alegre agradecimento e a eqüidade.

Helder Macedo observa que é a eqüidade o valor que sustenta a relação mais profunda entre a obra do infante e a de Fernão Lopes,

A Equidade é a principal medianeira entre Deus e a Humanidade, o propósito fundador de todas as benfeitorias, a ‘direita regedor’ que articula as estruturas da sociedade num todo harmonioso, e, em suma, a qualidade equivalente à ‘direitura da justiça entendida por Fernão Lopes como a ‘alma’ sem a qual ‘os reinos perecem de todo’¹⁹⁷

Também faz menção à contribuição de Luís de Sousa Rebelo na compreensão da Grande Cadeia do Ser, já aludida acima, representada de forma alegórica exatamente pela aparição das seis donzelas na **Virtuosa Benfeitoria**. Na verdade, o autor compreende a elaboração desta alegoria como atualização¹⁹⁸ do “Sonho de Cipião” da **República** de Cícero, cuja preservação e comentário foram realizados por Macróbio Teodósio (século V), que tanto influenciou a literatura, chegando à Ilha dos Amores de Camões¹⁹⁹. Tanto no texto de Cícero, quanto na alegoria do infante Pedro, sobressai “um grande sentido de ordem e hierarquia, que mantém a harmonia do universo”²⁰⁰. Sousa Rebelo ainda comenta a especificidade do texto da **Virtuosa Benfeitoria** na síntese entre o velho – discurso da **República** – e do novo – convocação das virtudes femininas e marianas, para a compreensão da sociedade regida por Deus e formada por aqueles que só podem pedir e aqueles que têm poder para outorgar.

¹⁹⁷ MACEDO, Helder, GIL, Fernando, op. cit., p. 163.

¹⁹⁸ Retomada do conceito de Jausz não feita por Luís de Sousa Rebelo, mas interpretada por nós da leitura feita da sua obra já citada.

¹⁹⁹ REBELO, Luís de Sousa. Op. cit., p.45.

²⁰⁰ Idem, p.46.

Um detalhe interessante se interpõe sobre o privilégio da revelação. No texto de Cícero, que Macróbio comenta, o privilégio da elucidação dos mistérios que ultrapassam a vida material se dá a um general romano, conduzido pelo *Africano* que se havia singularizado também em batalhas. Muitos séculos depois, o herói Vasco da Gama tem a visão privilegiada da máquina no mundo interpretada pela própria Tethis, no canto IX d'**Os Lusíadas**. Entre as duas fontes, afastadas pelo lastro cronológico, o infante Pedro se apresenta como co-autor (levando em conta a contribuição de Frei João Verba) de uma experiência reveladora da qual foi também personagem. Esta "vivência" o singulariza em sua coletividade e o inclui em uma linhagem de personagens especiais, aos quais é dado a conhecer realidades interditas ao comum dos homens. Tão logo a visão das donzelas se esvai, o infante sente que está pronto para concluir a sua ensinança, sem demora o seu entendimento processa as informações e ele se transforma em intérprete da estrutura que subjaz à visão. Apesar de privilegiado, seu saber é compartilhado em livro e dedicado àqueles que são capazes de compreender a cadeia de harmonia universal revelada a ele, os príncipes e senhores afinal.

No tratado da **Virtuosa Benfeitoria**, como vimos, há um conceito para o ser português que está ligado à terra onde cada um nasceu. No texto de Cícero, o conceito de "povo", que certamente foi lido pela geração de Fernão Lopes, apreciadora do "Sonho de Cipião", tem uma estreita relação com a idéia desenvolvida nas crônicas do nosso autor: "povo é, não uma reunião de homens agrupados de qualquer maneira, mas a reunião de uma multidão associada pela

adesão a uma lei e pela comunidade de interesses²⁰¹, assim a união entre os homens “é uma aspiração natural, fundada numa espécie de amor”²⁰². A representação do “ser verdadeiramente português”, conclamada para legitimar a causa do Mestre de Avis, harmoniza grupos sociais diferentes que se vêem de repente irmanados para a formação de uma coletividade reconhecível do ponto de vista identitário, pelo menos no nível das representações, é importante sublinhar.

É admirável a capacidade de realização da prosa doutrinária dos Príncipes de Avis que viveram em um contexto agitado por incríveis forças: de centralização monárquica, sentidas desde D. Dinis; afirmação de uma nova ordem política nascida com a elevação de D. João I e conseqüente necessidade de acionar dispositivos ainda legitimadores; definição de identidades culturais; “arejamento” da alta nobreza com o soerguimento de famílias que abraçaram a causa do Mestre de Avis e uma sensível reação que causará a ruína do infante Pedro. A vida virtuosa é para D. Duarte sobretudo necessária aos reis cujos reinos não lhes foram outorgados “pera folgança e deleitação, mas pera trabalhar de spritu e corpo mais que todos” (p.346).

Além da prosa doutrinal de próprio punho, há que se considerar o trabalho de tradução empreendido pelo infante Pedro, privilegiado homem de saber do reino, e valorizado pela corte através de requerimentos da Casa Régia. Para encerrar este momento, escolhemos a tradução do **Livro dos Ofícios**. Esta obra foi dada ao Duque de Coimbra por seu irmão, Dom Fernando. O primeiro começou a ler a obra para várias pessoas, em Português, e estas pediram ao infante que traduzisse o texto, ou seja que registrasse a sua versão em “linguagem”, já que o

²⁰¹ CÍCERO Apud PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Op. Cit., p.146 [grifos nossos].

seu conteúdo era edificante. Assim, apesar de apelar para um clichê de modéstia, o infante empreende a tarefa e dedica o trabalho novamente a D. Duarte, que possui muitos bons livros que tratam de filosofia moral embora não necessite copiar-lhes as lições. O infante acredita ainda que o conteúdo do **Livro dos Ofícios** encontrará eco nas virtudes do irmão mais velho.

A recuperação dessa obra se faz aqui novamente pela discussão de traços da estrutura mental do tempo do cronista Fernão Lopes. Alguns desses traços começam a ser alinhavados na distinção entre homens e animais. Os homens são detentores da faculdade da razão que proporciona a consciência da passagem do tempo, o aprendizado da verdade, a habilidade de haver conselhos e de os poder dar, de perceber o sentido da beleza, viver a afeição e deter senhorios (p.776/777). Esses benefícios da razão ainda fundamentam a honestidade e é no momento em que o texto proporciona a discussão deste tema que toca noutro bastante caro à abordagem histórica de Fernão Lopes, a justiça. No **Livro dos Ofícios**, a fé é tida com fundamento da justiça, ela afirma a verdade, os ditos e as promessas (p.779), mas pode ser atrapalhada pela injúria e pela cobiça (p.780). Na demonstração do valor da pena, o texto é claro em elevar a clareza de se provar o erro, ou seja o castigo não pode ser motivado pela vingança (p.783). É ainda importante guardar a justiça aos servos (p.785) e compreender que a guerra só é válida se o seu objetivo for a defesa e a paz, pois cobrar um senhorio é um ato justo (p.783/784).

Em relação ao universo das relações entre os homens, o **Livro dos Ofícios** também dá contribuições muito interessantes, pois observa que um desses níveis

²⁰² NICOLET, C. Apud PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Op. Cit., p.146.

é ser de uma “naçom”; outro, de um senhorio; de uma língua e ainda de uma cidade. O que sugerem esses níveis além de traços de identidade cultural? Na obra, o amor do homem a terra é o resultado da combinação desses traços. Aos governantes, duas lições de Platão:

defendam o proveito dos cidadãos, que todallas cousas que façam seja por elle, squeecondosse dos seus propios feitos. Outro he que em tal guisa tenham cuydado de todo o corpo da comunidade, que por defenderem h~ua parte nom desenparem a outra (p.797 – [grifos nossos])

O cuidado com o corpo da comunidade significa não desprestigiar qualquer parte dela. No próximo segmento deste texto, privilegiaremos outra forma de compreender o conceito de corpo, que tem relação com esta. Na verdade, a abordagem que privilegiaremos tentará demonstrar como o texto de Fernão Lopes representa a impossibilidade de abalar o corpo da comunidade, pois a sua “saúde”, essencialmente ligada ao perfil do monarca, garante uma governação viável.

No discurso dos príncipes de Avis ventos de mudança agitam uma rede de permanências no âmbito dos valores, como se uma trama fosse urdida entre novas tendências – humanistas – e a velha mas insistente matriz feudo-vassálica e senhorial. Se o discurso da diferença não é assumido pelos príncipes, por outro lado ele será fundamental para a representação de perfis de monarca empreendida por Fernão Lopes, funcionário régio afastado justamente pela elevação mais contundente do senhorialismo, que costuma ser identificada com o reinado de Afonso V. Através do discurso da diferença, o cronista ergue o perfil do Mestre, o “Mexias de Lixboa”, diferente do Cru e do “descuidado”²⁰³. Na verdade,

²⁰³ CAMÕES, Luís, “Do justo e duro Pedro nasce o brando/ (Vede da natureza o desconcerto!)/ Remisso e sem cuidado algum, Fernando,” – III, 138 (grifos nossos).

a reação senhorial parece ter começado antes, entremeada à própria pena letrada dos príncipes.

Antes de passarmos para o próximo momento uma ressalva final merece ser feita. Que não cause surpresa a produção erudita dos Príncipes de Avis, lida de forma apressada como uma invenção da Ínclita Geração nas terras lusas. Não se pode dizer que esses infantes e seu pai tiraram Portugal do ostracismo letrado em que teria vivido.

Um afastamento de dois séculos já pode ajudar a compreender o processo. O casamento de Afonso III (1248-1279) com uma filha do rei Afonso X, o Sábio, de Castela aproximou as cortes em muitos aspectos, dentre os quais os culturais. Apesar do regimento da Casa Real Portuguesa decretado pelo mesmo monarca português em 1250 apelar para austeridade, António José Saraiva alude a uma intenção demagógica de “agradar os ‘povos’, sempre desconfiados contra os gastos da corte”²⁰⁴. O códice iluminado do **Cancioneiro da Ajuda** da época de Afonso III, a produção lírica de D. Dinis, o Terceiro **Livro de Linhagens** e a **Crônica Geral de Espanha de 1344**, atribuídas ao Conde de Barcelos são algumas provas de que as letras portuguesas não nasceram no reinado de D. João I. Aliás, o próprio D. Duarte incluiu obras desse passado em sua biblioteca²⁰⁵.

²⁰⁴ SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.

p.15

²⁰⁵ Idem, p.16.

2.3) O UNIVERSO DAS CRÔNICAS: ESTUDO DOS PERFIS E DAS INTERAÇÕES SOCIAIS

Como a doce música é insuportável para o ouvido, quando falha o compasso e não se observa nenhuma proporção. A mesma coisa se passa na harmonia da existência dos mortais. Aqui eu tenho ouvido fino para apanhar pequena dissonância de uma corda mal posta. No entanto, não percebi a falta de compasso que deveria haver na consonância do meu tempo e do Estado. Malgastei todo o meu tempo; o tempo ora me gasta, porque me vejo transformado agora no relógio do tempo.

(*A Tragédia do Rei Ricardo II* de Shakesperae – 5º ato, 5ª cena)

Os últimos capítulos versaram sobre as condições de representação, ou seja sobre relações culturais que não estão reduzidas a outras de natureza econômica ou social²⁰⁶, mas ao lado dessas, tendo como princípio que não estamos diante “dA” realidade, mas sim de um texto, de uma produção narrativa, porque nada há além disso – “a natureza, em si mesma, é um tecido ininterrupto de palavras e de marcas, de narrativas e de caracteres, de discursos e de formas”²⁰⁷. Assim, aqui, visitamos o passado conscientes de que todo e qualquer contexto é em si uma construção e que o problema do fazer cronístico é o problema de uma representação – “Todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo”²⁰⁸.

Nas páginas precedentes já afirmamos a intencionalidade do discurso de Fernão Lopes, mas fizemos questão de afastar o conceito da premeditação – “o

²⁰⁶ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.9.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.55.

²⁰⁸ HUNT, Lynn. Op. cit., p.25.

poder cria a verdade, e, portanto, a sua legitimação”²⁰⁹. Insistir em uma tecla já tocada, a do discurso da legitimação, não inviabiliza uma nova sinfonia, “estudar o poder através do discurso também nos permite perceber o momento em que são introduzidas novas tecnologias de poder”²¹⁰.

A História Cultural, nos últimos anos, começou a valorizar mais significativamente as contribuições da Antropologia e da Teoria da Literatura²¹¹, desta forma tentaremos examinar o texto de Fernão Lopes não como pretexto para a construção de um sistema, mas procuraremos valorizar seus recursos intrínsecos, porque “as palavras não [refletem] apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade”²¹².

Um aspecto que precisa ser levado em conta quando trabalhamos com narrativas que encenam o passado é procurar compreendê-las dentro de uma teia complexa²¹³ de realidade e representação em que a imaginação revela a coerência interna do tecido textual. Mesmo quando estamos diante de um firme propósito de descrever o real, não podemos disciplinar a ficção como se ela fosse um apêndice circunstancial da busca do historiador²¹⁴. As construções da imaginação devem ser valorizadas dentro da sua ambigüidade insolúvel, apesar

²⁰⁹ O'BRIEN, Patricia in **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.46.

²¹⁰ Idem, p.50.

²¹¹ HUNT, Lynn. Op. cit., p.14.

²¹² Idem, p.23.

²¹³ Em relação às três vertentes do pensamento complexo teorizado por Edgar Morin, podemos reter da primeira que “a palavra *complexus* retira daí seu primeiro sentido, ou seja ‘o que é tecido junto’. Pensar a complexidade é respeitar a tecitura comum que ela forma para além de suas partes” – revista PALAS ATHENA.

²¹⁴ Lloyd S. Kramer em seu artigo “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”, in **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, discute as contribuições dos dois historiadores, sobretudo a sua valorização de referenciais da Teoria da Literatura para a ampliação das análises historiográficas – “o grande valor da teoria literária provém de sua análise dos códigos e das convenções retóricas dos quais os historiadores inconscientemente dependem” – p.146. Sua análise foi fundamental para a redação deste segmento.

do nosso desejo de resolver racionalmente todas as contradições impossíveis – “é no encontro da ordem e da desordem que se produz a organização. Quando os três núcleos de hélio se reúnem nasce uma delas, a do átomo de carbono”²¹⁵. A dificuldade talvez seja aceitar/valorizar a imaginação como “documento” histórico fundamental do homem.

Ao reclamar as contribuições de Bakhtin para a análise da obra de Dostoievsky, Dominick LaCapra afirma que o romance aprofunda controvérsias porque “a forma literária libera a linguagem e, portanto, desafia as categorias que imperam em todas as outras esferas culturais”²¹⁶, mas se interessa sobretudo pela noção de dialogismo. O historiador reconstrói a noção e a transfere para a abordagem histórica por acreditar que ela “permitiria a discussão entre categorias opostas em muitos e diferentes níveis”²¹⁷, não postas em dicotomias simples. Esta valorização é um exemplo de como categorias da Teoria da Literatura podem enriquecer o exame historiográfico.

De que maneira o passado chega a nós? Através de textos que no seu tempo foram alimentados por outros textos – “O historicamente real, o passado real, é aquilo a que só posso reportar-me através de um artefato que é textual por natureza”²¹⁸.

As contribuições de Hayden White e Dominick LaCapra foram rechaçadas por historiadores que acreditam que elas conduzem a um pernicioso relativismo, entretanto não podemos esquecer de que não existe uma única forma de

²¹⁵ MORIN, Edgar. PALAS ATHENA, p.14.

²¹⁶ KRAMER, Lloyd S., op. cit., p.153.

²¹⁷ Idem, p.154.

conhecer o passado, existem perspectivas diferentes que convivem em um mesmo tempo/espço. Não existe um relato único/unívoco do passado, as contradições estão no tempo distante de nós e também em nós. Em relação à acusação de que a aproximação da História e da Literatura comprometeria o rigor científico da primeira, White é implacável – “Só uma inteligência tirânica e voluntariosa poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é aquele representado pelas ciências físicas”²¹⁹. Assim, o conhecimento artístico e lingüístico estão ao lado de outros e podem fornecer perspectivas inimagináveis àqueles que acreditam em uma realidade complexa, pois fazem parte da experiência histórica de um povo e de um tempo.

Fernão Lopes foi leitor especial da Ínclita Geração, ou seja foi membro de uma comunidade interpretativa específica. Foi leitor e criador de outros textos que também foram lidos de diferentes maneiras por outras comunidades interpretativas. Em seu breve e insuperável **Fernão Lopes**, António José Saraiva não deixa escapar um aspecto a propósito da refundição, empreendida por Rui de Pina, de textos escritos por Fernão Lopes. As crônicas com as quais trabalhamos deixaram de ser lidas e de ser reformuladas porque

não havia nada mais incompatível com a monarquia absoluta do que essas crônicas, em que os reis aparecem como homens vulgares, sujeitos a fraquezas, criticados e até eleitos pelos súditos, e em que se narram com aplauso as insurreições populares. Uma adaptação das crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I teria de alterar, não apenas o estilo respectivo, mas ainda o próprio conteúdo (...). Os eruditos do século XVI limitaram-se, pois, a copiá-las em manuscritos, alguns dos quais ficaram na Torre do Tombo conhecidos apenas dos historiadores profissionais²²⁰

²¹⁸ WHITE, Hayden, APUD KRAMER, Lloyde S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”, in **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.155.

²¹⁹ Idem, p.166.

²²⁰ SARAIVA, António José. **Fernão Lopes**. Lisboa: Europa-América, s/d. p.16/17.

Entretanto, falar em leitor pressupõe um encaminhamento duplo pois ora podemos estar-nos referindo a uma inscrição textual (leitor modelo²²¹) ora a uma experiência história definida e até por vezes documentada (leitor empírico e histórico). A respeito do leitor previsto na prosa doutrinal dos príncipes de Avis, vimos que ele é cortesão, não se pode esperar outro no caso de Fernão Lopes, mas se na primeira parece haver uma preocupação de transformar/moldar o empírico no modelo, em Fernão Lopes há sutilezas que merecerão certo investimento, pois não é possível mais criar relações simples e diretas entre “determinados objetos ou formas culturais e grupos sociais específicos”²²². Relacionado à identidade ou à sua construção, há ainda o modo de ler, definido pelo texto, e que é fundamental para a compreensão do modo como o texto foi/é/será recebido, assim como o gênero, ou seja existe uma expectativa quando se lê crônica, outra quando se lê um espelho de príncipes, outra para um manual de montaria e assim sucessivamente.

Na verdade, também não se pode circunscrever a geração de significado à relação texto – leitor, pois, como lembra Roger Chartier, há um terceiro elemento ignorado pelas propostas imanentistas e pela Estética da Recepção, ou seja a significação do processo de manufatura das obras. Assim, é preciso levar em consideração três pólos: “o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende”²²³. Na verdade, esta tese acredita na importância do estudo da

²²¹ Sobre as categorias “leitor modelo”, “leitor empírico”, “autor modelo” e “autor empírico” conferir a obra **Seis passeios pelo bosque da ficção** de Umberto Eco, sobretudo o capítulo “Entrando no bosque”. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²²² CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leituras” in **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.230.

²²³ *Idem*, p. 221.

manufatura, dos manuscritos e cópias, mas se afasta deste exame pois ele exigiria uma aproximação física desses documentos.

A História Cultural superou os ditames da estatística e hoje está mais preocupada com “o contraste entre os modos de utilização de temas ou formas comuns pelos grupos ou indivíduos”²²⁴. A ênfase na maneira, não na quantificação dos lugares comuns, abre a possibilidade de percebermos que “as práticas de apropriação [cultural] sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas”²²⁵ e isto é fundamental para discutirmos os “sucessos” das crônicas de Fernão Lopes, que se agitam entre um universo de leituras esperadas e outras impensadas no momento de produção do texto, mas que podem ter sido feitas posteriormente, pela geração dos painéis de São Vicente de Fora, por exemplo, tanto no período da elaboração inicial do político, no reinado de D. Afonso V, quando na sua reconfiguração, durante o reinado de D. João II²²⁶. Mais uma vez, ressaltamos que esta rede rechaça a premeditação pois

as práticas contrastantes devem ser entendidas como competições, que suas diferenças organizam-se por estratégias de diferenciação ou imitação, e que os diferentes usos dos mesmos bens culturais estão enraizados nas predisposições estáveis próprias de cada grupo ²²⁷.

²²⁴ Idem, p. 233.

²²⁵ Idem, p. 233/234.

²²⁶ MARKL, Dagoberto. Op. Cit., p.26.

²²⁷ Idem, p. 236.

2.3.1) D. Pedro I: “herói de epopéia bárbara”²²⁸

Não devemos soltar rédeas à cólera; os extremos se destróem: leões domam leopardos.

(A **Tragédia do Rei Ricardo II** de Shakesperae – 1º ato, 1ª cena)

Na **História de Portugal**, dirigida por José Mattoso, Armindo de Sousa declara, que, para os seus contemporâneos, D. Pedro (1320-1367) foi “o modo exato de ser rei [naqueles] tempos longínquos e difíceis”²²⁹. Esta declaração ressalta dois aspectos em concerto: a atuação do monarca e as necessidades ou aspirações de seu momento histórico. **A Crônica de D. Pedro** de Fernão Lopes é a fonte narrativa mais importante para a análise do pai do Mestre de Avis, ela descortina um modo próprio de reinar que os tempos pediam, condicionavam, ou como Fernão Lopes parece compreender que eram.

O texto de Fernão Lopes é revelador dos aspectos que colocaram o monarca em concerto com os tempos e com as aspirações dos súditos. Para entender que tipo de relação resultou em uma convivência bem sucedida, é preciso ter também clareza do tipo de súdito que funcionará como contraponto ideal. As crônicas foram escritas em ambiente cortesão e para um público cortesão²³⁰. Em outro contexto, Fernão Lopes considera que um bom escudeiro

²²⁸ SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998. P.193.

²²⁹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. Op. cit., p.489.

²³⁰ Conforme podemos ver na atitude dos cronistas nas miniaturas dos ANEXOS.

Dagoberto Markl, em obra já referida, julga que no político de São Vicente os infantes filhos de D. João I foram “representados (...) [como] componentes de uma sociedade nova, nascida da Revolução de 1383, sociedade caudilhada [por esses] príncipes de Avis, verdadeiras *dramatis personae* de um período rico de acontecimentos e que abre um Portugal novo, a caminho de uma época área, mas fugaz, cuja decadência se iniciará lenta, mas inexoravelmente, após a morte de D. João II” (p.59). O registro histórico realizado nas crônicas de Fernão Lopes é parte de um conjunto de novas preocupações dos iniciadores da dinastia de Avis e de uma nova representação de monarca, que começa a ser delineada no próprio texto do nosso cronista.

dos tempos del rei D. Pedro era parecido com Afonso Madeira, que foi punido com a emasculação depois de ser descoberto em falta. O monarca o “amava muito elhe fazia bem graadas merçees” (CDP, p.38). Ele era “mançebo, e homem de prol, e em aquel tempo estremado em asiinadas bondades, grande justador e cavalgador, grande monteiro e caçador, luitador e travador de grandes ligeiriças, e de todallas manhas que se a boons homeens requerem” (CDP, p.38).

Embora fosse escudeiro, Afonso Madeira tinha habilidades cavaleirescas no monte e na corte; além de “cavalgador”, tocava instrumentos musicais e cantava. Era um modelo de moço bom, segundo o cronista, que o rei muito amava, mas que lhe impingiu uma dupla traição. Neste caso, a punição incidiu exatamente sobre a sua virilidade.

O prólogo da **Crônica de D. Pedro** antecipa elementos da recepção de todo o conteúdo da crônica por parte dos leitores. Para Luís de Sousa Rebelo, este é o prólogo mais importante da trilogia porque ele inaugura o ciclo e discute um conceito que não ficará circunscrito ao entendimento do reinado de D. Pedro²³¹. Elevando a importância dos outros prólogos, o autor ainda afirma que eles são importantes guias de leitura²³².

Fernão Lopes discute o conceito de justiça, suas implicações práticas para reis e súditos e finalmente a sua relação com a figura do monarca que intitula a obra. Não se deve desprezar o fato de que antes de se entregar à biografia do monarca, o cronista considere mais importante tratar de uma questão teórica que passa pela precisão do conceito com o qual vai trabalhar. Afirma que não é o

²³¹ REBELO, Luís de Sousa. **A Concepção do poder em Fernão Lopes**. S/l: Livros Horizonte, 1983. p.30.

²³² Idem.

iniciador de uma nova abordagem, mas um “ajuntador (...) dos ditos dalguuns que nos proguerom” (CDP, p.3). Assim, como “ajuntador”, Fernão Lopes seleciona os traços mais interessantes ao bom prosseguimento do seu projeto.

O cronista faz questão de assinalar que a justiça é matéria temática de muitos outros textos que têm em comum o fato de propiciar que “[sejam] os maaos castigados e os boons viverem em paz”, e circunscreve a sua noção como “Justiça he huuma virtude, que he chamada toda virtude assi que quallquer que he justo” (CDP, p.3), paralela às leis de Deus (CDP, p.3) e que deve ser guardada por todos (CDP, p.3/4) para a garantia da paz e do sossego (CDP, p.4). Nesse “todos”, o cronista inclui reis e súditos, o que confere um alcance extraordinário à virtude. Um rei justo fará leis justas e que serão respeitadas por súditos de igual valor porque elas têm por objetivo “todo bem” (CDP, p.4).

Fernão Lopes aborda a justiça em primeiro lugar, porque “alguuns desejam saber que virtude he esta” (CDP, p.3). Na necessidade registrada desses “alguuns” que o cronista busca atender entrevemos novas expectativas da recepção, do público leitor a quem a obra visa.

A **Crônica de D. Pedro** testemunha um perfil monárquico ímpar, necessário e eficaz. Dentro da obra de Fernão Lopes, Pedro é o mais coerente monarca feudal²³³, porque seu poder foi extraído de suas prerrogativas feudais, porque ele privilegiou vínculos diretos, exerceu efetiva e pessoalmente o seu papel de juiz supremo, foi simpático aos nobres (“criador de fidalgos de linhagem” – CDP, p.8) e solicitou o seu dever de conselho. Sua individualização culmina no fato de que,

²³³ Sobre monarquias feudais, conferir o capítulo homônimo de Guy Fourquin, op. cit., p.99-107.

durante o seu reinado, Portugal não conheceu guerras, embora ele até tenha ajudado o seu sobrinho castelhano no conflito contra Aragão.

As leis compreendidas entre os reinados de Afonso IV e Pedro I, mais especificamente entre os anos 1302 e 1366, realçam três aspectos do *ofício régio*: a origem divina, a finalidade do poder do monarca e a dimensão ética. Em relação ao segundo aspecto, “como alma, cabeça e coração [do povo], o rei deve guardar o direito, a verdade, a justiça, a paz e a concórdia”²³⁴ e em relação ao terceiro aspecto, é importante observar que apesar de a justiça ser a virtude suprema, a erradicação do pecado também passou a ser muito importante²³⁵. A ordenação pessoal dos fatos realizada por Lopes presentifica essas dimensões na **Crônica de D. Pedro** e revela, acima de tudo, que um rei na Baixa Idade precisava “mostrar serviço”, trabalhar – “por non fazer justiça, vem as tempestades, e tribullações sobre o poboo; nom se pode assi dizer deste” (CDP, p.9) – para ser amado pelo seu povo.

Voltando ao prólogo do texto, o cronista declara que a justiça é mais necessária ao rei. Como a alma que junto ao corpo garante a unidade vivificante do ser, o “príncipe he lei e regra da justiça com alma” (CDP, p.4) dos reinos. O que Fernão Lopes está a fazer neste caso é recompor a metáfora da *Lex Animata*, o rei é a alma do “corpo-nação” – “o príncipe he lei e regra da justiça com alma” (CDP, p.4). A voz do rei é vivificante para a lei que só pode viver através dele. Para o cronista, entretanto, de nada adiantariam boas leis sem a perspectiva de sua prática quotidiana e regedora dos “maaos costumes” (CDP, p.5) – “Fernão

²³⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. “Rei e estado real’ nos textos legislativos da Idade Média portuguesa”, in Revista **En la España Medieval**, no. 22. Madrid, Universidade Complutense. p.181.

Lopes caracteriza a justiça como a suma virtude, nos termos em que o faz Egídio Romano no **De regimine principum**. É nesta obra que baseia o essencial da sua reflexão, [transcrevendo-a] em certos passos quase literalmente²³⁶.

Há uma outra direção menos comum da justiça e que se prende à sua propriedade de conferir “fremusura” (CDP, p.5). Esta propriedade deve levar vantagem em relação à formosura corporal, já que a justiça é mais necessária que outra espécie de encanto físico (CDP, p.5) (daí a dupla vantagem de Pedro...). Apesar dessa perspectiva, Fernão Lopes encerra a precisão do seu conceito sublinhando a necessidade de se guardar a justiça para todos:

....compre aos Reis seer justicosos, por a todos seus sogeitos poder viir bem, e a nenhuum o contrairo. Trabalhando que a justiça seja guardada nom soamente aos naturaees de seu Reino, mas ainda aos de fora delle; por que negada a justiça a alguma pessoa: grande injuria he feita ao príncipe e a toda sua terra. (CDP, p.5)

Na “Introdução” da **Crônica de D. Pedro**, publicada pela editora Livraria Civilização, Damião Peres demonstra as fontes de Fernão Lopes e o aproveitamento que este fez delas. Segundo o professor, devem-se reconhecer três tipos de fontes para a elaboração desse texto: as narrativas, a documentação arquivista e os dados transpostos da tradição²³⁷.

Em relação ao primeiro tipo, é preciso ser sensível ao fato de o cronista português ter feito um uso bastante extenso do texto de Pero Lopez de Ayala (sobretudo em relação à descrição do sobrinho do monarca português, Pedro, o Cruel, e da Guerra entre Castela e Aragão), o que se repetirá nas outras crônicas. No trabalho com o segundo tipo de fontes – a documentação arquivista, não é

²³⁵ Idem.

²³⁶ REBELO, op. cit., p.30.

²³⁷ PERES, Damião Apud LOPES, F. **Crônica de D. Pedro**, p. 15.

possível esquecer que Fernão Lopes teve acesso amplo e irrestrito às fontes reunidas na Torre do Tombo, da qual era inclusive Guarda-Mor.

Ao lado dos inúmeros pontos incluídos a cada conto sobre D. Pedro, não se pode deixar de observar que eles certamente tiveram por base uma matriz de realidades a qual o personagem correspondeu de certa forma e sem a qual é impossível a formação do mito²³⁸. Assim, ao lado da pintura do “justiceiro”, Fernão Lopes não esquece das máculas que o exagero ou mesmo os atos difíceis de serem justificados revelam.

A **Crônica de D. Pedro** é constituída de quarenta e quatro capítulos, acrescidos do prólogo²³⁹. Todas essas quarenta e cinco partes podem ser compreendidas em três direções: 23% do texto trata especificamente da justiça e da impactação dos atos do monarca português em relação a ela (dos capítulos 1 até o 10 e o 12) ; 54% versa sobre as questões de Castela, do Cruel e da guerra que manteve contra Aragão (capítulos 13, 15 até 26 e 32 até o 42) e 14%, sobre a relação entre D. Pedro e Inês de Castro (27 até 31 e o 44). No caso da justiça, é possível atingir um patamar de 27% se levarmos em consideração o fato de haver capítulos híbridos em relação a seu conteúdo (capítulos 15 e 44). No caso das questões relacionadas a Castela, pode surpreender o fato de ela representar mais da metade do conteúdo do texto, mas neste caso é preciso desconfiar da analogia pura e simples e tentar perceber como o conteúdo deste segmento pode definir mais amplamente um perfil de monarca necessário àqueles tempos e ao contexto peninsular. Para a confirmação desta verdade, só comparando as representações feitas por Ayala e Lopes.

Em pouco menos de 10% da Crônica, Fernão Lopes trata de assuntos como o nascimento do Mestre de Avis (1º capítulo); o traslado do corpo da rainha D. Maria, mãe de D. Pedro de Castela (2º capítulo); das cartas de pêsames do rei de Aragão e do Papa por causa da morte de Afonso IV (3º capítulo); da confecção de novas moedas em Portugal (11º capítulo) e das festas que D. Pedro gostava e costumava dar no reino (capítulo 14).

Além do nascimento do Mestre de Avis, o primeiro capítulo é o esboço de um retrato que levará outros 44 “tempos” para ficar pronto. É interessante compreender que aspectos o cronista julgou merecedores de figurar no texto, porque ele mesmo reconhece que trabalha com parte da vida. Ao registrar a idade com que D. Pedro I subiu ao trono, o cronista revela que a morte de Afonso IV não surpreendeu um infante imaturo. Desde logo, Fernão Lopes propala um novo monarca cheio de energia para a atividade da montaria, com apetite, generoso e criador de fidalgos. Neste último caso, constatamos que D. Pedro procedeu de forma a inaugurar uma nova tradição pois antes – “nom se costumava seer vassallo, se nom filho, e neto ou bisneto de fidallgo de linhagem” (CDP, p.8).

Tocar no nome de Inês de Castro no capítulo em que se apresenta o protagonista antecipa a sua importância para a compreensão da personalidade do rei. Depois da morte dessa dama, Pedro I optou por não casar mais e o nascimento do Mestre de Avis só é citado depois disso, assim como o nome de sua mãe, porque “ouve amigas com que [o monarca] dormio” (CDP, p. 9). O último capítulo da crônica, em que se narra a morte de Pedro, ata as duas pontas da trajetória dos amantes em uma reflexão sobre o “verdadeiro amor”.

²³⁸ Idem, p.27.

A leitura das cartas, tanto do papa quanto do rei de Aragão, pode inspirar um exame das fórmulas, sobretudo dos valores que se misturam às entrelinhas de um discurso já tornado clichê. Na carta do pontífice, um recado. É preciso que D. Pedro de Portugal continue a ser um “fiel catholico” (CDP, p.16), assim como o fora D. Afonso IV, seu pai. Que perfil de monarca encontra-se no cerne do registro do papa? Os primeiros requisitos são: viver em temor a Deus e honrar a igreja (instituição e corporação), só depois defender as viúvas; antes, garantir o direito das “ecclesiasticas pessoas” (CDP, p.16), depois zelar pelos órfãos. O rei de Aragão era parente direto de Afonso VI. A mãe do rei português, a rainha Santa Isabel, era filha do rei de Aragão, irmã do seu sucessor.

Já a base da fórmula utilizada pelo rei de Aragão é a relação fraterna, ou seja aquela que se constrói entre irmãos. Tendo certamente sabido dos pedidos nunca atendidos, mas insistentemente feitos por Pedro de Castela a seu avô, Afonso IV, de Portugal, de auxílio contra o reino de Aragão, o monarca desse reino precisaria lembrar ao novo rei português o quanto o antigo, recentemente falecido, era-lhe como um pai.

No capítulo 14, volta-se à caracterização iniciada no primeiro, que corresponde à *persona* do rei. D. Pedro gastava o seu tempo fazendo justiça, indo ao monte e em festas. Em relação às festas dadas pelo monarca para o seu desenfadamento, importa reclamar a contribuição de Helder Macedo, isto porque ela trabalha pela unidade que caracteriza o texto de Lopes. Contrapondo semântica e sensorialmente a dança de D. Pedro à dança macabra, assunto recorrente no século XV, Helder observa que esta cena corresponde a outra, a da

²³⁹ Conferir APÊNDICE.

investidura de D. João I: “A dança de D. Pedro mostrara o rei em comunhão com os seus súbditos; o movimento do povo em volta do Mestre de Avis mostra o desejo de comunhão com um rei que fosse seu”²⁴⁰. As festas do pai de D. João I eram momentos em que o rei podia ser tocado²⁴¹ – “metiasse na dança com elles” (CDP, p.62) e em que o povo se regozijava ao ver a alegria do seu rei feio, gago e excessivo.

Na verdade, a dança é um movimento de dupla rotação, para si e para os outros. No caráter extensivo, que leva em consideração as interações entre os corpos dos dançarinos, há um desejo de comunhão. A alegria oriunda da fé em um rei justo remonta ao sagrado – “alegrem-se os céus, e regozije-se a terra; ressoe o mar e o que ele contém (...), porque [Deus] vem governar a terra. Governará o mundo com justiça, e os povos com fidelidade.”²⁴² No Ocidente Medieval o toque real pôde operar milagres, incluindo casos na Península Ibérica, aqui ele alivia a alma, pois apazigua os corpos²⁴³ do rei.

A concentração de capítulos que versam sobre a justiça na **Crônica de D. Pedro** está localizada logo no início desta e esta posição eleva mais a importância do traço. É este um dos assuntos mais importantes da crônica por se prender individualmente ao protagonista. Fernão Lopes não se contenta em ressaltar o amor de D. Pedro à justiça, nem o quanto o seu rigor animava o amor do povo de um ponto de vista laudatório, ele também trabalha com a discussão minuciosa de

²⁴⁰ MACEDO, H., GIL, F., (1998), p.157.

²⁴¹ Quanta diferença da distância “segura” mantida pelos infantes no dito “Painel do Infante” e no “Painel dos Cavaleiros” no político da veneração de São Vicente. Ora os infantes estão acompanhados de seus iguais, ora privam com um santo, “cheiro” de povo só no lugar próprio, no “Painel dos Pescadores”.

²⁴² Salmo 95, 11-13.

²⁴³ Conferir a duplicidade do corpo do rei proposta por Ernst Kantorowicz em **Os dois corpos do rei**, já abordada em “Abrindo a trama”.

casos representativos da atuação do monarca. Nestes, não se furta a revelar nome e sobrenome das pessoas envolvidas, o caráter da intervenção de D. Pedro e a solução dada por este.

Um dos aspectos trabalhados pelo cronista com relação à justiça é a preocupação que o monarca português tinha com as leis “Amava muito de fazer justiça com direito” (CDP, p.8); com a clareza dos procedimentos que cercavam um processo, como pode ser lido em todo o capítulo 4, e com a rapidez com que D. Pedro exigia que as questões fossem resolvidas, tal qual pode ser averiguado no princípio do capítulo 5. O rei proibiu a atuação dos “vogados” (CDP, p.23) e instituiu, por exemplo, espécies de “juízes itinerantes” na tentativa de evitar favorecimentos na resolução dos casos judiciais nas comarcas. Isto porque o respeito às leis não admitia desigualdade de tratamento dos envolvidos. O próprio D. Pedro era um monarca que fazia questão de correr a diferentes sítios sempre que ouvia o relato de alguma injustiça.

Fernão Lopes não se furta à exemplificação de casos em que até para si próprio e para os seus D. Pedro não admitia favorecimentos:

Falando elRei hum dia nos feitos da justiça, disse que (...), e por quanto elle sentia, que o moor agravo que el e seus filhos, e outros alguuns de seu senhorio faziam aos poboos de sua terra, assi em o tomar das viandas por preço mais baixo do que se vendiam, que porem el mandava, que nenhuum de sua casa, (...) que não tomasse galinhas, nem patos (...), salvo compradas aa vontade de seu dono. (CDP, p.26)

A esta determinação, segue-se o esclarecimento do preço a ser pago por produtos de consumo e a argumentação em relação à eficácia da pena capital. Segundo D. Pedro, como os homens temiam a morte mais que tudo, as leis deveriam incluir esta pena para evitar o erro.

O rei, os infantes e membros de sua casa deveriam obedecer a essas leis, o que significava que elas incidiam na regulamentação da vida dos grandes e pequenos, dos nascidos no reino, estrangeiros e que deveriam proteger mesmo aqueles que professavam uma outra religião. O capítulo 6 narra o exercício da justiça “sem afeição” (CDP, p.29). Mesmo vertendo lágrimas, D. Pedro condena dois escudeiros que ele amava à morte por causa do assassinato de um judeu. As pessoas que argumentavam em defesa dos amigos d’el Rei diziam que a vítima não merecia consideração, mas D. Pedro redargüia: “que dos Judeos viinriam depois aos Christãos” (CDP, p.32)

Na verdade, ao tratar da pena de morte e da argumentação em favor dela que faz D. Pedro no capítulo 5, é explicitado o receio do exagero no cumprimento das determinações legais. Um caso emblemático desses exageros do monarca português é sem dúvida o de Maria Roussada. Ao ouvir o povo chamá-la desta maneira, D. Pedro corre a perguntar porque a mulher era conhecida pela alcunha. A explicação de que o marido a havia forçado a dormir com ela antes do casamento, despertou a ira justiceira do monarca que ignorou o fato de o casal viver aparentemente feliz depois do acontecido e de a união ter gerado frutos. D. Pedro trabalha para que o “sedutor” seja enforcado, como estava determinado: “e elRei por justiça mandouho enforçar, e hia a molher e os filhos carpindo tras elle” (CDP, p.42).

Grande parte da narração dos casos de intervenção de D. Pedro para garantir a justiça se prendem a questões de âmbito moral, como regras para casados, para as mulheres, punição a sedutores sejam eles clérigos, almirantes escudeiros e, em especial, até o escudeiro que D. Pedro muito amava, “mais que

se deve aqui dizer” (CDP, p.39). No caso do ímpeto do monarca contra as atitudes do bispo do Porto, por exemplo, pode-se dizer que é de natureza completamente passional. Ao descobrir que o clérigo dormia com a mulher de um honrado cidadão, D. Pedro arquiteta fazer justiça com as próprias mãos. Manda chamar o bispo, dispensa tanto os seus guardas como os dele, tranca a sala, desveste a si e ao bispo dos trajes que os investiam em seus respectivos papéis sociais e investe contra o segundo com seu acoite, o secular parece subjugar o espiritual. Neste caso, D. Pedro acolhe os pedidos de quem lhe suplicava piedade, e assim “arrefeço elRei de sua brava sanha” (CDP, p.35).

A representação levada a efeito na crônica deixa claro que o monarca protagonista não considerava que seus trajes reais investiam-no de um poder maior sobre os homens. No início do capítulo 6, o cronista revela que – “el [o rei] se desvestia de seus reaaes panos, e per as mão açoutava os malfeitores” (CDP, p.29). Pedro I considerava que seu poder não estava ligado ao traje, era-lhe inerente, maior que o poder do bispo. Ao livrar a si e aos outros desses adereços, o monarca poderia estar propondo que não deveria haver diferença entre os homens no trato com a justiça. Entretanto, seu gesto confirma o seu papel de árbitro, já que ele, mesmo sem os panos reais, permanece pleno de direito. A representação de Pedro sugere que aos olhos do cronista seu rei participava de certa forma da glória do sacerdócio²⁴⁴.

²⁴⁴ “Aos olhos de seus súditos os reis medievais nunca deixaram de parecer participar (mais ou menos vagamente) da glória do sacerdócio” – Marc Boch, op. cit., p.161. No político da veneração de São Vicente, uma das alterações mais importantes feitas depois da morte de Nuno Gonçalves foi a reconfiguração do rosto do santo para que pudesse representar as feições do infante D. Afonso (1475-1491). A radiografia da cabeça do santo revelou uma pintura sutilmente diferente e anterior à que conhecemos. Na verdade, depois da morte do príncipe aos dezesseis anos, D. João II pode ter ordenado que o santo retivesse as feições do filho morto tragicamente. São evidentes as semelhanças entre o menino e o santo no dito “Painel do Infante”. A preocupação do rei revela

No princípio do capítulo 7 em que Fernão Lopes narra a sorte do bispo, há uma relação que beira a heresia, quando se recompõe o argumento de D. Pedro de incluir na jurisdição secular o julgamento também dos clérigos. Isto porque D. Pedro observa que Cristo faria a justiça no seu mundo, bem como o monarca português no dele(!). Em contextos diferentes, D. Pedro e Cristo ocupariam um análogo papel na posição mais importante do círculo do poder e esta analogia endossa um perfil de monarca ancorado no sagrado. A superioridade moral do rei ampara a sua tentativa de igualar os homens no trato com a justiça.

Na composição do perfil do justiceiro, é importante observar que, embora seja o cetro o adereço que compõe a figura tradicional do monarca, no caso de D. Pedro há a substituição desse elemento pelo açoite. Fernão Lopes nos apresenta um rei que andava quotidianamente munido deste novo cetro e fazia uso dele contra os malfeitores sempre que a sua brava sanha se avultava. Esta atitude pasmava os conselheiros do monarca, mas este fazia questão de tomar parte direta na investigação, condução e solução dos processos. O texto da crônica deixa claro que, enquanto reinou D. Pedro, não houve crime que ficasse sem a sua solução. No princípio do capítulo 5, há o emprego de uma dicotomia bastante interessante em relação à atuação do monarca, ele não só era amante da justiça como trabalhava por ela, o que eleva a importância da prática, em detrimento de uma concepção idealizante da matéria. Aliás, em um época em que o trabalho não era bem quisto, o uso do verbo tendo como sujeito o rei confere uma nova dignidade à ação de trabalhar.

a permanência de um ideal que aproximava realeza e sacerdócio, em um período já renascentista. Sobre esse assunto, conferir o primeiro capítulo da obra de Dagoberto Markl já referida.

Na verdade, se D. Pedro amava a justiça com direito e sem afeição, é preciso entrever, na narração dos casos de sua intervenção direta, uma postura legalista sim, mas bastante marcada pelo seu julgamento pessoal – “este Rei Dom Pedro era amator de trigosa justiça naquelles que achado era que o mereciam” [grifo nosso] (CDP, p.23). O desejo de justiça atiçava a sua sanha, entretanto sua energia poderia arrefecer com o tempo e Pedro I poderia até perdoar o infrator – “Nom embargando esta carta, nom podiam com el Rei que perdesse sanha do almirante; porem depois a longos tempos lhe perdoou elRei (...)” [grifo nosso] (CDP, p.47). Fernão Lopes representa um monarca que se considera árbitro das questões legais do seu reino, cabia a ele justificar e perdoar.

Outros importantes elementos que se prendem à justiça na **Crônica** são a economia, a boa administração do tesouro, o enriquecimento e a não dilapidação das heranças. D. Pedro trabalhava para diminuir o custo dos processos e via como questão fundamental a necessidade de as resoluções serem rápidas. Punia com rigor os crimes de recebimento de propinas porque não admitia o enriquecimento ilícito. No capítulo 12, por exemplo, Fernão Lopes narra como o tesouro de D. Pedro cresceu, como o monarca sem mexer na herança que recebeu do pai, fazia economia nas suas despesas e deixou o reino em boa situação financeira. Este é um capítulo muito importante pois eleva a importância da riqueza como garantia da proteção do povo, ou seja a paz, e antecipa a atuação de D. Fernando, do qual o cronista ainda falará, como um dilapidador dos tesouros que recebeu. Logo depois do capítulo 12, lê-se a narração de como D. Pedro de Castela juntou o seu tesouro e a importância desses textos estarem em seqüência se articula às suas atitudes virtualmente antagônicas.

Em vários momentos, Fernão Lopes coloca na boca de personagens do texto a necessidade de observar a temperança e a importância do acolhimento de diferentes opiniões. O D. Pedro representado por Lopes é um monarca que procura reconhecer os serviços prestados ao reino, a ele, aos de sua casa e antepassados, mas tem muita dificuldade em lidar com o equilíbrio emocional. Na justiça que fez à morte do judeu causada por escudeiros seus privados, Pedro tem reações díspares: sorri; anda de um lado a outro, como insano; chora aludindo ao passado dos seus homens e, no minuto seguinte, investe contra os dois rispidamente, até decidir pelo aniquilamento. No castigo ao bispo, o cronista alude à “brava sanha” do monarca. No caso do homem apunhalado que teve a barba cortada (capítulo 9), D. Pedro I surpreende a Corte fazendo uma “representação teatral” em que ele próprio atuava como a vítima desses “excessos”; a justiça feita ao algoz protegia também o rei, mas o procedimento utilizado para mostrar a analogia é, no mínimo, heterodoxo.

Os excessos, julgados assim pelo próprio Lopes, não são as únicas nódoas da sua personalidade que o cronista desnuda. A possibilidade do juramento em falso no caso do discutido casamento com Inês de Castro, o não acolhimento do sobrinho e das sobrinhas-netas em Portugal depois da invasão de Castela pelo Trastâmara e especialmente a troca dos assassinos de Inês por castelhanos inimigos de Pedro, o Cruel, podem ser apontados como importantes elementos desabonadores do perfil de um monarca que trabalhava pela justiça. Não podem ser esquecidas as palavras de Pero Coelho: “elle se saltou emtom comtra elRei em desonestas e feas pallavras, chamamdolhe treedor, fe perjuro, algoz e carniceiro dos homeens” (CDP, p.148). A narração da morte dos assassinos de

Inês arquitetada por D. Pedro é o clímax do traço passional da personalidade do monarca português e uma das representações mais beneficiadas pela longa duração. Vitória da fome de justiça do monarca ou mérito do inquestionável talento do cronista para criar tipos?

Apesar da explicitação das nódoas da personalidade de D. Pedro, o fechamento da crônica recupera a idealização do autor de que “diziam as gentes, que taaes dez annos nunca ouve em Purtugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro” (CDP, p.202). Este fechamento traduz a idéia de que excessos havia, mas que eles foram “perdoados” em nome de uma série de realizações que acabaram por coroar efetivamente a administração do monarca. Neste caso, a sua relação com a justiça, o modo como trabalhou nela e por ela diretamente foram essenciais para o caráter inigualável dos dez anos que reinou.

Não é possível ignorar a matéria referente a Castela na **Crônica de D. Pedro**. Levando em consideração que a solução da crise política que elevou o Mestre de Avis à condição de rei é um dos grandes objetivos do discurso de Fernão Lopes, “a decisão tomada pela rainha [Leonor Teles] de recorrer à intervenção externa impunha que se fizesse a história pregressa das relações políticas de Portugal com Castela”²⁴⁵.

Já foi dito que a fonte principal de Fernão Lopes foi o texto de Ayala, mas é preciso acrescentar que assim como Fernão Lopes foi funcionário da nova dinastia de Avis, Pero Lopez de Ayala foi também funcionário da dinastia iniciada pelo irmão e assassino do Cruel, Henrique Trastâmara. Depois de narrar a morte de Pedro Cruel e de tentar camuflar a intenção dificilmente disfarçável do irmão

bastardo, Ayala fez um balanço do reinado do primeiro e revelou entre outras coisas que o monarca trabalhou muito na guerra, foi cobiçoso de juntar tesouros e que matou muitos homens bons de seu reino²⁴⁶; já quando encerrou o relato da vida do Trastâmara, o mesmo cronista declarou que o seu rei foi muito bem recebedor e honrador das gentes, morreu coberto de ouro e dando conselhos ao seu herdeiro²⁴⁷. Nos dois casos é preciso desconfiar da fonte de Fernão Lopes. As notícias do monarca castelhano registradas na **Crônica de D. Pedro** começam ainda na lembrança do reinado de Afonso IV e atravessam o reinado do filho deste.

Em princípio, falar de Pedro Cruel atende aos desejos de um público “ouvinte” (Fernão Lopes também emprega o verbo ouvir em várias flexões) de conhecer as circunstâncias da guerra entre Castela e Aragão, como está registrado no final do capítulo 15. Seriam esses ouvintes membros de uma nobreza antiga que ainda tinha muita dificuldade em compreender a autoridade do poder central apoiado em novos segmentos sociais?²⁴⁸. Porém, além disso, abordar estes fatos significa revelar a natureza do envolvimento de Portugal nos negócios com o reino vizinho. Depois da morte de Afonso IV, Pedro toma a iniciativa de confirmar os tratos de amizade e ajuda junto ao sobrinho. Casamentos são acordados e o Cruel consegue o apoio bélico efetivo que não conseguira quando o avô materno era vivo.

O capítulo XVI exemplifica o modo de composição das verdades históricas levadas a cabo pelo cronista português. Enquanto Ayala fragmenta toda a sua

²⁴⁵ REBELO, op. cit., p.24.

²⁴⁶ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 4º ano (Henrique), 7º e 8º capítulos.

²⁴⁷ Idem, 14º ano, 1º, 2º e 3º capítulos.

crônica para garantir a ordenação cronológica dos fatos, Fernão Lopes reúne e organiza de maneira própria as informações de vários capítulos do castelhano, em três deles, por exemplo, ele cobre um espaço de 7 anos do reinado do Cruel. Este segmento da **Crônica de D. Pedro** de Lopes é uma espécie de registro especular invertido do primeiro capítulo. Do que leu em Ayala, o português conclui que o herdeiro de Afonso XI era “mui luxurioso” (**CDP**, p.71) e “cobiçoso do alheo por maa e desordenada maneira” (**CDP**, p.72). Grande parte da narração da vida do castelhano recuperada por Lopes da crônica de Ayala dá conta das vilanias e atrocidades cometidas pelo Cruel, para as quais, por vezes, o cronista português até emite julgamentos: assassinato de fidalgos; de seus irmãos (“moços innoçentes que nunca lhe mal mereçerom: e por aazo destas mortes, e outras muitas que tendes ouvido, era elRei Dom Pedro tam mal quiste de todos” – **CDP**, p. 118), filhos bastardos de seu pai e de Leonor de Guzmán (alguns capturados quando pequenos); rapto da sobrinha Leonor dos Leões, ainda bebê; abandono e posterior assassinato de sua legítima esposa, D. Branca de Bourbon; abandono de outra esposa, Joana de Castro; assassinato de primos e de sua tia Leonor de Aragão etc. Em relação ao assassinato da própria Leonor de Guzmán, o cronista português defende a portuguesa D. Maria, filha de Afonso IV, e esposa de Afonso XI, da acusação do próprio Ayala de que teria sido ela a mandante do crime. Fernão Lopes duvida e observa que, mesmo se ela tivesse protagonizado ação, não poderia tê-la realizado sem o consentimento do filho. Aliás, o cronista castelhano Pero Lopez de Ayala não parece simpatizar com a rainha Maria, pois quando faz registro da sua morte levanta a suspeita de que ela teria sido

²⁴⁸ REBELO, op. cit., p.26.

arquitetada pelo próprio pai, o rei Afonso IV de Portugal, “por quanto nom se pagaua de la fama que oya della”²⁴⁹. Sobre isso, só há silêncio em Fernão Lopes.

Pedro, o Cruel, foi o único filho legítimo de Afonso XI e D. Maria²⁵⁰, mas teve muitos irmãos, sobretudo frutos da relação de vinte anos entre seu pai e a dama sevilhana Leonor de Guzmán. A rainha portuguesa sabia da predileção do marido e talvez tivesse também o seu preferido, o cavaleiro Martim Afonso Teles, pai de Leonor Teles e que foi para Castela acompanhar a então infanta Maria. Pedro sucedeu o pai muito jovem e o primeiro desafio que enfrentou foi manter-se vivo. Cresceu alimentado pelo ódio da mãe contra os poderosos bastardos, honrados ainda em vida do pai.

A morte de Afonso XI de Castela foi chorada até pelos mouros²⁵¹ e logo Pedro Cruel confrontou o desejo dos irmãos bastardos e da mãe deles de acompanhar o cortejo fúnebre. Ayala abordou o temor de Leonor de Guzmán de ser presa, mas não levou em consideração a afronta subjacente a Pedro e à rainha Maria. O jovem rei teve de demonstrar desde cedo quem mandava afinal. Uma doença no início de seu reinado motivou planos de casar a sua mãe e alianças daqueles que, na corte, ora temiam, ora desejavam a morte do jovem rei. A preferida de Afonso XI agiu rapidamente e articulou o casamento do Trastâmara com D. Joana Manuel, dama com quem o novo monarca também pensara em se casar²⁵². A ameaça dos bastardos, sobretudo de Henrique, marcou o reinado de Pedro Cruel e os problemas entre eles motivaram até mesmo a intervenção de Afonso IV de Portugal, pai da rainha traída.

²⁴⁹ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 8º ano (Pedro), 2º capítulo.

²⁵⁰ Conferir árvore no APÊNDICE.

²⁵¹ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 1º ano (Pedro), 2º capítulo.

O segundo capítulo da **Crônica de D. Pedro** de Fernão Lopes registra o requerimento feito pelo Cruel ao tio português para o envio dos restos mortais de sua mãe, Maria de Portugal, para que ela fosse enterrada ao lado do pai. Na verdade, levando-se em consideração a representação do Pedro castelhano que nos fazem Ayala e Lopes, é possível apreciar a vingança do filho que apaziguou os ânimos sem paixão recíproca dos pais. Sabemos que o Trastâmara também operaria a sua vingança, separando o casal na morte.

O que importava para a alta nobreza era o casamento por razões políticas, o amor, portanto, estava fora de questão. Fica evidente que as relações extraconjugais, vividas à margem da política, preenchiam muitas vezes o espaço da afeição, daí as tramas de amor, como a vivida por Pedro e Inês de Castro, por Afonso XI de Castela e Leonor de Gúzman e pelo próprio Pedro, o Cruel, e Maria de Padilha, e a preferência, às vezes problemática do ponto de vista político, pelos bastardos, como Afonso Sanches (filho de D. Dinis) e o Trastâmara (filho de Afonso XI de Castela). A importância desses e de tantos outros é tanta que “os descendentes, mesmo em linha ilegítima, de reis, estão em posição de destaque, à frente de nobres de descendência legítima”²⁵³. Vale lembrar que a nobreza estava ligada à herança paterna exclusivamente e que, em relação à fidelidade, os bastardos levavam vantagem sobre os legítimos na medida que viviam sob a proteção de seus pais, enquanto os outros tinham como objetivo sucedê-los de

²⁵² Idem, capítulo 12. Conferir APÊNDICE.

²⁵³ FELDMANN, Sérgio Alberto. **Amantes e Bastardos – as relações conjugais e extraconjugais na alta nobreza portuguesa no final do século XIV e início do século XV**. Curitiba: Quatro Ventos, 1999. p.92.

fato²⁵⁴. A fidelidade ao pai morto faz o Tratâmará transladar o corpo de Afonso XI para Córdoba, o sítio de sua preferência registrado no testamento²⁵⁵.

O casamento de Pedro e Branca de Bourbon se deveu ao plano de aproximação com essa casa francesa, a noiva era sobrinha do rei João, arquitetado por João Afonso de Albuquerque, tutor do castelhano, mas que foi depois morto a mando do monarca. Na verdade, a influência desse fidalgo português era muito grande, ele fora como um pai para o Cruel, portanto o abandono de D. Branca deve ser lido também como uma ação complexa de Pedro, política e pessoal, no mínimo, para a afirmação da independência dos seus dois corpos, natural e místico; rei e coroa para serem potencializados/libertados em Rei. É evidente que não se trata de justificar ou julgar o ato do monarca, mas sim de tentar compreendê-lo à luz da conjuntura política na qual ele se agitava. O abandono de D. Branca foi aproveitado por uma série de nobres descontentes para engrossarem a oposição ao monarca e o apoio aos bastardos de Afonso XI. Isto porque andavam enciumados com os privilégios concedidos aos parentes de D. Maria de Padilha. Ou seja, a causa da rainha preterida era um expediente que encobria o desejo de honra e proveito.

Logo que percebeu que o Cruel tentava se afastar de sua tutela, João Afonso se bandeou para o lado dos bastardos e juntos ensaiaram até uma aproximação com Portugal, oferecendo ao ainda infante Pedro, filho do rei Afonso IV, o reino de Castela²⁵⁶. Orientado pelo pai, o português afastou-se da questão. João Afonso de Albuquerque era um dos nobres mais poderosos ligados a Pedro

²⁵⁴ *Idem*, p.133.

²⁵⁵ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 6º ano (Henrique), 4º capítulo.

²⁵⁶ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 5º ano (Pedro), 8º capítulo.

de Castela, no momento em que sente perder o poder sobre o rei, corre para o lado que lhe sorria com novas possibilidades de sucesso. Sua adesão à causa dos inimigos do seu antigo pupilo pende a balança para o seu novo lado, o que exige do Cruel uma postura rápida, sua escolha foi a perseguição rigorosa.

O caso de João Afonso é emblemático do movimento da fidalguia ibérica, mas conserva particularidades que o sustentam como um caráter individual altamente interessante. Depois da sua morte, seus homens se negaram a enterrá-lo e seu corpo era levado a todo lado, participava das reuniões e era “ouvido”. Rui Dias Cabeça de Vaca, seu mordomo maior, até “falava” com ele²⁵⁷.

O Cruel conheceu a sua amada Maria de Padilha na casa de seu tutor, João Afonso de Albuquerque, e, apesar de ter casado com outra mulher (D. Joana) ainda em vida de D. Branca e de ter se interessado por outras episodicamente, jamais se afastou por muito tempo dos braços da mulher que lhe deu suas três filhas – Beatriz, Constança e Isabel – e um filho – Afonso, morto em tenra idade²⁵⁸. Ayala não esconde os sentimentos do rei, o monarca não teve vontade de casar com D. Branca em primeiro lugar por causa de Maria de Padilha, dama “muy hermosa”²⁵⁹, a quem ele “amava mucho”²⁶⁰. A dama não é ferida pela pena do cronista que reconhece nela nobreza de caráter, sobretudo quando estão envolvidos os bastardos que o cronista “protege” – “ca era buena e de buen seso e nom se pagaua de las cosas que el rei fazia e pesauale mucho de la muerte que era hordenada de dar al maestre [D. Fradique]”²⁶¹. A morte dessa dama foi

²⁵⁷ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 5º ano (Pedro), 31º capítulo.

²⁵⁸ Conferir APÉNDICE.

²⁵⁹ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 4º ano (Pedro), 3º capítulo.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 9º ano (Pedro), 3º capítulo.

pranteada em todo reino por ordem do rei que mandou trazer o seu corpo para a capela dos reis e depois mandou construir outra, “muy fermosa”²⁶² para colocar o seu corpo. Pedro Cruel também afirmou que a havia tomado por palavras de presente e que seus filhos deveriam ser tratados por infantes²⁶³.

Não foram poucas as vezes em que o Cruel tentou aproximar-se de seus irmãos bastardos. É claro que essa aproximação garantia ao monarca a presciência dos caminhos e projetos deles, mas ela colocava-o também em perigo constante. Daí a sensação que temos, ao ler Ayala, de que o monarca castelhano joga com a fidelidade de cada um dos outros filhos de Afonso XI, prometendo honras particulares e segmentando a unidade dos bastardos. Nas vezes em que considerava fundamental confrontá-los, os textos de Ayala e de Fernão Lopes só não conseguem disfarçar as oportunidades em que o Cruel desbarata os irmãos. O seu assassinato, por exemplo, aconteceu em uma emboscada, não em uma luta campal de confronto aberto.

Fernão Lopes escolhe uma metáfora também comprometida ideologicamente para caracterizar a guerra declarada por Pedro de Castela contra Aragão – “de pequena faísca se acende grande fogo” (CDP, p.88). Na verdade, o altivo monarca castelhano dificilmente poderia suportar a afronta de um capitão aragonês no seu porto. O seu pedido de justiça junto ao monarca do reino vizinho não é atendido e a guerra se acende. A primeira coisa que Pedro IV de Aragão faz é mandar chamar de França os irmãos inimigos do castelhano, não se pode esquecer que o seu reino deu abrigo e honrarias em diversos momentos aos bastardos de Afonso XI, declarados pelo Cruel como seus maiores rivais. A

²⁶² AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 13º ano (Pedro), 7º capítulo.

proteção de Pedro IV não poderia ser compreendida em Castela como prova de amizade ao monarca desse reino.

Ayala registrou que Pedro viveu 16 anos de paz²⁶⁴, entretanto não se pode dizer que os viveu tranquilos, já que as ameaças eram constantes e de todos os lados. Quando se preparava para a guerra contra Aragão, o monarca castelhano recebeu honradamente o fidalgo Pero Carrilho para estar ao seu lado e este não foi julgado pelo autor castelhano, nem pelo português, como perjuro, apesar de aproveitar a sua estada em Castela, para resgatar das garras de Pedro, D. Joana Manuel, esposa do Trastâmara.

O cronista castelhano registra raros comentários pessoais sobre os fatos que narra, mas o mesmo não se pode dizer sobre Fernão Lopes. O narrador da **Crônica de D. Pedro** tem consciência de que os feitos de Pedro Cruel recuperados por ele podem dar ao leitor a falsa impressão de que ele se compraz no relato de tamanhas atrocidades, assim ele se defende observando que o monarca castelhano atingiu “notavees pessoas” (CDP, p.103) e que, por isso, não pode deixar de fazer menção. Além de suas apreciações explícitas, a polifonia presente no texto é um dado fundamental para compreender a natureza da recuperação histórica de Fernão Lopes. Sobre isso, José Gaspar de Oliveira Nascimento tem a dizer que,

Na verdade, o narrador não mostra fatos, ele apenas os diz. E, ao dizê-los representa-os subjetivamente. É ele quem dispõe de informações que o leitor ignora. Por meio de sua presciência faz o leitor ver a ação pelos olhos e pela voz das personagens. Em certos momentos, é sua própria voz que se sobressai às demais. É o narrador que seleciona os fatos para relatá-los ao leitor. A partir das informações que o leitor vai adquirindo sobre o narrador nos meandros da narrativa, pode situá-lo e compreendê-lo. Afinal, o narrador, enquanto sujeito da

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, (Henrique), 4º ano, 7º e 8º capítulos.

enunciação, expande-se em diferentes vozes que dão pistas sobre a imagem que o leitor pode fazer dele.²⁶⁵

A demarcação dos diferentes discursos é facilmente reconhecível nas crônicas de Pero Lopez de Ayala. Em Fernão Lopes, há um registro mais “democrático” de vozes²⁶⁶ que se interpenetram. A coletividade é representada no discurso, mas não está ausente da crônica do castelhano, como sugerem os estudos que insistem na feição popular presente na crônica portuguesa. Pensamos que ela merece destaque, mas não se pode menosprezar o registro do choro das mulheres de Córdoba que não queriam ser cativas dos mouros²⁶⁷. As Cortes tão representativas tanto em Castela quanto em Portugal revelam também as aspirações da concelhia, dos poderes locais mais próximos das necessidades do povo, e beneficiam a amplitude do registro histórico.

Se a guerra contra Aragão começou por motivos fúteis ou justos de um rei que exigiu de outro a justiça contra a afronta de um vassalo ou ainda motivada pelo desejo de expandir territórios firmados em vida dos monarcas antepassados, o que se depreende é que Pedro Cruel se saiu muito bem em vários momentos da contenda, desbaratando inclusive fileiras que contavam com o apoio do Trastâmara. O castelhano pôde contar com o apoio do Príncipe Negro, enquanto Aragão se alinhava à França, o que incluiu a Península Ibérica no contexto da Guerra dos Cem Anos. Jose Terrero observou, ainda em relação à atuação internacional, que o reinado do Cruel não foi frutífero para a Reconquista²⁶⁸, mas

²⁶⁵ NASCIMENTO, José Gaspar de Oliveira. **A Língua Portuguesa no século XV: Fernão Lopes**. Sorocaba (SP):TCM, 2001. p.74.

²⁶⁶ *Idem*, p.81.

²⁶⁷ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, (Henrique), 3º ano, 4º capítulo. Esta referência foi incorporada por Fernão Lopes à **Crônica de D. Fernando** (capítulo 19).

²⁶⁸ TERRERO, Jose. **Historia de España**. Barcelona: Ramón Sopen, 1965. p.169.

não se pode dizer que ele se esquivou da relação com os mouros. Pedro ajudou Mohamed V a recuperar o trono contra o Rei Vermelho, em um dos momentos mais desabonadores do caráter do monarca castelhano representado em Ayala e em Lopes. o segundo prestou vassalagem a Pedro, o que incluiu homenagem e pedido de proteção, e o Cruel fingiu aceitar para no dia seguinte matá-lo pessoalmente.

A **Crônica de D. Pedro** registra a ajuda do monarca português ao sobrinho em diversas situações do seu conflito contra Aragão e faz questão de realçar a legalidade desse auxílio, o que ultrapassa Ayala, pois em seu texto sobressai o desamparo ao Cruel. Mesmo quando Henrique Trastâmara é alçado rei e Pedro de Castela precisa proteger as filhas e a si mesmo, Fernão Lopes defende o rei português deixando claro que o sobrinho não havia feito a exposição dos motivos da viagem de D. Beatriz, sobrinha-neta do Cru, a Portugal. Todas essas explicações visam à resposta ao Príncipe de Gales já que o Cruel fora se queixar na Inglaterra do desamparo às suas filhas.

O historiadores do passado mais recuado perscrutam a trajetória do seu próprio tempo. Le Goff costuma observar que as marcas de individualidade que assinalam a diferença dos homens e mulheres da Idade Média contêm a surpreendente possibilidade de reconhecimento, o seu principal interesse no passado é, portanto, o de compreender o seu tempo presente, o tempo de homens e mulheres do século XXI. Algumas das marcas que formam o perfil do Pedro português e o perfil do Pedro castelhano foram sintetizadas pelos seu epítetos de maneira bastante rica. O primeiro ficou na História como o Cru, que vem do adjetivo latino CRUDUS, A, UM. Em português, além do óbvio “não

cozido”, cru significa “sem disfarce”, “bárbaro, cruel”, “áspero, duro”, “demasiado livre e chocante”²⁶⁹. O epíteto do segundo monarca tem outra origem, o adjetivo latino CRUDELIS, E, que significa “que gosta de fazer correr sangue, desumano”²⁷⁰, este sentido foi desenvolvido em português “que se compraz em fazer mal, em atormentar ou prejudicar (...) severo, rigoroso, tirano”²⁷¹.

As crônicas de Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala que tematizam a vida dos dois Pedros, tio e sobrinho, dão-nos um perfil de monarca singular e semelhante, mesmo levando em consideração o contraste entre amor pela justiça do português e os crimes do castelhano. Já foi dito que o primeiro teria sido o rei necessário àqueles tempos e que o povo perdoava os seus “excessos” pois ele trabalhava sem cessar pela ordem dos negócios do reino. Pois é justamente a personalidade excessiva, julgamento evidente nas fontes, o que aproxima os dois monarcas. Pedro era Cru no trato com a justiça e o foi singularmente no caso dos assassinos de sua amada, não nos esqueçamos de que ele assistiu à retirada do coração de Pero Coelho pelo peito e de Álvaro Gonçalves pelas costas enquanto almoçava justamente coelho; na verdade, “Fernão Lopes não dissimula o que são actos de crueza substantiva e reserva para eles os mesmos qualificativos que atribui àqueles que cometeu, ou ordenou D. Pedro de Castela”²⁷². O monarca português foi possivelmente perjuro no caso de seu casamento com Inês de Castro, aliás, o cronista declara que a afirmação do monarca de que teria casado pode ter sido inspirada pela que fizera o seu sobrinho no caso com Maria de

²⁶⁹ FERREIRA, Aurélio, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** (1ª ed./ 11ª impressão). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d. p.405.

²⁷⁰ TORRINHA, Francisco, **Dicionário Latino Português**. Porto: Gráficos Reunidos, 1982. p.215.

²⁷¹ FERREIRA, Aurélio, *op. cit.*, p. 405.

²⁷² REBELO, *op. cit.*, p.33.

Padilha. Inovou no uso pessoal e corrente de um instrumento para castigar os criminosos, o açoite, não se negou a ser “apenas” homem para fazer a justiça (quando se desvencilhava de seus trajes reais), a dançar entre o povo e realizou o maior rito fúnebre até então visto em Portugal para honrar a transladação do corpo de Inês de Castro. A justiça sem afeição era a necessidade de seu tempo e ele a atendeu.

Pedro de Castela foi cruel com os irmãos, afastou a própria mãe e aliada com as suas atitudes, matou vários fidalgos e também foi perjuro, era mau pagador, mas cresceu ciente das preferências do pai, não teve paz, dormia pouco e foi apaixonado por uma mulher que também morreu cedo. Amou a justiça para si mesmo e isto o perdeu – “Señor, que justiça es esta (...) que se sofre en presencia del rrey nuestro señor que se ponen armas escondidas en el canpo para matar a los que entran en el seguros del rrey por defender su fama e su linaje e su verdat”²⁷³. Este questionamento revela uma discrepância entre a compreensão que os fidalgos tinham de justiça e a que teve o monarca castelhano.

No relato do quarto ano do reinado de Henrique Trastâmara, ainda em vida de Pedro, este recebeu uma carta de um mouro seu amigo que continha predições até das circunstâncias de sua morte. Neste documento, fica claro que os excessos do monarca ameaçaram um de seus corpos, a corporação²⁷⁴ ou a coletividade, Pedro não contava mais com as “peñolas com que afermoses [su] persona real”²⁷⁵ e estas “peñolas” são “los omnes grandes en sangre e en linaje, que son sus naturales (...) com las peñolas que destas tales alas se crian en los cuerpos de los

²⁷³ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 12º ano (Pedro), 4º capítulo.

²⁷⁴ Conferir a teoria dos dois corpos do rei de E. Kantorowicz.

²⁷⁵ AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 3º ano (Henrique), p.274.

reys, que ennoblesçen mucho sus personas e sus figuras”²⁷⁶. Os excessos e desvarios do português foram perdoados porque não ameaçaram o seu corpo “místico”²⁷⁷, já os do castelhano custaram-lhe literalmente a vida.

A beleza dos túmulos góticos de D. Pedro I e de Inês de Castro, colocados à direita e à esquerda do transepto da Igreja do Mosteiro de Alcobaça respectivamente, atestam um desejo de permanecer e um certo apego aos valores terrenos em meio a um século que elegeu o túmulo um de seus objetos característicos²⁷⁸. Esses monumentos trazem à memória dos passantes as figuras que ali quiseram repousar, na verdade seus restos, até o dia do Juízo Final. Para além da morte, o amor dos dois, carnal e trágico, ganhou definitivamente uma dimensão sagrada²⁷⁹.

A rosácea do túmulo de Pedro, o Cru, é uma fonte importante para a compreensão de uma transformação, a roda da fortuna simboliza “a instabilidade permanente e o eterno retorno”²⁸⁰. A alternância infinita de estados representa uma mudança da própria concepção de tempo, ecos de infinitude, impossíveis de serem refreados desde os averroístas. Aliás, o movimento incessante da roda assinala ainda os ditames da Justiça²⁸¹, nada mais apropriado ao Justiceiro.

A história de Pedro e Inês de Castro aparece elevada na crônica porque “seu fundamento teem sobre a verdade” (CDP, p.199). A tentativa da sua compreensão transmuta o texto histórico em prosa poética – “(...) disserom os

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ KANTOROWICZ, E. op. cit., p.135/136.

²⁷⁸ DUBY, Georges, **A Idade Média – Tomo I**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p.115.

²⁷⁹ SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.

P.48

²⁸⁰ CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p.787.

²⁸¹ Idem.

antiigos que nenhum [amor] he tam verdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo.”²⁸². O cronista não se furta a dizer que diante dela, Pedro I, ainda infante, perdia vista e fala e, longe, “numca çessava de lhe enviar recados” (CDP, p.200). Na verdade, muito se pode afirmar sobre o desfecho dessa história, mas o certo é que a brutalidade com que o assassinato de Inês foi executado nos lembra que a sua morte esteve ligada ao *pathos*, ao exagero da paixão²⁸³, não à justiça – “as sentenças eram feitas com pregão público de culpas, o qual não poderia deixar de ser referido nas crónicas”²⁸⁴. Daí que é difícil crer na declaração feita pelo cronista no princípio do capítulo 27. Fernão Lopes, que é tão atento às fontes, esconde a sua atrás de um sujeito indeterminado pouco antes de duvidar da veracidade da declaração do rei, de que se teria casado com Inês de Castro. “Dizem” (CDP, p.125) que D. Afonso IV mandou averiguar junto ao filho se este havia se casado com a dama Castro, mas como pôde o monarca ter desejos de honrá-la como nora (CDP, p.125) se toda a sua batalha contra o filho foi para que este não tivesse tempo de dar essa honra à Inês? A dúvida do cronista parte de uma premissa também duvidosa para

²⁸² Idem.

²⁸³ A Literatura já deu uma explicação para o sentimento de Afonso IV, marcado, em vida de seu pai, pelo desprezo deste à rainha santa e pela preferência pelos outros filhos bastardos. Na estância 123 (3º canto) de *Os Lusíadas*, o poeta entende as razões do velho rei “Tirar Inês ao mundo determina,/ Por lhe tirar o filho que tem preso,/ Crendo co sangue só da morte indina/ Matar do firme amor o fogo aceso”. O assassinato é a opção passional para um amor fora dos padrões considerados aceitáveis pelo rígido Afonso IV.

António José Saraiva também lembra de um trecho de *Ayala* em que o cronista registra um motivo bastante plausível para a oposição do rei Afonso IV à união do filho com Inês de Castro – “E fizola el Rey Don Alfonso matar, por quanto le decian que el Infante D. Pedro su fijo queria casarse com ella, é facer los dichos fijos legítimos; é pesabale al Rey Don Alfonso, por quanto la dicha Doña Ines non era fija de Rey” – Apud SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998. P. 49.

²⁸⁴ SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998. P. 50.

o leitor e atravessa uma lista de honrados fidalgos e clérigos que Fernão Lopes sugere perjuros e manipuladores de bulas papais (**CDP**, capítulo 28).

Quanto à afirmação do monarca de que não dissera antes que se havia casado com Inês por temer o pai, o desfecho da história deu-lhe infelizmente crédito, muito embora encontremos brecha para dar razão também à dúvida do cronista quando nos lembramos que D. Pedro só se lembrou de publicar o fato muito depois de D. Afonso IV ter morrido.

A representação tumular da tragédia de Inês e Pedro alcança um caráter único quando apreciamos a conjugação das cenas de intimidade do casal, do assassinato, da ascensão ao paraíso e da felicidade que não teve tempo de se concretizar – Inês rainha, sustentada pelos seus algozes²⁸⁵. O Juízo final está representado no túmulo da dama Castro – “os dois amantes obtêm por direito próprio, um lugar à janela do Paraíso; e aqueles que os contrariaram despenham-se nas goelas do inferno”²⁸⁶, mas a espera (ou expectativa) pelo fim do mundo está no túmulo de Pedro. A pedra escreve a nova história do sagrado, o amor entre homem e mulher, apesar das reservas à prática do amor sexual da sociedade cristã²⁸⁷ e é “a mais escandalosa afirmação do direito do amor carnal a ter um lugar na escala cristã que abrange este mundo e o outro. É a sacralização do desejo”²⁸⁸.

Fernão Lopes ao ter alinhado os Pedros pode até ter querido promover o antagonismo, mas registrou um modo de reinar que pode ter resultados efetivos para o bem e para o mal, certamente diferente do modo de ser rei personificado

²⁸⁵ Idem, p.51.

²⁸⁶ Idem, p.54.

²⁸⁷ Idem, p.55.

por outro protagonista, o “Mexias de Lixboa”, D. João I, e pelo seu filho, D. Duarte, amigo e protetor do cronista português. No penúltimo capítulo da **Crônica de D. Pedro**, o cronista projeta o nome do seu maior protagonista mostrando a aprovação do pai à honra do Mestrado de Avis e a predestinação entrevista no onírico – o sonho em que “Joanne com huuma vara na mão” (CDP, p.196) ocorre em defesa do reino.

²⁸⁸ Idem, p.54.

2.3.2) D. Fernando: comigo me desavim²⁸⁹

Como vós, eu vivo também de pão, padeço
 privações, necessito de amigos, sou sensível às
 dores. Se, a tal ponto, eu sou escravo, como
 ousais vir dizer-me que sou rei?

(**A Tragédia do Rei Ricardo II** de Shakesperae –
 3º ato, 2ª cena)

Necessidade de atar as pontas do texto:

Em cerca de 13% da **Crônica de D. Fernando**, ainda podemos ler as vicissitudes dos irmãos castelhanos – Pedro Cruel e Henrique Trastâmara, pois elas continuaram depois da morte de D. Pedro I de Portugal. Muitos dos acontecimentos já foram antecipados no capítulo anterior, quando foram contrapostos os reis homônimos. Assim, do 2º capítulo até o 24º, há a narração exclusiva dos eventos nos quais os dois simultâneos monarcas de Castela procuraram estabilizar a sua situação. Nesses capítulos, Fernão Lopes continua a incorporar trechos inteiros dos textos de Ayala e a inserir eventuais julgamentos e discordâncias baseadas em sua pesquisa nas fontes a que teve acesso. Entende-se perfeitamente que o cronista português continue na **Crônica de D. Fernando** a insistir no recuo às contendas entre o Trastâmara e seu irmão para poder

²⁸⁹ Verso da redondilha de Francisco de Sá de Miranda (1481-1558):

"Comigo me desavim,
 sou posto em todo perigo;
 não posso viver comigo
 nem posso fugir de mim.

Com dor, da gente fugia,
 antes que esta assi crecesse;
 agora já fugiria
 de mim, se de mim pudesse.
 Que meio espero ou que fim
 do vão trabalho que sigo,
 pois que trago a mim comigo,
 tamanho imigo de mim?"

contextualizar melhor a entrada do seu novo protagonista na guerra contra o reino vizinho.

Nesse segmento em que D. Fernando figura tão pouco, só mesmo na afirmação de amizade aos rivais castelhanos, Fernão Lopes registra a oscilação do rei de Navarra, que chegou a tramar a própria prisão para fugir ao enfrentamento com o Trastâmara e à aliança com o Cruel. Na verdade, Carlos de Navarra dera garantias ao primeiro, perante o Corpo de Deus, de que D. Pedro não passaria pelo seu reino, em um eventual retorno a Castela. Ele colocara os seus corpos²⁹⁰ à disposição do Trastâmara em caso de os inimigos deste invadirem o reino, mas o poderio do príncipe inglês, aliado de Pedro, fez com que o rei de Navarra reconsiderasse. O encarceramento do corpo natural do rei afastou da querela a coroa.

A aproximação do exército de Pedro, revitalizado pelo príncipe de Gales, recolocou o Trastâmara em franca instabilidade, bem como a difilcultosa paz entre França e Inglaterra. Tanto é assim, que o rei Carlos da França pediu a Henrique de Castela que não entrasse em guerra contra o Cruel. Já afirmamos que as lutas em Castela entre os irmãos rivais contribuíram para escarnecimento da Guerra dos Cem Anos. Pois, em um dos momentos em que os principais reinos envolvidos gozavam de um intervalo em paz, a contenda entre Pedro Cruel e o Trastâmara não poderia mais ser vista como “laboratório”, mas como ameaça.

Também o Príncipe de Gales tentou evitar o confronto através de uma carta a Henrique Trastâmara em que cobrava justiça ao rei Pedro. Nesta missiva, o Príncipe chama o novo rei de Castela de “conde” em uma tentativa clara de

desqualificar a posição assumida pelo castelhano. Este documento mereceu uma resposta do Trastâmara. Nela, ele ratifica a sua posição régia e revela que o Cruel “regeo [o reino] de tal maneira, que todollos que o sabem e ouvem se podem maravilhar de tanto tempo seer sofrido no senhorio que teve” (CDF, p.27). A carta ainda registra que Pedro se viu privado de sua corporação, ansiosa por se livrar “de tam duro e tam perijgoso senhorio” (CDF, p.28).

O capítulo 9 da **Crônica de D. Fernando**, copiado do capítulo 12, 2º ano do reinado do Trastâmara, de Ayala, é exemplar de que, nem quando derrotado, Henrique é desmerecido pelos cronistas. O Cruel vence, mas o desbaratado é o “ardido cavalleiro” (CDF, p.30). O resultado ressuma uma ironia inapreensível aos autores dos textos²⁹¹, pois o elogio ao Trastâmara, “homem de gram coração e esforço”(CDF, p.29) não encobre a cena em que ele aparece em fuga, depois da superioridade da aliança Cruel/Príncipe de Gales, deixando para trás leais cavaleiros que seriam massacrados pela fúria de Pedro.

Depois dessa vantagem, o Príncipe de Gales dá um conselho muito valioso ao rei Pedro – “que cobrees os coraçoes dos grandes e fidalgos de vossa terra” (CDF, p.29), pois a vingança do castelhano sobre os aliados do rival parecia querer despovoar o reino. Na verdade, o Cruel ignora a sugestão, mas fica evidente no texto que a sua postura colocava em risco os seus corpos, já que

²⁹⁰ Novamente remetemo-nos à tese de Kantorowicz sobre os corpos do rei.

²⁹¹ Afimar a ironia neste e em outros momentos ainda relaciona-se à necessidade de guardar a distância entre intenção da obra e premeditação. Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala não poderiam pretender a ironia, mas ela ultrapassa o seu projeto no olhar que lançamos hoje sobre os textos do passado. Esta figura “estabelece um contraste entre o modo de enunciar o pensamento e o seu conteúdo” – MOISÉS, Massud. **Dicionário de termos literários**. 15ª ed. São Paulo: Cultrix, s/d. p.295. Na verdade, nos textos de Lopes e Ayala, a ironia se afigura no contraste entre o elogio de um cavaleiro, cuja verdade inerentemente bélica estava sendo testada, e o resultado francamente desvantajoso para si, no cenário exato de uma importante batalha.

estava “em ponto de perder o reino” (CDF, p.36), ao que o Príncipe inclui “e vossa pessoa” (CDF, p.36).

No início do capítulo 21, o cronista português afirma que o Trastâmara acreditava que, se a guerra entre ele e o irmão se prolongasse, Pedro teria vantagens. É uma declaração assaz curiosa, já que o segundo não contava mais com ajuda dos ingleses. Em Montiel, Henrique só se sai vencedor porque age antes dos reforços do rival chegarem. Depois da morte de Pedro, sabemos pelas fontes que defendem o Trastâmara, estamos falando sobretudo de Ayala, que várias cidades de Castela mantiveram a fidelidade ao rei assassinado. Entretanto, que tipo de fidelidade sobreviveria às crueldades de um rei, cujo registro conhecemos em detalhes? Que tipo de fidelidade sobreviveria à morte de um rei “vil”?

É muito interessante acompanhar a estratégia ascensional do Trastâmara, algo semelhante a de Henrique Bolingbroke, primo direto da dinastia de Avis. Aliás, também Ricardo II de Inglaterra e Pedro de Castela têm traços comuns, arrebatados, nervosos, impulsivos e violentos, além de tudo, contemporâneos, tiveram destinos parecidos: padeceram nas mãos daqueles que vieram a tomar o seu trono²⁹². É importante lembrar ainda que o aniquilamento dos dois reis é um ataque muito sério à figura do rei ungido, representante de Deus na sociedade humana; são mudanças sutis nos tempos que elevaram a importância das atitudes, que Fernão Lopes parece sublinhar. Quanta diferença do Trastâmara e de Bolingbroke, quando pensamos em como o cronista registra a chegada ao

²⁹² É fantástica a declaração do inglês na peça homônima de Shakespeare, ilustrativa do temperamento dos dois desafortunados monarcas – “Não nascemos para rogar, mas sim para

poder do Mestre de Avis. Os dois primeiros, usurpadores, e o terceiro, aquele que nem rei queria ser (!), escolhido em Cortes, pelo menos é assim que Fernão Lopes quer que possamos reter na memória.

A **Crônica de D. Fernando** tem o maior prólogo quando comparamos os outros textos de mesma natureza produzidos por Fernão Lopes, mas nele não há discussões teóricas. O cronista português faz uma sinopse da atuação do monarca, não sem compará-lo ao pai, sobretudo nos casos em que aborda a justiça. Entretanto, ao contrário deste, sabemos que D. Fernando tinha os atributos físicos de um monarca ideal. Além de muito belo, era amado por todos, amável e excelente cavaleiro. A justiça dava formosura a D. Pedro e a D. Fernando, que já a possuía! No prólogo ainda sobressaem exemplos da administração do monarca – “amou muito seu povo, e trabalhava de o bem reger” (CDF, p.3), estamos diante do herdeiro das qualidades morais e régias de D. Pedro I.

Fernando começou a reinar um Portugal rico, pois, naquele tempo, o cronista corrige, os reis “tijnham tal geito com o poboo, simtindoo por seu serviço e proveito, que era per força seerem todos ricos” (CDF, p.5). D. Fernando zelou pela economia do reino e agiu de forma a garantir que os mercadores do reino fossem abastados, não que outrem lucrassem sobre o seu prejuízo. O registro de ações para evitar arruaças e vagabundagens de toda a ordem relembra a regência das moralidades de Pedro I, detalhada na primeira crônica da trilogia. No cômputo geral, o saldo é positivo, mas em um momento antecipa-se a mácula com a qual Fernão Lopes parece esperar que fechemos a leitura do texto integral, isto é

ordenar” *Ricardo II*. I. 1. 12. A cena do assassinato de Pedro na **Crônica de D. Fernando** não

quando fala da guerra, a partir dela “nação outro mundo novo muito contrairo ao primeiro” (CDF, p.3/4). Não se pode esquecer que um dos atributos de um monarca justo para Fernão Lopes é justamente a capacidade de manter o reino em paz, portanto o fato desestabilizador, antecipado sutilmente no prólogo, é fundamental para a economia das três crônicas e, com isso, para o trabalho de justificação da monarquia de Avis.

Escolhas de (D. Fernando) de Fernão Lopes:

Quando comparamos a **Crônica de D. Pedro à de D. Fernando**, é quase irresistível não deixar de apontar o quando a segunda tem uma multiplicidade muito maior de assuntos²⁹³; para dar conta desta narração, o cronista se utilizou de fontes documentais e arquivistas, como havia feito na anterior. Também a **de D. Fernando** é marcada por uma predominância de assuntos bélicos. A primeira fase da guerra com Castela representa 13% do total da crônica; a segunda, 9% e a terceira, 18%. Se somarmos as três fases aos 13% da guerra entre o Trastâmara e seu irmão Pedro, teremos aproximadamente 54% só tratando de contendas. Este índice ainda pode crescer mais se computarmos os saldos de guerra, ou seja atos que se relacionam intimamente a ela, e poderá alcançar aproximadamente 75% do total do texto. A economia da crônica referenda que todo o problema do reinado de D. Fernando adveio do seu confronto com Castela. Apesar de tão extraordinário resultado, nem só de assuntos de guerra vive a **Crônica de D. Fernando**.

ficaria a desejar quando a comparamos à captura de Ricardo II na peça já aludida.

²⁹³ Conferir o APÊNDICE.

Além das guerras, a crônica revela realizações do monarca protagonista, 3%; problemas, artimanhas e governo do reino, todos relacionados à Leonor Teles 17%²⁹⁴; notícias dos irmãos, em especial, D. João de Castro, 5%, e questões internacionais da Igreja, como o Cisma, 2%. Nesta conta, pode surpreender o quão restrita é a porcentagem que diz respeito às realizações de Fernando. Estamos falando das realizações que não tiveram relação direta com as guerras, é claro. A porcentagem é ínfima, está localizada no período posterior à segunda fase da guerra contra Castela, mas não o são as realizações em si, como por exemplo: melhorias para incrementar a defesa do reino (capítulo 87); construção de muros em torno de cidades (capítulo 88); ordem para o aproveitamento de terras para a lavoura (capítulo 89); privilégios para quem construísse naus e a organização bem como manutenção dessa construção (capítulos 90 e 91). Todas essas realizações, assim como outras, leis protetoras das mercadorias nacionais (Prólogo) ficaram como marca de uma administração correta.

A sua iniciativa de cercar Lisboa leva em consideração a antevisão do rei de que – “soo esta çidade era a melhor e mais poderosa de sua terra, e que em ella prinçipalmente estava a perda e defenssom de seu reino” (CDF, p.233). Os povos reclamam da empresa que parece destinada à infinitude, porém o cronista insere uma máxima de natureza Humanista na determinação de D. Fernando – “por que nom ha cousa por gramde e alta que seia, que a voomtade do poderoso homem nom traga aa execuçom, se em ello poser booa femença” (CDF, p.234). Essa crença no homem, “com ajuda de Deus e seu boom emcaminhamento”, torna a representação de D. Fernando mais afeita aos postulados de uma

²⁹⁴ Esta porcentagem pode cair para 14% se computarmos em outros segmentos os capítulos

afirmação da vontade humana, capaz mesmo de garantir o futuro, pois os povos de Lisboa agradeceriam a D. Fernando depois, no posterior cerco à sua cidade.

Apesar de o cronista afirmar que “muito bem feito foi este Rei Dom Fernando, assi em reparar villas e castellos, de que se seguio gram bem do reino” (CDF, p.235), ainda surpreende que tão pouco caso tenha feito dessas realizações na economia geral do texto. Tudo isso pode ser apaziguado quando pensamos no projeto de legitimação de Fernão Lopes. Para entender D. João I como o último dos grandes reis e não o primeiro dos novos²⁹⁵, descendente direto do rei justo (na verdade, muito mais justiceiro...), é preciso transformar o reinado de D. Fernando em uma anomalia que a nova ordem, a “Sétima Idade”, viria normalizar.

Fernando é chamado à guerra por três motivações: ser ele mesmo rei de Castela; favorecer um de seus sobrinhos (um dos filhos do monarca assassinado) e vingar o primo. No final capítulo 25, a disposição se aproxima da vingança, o que reafirma a linhagem do justiceiro; D. Fernando ainda se queixa ao Papa e ao Rei da Inglaterra a respeito da conduta do Trastâmara. Na crônica de Pero Lopez de Ayala, esta possibilidade não é aventada, D. Fernando aparece lá a reclamar o trono de Castela por ser bisneto legítimo do rei Sancho e neto da rainha D. Beatriz²⁹⁶. O certo é que, no texto do português, ainda não lemos a má vontade do cronista nesta aproximação do seu monarca em guerra “alheia”. Ele mesmo observa que Fernando pode ter-se sentido atraído pela possibilidade de aumentar a sua fama, já que ele “era grandioso de vontade, e quereçoso daquello que

híbridos, ou seja, que abordam outros importantes assuntos.

²⁹⁵ MACEDO, H., GIL, F., op. cit., p.143.

²⁹⁶ AYALA, Pero Lopez. CDPyDH, 4º ano (Henrique), p.298.

todollos homeens naturallmente deseiam” (CDF, p.77). O desejo de aumentar a fama e estado é humano e, para os reis, em especial, significa o engrandecimento e expansão do seu poder. Não se deve esquecer que em vida do rei Afonso IV de Portugal, o ainda infante Pedro fora aliciado a aceitar justamente o trono de Castela²⁹⁷ e que este só foi demovido graças certamente aos conselhos do pai.

Para entrar em guerra, Fernando não se negou a honrar os estrangeiros que vieram para o seu lado. Aliás, em relação a isso, a crônica dá um testemunho sutil de que os fidalgos do reino se admiravam da generosidade do monarca, o que pode ser lido como despeito e ciúme. D. Fernando é implacável em relação às argumentações dos nobres da terra pois “os seus aviam casas e terras em que abastadamente podessem viver, e os que vijnham desacorridos, avijjam mester bem apousentados e fazerlhes mujtas merções” (CDF, p.79). O texto define D. Fernando como o mais generoso entre todos os reis de Portugal até então. Neste “prólogo”²⁹⁸ que antecede a primeira fase da guerra contra Castela, o monarca português ainda mandou cunhar moedas com seus “novos” senhorios e fez alianças de casamento, as quais tanto lhe custarão depois, para garantir apoio, em especial de Aragão.

D. Fernando parece exigir dos alcaides e povos que tinham castelos cercados que tentassem por si só resistir às investidas de Henrique Trastâmara, na primeira fase da guerra contra Castela – “nenhuum Rei podia acabar grandes feitos a que se possesse, se el per si nom fosse presentemte com os seus” (CDF, p.98). Os movimentos iniciais do monarca português também parecem sugerir que D. Fernando queria rendições e, como Henrique foi atrás dele em Portugal, o

²⁹⁷ MATTOSO, José, SOUSA, Amindo de. Op. Cit., p.487.

primeiro recuou e abriu espaço para a passagem dos castelhanos. Na verdade, várias cidades no reino vizinho deram voz ao português e ele pôde contar com homenagens em boa parte da Galiza. O Trastâmara não ficaria indiferente ao crescimento desse apoio. Entretanto, uma coisa era reunir homens para receber a oferta “generosa” de homenagens e outra bem diferente era reuni-los para defender-se diante de um senhor que se via prejudicado por essas mesmas ofertas, caso respectivamente de D. Fernando e do rei Henrique de Castela. No caso específico do cerco a Guimarães, conhecemos o movimento de D. Fernando para o seu socorro e sabemos também que, se Fernão Lopes sugere que o monarca português não queria ter trabalho, mas apenas cobrar rendições, o Trastâmara não se comporta diferente, já que abandona Guimarães depois de saber que o português corria em socorro da cidade e que ele, Henrique, não a podia tomar (CDF, p.96).

Nas primeiras investidas de Henrique a Portugal, na 1ª fase da guerra entre os reinos, o cronista português ressalta que era a intenção do monarca citado tentar a paz (CDF, p.90), mas não conseguiu refrear a sanha dos seus que “emtraram per Purtugal, começaram de fazer tal guerra, qual homem com maa voomtade faz em terra de seus emmijgos, quando nom acha quem lho embarque” [grifo nosso] (CDF, p.90). Lembremo-nos, por exemplo, de que para o Duque de Coimbra, o Infante Pedro, contemporâneo de Fernão Lopes, só é válida a guerra se o objetivo for guardar a paz.

Logo o sujeito do discurso fortalece a idéia de que a disposição de D. Fernando arrefece na guerra, isso se dá na mesma proporção com que a sua

²⁹⁸ Formado entre os capítulos 25 e 29.

vontade é minada pela influência de conselheiros pouco interessados nessa contenda, estamos falando objetivamente de João Afonso Telo, tio de D. Leonor Teles. Este fidalgo “objeto de sucessivas e periódicas doações régias”²⁹⁹ já dera provas de que simpatizava com a causa do Trastâmara, quando em vida do rei Pedro de Castela suprimiu-lhe valores “em troca de acompanhamento no restante da jornada”³⁰⁰ por Portugal, no episódio de sua fuga para a Inglaterra. Aliás, João Afonso o abandona, mesmo depois de ter sido “pago”, por medo do então infante D. Fernando. Na verdade, esse fidalgo “instiga [o rei português] à deflagração da guerra mas não ao embate frontal com o inimigo castelhano”³⁰¹.

João Afonso ainda representa papel importante nos planos falhados de casamento entre D. Fernando e a infanta Leonor de Aragão. Aliás protagoniza um episódio que, embora desqualificado pelo cronista (capítulo 57), expõe artimanhas que grassavam no círculo cortesão fernandino, atribuídas ao fidalgo.

Um caso emblemático das influências de terceiros sobre o ânimo bélico de D. Fernando é o de Carmona em que o rei português chega a ser injuriado publicamente. Esta cidade era um importante berço de resistência ao Trastâmara, contava com fidalgos mais fiéis ao rei morto Pedro, em destaque Martim Lopez de Córdoba; tesouros; capacidade de defesa e com os filhos do antigo rei, sob a proteção do fidalgo citado. Sabendo que o rei Henrique estava prestes a cercar a cidade, os fidalgos da resistência mandaram um cavaleiro a Portugal para pedir auxílio a D. Fernando, um auxílio já prometido para casos como aquele que se avizinhava. A demanda é feita, mas a resposta é pura decepção pois sua essência

²⁹⁹ FERNANDES, Fátima Regina. **O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996. p. 245.

³⁰⁰ *Idem*, p.246.

era a de que o rei português tinha outros negócios a ocupá-lo (CDF, 120). O cavaleiro castelhano só tem tempo de tirar a família da cidade de Carmona, pois não tem coragem de dar a notícia publicamente aos que esperavam socorro.

Um primeiro detalhe que merece destaque é o discurso do cavaleiro diante de D. Fernando, depois da recusa de socorro, “digo a qual quer do vosso comselho, que vos esto diz e comselha, que el he treedor, e fallso, e vos nom comselha bem nem verdadeiramente” (CDF, p.121). Os conselheiros são atacados de forma violenta e, entrelinhas, D. João Afonso Telo, pois era o “moor privado” (CDF, p.131) do rei português.

Outro detalhe a ser destacado no caso de Carmona é o silêncio de Pero Lopez de Ayala em relação à promessa de D. Fernando no mesmo evento. Quando faz menção já ao cerco à cidade, o cronista castelhano revela que Martim Lopez de Córdoba não parecia esperar ajuda de Portugal – “nom auia acorro ninguno de Ingla terra nim por Castilla nin de Granada”³⁰². Parece-nos também pouco provável que Ayala deixasse de mencionar um fato tão importante quanto esse, sobretudo em prejuízo do caráter da principal ameaça aos interesses do seu protagonista.

Ao tomar Carmona, o Trastâmara mais uma vez quebra a palavra dada de garantia da segurança dos fidalgos que mantinham o cerco na cidade, mas nesse caso não é poupado pelos seus (CDF, p.124). Outrora dera garantias de vida aos infantes filhos do rei morto Pedro e nesse momento da guerra encarcera-os em Toledo. Tanto as crônicas de Ayala quanto as do cronista português Fernão Lopes registram exemplos de perjuro do Trastâmara e de artimanhas empregadas por

³⁰¹ Idem, p.250.

ele para conseguir os seus fins, como fingimentos e partidas noturnas, que estão nos textos para serem lidos por todos. O assassinato de Pedro Cruel talvez seja emblemático de tudo isso, mas o saldo moral é favorável ao Trastâmara pois o seu projeto animava a pena do castelhano, principal fonte do português comprometido também com o enfraquecimento gradativo das políticas de seu protagonista.

Nesta primeira fase, podemos ler ainda a situação nas fronteiras, a dilapidação dos tesouros, o arrefecimento da vontade do rei português na guerra e até a atuação da rainha castelhana na contenda. As **Histórias de Portugal** concordam com Fernão Lopes ao caracterizarem como inexplicável a aceitação da paz firmada no Tratado de Alcoutim (1371), pois são evidentes os esforços portugueses que foram bem sucedidos. Ficaram acertadas, dentre outras coisas, da parte de D. Fernando, a sua abdicação ao trono castelhano, o alargamento das fronteiras portuguesas e o casamento com a filha do Trastâmara, D. Leonor de Castela.

Fernão Lopes demonstra grande interesse pela economia do reino em toda a trilogia. No capítulo 55 faz um balanço das questões que cercavam as mudanças na/da moeda. Luís de Sousa Rebelo faz menção ao “jogo homológico” que se inicia na questão monetária quando o cronista compara as políticas neste setor de Afonso IV, Pedro I e D. Fernando – “enquanto D. Pedro jamais mudou a moeda e Afonso IV ficou impedido de a mudar por vontade do povo, D. Fernando não teve hesitações em fazê-lo, sem para isso pedir a aprovação das Cortes”³⁰³. Entretanto, no capítulo 55 é visível a queixa de Afonso IV – “se lhe o seu poboo

³⁰² AYALA, Pero Lopez. **CDPyDH**, 6º ano (Henrique), p.317.

consentira outra vez mudar a moeda, que elle fora huum dos ricos Reis do mundo” (CDF, p.147). Na verdade, a desqualificação da política de D. Fernando referenda a “conveemça antre elRei e os prellados e o poboo do reino, que elRei nunca mais mudasse moeda” (CDF, p. 146), ou seja a reafirmação de um princípio de imutabilidade benéfica da condição dos reinos e das vontades. Ao abordar as guerras e a dilapidação do tesouro público, Fernão Lopes insere cada vez mais freqüentes excursos críticos no texto que apontavam para um passado superior em qualidade ao tempo da narrativa.

Uma leitura aguçada da **Crônica de D. Fernando** revela ainda todo o rol de sentimentos humanos que o cronista sabe mapear como ninguém e este texto, em especial, está prenhe deles. Quando o assunto é Leonor Teles, por exemplo, nem o cronista parece ficar imune aos efeitos que este tema causa em sua pena. A partir de seu aparecimento no texto, vêm à tona histórias de paixão nada contidas. Um dos capítulos mais importantes é o de número 57, pois nele se narra a história de duas paixões que têm como vértice o mesmo D. Fernando, por um lado a paixão incestuosa pela irmã, D. Beatriz, filha de D. Pedro e Inês de Castro, por outro lado, a paixão pela aleivosa, D. Leonor Teles.

Elevando a importância de um relato fundado em verdades, lembremo-nos do amor de D. Pedro I e Inês de Castro, Fernão Lopes analisa a paixão amorosa de forma

Impiedosamente realista e faz ressaltar que ‘todo o homem namorado tem uma espécie de sandice’. Apesar disso, ou por isso mesmo, o amor tem uma realidade saliente nas páginas do cronista e está frequentemente na origem do comportamento dos ‘grandes’, geralmente em prejuízo do bem comum.³⁰⁴

³⁰³ REBELO, Luís de Sousa. Op. cit., p. 35.

³⁰⁴ SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998. p.194.

Mesmo que não tenha lido integralmente o **Leal Conselheiro**, o que não acreditamos, Fernão Lopes certamente conheceu o pensamento que animava o seu autor, sobretudo quando analisamos essa aproximação do amor à sandice. Como vimos, D. Duarte compreende quatro formas de amar e recomenda a amizade aos casados. Entretanto, é preciso voltar ao texto e ler a caracterização dos “amores”. Na verdade, parafraseando António José Saraiva, é só quando o monarca descreve o “mal” dos amores que pressentimos o cheiro de Eros³⁰⁵. Como cego, aquele que está apaixonado não “cura de sseu bem, nem teme o mal, e faz della quando per outra guisa nom pode acabar o que sobre todas cousas sempre contynuamente mais deseja” (LC, p.329). A essência desta forma de amar é o desejo, enfim. É ele quem cega e promove uma conseqüência funesta para a união entre homem e mulher segundo D. Duarte, o ciúme.

Assim, a amizade é superior porque congrega aquilo que há de melhor nas outras formas de amar – na benquerença, no desejo de fazer o bem e nos amores. Além de tudo é regida pelo entendimento, ao que o monarca contrapõe o regimento da paixão e pergunta – “se leixarmos de nos reger per dereita razom e boo entender, que valleremos?” (LC, p.329). Também para o infante Pedro, Duque de Coimbra, os homens se diferem dos animais pela razão.

Muito se tem dito a respeito dos efeitos que a escolha “apaixonada” de D. Fernando fez recair sobre o reino português. A paixão por essa mulher sedutora foi o efeito mais devastador sobre o reinado do português, segundo Fernão Lopes. Na verdade, o que se sabe é que esta escolha beneficiou a família da fidalga

³⁰⁵ “A família real, na geração seguinte à de D. Pedro, formada por seu filho D. João (...), é apresentada, quer por Zurara (...), quer por D. Duarte, (...), como uma família exemplar e onde nunca se presente o cheiro de Eros.” SARAIVA, António José. *Idem*, p.55.

obviamente, tornada a mais poderosa do reino, mas também afastou D. Fernando de alianças externas comprometidas com reinos diferentes, não se pode esquecer que ele se comprometera com duas princesas, uma de Aragão e outra de Castela, esta, filha do próprio Trastâmara.

Logo depois de registrar a origem de Leonor Teles, o cronista se entrega à narração do relacionamento incestuoso entre os irmãos Fernando e Beatriz, ou seja, entre o rei de Portugal e a filha de Inês de Castro e D. Pedro I. Não fugir ao tema ressalta a sua importância. Diz Fernão Lopes que, porque no reino não havia uma rainha ou infanta, a casa de D. Beatriz personificava esse lugar feminino da corte, havia uma grande quantidade de fidalgas, dentre as quais a própria Leonor Teles. Assim, na falta de uma rainha que centralizasse sobre si toda uma corte de mulheres nobres, a casa de D. Beatriz era o palco onde se agitava esta corte substituta. O mais sério é que ela não só substituía socialmente este lugar, como também afetivamente. O cronista fala em “afeiçom muy continuada” (CDF, p.154) que animava o desejo do irmão de tê-la por mulher e que “eram os jogos e fallas antrelles tam a meude, mesturados com beijos, e abraços, e outros desemfadamentos de semelhante preço, que fazia a alguuns teer desonesta sospeita de sua virgijmdade seer per elle mingoadá” (CDF, p.154). Fala-se em dispensa para casar, mas aquilo que retemos é que casar com a própria irmã era “cousa que ataa quel tempo semelhante nom fora vista” (CDF, p.154).

Como rei, D. Fernando ia e vinha como bem lhe convinha, escolheu por afinidade a casa da irmã para freqüentar e lá conheceu muito mais que a filha de seu pai. Surpreende que uma paixão tão ímpar, alimentada com firmes propósitos,

de intimidade consentida e até promessas de casamento, viesse a arrefecer de maneira tão inesperada quanto parece querer que acreditemos o cronista.

Guardadas as suspeitas de uma conclusão talvez romântica e extemporânea, causa estranheza a maneira como D. Fernando substituiu a sua “afeiçom muy continuada” pela irmã, pela graciosa D. Leonor Teles, de quem começou a se “namorar maravilhosamente” (CDF, p.154). Por outro lado, Fernão Lopes não economiza na descrição da beleza da fidalga e a visitação tão amiúde à D. Beatriz pode ter dado oportunidade ao nascimento de uma nova paixão.

Esse sentimento nasce sob o signo da discricção e é confidenciado por D. Fernando à D. Maria Teles, irmã de D. Leonor. Não podemos esquecer ainda que o cronista nos diz que D. Leonor era bem conhecida do rei, quando falamos a respeito da primeira fase da guerra com Castela, registramos a influência de João Afonso Telo, tio da fidalga. Assim, ou a paixão do rei por ela venceu a proibida ou, negada a possibilidade de futuro da verdadeira, foi a melhor estratégia que D. Fernando pôde criar para combinar fuga de alianças externas e garantia de herdeiros legítimos. A ironia é pensar que nascida a sua única herdeira, o nome escolhido tenha sido Beatriz, vocábulo cuja raiz significa “feliz”. A irmã de D. Fernando só vai aparecer outra vez na crônica por duas vezes, uma para se casar com D. Sancho, irmão do Trastâmara, em uma das primeiras providências da já rainha Leonor, e outra para receber em sua casa o outro irmão, D. João de Portugal, depois de sua fuga para Castela.

Atribuir a opção de D. Fernando a um amor incontido é a estratégia de Fernão Lopes. Diante da paixão, não há diferença entre os homens, sejam eles reis ou súditos, pois qualquer um acometido por este *mal*, segundo Fernão Lopes:

nom julga o ogeito da cousa que vee tal qual elle he, mas tal qual lhe parece; ca el jullga a fea por fremosa, e aquella que traz dampno seer a elle proveitosa; e por tanto todo juizo da razom he sorvetido açerca de tal ogeito, em tanto que qual quer outra cousa que lhe consselhem, podera bem reçeber; mas quamto açerca de tal molher a elle prazivel, cousa que lhe digam de boom consselho nom reçebe (...) (CDF, 168)

O apaixonado, capaz de recolher bons conselhos daqueles que o querem bem, não o será outrora quando o conselho versar sobre o ser amado. Para o cronista, D. Fernando ama; portanto, aquilo que os homens em geral deixam de ver, também ele, sobre o mesmo efeito, deixará. Neste caso, ainda há um ingrediente a mais, sintetizado em uma metáfora ambígua, D. Leonor é “lavrador de Venus, e criada em sua corte” (CDF, p.173).

Quando abordamos o trato com as moedas, fizemos referência a um “sistema de homologias”³⁰⁶ que, na narração dos sucessos imediatamente seguintes ao casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles, tem continuidade. No capítulo 64, D. Fernando parece testar o seu conselho, resgatando eventos do reinado de seu avô Afonso IV quando jovem. Na verdade, é um teste perigoso, pois investe na sugestão de que o reino pode exercer o poder de escolher outro monarca que tenha mais cuidado em manter o povo no direito e na justiça, no caso do seu monarca falhar (CDF, p.170). D. Fernando deseja inferir até que ponto vai a adesão do conselho ao seu casamento. A analogia entre D. Fernando e D. Afonso IV instaurada por Fernão Lopes no momento em que reconstrói o discurso do filho de D. Pedro I:

tem como denominador comum, ou centro da homotetia, o objectivo do desejo que, sob forma diferente, ambos perseguem em detrimento dos deveres inerentes ao cargo que ocupam. (...). Há uma homotetia mecânica entre o processo que comanda a satisfação do desejo de um príncipe e o do outro. A presa que um deles não cessa repetidamente de captar e a que o outro, após muita insistência,

³⁰⁶ REBELO, Luís de Sousa. Op. cit., p.35.

logrou finalmente obter, acaba por prender o seu presor, pondo-o em risco de perder o senhorio do reino, ao levá-lo a furtar-se às responsabilidades que contraiu para com as gentes dele. (...). Valendo-se solertamente da técnica dos exempla, o cronista insinua nesta fábula, através da subversão das hierarquias constituídas e da angustiante circularidade do processo, uma apreensão acerca das violentas transformações que poderão ocorrer na sociedade portuguesa, quando se atingem os limites toleráveis no exercício de poder³⁰⁷

Para Fernão Lopes, o casamento com D. Leonor Teles foi um evento que atingiu o limite tolerável, deflagrado pelo desejo que ignora o dever, pois o cronista abraça o critério dos “antijgos” (CDF, p.168) para a escolha de uma rainha – “que ho Rei na molher que ouvesse de tomar, principalmente devia desguardar nobreza de geeraçom” (CDF, p.168). Na condenação de Fernão Lopes aos “amores” está a prova da harmonia entre o seu juízo de valores e a do seu rei, D. Duarte. Para este, é preciso fugir do perigo de não se deixar reger pela razão, já que “per elles [os amores] pryncipalmente se deseja sobre todos seer amado, aver e lograr sempre mui chagada afeição com quem assy ama” (LC, p.329).

Apesar de ter sido cerzido com as linhas da pesquisa, talento e vontade, o texto de Fernão Lopes não está livre das contradições. Em outro contexto, o próprio cronista lamenta as conseqüências de casamentos não animados pela vontade, mas por obrigações. É o caso da difícil união da bastarda de D. Fernando, Isabel, com o bastardo do Trastâmara, D. Afonso. Aquilo que hoje concebemos como casamentos por interesse era o que importava, entretanto, destituídos de real e íntimo desejo, não são considerados por Deus,

O nom onesto e forçoso poderio faz aas vezes, por cumprir voomtade, casamento dalguumas pessoas, em que mujto comdana sua conçiência, fazem dolhes outorgar a taaes cousa contraira a seu deseio, quando huum no outro, reçebermdoo per tal modo, livremente nunca comssente; assi que quamto a Deos numca som casados, posto que ambos longamente vivam (CDF, p.257)

³⁰⁷ Idem, p.37.

Fizemos referência acima ao fato de a opção por D. Leonor Teles afastar D. Fernando de compromissos com casas estrangeiras e é preciso levar em consideração a possibilidade de esta ser uma das sérias razões a animar a escolha do monarca. Na verdade, assim como no caso de D. Pedro I e Inês de Castro, causa estranheza, em um texto de reflexão historiográfica, compreender o amor como móvel dos acontecimentos³⁰⁸, não se pode negar que na interpretação de Fernão Lopes em particular, o amor é o móvel "real", pois é assim que o cronista dá-lhe representação. Em busca de suas representações do real estamos nós, enfim; das representações que o universo mental de sua época considerava legítimas e as quais um texto deflagrado por autorização régia poderia dar fé. A voz a autorizar relatos onde Eros fazia tanto sucesso era justamente aquela que condenava os excessos dos "amores".

A sacralização do desejo que figura nos túmulos de Pedro e Inês de Castro não está presente no texto de Fernão Lopes. A afirmação dos direitos do amor carnal é texto em pedra que as páginas do cronista não tentam igualar em ousadia. Apesar disso, as crônicas dão testemunho detalhado do quanto de humanização o amor não autorizado pode promover, para o bem e sobretudo para o mal. O bem do amor é a poesia do texto que escapa certamente às intenções da corte, o mal são as conseqüências que abalam o equilíbrio.

No retrato de Leonor Teles, sugere-se a perfeição, um ideal de época; todavia, há só a generalização de seus traços físicos, a falta de detalhe desperta a imaginação – "louçaã e aposta e de boom corpo, (...) esguardou suas fremosas

³⁰⁸ António José Saraiva faz menção ao fato de "os historiadores [procurarem] 'racionalizar' (ou normalizar, ou banalizar) [o monstruoso assassinato de D. Inês]" - **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998. p.49.

feições e graça” (CDF, p.154). António José Saraiva alude à imprecisão do adjetivo, mas é possível ir além, ao papel da imprecisão e da negação do detalhe corpóreo. Não afirmamos o silêncio do corpo, este sim está bem presente nos textos de Lopes, no movimento ondulante do rei que se deixa tocar em uma noite quente de insônia, no afastamento impingido pela doença e nas pazes refeitas com ramos que acariciam um novo “messias”. Nas crônicas, o corpo físico não se abre ao detalhe que demora o olhar, ele é um todo e deve ser lido assim, entre a beleza e a degenerescência, porque até o feio pode ser belo em Fernão Lopes (D. Pedro I) e até o belo pode tornar-se decadente (D. Fernando).

Veza por outra lemos no texto de Fernão Lopes testemunhos do arrependimento de D. Fernando por ter se casado com D. Leonor, o certo é que teve de vivê-los só para si já que, para se casar com ela, teve de não só enfrentar todas as oposições possíveis quanto de tomar outras atitudes que muito entristeceram o seu povo, como fugir do debate que havia pessoalmente marcado para tratar de seu casamento (capítulo 61). Na verdade, se todo o esforço de Fernão Lopes é movido para circunscrever a opção de D. Fernando às razões do coração, devemos lembrar, entretanto, que o monarca poderia ter dado azo à paixão sem ter se casado com ela. Outras fidalgas reinóis estavam a seu dispor.

Na primeira fase da guerra contra Castela, D. Fernando exigiu dos povos do reino adesão à causa que elegeu e logrou importantes vitórias, como já exemplificamos. No casamento com Leonor Teles, realizado logo a seguir, D. Fernando ignorou toda essa coletividade que lhe dera apoio. A corte fora testada pelo monarca na figura do conselho e na ocasião do beija mão da rainha, ocasião essa que também marcou a ruptura do monarca com seu irmão D. Dinis, mas os

povos se viram aliados de todo o processo e reagiram de forma mais frontal. O discurso de Fernão Vasques, alfaiate eleito pelos povos de Lisboa para falar ao rei as suas razões, eleva um princípio que fará muito sucesso na **Crônica de D. João I**.

Ser “verdadeiro português” (CDF, p.162) dá ao alfaiate o direito de expressão. Diferentemente dos antigos, para os povos, se o rei não quisesse escolher mulher do seu *status*, deveria escolher pelo menos uma livre, para lhe dar filhos legítimos (CDF, p.162). Fernão Vasques conclui a sua apelação afirmando que os povos não queriam perder “huum tam boom Rei como elle, por huuma maa molher que o tijna emfeitiçado” (CDF, p.162). Na verdade, os povos reclamam porque têm consciência de seus direitos como “verdadeiros portugueses”, lembremo-nos da lição do *Africano*, já referida sobre o “Sonho de Cipião”, há uma tendência natural do homem para se associar, entretanto o que caracteriza o povo é a “adesão a uma lei e (...) a comunidade de interesses”³⁰⁹. A fuga de D. Fernando, de maneira furtiva, marca a quebra de um pacto, afinal o monarca prometera que estaria no mosteiro de São Domingos para um debate público sobre o seu casamento, e abre uma fissura entre os corpos do rei³¹⁰.

No prólogo da 2ª fase da guerra³¹¹ contra o reino vizinho, sobressai a influência de um fidalgo que volta à baila com nova energia, Diego Lopes Pacheco. Este fidalgo, foragido de Portugal por causa de seu envolvimento com a morte de Inês de Castro, tem a oportunidade de averiguar no seu reino de nascimento as disposições de D. Fernando em relação à manutenção da paz com

³⁰⁹ CÍCERO APUD PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Op. Cit., p.146.

³¹⁰ Retomamos mais uma vez a tese de Kantorowicz sobre os corpos do rei.

³¹¹ Entre os capítulos 66 e 70.

Castela. Embora corra ao monarca português, procura logo depois justamente o infante D. Dinis, que estava indisposto com o irmão, e lhe segreda impressões desfavoráveis à influência de Leonor Teles sobre D. Fernando. Diego Lopes Pacheco chega a dizer que lhe parecia que o rei “nom fazia mais que quanto ella quiria” (CDF, p.176) e sugere ao infante inimizado que vá para Castela. Na verdade, no seu exílio de outrora, motivado pela ira do rei D. Pedro I, o fidalgo português conheceu Henrique Trastâmara e, desde então, fiel aos proveitos que pôde lograr, atuou como agente ao seu serviço.

Apesar de dar a conhecer essa versão dos fatos, o certo é que Fernão Lopes, no capítulo 81, duvida da sua veracidade e revela que Diego Lopes Pacheco fora bem recebido por D. Fernando, que lhe restituiu os bens e o bom nome, mas que acabou retornando a Castela porque também era contrário ao casamento do seu rei com D. Leonor Teles. Esta é a versão preferida de Fernão Lopes. Todavia, ainda aqui, sobressai a amizade ao Trastâmara. Casar-se com a fidalga reinol afastava D. Fernando da aliança com o velho amigo de tempos menos ditosos de Diego Lopes Pacheco, Henrique Trastâmara. Na verdade, a sua influência na deflagração da segunda fase da guerra contra Castela não pode ser menosprezada, era sabida mesmo pelos povos de Lisboa que se vingaram do cerco em todos aqueles que julgavam ligados ao fidalgo (capítulo 75). Contradizendo a certidão de fé do cronista, sabemos que logo que o rei de Castela entra em Portugal, D. Dinis de Castro parte para alinhar com as suas forças. O irmão de D. Fernando não hesita, certamente porque Diego Lopes Pacheco lhe garantira sucesso na empreitada. A boa disposição do cronista em relação a esse fidalgo só pode ser explicada levando-se em consideração a posição de

testemunha ocular para a ratificação do discurso do Doutor João das Regras, nas Cortes que elegeram o Mestre de Avis. Por isso, é tão importante rastreamos os seus movimentos nos antecedentes da crise de 1383-1385.

Sabedor pelos seus agentes efetivos e por outros não nomeados de que D. Fernando se movimentava de modo a desprezar a paz entre os vizinhos, o Trastâmara toma a iniciativa de invadir Portugal. No capítulo 70, o castelhano afirma que “Deos sabe” (CDF, p.185) que tentara de todas as formas evitar a contenda, mas que entende “que he bem justa guerra, pois que a [faz] por aver paz” (CDF, p.186). Triste justificativa favorecida pela longa duração..., o certo é que o Trastâmara, que não perde o humor nem quando perfume inglês ressuma no ar (CDF, p.186), entende que é seu dever antecipar-se para garantir a paz. Mais uma vez, Henrique dá o primeiro passo para evitar um confronto direto entre forças talvez desiguais. Do lado do seu novo oponente estava um velho inimigo, o Duque de Lencastre, sempre pronto a reclamar as suas pretensões à coroa de Castela.

Nesta segunda fase da guerra, o personagem mais ausente, levando-se em consideração o interesse e o estado, é o rei D. Fernando. Os povos parecem sustentar-se como podem, aliás desde a primeira fase já o faziam, agora, entretanto, a sua situação é pior. No capítulo 72, o cronista dá ao monarca português a consciência agravada dos maus conselhos, mas não o notabiliza pela reversão do quadro, pois até injúrias públicas ele passa a suportar:

Senhor, a mim disserom, que vos diziees, que eu som filho de huum azemel de vosso padre: em verdade se o el foi em algum tempo, eu nom ho sei; e que o fosse, foiyo de huum muy noble Rei: mas porem sei eu tanto que se vos teverees mil azemees taaes como eu, e de tal voontade, que vos nom passara a vos el Rei Dom Hemrrique per ante a porta, como passou, nem levara de vos tal homrra. (CDF, p.192).

A afronta de João Sanches acima transcrita abre a dicotomia entre o passado, em vida de seu pai e do pai de D. Fernando, e o presente do seu discurso ofensivo, em que o reino português era assaltado pelo inimigo, sem que houvesse meios de lhe pôr cobro.

Animado pela garantia que lhe dera Diego Lopes Pacheco de que tomando Lisboa teria vencida a sua guerra, o Trastâmara avança sobre a cidade. Os povos tentam organizar a sua defesa, incluindo os clérigos na possibilidade de combate. A cidade parece um corpo cheio de bocas de onde saem gritos de desamparo, o cronista registra que ora “diziam alguuns, que era bem de se juntarem todos, e hir pellejar com elRei de Castela” (CDF, p.194), ora que “outros diziam, que era bem que pallamcassem todallas ruas que sahiom ao ressiio da çidade, e que per alli a defendessem” (CDF, p.194). Apesar disso, o poderio castelhano arrefece a sanha da cidade que resiste à entrada do inimigo apenas. Os povos da cidade – mercadores, mesteirais e proprietários urbanos – sofrem, “assi que os Castelaãos dhuum cabo, e as gentes del Rei Dom Fernando do outro, era dobrado fogo, que gastava e destrohia a tera” (CDF, p.204). Note-se o evidente julgamento do cronista.

Apesar disso, não se pode contar como fracassada integralmente para o reino português esta segunda fase da guerra contra Castela. Do ponto de vista dos princípios que ora começam a se afirmar no texto, sobretudo o de ser “verdadeiramente português”, a resistência de Lisboa, que anoja o próprio Trastâmara, e o episódio do Castelo de Faria merecem destaque. A resistência coletiva responde mais ao espírito do “prol comunal” que o cronista prefere, mas a

morte de Nuno Gonçalves diante do castelo acima citado também endossa a proposta do Fernão Lopes, pois afirma uma fidelidade que ultrapassa o amor entre os parentes, no caso o filial (CDF, capítulo 79).

O Castelo de Faria fora confiado a Nuno Gonçalves por D. Fernando e, mesmo sofrendo os reveses de uma emboscada, o alcaide consegue manipular os seus algozes e lembrar ao filho os deveres para com o rei. O filho de Nuno Gonçalves mantém o castelo, a despeito da crueldade dos castelhanos que desferem golpes contra o fidalgo na frente do novo alcaide. Seu gesto modelar lembra aos nobres portugueses a importância de se manter fiel contra toda a possibilidade de honra e proveito, ou até de guardar a vida, que o inimigo possa aventar.

Nos anos 50, António José Saraiva e Lindley Cintra laçaram uma tese cuja essência era a afirmação de uma tradição épica do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques³¹², a que certamente Fernão Lopes teve acesso. Saraiva define duas tradições para as narrativas construídas a partir de então – uma que exalta “o papel da aristocracia portugalense na emancipação da região”³¹³ e outra “exprimiria uma consciência cultural moçárabe, clerical e muito mais dependente do poder real”³¹⁴. Esta segunda tradição identificava território como objeto de posse, cuja defesa se achava personificada na figura de Afonso Henriques³¹⁵. Neste caso, podemos ler uma antecipação ao espírito centralizador da monarquia;

³¹² PICOTTO, Pedro. “Espaço e poder na épica medieval portuguesa” in **Colóquio Letras** 142. Outubro – Dezembro de 1996. p.65.

³¹³ Idem, p.71.

³¹⁴ Idem, p.72.

³¹⁵ Idem, p.73.

no outro, o poder do rei é fortalecido acima de tudo por estar *inter pares*. A que serve, porém, esta digressão?

Na literatura medieval, nunca é casual ou indiferente nomear lugares ou coisas. Pelo contrário, trata-se da forma mais intencional de socializar o espaço, de estender sobre ele o domínio humano – sob a forma moral de propriedade ou sob forma intelectual de conhecimento. Em qualquer dos casos, porém, é sempre o consenso social, a tradição, que sanciona a realidade física. Perante os determinismos de que a geografia humana nunca se viu livre, talvez valha a pena lembrar sumariamente algumas evidências: não há território, nem organização do território, sem sociedade; não há fronteiras naturais sem intenções políticas; não há pátrias sem amor à pátria.³¹⁶

Ser “verdadeiramente português”, expressão que passa a ser recorrente no texto de Fernão Lopes a partir da **Crônica de D. Fernando**, é a caracterização que advém de um locativo nada indiferente – Portugal, escrito por um homem de saber cuja pena é inaugurada pela “vontade de poder de uma comunidade”³¹⁷. Seu discurso, portanto, tem por base uma tradição construída entre espaço e socialização. A inovação proposta por Fernão Lopes é a coletivização do conceito, ou seja uma abrangência que inclui os povos.

Logo depois de a paz ter sido acordada na segunda fase da guerra entre Portugal e Castela, a crônica registra que o Trastâmara saiu fortalecido do ponto de vista moral. No capítulo 83, os conselheiros do castelhano argumentam que o rei deveria deixar falar primeiro o português, pois Henrique era mais honrado por ter o senhorio de Castela, o outro, apenas Portugal (**CDF**, p.219). De fato, D. Fernando vai a Henrique e, na volta, sobra-lhe ainda humor para piadas – “Quanto eu hanrricado venho” (**CDF**, p.220). “Henricado”, de fato, já que depois é “perdoado” pelo Trastâmara por causa da permanência, contrária à amizade

³¹⁶ Idem, p.68/69.

³¹⁷ “O espaço é a expressão material da vontade de poder de uma comunidade. Fortemente socializado e intimamente relacionado com a memória colectiva, só nessa memória e nessa socialização encontra a identidade.” – Idem, p.79.

firmada entre os reinos, de fidalgos rivais do castelhano, sobretudo D. Fernando de Castro. Na verdade, quando tenta livrar-se dos inimigos do seu novo amigo, o rei de Portugal se dá conta de que gastara seus reinos e a sua gente lutando por uma causa que os envolvidos não reconheciam como legitimamente sua, mas de outro, do Duque de Lencastre (CDF, p.228).

Os tratos de amizade e “amorio” previam ajuda ao Trastâmara em caso de contenda contra Aragão. Apesar disso, Portugal também tinha razões pessoais para situar-se nas fileiras opostas a esse reino. No passado, viu-se subtraído de ouro e de gentes justamente pelo monarca aragonês. Todavia, a solicitação do rei de Castela para que Portugal o auxiliasse coloca o segundo em posição de coadjuvante, a espera de que o protagonista deflagrasse a ação. Já afirmamos que as crônicas de Fernão Lopes e Ayala concordam que Henrique procurou a paz incessantemente com Aragão, suplicando-lhe por exemplo a infanta Leonor para o infante João. Mais uma vez “henricado”, que, ao contrário do que hoje podemos entender por *enriquecido*, graças a razões fonéticas, quer dizer ironicamente “engessado”, D. Fernando assiste, em uma onerosa “sala de espera”, à nova iniciativa do Trastâmara de paz com Aragão, desta vez bem sucedida, que lhe garante também, de uma só vez, amizade com Navarra. Apesar da amizade firmada entre os reinos ibéricos e dos compromissos de D. Fernando com o Trastâmara, sabemos que a sanha de D. Fernando contra Aragão não é refreada. Tanto que o português procura no Duque D’Anjou apoio contra o seu desafeto.

Antes de narrar a terceira fase da guerra contra Castela, o cronista nos dá notícias sobre o Cisma do Ocidente e justifica a inserção da matéria no fato de

outros cronistas terem dado a conhecer o tema, daí ser o seu dever também abordá-lo. São apenas quatro capítulos que dão conta do acontecimento, entretanto, há pelo menos duas referências que merecem ser destacadas do ponto de vista das representações que nos interessam. No capítulo 107, o cronista faz menção aos poderes temporais de espirituais de Gregório XI, deixando claro que compreende a distinção e as conseqüências da desobediência dos privados do papa; já na conclusão do capítulo 113, assim se expressa – “desta guisa, por nossos peccados, foi entomçe o corpo mistico da egreja feito com duas cabeças, assi como corpo momstruu, que era fea cousa de veer” (CDF, p.319). Neste caso específico, somos reportados à gênese da ficção dos dois corpos do rei, abordada em “Abrindo a trama”. No universo mental dos homens de saber da Baixa Idade Média portuguesa, a distinção dos corpos da Igreja era coisa aceite, mas no discurso de Fernão Lopes há uma responsabilidade pelo estado monstruoso desse corpo, a do povo de Deus, representado, no âmbito das ações, pelos reis cristãos que levavam os reinos a perfilarem ora com um papa ora com outro. No julgamento do sujeito do discurso – “era fea cousa de veer”, sobressai uma visão que se exaspera contra corrupção da harmonia pretendida no corpo da Igreja.

Neste intervalo aberto pela questão do Cisma, lemos a morte do rei Henrique Trastâmara e a elevação de uma explicação científica sobre a ocorrência do eclipse que se deu na ocasião, em detrimento de outras que ligavam o fenômeno à morte do monarca castelhano. Outro evento importante é o acerto de casamento entre a infanta portuguesa Beatriz e o filho do novo rei de Castela, D. João. Na verdade, enquanto a princesa crescia e se aproximava da idade em que lhe seria consentido ajuntamento carnal via matrimônio com D. Fradique, noivo

prometido nos acordos de paz da etapa anterior, D. Fernando definhava. Portanto, talvez ele ou D. Leonor procurassem, com um novo casamento para a filha, retardar a influência castelhana em Portugal, já que o filho de D. João era apenas um bebê.

A morte de Henrique de Trastâmara reacende o desejo de vingança de D. Fernando. Desfeiteando conselhos contrários, o monarca português vira-se contra todos os tratados de paz anteriormente assinados. Desta vez, entram ainda em cena novos e importantes agentes, como, por exemplo, Nun'Álvares. Em todos os momentos em que ele se apresenta no texto lemos francos testemunhos de um homem forte, impulsivo e amante da espada. Toda esta coragem, discutida no "grande prólogo" da **Crônica de D. João**, que é a de **D. Fernando**, tem como objetivo preparar a recepção do leitor para o que virá depois.

É a terceira fase da guerra com Castela narrada em uma grande quantidade de capítulos, 33 ao todo. Desejos de vingança ressoam no coração do monarca português, já que fora morto aquele que tinha boa estrela, o Trastâmara (**CDF**, p.322). A fortuna narrativa dessa terceira fase da guerra favorece a inclusão de uma série de subtemas, como a crescente e mal falada intimidade da rainha com o conde João Fernandes de Andeiro, trazido ao reino novamente graças à "ajuda" dos ingleses a Portugal. Quando trata dessa relação, o cronista parece temer que lhe seja impingida a fama de mexeriqueiro pois faz questão de dizer que a razão de trazer o assunto à tona relaciona-se a conseqüências políticas, já que "todo o que se seguiu, que adiante ouvirees, daqui ouve seu primeiro começo" (**CDF**, p.326).

Os sucessos dessa fase da guerra contra Castela precisam levar em consideração a discussão da participação inglesa. Não que ela tenha, segundo Fernão Lopes, trazido vitórias relevantes para Portugal. Na verdade, embora D. Fernando insistisse há meses nessa participação, “há mais de nove meses que era prenhe dos Ingreses, e pariuhos agora em Liboa” (CDF, p.365), ela frustrou as expectativas de todos os estados do reino, pois esperava-se “per elles [os ingleses] de cobrar emenda do dano que dos Castellaãos avijam recebido” (CDF, 358), sobretudo depois da estrondosa derrota em Saltes.

A chegada dos ingleses promove mudanças, a mais saliente é a obediência ao Papa de Roma. Modos cortesãos, mais um casamento para a infanta Beatriz, novos costumes e rapina. Na verdade, a mais séria consequência da vinda dos ingleses é o favorecimento, à sua revelia, da paz entre os vizinhos ibéricos. Isto porque eles “forom apousemtados em Lixboa, nom como homees que vijnam pera ajudar a defemder a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir” (CDF, p.367). Foram criados mecanismos para proteger os povos da cidade, como um pendão com um falcão branco em campo vermelho (CDF, 367), mas, diante do recrudescimento dos desmandos na cidade, os povos operavam vinganças na surdina e “per sua [dos ingleses] maa hordenamça pereçerom tamtos, que nom tornarom depois pera sua terra as duas partes delles” (CDF, p.369).

O certo é que, apesar desses desvarios, o rei de Castela, D. João, não subestimava a união Portugal-Inglaterra contra o seu reino, tanto que, no capítulo 153, o cronista revela que o monarca nem apareceu para pelejar dado o poderio entrevisto. Quando a proposta de paz vem, ela é apregoada a mando de D. João mesmo sem ler as condições, o que revela o seu desejo por vê-la feita. Depois, o

cronista narra um verdadeiro entremez burlesco com direito a fidalgos que pegam na mão do rei para movê-lo a aceitar uma situação que ele estava ansioso por fazer. Esta situação não escapa a D. Fernando que, embora doente e por vezes tão afastado dos eventos narrados, é trazido pelas mãos do cronista para revelar a consciência mais arguta das conseqüências das suas escolhas.

Esta fase da guerra e a doença do monarca português favorecem novos ardis impetrados pela rainha, desta vez a vítima é o Mestre de Avis. As suas agruras, preso sem entender porquê, são novos insumos para a construção desse personagem, vítima de desmandos que tem por missão expurgar finalmente na crônica que protagoniza, inaugurando assim a "Sétima Idade". O Mestre acaba preso na mesma leva em que vai Gonçalo Vasques de Azevedo, sujeito a pequenas covardias, imperdoáveis de todo para Nun'Álvares, mas mexeriqueiro muito provavelmente.

O Mestre era o único irmão de D. Fernando que permanecia em Portugal, era o menos ameaçador do ponto de vista político, mas nesse momento aparece atrelado a Gonçalo Vasques, o que sugere evidentemente que a rainha ligava o fidalgo e o irmão do rei à disseminação das fofocas sobre o seu envolvimento com o Andeiro. Sabemos perfeitamente que, **na Crônica de D. João I**, o Mestre assume matar o conde depois dos estímulos de fidalgos oponentes a ele e de Álvaro Pais, embora acabe sendo ultrapassado por Rui Pereira. Sabemos que na **Crônica do Condestabre**, a vingança sobre o Andeiro é insuflada no Mestre por Nun'Álvares, como inspiração quase divina. Aliás, o verdadeiro assassino do Andeiro era um tio do jovem de ardido coração. Apesar disso, a prisão de D. João de Avis no mesmo momento em que é encarcerado Gonçalo Vasques, que tinha

até a sua esposa a segredar-lhe intimidades da rainha, desestabilizam toda a inocência que o cronista espera que vejamos no seu “Mexias”. No capítulo 139, Gonçalo Vasques, outrora satisfeito de não ter topado com o Mestre de Santiago de Castela, é caracterizado como “huum bom fidalgo”. Ora, a aproximação com o Mestre talvez promova essa reconfiguração moral...

D. Fernando manda prender o irmão e o fidalgo pois lhe chegaram às mãos cartas que traziam evidências de deserviço ao rei de Portugal. Não há questionamento a respeito do caráter dessas missivas, o cronista, tão atento aos documentos, afirma que eram falsas, talvez mandadas fazer exatamente pela rainha. Na prisão, o Mestre só não é morto porque Vasco Martins desconfia dos alvarás que pediam a morte do irmão do rei. Como se comporta D. João de Avis nesse segmento da crônica? Fernão Lopes não dá ao Mestre a coragem furiosa de Nun'Álvares. O filho menos favorecido do Cru teme pela sua vida, faz promessas para se safar da ira do irmão (capítulo 144), também contempla intimidades entre a cunhada e o Andeiro (capítulo 146) e acaba sendo solto graças a novas artimanhas dela. Na verdade, podemos vê-lo correndo atrás do conde de Cambridge para saber o que tinha feito de errado, preocupado em agradar e fazer-se inofensivo. Sabemos, porém, que é capaz de perceber as tramas de D. Leonor Teles, tanto que recomenda prudência a Lourenço Martins, outra peça de manobra da rainha (capítulo 148).

São derrotas tenebrosas e as ações de rapina dos ingleses que empurram D. Fernando mais uma vez a paz amarga. Fernão Lopes arrola diferentes versões que tratam de como se acordou a paz e não deixa de assinalar a atitude sarcástica de D. João de Castela na assinatura do acordo. Assim, explicadas de

forma pormenorizada as cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos no capítulo 158, a princesa D. Beatriz comprometida com tantos outros, ainda que tivesse apenas 11 anos, é mandada a Castela para ser rainha. Esta paz faz com que D. Fernando volte a obediência do reino ao cismático Papa Clemente.

O Tratado de Salvaterra de Magos merece algumas considerações. Seu texto afasta de vez os irmãos de D. Fernando do trono português, pois deposita a regência, em caso de morte do rei, na rainha Leonor Teles até que a infanta Beatriz alcançasse idade para governar ao lado do marido castelhano. Na verdade, a união das coroas cessaria no momento em que o casamento gerasse frutos, pois estes deveriam ser levados a Portugal para serem criados pela avó até que o primogênito tivesse idade para se tornar rei. Na verdade, bastante doente, D. Fernando tem pressa em garantir a situação da coroa portuguesa e vê na viuvez súbita do rei castelhano uma oportunidade de garantir herdeiros para Portugal tão logo a sua filha tivesse idade para consumir casamentos. Podemos nos perguntar porque D. Fernando não voltara a escolha a D. Fradique, anteriormente casado com a infanta. Na verdade esta escolha poderia evitar a união das coroas, da qual D. Fernando tentou se proteger em Salvaterra de Magos, mas talvez não garantisse força política necessária para se manter o reino seguro em meio a tantos fidalgos poderosos, incluindo aí os infantes Castro e o Mestre de Avis. A balança pende finalmente para o lado dos Teles³¹⁸. Fernão Lopes já descrevera quanto trabalho a rainha teve para transformar cada um dos irmãos de D. Fernando em inimigos do reino. Só esse medo e a influência de

³¹⁸ Os Castros e os Teles eram blocos concorrentes.

Leonor Teles explicariam uma decisão tão arriscada quanto entregar a infanta de Portugal ao rei de Castela.

A decadência dos corpos do Rei:

Fernão Lopes não poupa o rei de Portugal da consciência de cada um dos seus atos. Pelo agravamento da sua doença ou por “merencória”, o cronista prefere a primeira razão, D. Fernando não acompanha a filha ao casamento com o novo amigo. O monarca, porém, encontra forças suficientes para mandar ao rei inglês alguma satisfação pelo casamento da infanta, suas palavras são enigmáticas – “ca eu esto que sige foi muito contra minha voomtade, e por que nom puidе mais fazer” (CDF, p.449). Por que não pode? O que o moveu a agir contra a sua vontade? Se a influência de Leonor Teles era assim tão grande e se a sua ligação com o Andeiro fora decisiva para os sucessos de muitos acontecimentos no reinado de D. Fernando segundo Fernão Lopes, por que não teria o amante favorecido a causa pela qual sempre lutou, a da Inglaterra?

O filho do conde de Cambrige era quase tão criança quanto a infanta Beatriz com a qual fora casado, então D. Fernando não veria a sucessão garantida. Além disso, a aproximação com Portugal faria com que o conde inglês tivesse condições mais efetivas de lutar em causa própria, pelo reino de Castela, arrasando novamente Portugal. O casamento da infanta Beatriz com D. João de Castela afastava a rapinagem inglesa e, como o castelhano já possuía dois filhos que poderiam herdar o seu reino, os outros tidos com D. Beatriz poderiam ser reis legítimos de Portugal. Apesar dessas tentativas de interpretar o passado, a declaração de D. Fernando persiste cheia de incertezas.

A rainha Leonor Teles vai bem acompanhada ao casamento da filha, até mesmo o Mestre de Avis está ao seu lado, entretanto passa muito tempo da sua viagem ao lado do rei de Castela. O cronista registra que eles passavam grande parte do dia conversando. Que diversidade de assuntos teria a rainha de Portugal para tratar com o genro, o rei vizinho? Na verdade, parece bastante plausível que procurasse garantir também o cumprimento dos tratados francamente favoráveis a si mesma. Sabemos, inclusive, que a doença de D. Fernando não demove a sua insistência para que ficassem absolutamente garantidas as cláusulas de Salvaterra de Magos. No caso da rainha, talvez não tenha ficado satisfeita de todo pois temo-la na volta afirmando – “que o homem queria eu que fosse mais homem” (CDF, p.465), a declaração é confidenciada ao Mestre de Avis, possivelmente fonte do cronista para o evento.

Apesar dos esforços de D. Fernando, o cronista aponta que o rei de Castela teria pouca vontade em manter os tratos. O choro “muj de vomtade” (CDF, p.475) do português talvez incluísse a antevisão desse fato, mas não expiava de todo a culpa que o monarca parece assumir no capítulo da narração de sua morte, por todas as mazelas impostas ao reino durante o tempo em que foi rei.

O cronista provoca a comparação entre o capítulo 172 e o Prólogo – “alli jouve elRei per dias doemte, muj desasemelhado de quamdo el começou de reinar; ca el entomçe parecia Rei amtre todollos homeens aimda que conhecido nom fosse, e agora era assi mudado, que de todo pomto nom parecia aquelle” (CDF, p.475). O capítulo 172 e o Prólogo são diametralmente opostos, porque nesse, D. Fernando era “ledo, e namorado, amador de molheres, (...) fremoso em parecer; (...) estando açerca de muitos homeens (...) logo o julgariam por Rei dos

outros” (CDF, p.3). Agora, doente, capaz de deixar a cidade à noite para não ser visto, traído, só, é condenado por si mesmo e caminha para a morte lavado por lágrimas suas e dos poucos que o assistiram no momento derradeiro. Vestido com o hábito de São Francisco³¹⁹, nem de longe lembra um Trastâmara feito em ouro para a glória que esperava depois da morte, nem um Cruel trabalhoso em toda a vida até na morte, não lembrava também o pai, vítima do amor que sobreviveu aos seus reveses. Os capítulos em destaque, Prólogo e capítulo 172, celebram princípios antagônicos, vida e morte, ascensão e aniquilamento. O agravamento da doença de D. Fernando que corrompe o seu belo corpo natural é narrado de par em par com o desconcerto entre ele e a sua corporação:

D. Fernando pratica uma política de descaramento das relações régio-municipais. Uma política que é o apanágio das relações de natureza pessoal em detrimento de uma política de poder público e que gera a desvinculação da fidelidade devida ao rei por parte dos súditos comuns que estão na base da organização municipal³²⁰

A representação do rei D. Fernando feita por Fernão Lopes problematiza rei e coroa desavindos na figura do **Rei**. A doença do corpo natural, outrora já abalado pelo desejo, é a marca mais evidente de uma desarticulação dos corpos. Desde 1382, o rei encontrava-se periodicamente incapaz de governar³²¹. A morte só cobra da natureza a cisão do corpo místico. Apesar disso, como sugeriu Cleonice Berardinelli³²², os capítulos antagônicos, e acrescentaríamos a consciência manifesta do rei no texto, deixam entrever um forte envolvimento do sujeito da enunciação com seu enunciado, entre a complacência e a piedade,

³¹⁹ Quando nos reportamos à influência do franciscanismo para a elevação da nova dinastia de Avis, o hábito de São Francisco que envolve o corpo de D. Fernando prenuncia o fim de um tempo simbolicamente.

³²⁰ FERNANDES, Fátima Regina. Op. Cit., p.399.

³²¹ Idem.

³²² A sugestão foi feita durante o XIX Encontro dos Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, que se deu em outubro de 2003 nas dependências da UFPR.

passando pela consciência daqueles que, por estarem no porvir, como Fernão Lopes, conhecem as conseqüências dos sucessos e insucessos narrados.

Em relação ao discurso do médico, Jacques Revel e Jean-Pierre Peter observam que “o silêncio daquele que sofre é o que, unicamente, restitui a palavra àquele que sabe”³²³; assim como quem “jogueta per comparaçom”, podemos afirmar que a “medicina” da “Sétima Idade” não é aplicada ao corpo doente de D. Fernando porque este estava fadado à decadência, daí a sua solidão e silêncio, representações construídas pela voz condoída de Lopes, mas é aplicada no seu outro corpo, corrompido pelos seus atos, o corpo cuja alma era ele, o “corpo-nação”. O remédio fora dado antes de o cronista representar a verdade, mas é ele quem disserta sobre as propriedades terapêuticas do tratamento, fala e portanto “domestica” a doença³²⁴.

Muito embora Fernão Lopes afirme que a guerra decidiu a sorte do reinado de D. Fernando, a grande crítica das cortes da época não é tão duramente desferida às contendas, mas sim “contra as excessivas doações régias, desmesuradas em relação às suas necessidades, gastos e rendas disponíveis”³²⁵, ou seja, ao desequilíbrio gerado por benefícios distribuídos a uma nobreza extremamente heterogênea. Os povos reclamavam, portanto, limites contra os abusos e concessões à alta fidalguia³²⁶. Ao lado dos privilégios concedidos pelo

³²³ REVEL, Jacques, PETER, Jean-Pierre, “O Corpo – o homem doente e sua história” in in LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976. p.148.

³²⁴ Idem, p. 149.

³²⁵ FERNANDES, Fátima Regina. Op. Cit., p.11.

³²⁶ Idem, p.12.

rei, estava a influência que esse grupo tinha sobre ele, via conselho. A isso, os povos reagiram organizando até uniões³²⁷.

A **Crônica de D. Fernando** se encerra com os ventos da instabilidade social. Depois da morte do monarca, a rainha manda que todo o reino levante voz por D. Beatriz, segundo era o costume. Interessante é o fato de que é o rei de Castela quem cobra a atitude da sogra. Entretanto, a saudação gera desconforto por todo lado e, ao lado disso, elevam-se os nomes dos infantes preteridos, D. João e D. Dinis de Castro. O cronista eleva a voz d' "os da cidade" (CDF, p.484) que afirmam: "Agora se vemde Portugal doado, que tamtas cabeças e sangue custou a gaanhar, quamdo foi filhado aos Mouros" (CDF, p.484). Esta declaração parece saída da tradição épica de Afonso Henriques a que já fizemos menção e demonstra a longa duração de uma visão que evidencia "até que ponto a associação entre terra e poder era um arquétipo omnipresente nas consciências medievais e um dos fundamentos ideológicos da Reconquista cristã e do sistema de presúria"³²⁸.

Afinal quem eram "os da cidade" que se opunham de maneira tão veemente ao arraial por D. Beatriz? O cronista declara que logo depois que as cartas de D. João de Castela chegaram, "todollos comdes, e meestres, e ricos homeens, que de presentemte eram" (CDF, p.483) tomaram voz pela rainha de Castela. Os alcaides também o fizeram, mas logo Álvaro Pires de Castro, tio dos infantes irmãos de D. Fernando, tolda o conteúdo do arraial para "Arreal, arreal, cujo for o Regno levalloa" (CDF, p.484). O cronista diz que o fidalgo expressava um desejo de muitos que desejavam que o reino de Portugal ficasse separado de Castela.

³²⁷ Idem.

“Gemtes” (CDF, p.485) alvoroçadas, “gemtes de Lixboa” (CDF, p.487), uma “oniom em Samtarem” (CDF, p.487), a “villa” (CDF, p.487), uma “velha” (CDF, p.488), a “rua dos mercadores” (CDF, p.488), “aqueel poboo” (CDF, p.489) são muitas formas de chamar um sujeito heterogêneo e anônimo, mas pouco contente com o rumo dos acontecimentos. A multiplicidade de tratamento revela a dificuldade terminológica do cronista para lidar com a identidade do grupo, mas não com a sua ação ou com a adesão a novos princípios:

Como já demonstrou o Doutor Francisco José Caeiro, o conceito de povo possuía uma conotação mais ampla, abrangendo os elementos do corpo municipal (cavaleiros, peões, mesteirais), assim como os trabalhadores agrícolas e domésticos, vivendo ou não com os respectivos patrões. Não houve classes a guerrearem-se, mas apenas portugueses que a incógnita do destino da pátria cruelmente separou: os que consideravam legítimo, à face do Direito, obedecer a D. Beatriz ou não viam que a ‘legal’ submissão a Castela pusesse em causa a independência; e os que, num primário impulso de consciência nacional, sentiam a ameaça que pairava sobre o reino³²⁹

A autoria de um rumor cada vez mais incômodo para a rainha e para os reis de Castela não ficou retida na História, mas seu volume e calor são presenças cheias de significado no texto de Fernão Lopes. São essas definitivamente as vozes dos concelhos cansadas das improbidades que grassavam no reino.

O capítulo 172 ainda traz novas cores à crônica ao representar D. Fernando com as cores de um herói trágico. Não se pode levar a associação às últimas conseqüências, já que estamos diante de gêneros diferentes, a tragédia pertence ao dramático, enquanto a crônica, ao gênero narrativo; pode-se, sim, falar em cores trágicas. Desta maneira, o herói trágico se bate entre duas forças opostas: o *ethos*, seu próprio caráter, e *dáimon*, seu destino. Feliz personificação do monarca ideal quando a coroa lhe foi posta, para o cronista Fernão Lopes, D. Fernando

³²⁸ PICOTTO, Pedro. Op. Cit., p.68.

morre na contemplação dolorida de como se desenhou o seu destino. Fernão Lopes parece dar ao monarca a responsabilidade plena das suas escolhas, mesmo quando o mostra envolvido nas malhas do seu conselho, também não o exime da consciência das conseqüências. Para se ter a recontextualização do herói trágico seria preciso que o herói fosse colocado em erro inconsciente, a *hybris*, o que a narração de Lopes desmente. Podê-se, portanto, falar que o Fernando do cronista português se torna um herói com sentido trágico, na medida em que a sua trajetória foi marcada por contradições de balanço final negativo para si mesmo.

São três os planos em que se assenta o discurso de Fernão Lopes – plano ético-político, o jurídico e o providencial³³⁰. Interessa-nos resgatar os temas do primeiro, cujo modelo é o do *Rex Justus*³³¹, pois eles são essenciais para a compreensão das duas primeiras crônicas de Fernão Lopes:

No plano ético-político – gizado de acordo com a concepção aristotélica, onde a prática do poder é indissociável da moralização da acção – articulam-se quatro temas essenciais, instituídos como índices aferidores da boa governança do reino: igualdade do homem perante a lei; cumprimento da politeia ou constituição do reino; patriotismo e legitimidade do governante para exercer seus poderes. Toda esta temática se subordina ao denominador comum da 'dereitura de justiça', (...). Ao longo da estória dos reinados de D. Pedro e D. Fernando, o cronista mostra, por via do exemplo, em que medida a acção governativa de cada um destes monarcas se conforma com essa linha de conduta, se aproxima ou desvia dela, tomando sempre como referente o interesse comunal, identificado com o dos grupos mercantis e artesanais, para avaliar os efeitos dessa mesma acção. Dentro desta óptica, se o rei, ou alguém que, por direito, ocupe o lugar dele e exerça as suas funções, revelar falta ou deficiência no desempenho delas, o seu carisma de chefe é seriamente afectado, ficando minada a base de consenso em que assenta o acordo tácito aceito por governados e governante³³²

³²⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.*, p.302.

³³⁰ REBELO, Luís de Sousa. *Op. Cit.*, p.18.

³³¹ *Idem*, p.27.

³³² *Idem*, p.18/19.

É exatamente porque a sua corporação acredita que D. Pedro não se afastou desse código que ele foi perdoado pelos seus excessos e pranteado em todo o reino; já D. Fernando teve o seu carisma abalado na base da mesma corporação. No início da **Crônica de D. Fernando**, o Príncipe de Gales aconselha o rei de Castela Pedro Cruel a cuidar dos corações dos fidalgos do seu reino³³³, estes teceram a ruína do ardido monarca; já D. Fernando descuidou dos corações de sua base de sustentação urbana, de gente como o alfaiate Fernão Vasques, alijada das decisões, mas cobrada em corpos e haveres. Árbitro principal das questões no reino, esperava-se do rei na Baixa Idade Média que se esforçasse por reconhecer os direitos de todos que a ele estavam sujeitos.

Fernão Lopes é um homem de saber da Baixa Idade Média portuguesa, atento à exegese das doutrinas da justa governação expressas em regimentos de príncipes a que ele teve acesso³³⁴. Subjacentes a esses textos estavam princípios expostos por Aristóteles na **Política** e na **Ética a Nicômaco**³³⁵, que apontavam para um poder político que existe para servir o Estado visando à satisfação do interesse comunal³³⁶. Como medir essa satisfação? Ela pode ser lida em relação a quê? A moral e o direito positivos dependiam da ordem social constituída, temos aí um referencial e uma abertura para a utilização conservadora ou revolucionária da doutrina, já que a definição do conteúdo de justiça é assaz complexa³³⁷, sobretudo no que tange à justiça distributiva: o que é justo, o que é injusto, o que é

³³³ Fonte principal de Fernão Lopes, Pero Lopez de Ayala lembra dos fidalgos e quase não registra o burburinho das ruas.

³³⁴ REBELO, op. cit., p.28.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Idem, p.32.

justo meio³³⁸. Talvez Fernão Lopes tenha percebido isso, pois maneja sentidos de justiça para D. Pedro e para D. Fernando em diferentes níveis. Para o primeiro assume três níveis: demasiado, médio e pouco; mas para o segundo não há meio termo, o cronista adotará dicotomias: bem e mal, justo e injusto³³⁹. No caso de D. Fernando, toda a justiça estará ligada ao favorecimento dos povos urbanos – “proprietários, a gente dos concelhos e os mesteirais”³⁴⁰, enquanto a injustiça provém do favorecimento da “oligarquia áulica”³⁴¹.

³³⁸ *Idem*, p.31/32.

³³⁹ *Idem*, p.32/33

³⁴⁰ *Idem*, p.34.

³⁴¹ *Idem*, p.35.

2.3.3) D. João I: de "Mexias" a Rei

Havia-me esquecido de mim próprio. Não sou rei? Indolente majestade, desperta! Estás dormindo. Pois não vale o só nome de rei vinte mil nomes? Às armas, nome! Um súdito mesquinho se atreveu a atacar tua grande glória. Não prossigais olhando para o solo, favoritos de rei! Grandes não somos? Sejam grandes os nossos pensamentos.

(A *Tragédia do Rei Ricardo II* de Shakesperae – 3º ato, 2ª cena)

A **Crônica de D. João I** encena a transformação do Mestre de Avis, ponderado ou hesitante por demais, sujeito a julgamentos errados ou "inocentes"³⁴², em um rei plenamente "adaptado às novas responsabilidades, tanto mais quanto as suas qualidades de prudência, tolerância e liberalidade encontram aí campo para os seus melhores frutos"³⁴³. Desde a primeira crônica, a **de D. Pedro**, seu pai, vemos o seu nome referido; muito mais na crônica seguinte, **de D. Fernando**, aí o Mestre é uma vítima das artimanhas de Leonor Teles, como já demonstramos. Aliás, esta crônica entroniza o papel de relevo de D. João pois se recusa a terminar do modo como este tipo de texto se encerrava, ou seja, com a morte do protagonista. Depois do choro "muy de vontade" que adensa a tragicidade de D. Fernando, o texto tem fim com o alvoroço das gentes de várias partes do reino. É este o fogaréu prenunciado no sonho de D. Pedro que o Mestre, sem maior ambigüidade, lembremo-nos que eram dois os filhos do Cru chamados João, vem acorrer.

³⁴² Caso de Vasco Porcalho, por exemplo, entre os capítulos 98 e 100 da 1ª parte da crônica. O narrador do texto assim se refere: "Estas e outras rrazões lhe disse o treedor, per que o Meestre cada vez o avia por mais ssem culpa" (CDJ, I, p.190).

³⁴³ AMADO, Teresa. Op. Cit., p.26.

A **Crônica de D. João I** tem uma particularidade porque ela possui dois prólogos ao monarca e um terceiro para o elemento complementar do protagonista, estamos falando do cavaleiro Nun'Álvares Pereira. No primeiro prólogo, que abre a primeira parte da crônica, não se antecipam realizações do protagonista e o sujeito do discurso se entrega a uma aparente digressão. Trata de D. João propriamente dito em um parágrafo apenas, o que conclui o texto, mas em todo o momento o cronista nos lembra a importância de se observar a verdade sem afeição. Isto no momento em que está pronto para registrar o perfil do patrono da dinastia que o sustenta, ou seja do pai do monarca que o beneficiou dando-lhe o ofício de colocar em crônica os reis que em Portugal foram. Ao realçar a importância de não misturar o registro da verdade com a afeição, Fernão Lopes nos diz claramente que não faz tal coisa, e que, portanto, a sua versão dos fatos é fidedigna: “Nos certamente levamdo outro modo, posta a parte toda afeição, que por aazo das ditas rrazões aver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escpver verdade, sem outra mestura” (CDJ, I, p. 2). O cronista não nos diz que é desprovido de afeição, mas que pode realizar o seu trabalho não se deixando toldar por ela, o que diga-se de passagem ele mesmo observa ser raro. Seu objetivo é “nuamente mostrar ao poboo” (CDJ, I, p.2) puras verdades.

“Esta mundanall afeição fez a algu~us estoriadores, que os feitos de Castella, com os de Portugal escpreverom, posto que home~es de boa autoridade fossem, desviar da direita estrada, e correr per semideiros escusos” (CDJ, I, p.2) este trecho dá significado à abertura do prólogo que explica a dificuldade de separar a afeição do compromisso com a verdade, mas também referencia especificamente o texto de Pero Lopez de Ayala, sem que necessariamente

Fernão Lopes tivesse consciência dessa autoria³⁴⁴. Esta certeza se apóia na utilização que o português fez da obra do castelhano nos seus dois primeiros textos e na maneira distinta que o fez na **Crônica de D. João I**³⁴⁵.

Outro dado interessantíssimo no prólogo da primeira parte da **Crônica de D. João I** é a distinção que o cronista fez entre “simpres verdade” e “afremosemtada falssidade” (CDJ, I, p.3). Aliás, ter clara a diferença é fundamental para a recepção do texto já que: “Se outros per ventuira em esta cronica buscam fremosura e novidade de pallavras, e nom çertidom das estorias, desprazer lhe há de nosso razoado, muito ligeiro a elles douvir, e nom sem gram trabalha nos de hordenar” (CDJ, I, p.3). A par de um texto que se pretende verdadeiro, está um sujeito que não quer permanecer como um autor de “falssidade” e “novidade de pallavras”. Fernão Lopes não quer ser aquilo que hoje chamamos de um ficcionista, seu compromisso não seria com a Literatura, mas sim com a História. É claro que renegando o estilo de forma consciente, o texto o trai revelando-o.

O segundo prólogo já é feito para um monarca, pois o primeiro volume se encerra com a elevação do Mestre de Avis a rei de Portugal. Depois da narração que tomou toda a primeira parte do texto, Fernão Lopes não faz digressões, mas constrói um texto que tem por objetivo alicerçar a unidade entre as partes. Neste momento vem à tona o perfil do monarca pio, gentil, educado, justo, amante da

³⁴⁴ Teresa Amado comenta que é bastante provável que as crônicas de Ayala tenham chegado a Portugal em versões anônimas.

³⁴⁵ Durante toda a pesquisa e a elaboração da Tese não tivemos acesso a **Cronica del Rey Dom Juan** de Pero Lopez de Ayala, servimo-nos portanto dos levantamentos feitos por Teresa Amado em livro já citado para averiguar a natureza da incorporação de Fernão Lopes. A autora fez na obra um levantamento bastante criterioso e concluiu que não se pode comparar o procedimento do português em relação ao castelhano nas duas primeiras crônicas com o adotado na terceira. As

paz, bom marido e um mestre na arte de ser rei, porque “parecia digno de reinar per virtudes e boas comdições que por reall jeração de que deçemdese” [grifos nossos] (CDJ, II, p.3). Todos esses traços põem em evidência um modelo de perfeição que precisava ser seguido. Assim os reis que vieram depois do Mestre de Avis, segundo o cronista, aprenderam com o exemplo de D. João I – virtudes e gestos – o bom regimento do reino. Ainda nesse segmento lemos mais uma vez a disposição de Fernão Lopes de construir um relato que abarcasse toda a vida de D. João I – “des que começou de reinar ataa o bõ acabamentoo de seus bemaventurados dias” (CDJ, II, p.1).

Sobressai o fato de Fernão Lopes ter construído prólogos argumentativos só para D. Pedro e D. João, enquanto que para D. Fernando, apenas um prólogo narrativo e descritivo. Até no estilo, com o qual que o cronista diz não se preocupar, a não ser quando aborda a busca da clareza, ele aproximou os monarcas. É claro que teve mais trabalho quando se entregou a discussões teóricas, ora sobre a justiça, ora sobre a verdade, já que precisou arrolar leituras “técnicas” e lançar mão de certa retórica para ligar as preocupações que discutiu aos monarcas que elegeu. Para D. Fernando, o tamanho parece compensar a argumentação, mas não o exime da nódoa já aludida. Em relação a nódoas, só parece mesmo escapar o rei da boa memória que abriu em Portugal uma “Nova Era”, como quer que acreditemos o autor do capítulo 163 da primeira parte da **Crônica de D. João**: “Da septima hidade que sse começou no tempo do meestre” (CDJ, I, p.349/350).

discordâncias, acesso a outras fontes e ressignificação são muito mais intensas na **Crônica de D. João I**.

Quando fazemos o inventário de assuntos desta crônica³⁴⁶, surpreende o fato de ele ser tão desigual em relação à cobertura da vida pública do monarca protagonista. O primeiro volume, por exemplo, é dominado pelas ações do Mestre de Avis como Defensor e Regedor do Reino. Levando em consideração os dois volumes da crônica como um todo, teremos os antecedentes de como D. João se tornou Regedor do Reino em 6% do texto, as questões relacionadas a esse regimento e defesa em 41% aproximadamente (isolando o assunto Nun'Álvares temos 33% e mais 8% em que se trata do herói). As primeiras ações como rei estão em 5% da crônica, a preparação e a ação efetiva na guerra com Castela em 6%, os saldos da contenda em 24%, a dificuldades em travar tréguas em 13%. Estão fora da porcentagem assuntos como a aclamação do Mestre, a relação de D. João com os infantes seus filhos e o final do segundo volume.

Na introdução dessa crônica, Humberto Baquero Moreno antecipa aquilo que já observamos em relação à desigualdade na cobertura da vida pública do monarca: "Todo o longo reinado de D. João I, que se estende de 1400 a 1433, se encontra virtualmente por tratar"³⁴⁷. Para o professor, faltaria um terceiro volume que só a **Crônica da Tomada de Ceuta** de Zurara poderia suprir, ainda que em parte. A este texto ainda iremos a fim de confrontar os perfis de monarca expostos, já que textualmente Fernão Lopes antecipa o seu conteúdo (CDJ, I, p.101). Apesar disso e reconhecendo os grandes avanços que o estudo genético das fontes de Fernão Lopes tem trazido para o cenário crítico, é preciso resgatar o estudo do texto do cronista como um todo, pois ele se assume como compilador, ajuntador de verdades, escolhidas por ele.

³⁴⁶ Conferir APÊNDICE.

De Mestre a Regedor:

Para Joaquim Veríssimo Serrão, no interregno “desencadeara-se uma autêntica revolução, em forma de protesto colectivo, que logo alastrou ao Reino”³⁴⁸. Na **Crônica de D. João I** de Fernão Lopes, esse “protesto” começara a ser ouvido desde o arraial por D. Beatriz, entretanto, é a morte do Conde Andeiro que acende um clamor que não poderá ser reprimido no reino até que Avis esteja legitimada no trono.

Em relação aos antecedentes de como o Mestre D. João, tornou-se Defensor e Regedor do Reino³⁴⁹, uma das questões mais importantes gira em torno do assassinato do amante da rainha Leonor. Nos nove primeiros capítulos da crônica, seu autor aborda o porquê e as circunstâncias dessa morte. Em primeiro lugar, parte dos nobres queria a morte do conde e parte não, incluído no primeiro grupo figurava o próprio irmão da rainha, o Conde de Barcelos João Afonso. Entretanto, entre aqueles que a queriam havia um certo consenso de que ela deveria ser levada a efeito pelo Mestre de Avis, como parente mais próximo de D. Fernando no reino, o único que poderia vingar o monarca falecido das humilhações causadas pela traição da rainha. É interessante observar que neste momento o cronista faz questão de fazer um recuo ao tempo em que o próprio D. Fernando era vivo. Este recuo rastreia o projeto de assassinato do Andeiro, o próprio monarca já teria manifestado o desejo. Nesses planos em vida de D. Fernando, o nome do Mestre já é levantado para a realização. Há inclusive

³⁴⁷ MORENO, Humberto B. Apud **Crônica de D. João I**, p.30.

³⁴⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.295.

referência a uma carta do rei em que ele encomendava ao irmão o assassinato. O rei é demovido quando se alude ao fato de que a morte do Andeiro poderia fortalecer o nome do Mestre – “juntaessehiam a ell todallas gemtes, e ficaria el por rei desta terra” (CDJ, I, p.8).

O Mestre hesita na realização do feito, o que assinala uma das características mais importantes de sua personalidade. Aliás, em apenas um capítulo, o de número quatro, por exemplo, D. João se alegra com a possibilidade de ser defensor do reino, afasta-se do assassinato do Andeiro, afirmando que já não mais ouvia falarem mal da rainha, e desiste efetivamente de fazê-lo... Hesitante, mas não títere, como querem alguns críticos. O D. João I de Fernão Lopes não pode se confundir com o Trastâmara nem com Bolingbroke, seu cunhado, ambos usurpadores. Desde muito cedo na crônica, o português ouve as argumentações daqueles com quem privera, pondera e, só depois, age.

No caso específico da morte do Andeiro, são fundamentais as argumentações do homem bom Álvaro Pais. No prefácio da crônica, António Sérgio faz uma análise bastante interessante das forças sociais que se agitam no texto fernão-lopino e, em especial, de Álvaro Pais, “Homem homrrado de boa fazenda” (CDJ, I, p. 11), “no seio de uma sociedade de constituição senhorial não se cuidava encontrar como dirigente político um (...) alto burguês de Lisboa”³⁴⁹. O padraço do Doutor João das Regras, apesar de aposentado e doente, era consultado a mando de D. Fernando pelos vereadores da cidade, foi capaz de oferecer ao Mestre o apoio da cidade inteira e nos momentos em que via este arrefecer entremeava os seus argumentos com o epíteto “filho” (CDJ, I, p. 14). É

³⁴⁹ Conferir CAETANO, Marcello. **A Crise nacional de 1383-1385**. Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

interessante pensar que na manobra para criação do alvoroço na cidade depois da morte do Andeiro, mesmo “doentíssimo”, Álvaro Pais encontra forças para cavalgar bradando – “Acorramos ao Meestre, amigos, accorramos ao Meetre, ca filho he delRei Dom Pedro” (CDJ, I, p. 24), em uma clara estratégia de conclamar o povo para proteger o filho de D. Pedro que livrou o reino da influência do conde.

Entre o anúncio do plano de matar o Conde Andeiro e a sua realização, há alguns detalhes. Podemos reencontrar o fidalgo Gonçalo Vasques de Azevedo, “muito seu amigo [do conde] segumdo mostrança de fora” (CDJ, I, p.15). Este fidalgo já nosso conhecido exatamente pelo seu envolvimento em fofocas sobre a rainha e o Andeiro aparece aqui capaz de agasalhar o próprio conde depois do saimento do rei D. Fernando. O conde João Fernandes não parece tão bem informado quanto a amante em relação à sinceridade de Gonçalo Vasques de Azevedo, mas o cronista faz questão de destacar que de tantos que o Andeiro achava que deveria se acautelar, aquele que mais despertava o seu temor era o Mestre, ao que ele reagia com “leda conversaçom e mostrança de bem querer” (CDJ, I, p.15).

Apesar de decidir, voltar atrás e, por fim, realizar, só convencido por Álvaro Pais – “O Meestre cobiiçoso domra, per sua ard~ete natureza e grande coração, movido pellos ditos delle, determinou de o poer em obra”³⁵¹ [grifo nosso] (CDJ, I, p.14), não se pode nem dizer que o Mestre tenha matado o conde. Sim, ele lhe dá uma estocada, mas quem termina o trabalho é outro nobre, Rui Pereira. Que não

³⁵⁰ SÉRGIO, António. Apud *Crônica de D. João I*, p.46.

³⁵¹ Atenção para o fato de o Mestre também ser cobiiçoso de honra, tal qual tantos outros nobres do seu contexto.

se pense que isto é mais um argumento em favor do perfil anti-heróico e pejorativo que Rodrigues Lapa, por exemplo, sustenta para D. João³⁵².

Diante dos brados encenados por Álvaro Pais, importa realçar a reação da cidade, personagem coletivo que parece agir agora guiado pelo princípio de defesa do Mestre de Avis – “Fernão Lopes (...) concentrou no espaço da cidade um microcosmos de afectos e emoções”³⁵³. O cronista prepara o noivado de D. João com a cidade quando afirma – “Soarom as vozes do arroido pella çidade ouvimdo todos braadar que matavom o Meestre; e assi como viuva que rei nom tiinha, e como sse lhe este ficara em logo de marido”³⁵⁴ (CDJ, I, p.24). A multidão “per voomtade de Deos todos feitos dhu~u coração com tallamte de o vimgar” (CDJ, I, p.25) aproxima-se do castelo onde estava instalada a rainha e só é demovida da intenção de pôr fogo a tudo quando o Mestre surge na janela de maneira quase maravilhosa. Alguma descrença paira na massa que acorria em defesa do filho de D. Pedro, seria mesmo o Mestre? Então ele desceu dos paços e cavalgou entre o povo. É o primeiro contato físico narrado entre os elementos que cada vez mais próximos recuperarão a saúde do reino. Mais tarde, quando o desejo de que a regência do reino fique a cargo do Mestre comece a correr pelas bocas, esse contato se estreita e comove D. João – “quamtas vezes o Meestre cavallgava pella villa, era assi acompanhado do comu~u poboo, como se das mãos delle caissem tesouros que todos ouvesse[m] dapanhar” (CDJ, I, p.43). O

³⁵² É preciso não esquecer que o papel de herói estava reservado a Nun'Álvares.

³⁵³ AMADO, Teresa. Op. Cit., p.37.

³⁵⁴ Segundo Teresa Amado – “A raiz bíblica da *alegoria* conjugal (Cristo e Jerusalém Celeste/Igreja) actua afectando de solenidade e de indicação profética o elo jamais quebrado, e reavivando a implicação simbólica da permuta, em que ele se assenta, de serviço (completando com sacrifício) e proteção” – Op. Cit., p. 38.

povo oferece corpo, vontade e haveres para D. João e “elle olhavoos riindo do que deziam” (CDJ, I, p.43).

O certo é que o assassinato do Andeiro deflagra uma série de violências levadas a efeito pelos povos. Que não se pense que o cronista elogia os atos, mas

Essa abertura a uma justiça [que se faz contra indivíduos inocentes, ligados de alguma forma a Castela] para além da razão, essa tolerância a que decerto o ecorajava o ecletismo social do seu próprio passado que permitiu ao cronista discernir a verdadeira relação entre actos de ‘braveza daquell sanhoso poboo’ e a difícil tarefa por que o Mestre se responsabilizara³⁵⁵

A violência aparece como vazão de desmandos represados no reinado de D. Fernando. Embora essa energia acabe por engrossar as fileiras de apoio ao Mestre, ele está separado dela na ação, porque escolhe ignorá-la. Esta atitude em si não contribuiria para isentá-lo de responsabilidades obviamente, já que poderia ter ocorrido, por exemplo, em defesa do Bispo de Lisboa. O cronista até registra que D. João queria fazê-lo, mas o que o texto revela é que rapidamente o irmão da rainha o demove com argumentos de uma crueldade esmagadora – “Nom curees disso, Senhor, se o matarem, quer o matem quer nom; ca posto que elle moira, nom mimguara outro Bispo portuguees que vos serva melhor que elle” (CDJ, I, p.27). Enquanto o corpo do Bispo era arrastado pela cidade e o comiam os cães, o Mestre e o Conde de Barcelos faziam a sua refeição nos paços do segundo. D. João não é convencido a defender o Bispo, mas o é no caso de dois judeus de prestígio no cenário urbano.

É interessante perceber o movimento dos nobres em torno do assassinato do Andeiro. Depois de executar um ato que afrontava diretamente a rainha, com o apoio de fidalgos que apoiavam a regência da esposa do monarca falecido, já

³⁵⁵ Idem, p. 33.

sublinhamos o próprio Conde de Barcelos, o Mestre vai cercado por esses pedir perdão à Leonor Teles. Na verdade, sabendo que essa ação culminará com a passagem da regência para D. João de Avis, o que significará a deserção de vários desses mesmos fidalgos que queriam a morte do Andeiro, podemos afirmar que a sua morte era uma necessidade entrevista pelos nobres para reequilibrar a balança de honra e proveito que a influência do Conde João Fernandes fazia pender-lhes desfavorável. Depois de o Mestre assumir a regência do reino, por exemplo, o fidalgo Gonçalo Vasques de Azevedo, capaz de tantas intrigas em vida do Andeiro, como já vimos sobremaneira, defende os interesses da rainha na sua entrada a Santarém (capítulo 29).

Para esse novo equilíbrio, o Mestre foi um agente necessário, pois evitava que algum dos nobres viesse a decidir a sua sorte até quando a rainha se mantivesse poderosa. Tanto é assim que o Conde João Afonso Telo, o Conde Álvaro Peres e outros que depois aderiram à causa do rei de Castela, acompanharam o Mestre aos paços de Leonor Teles e endossaram o seu pedido de perdão. A rainha não se submete à pressão e propõe falarem sobre as investidas do genro. Diante das sugestões desse conselho reunido à revelia de sua vontade, a rainha zomba da força que os nobres derrotados no reinado de D. Fernando demonstram, sobretudo do Mestre, que tivera a palavra antes dela.

No capítulo 14 já começam a serem ouvidas vozes que desejavam dar a coroa ao Mestre, mas, no capítulo 17, D. João quer se afastar no reino justamente para que não se pense que ele ambicionava o trono. Em relação a isto ainda se falará mais, o que importa é acompanhar o quanto Fernão Lopes faz questão de afastar do seu “Mexias” o perfil de usurpador. D. João escuta a voz “dos da

cidade” que não queriam a sua partida, os clamores de Álvaro Pais, mas só se decide depois das revelações do sobrenatural, representadas pelo homem santo Frei João da Barroca. Era preciso que Deus afiançasse o desejo das novas forças que se agitavam contra o poder da velha aristocracia ligada à corte da rainha e aos interesses de Castela. Os clamores do povo, que sempre andavam com o Mestre, encenam o novo princípio a ser levantado – “hu podees vos moor serviço fazer, e que melhor rrenembrancha fique de vos, que a terra que foi gaamçada per os nobres Reis dhu vos decçemdees e domde sooes naturall” [grifos nossos] (CDJ, I, p. 46), o apego ao chão dos próprios pais, do qual também ele era natural, identidade telúrica reconquistada pelos antepassados.

Menos poderosa que na crônica anterior, Leonor Teles ainda se faz presente ao longo deste texto. O cronista sustenta que a crônica das mulheres famosas não estaria completa sem a presença da rainha portuguesa. Bela e educada, D. Leonor influenciou outras mulheres da sua sociedade – “Des que ella rreinou, apremderom as molheres teer novos geitos com seus maridos, e as mostramças dhu~ua cousa por outra mais perfeitamente do que se acha nos amçiaãos tempos”(CDJ, I, p. 36). Esta influência feminina sobre o comportamento só será suplantada quando o já rei D. João I se casar com a duquesa D. Filipa de Lencastre.

Leonor Teles abriu mão de ser Regedora do Reino quando facilitou a entrada do genro castelhano em Portugal (capítulos 61 e 65), recusou uma proposta de casamento do próprio Mestre de Avis (capítulo 25), bandeou-se para o lado do “inimigo” e perdeu totalmente o controle da situação, sendo encaminhada depois por D. João de Castela para um convento (capítulo 84). O

cronista sugere que muitos dos seus atos foram motivados pelo seu desejo de vingança: contra o Mestre que lhe matou o amante e contra a cidade que a difamava com altos brados, Lisboa. Na verdade, quando encara a sua derrota, traída por um judeu, que traiu por sua vez um amigo que lhe segredou os planos de fuga da rainha, Leonor parece mudar o foco da sua vingança e exorta os seus fiéis a aderirem ao Mestre. Certamente, Leonor ocupa uma posição de destaque no universo feminino retratado nas crônicas, o cronista deixa escapar o raciocínio aguçado da rainha quando observa a influência de Álvaro Pais e de Nun'Álvares sobre o Mestre de Avis.

O capítulo 26 é fundamental pois é nele que o Mestre finalmente aceita o cargo de Regedor e Defensor do Reino, mas também é importante pois nele estará um dos argumentos fundamentais desta etapa da vida pública de D. João e que vai ocupar quase todo o primeiro volume do texto. O capítulo se abre com o registro de uma voz coletiva que dá corpo ao projeto de convencimento do Mestre, e também conclama-se os “verdadeiros portugueses” (CDJ, I, p. 52). Sob esta égide estarão outros chamados para a guerra e para uma nova percepção social decisiva para a composição do perfil régio de D. João I, bem como para o próprio destino do fazer cronístico de Fernão Lopes.

O exercício do regimento:

As primeiras medidas do Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino são administrativas e dentre elas destaca-se a formação de um conselho que inclui João das Regras e ninguém menos que Álvaro Pais. Nesta fase, D. João ainda não parece aspirar à coroa, o cronista faz questão de dizer que seu

propósito era defender o reino em função da quebra dos tratos entre Castela e Portugal (Salvaterra de Magos) e que estaria aguardando seu irmão D. João de Castro, retido em Castela para que este assumisse o lugar de D. Fernando.

Nem sempre o conselho que ainda crescerá em formação atuará de forma harmoniosa, como veremos a propósito dos ciúmes despertados pela amizade entre D. João e Nun'Álvares Pereira, mas ainda nesta fase inicial é possível ler alguns valores bastante esclarecedores de suas forças anímicas. Estamos falando sobretudo de Álvaro Pais e dos seus conselhos: "Senhor, (...) Daae aquello que vosso nom he, e prometee o que nom teendes, e perdoaae a quem vos nom errou, e seervos há mui grande ajuda pela tall negoçio em quall sooes posto" (CDJ, I, p.56). O cronista não parece preocupado com a falta de escrúpulos que o teor dos conselhos do burguês deixa entever, pois observa que D. João fez tal e qual seu conselheiro determinou em vários momentos. Na verdade, quando pensamos no papel de cada um desses pares, já podemos antecipar a conclusão com a atuação de Nun'Álvares. É importante ter em mente que:

Qualquer deles actua, segundo o discurso de Fernão Lopes, na ocasião certa com a máxima eficácia, mas os seus campos de acção estão bem delimitados e exercem uma função complementar e relativamente ao curso central dos acontecimentos.³⁵⁶

Como grande herói da demanda neste momento da vida pública de D. João, Nun'Álvares atua como protagonista em quase 15% dos dois volumes da **Crônica de D. João I**³⁵⁷. O capítulo 31 é o prólogo tecido para o personagem, único ator que compartilha com os reis essa prerrogativa estilística. Neste trecho,

³⁵⁶ Idem, p.24.

³⁵⁷ Em relação à recuperação da trajetória de Nun'Álvares Pereira, Teresa Amado revela que "dos oitenta capítulos que compõem a CC [Crônica do Condestabre], apenas oito não são, em nenhuma medida, aproveitados por Fernão Lopes" – Op. Cit., p.83.

o cronista chega ao ponto de dizer que não conseguiria ser fiel ao retrato “deste virtuoso barom, cujas obras e discretos autos, seemdo todos postos em escrito, ocupariam gram parte deste livro” (CDJ, I, p. 63). Sua pena poderia ser fiel, sem afeição, ao retrato de três monarcas, mas não o seria diante do cavaleiro? Fernão Lopes só fala da dificuldade em registrar a vida de alguém quando trata do Condestável; e os seus reis?

Merecem destaque algumas marcas de seu retrato, dentre as quais o perfil obediente aos códigos da cavalaria e a argúcia na gerência de novas estratégias de guerra. Não queria nem casar tal desejo de imitar o seu herói – “liia ameude per livros destorias, espeçialmente da estoria de Gallaz que falla da Tavolla Redomda. (...) per virtude de virgi~indade Galaaz acabara grandes e notavees feitos, (...), desejava muito de o semelhar em algu~ua guisa” (CDJ, I, p.69). Sabemos que o pai não lhe permitiu igualar em tudo o herói literário, já que lhe arranhou uma viúva endinheirada, tão virgem quanto o jovem.

Personagem já conhecido na **Crônica de D. Fernando**, aqui ele ganha as cores definitivas. Apesar de ter sido escudeiro de D. Leonor, logo se viu seduzido pela nova causa que o Mestre corporificava, lutou por ela até ver o seu senhor no lugar de rei e deste recebeu sempre inigualáveis poderes. É interessante que a rainha dera ao jovem Nun'Álvares os equipamentos de cavalaria que pertenceram ao próprio Mestre de Avis e estes serviram sem ajustes no menino ardido que ele foi até virar um monge. Em meio a provas de tão firme amizade, não foram poucas as vezes em que o cronista narrou rugas entre o Mestre e o Condestável, a mais séria foi a compra de suas terras, doadas outrora pelo próprio monarca. Nesses

momentos, diga-se de passagem era o primeiro quem corria pacientemente a propor a paz.

Quando as dicordâncias giravam em torno de disposições bélicas, o cavaleiro demonstra mesmo impaciência e irritação com seu senhor porque “se ele era o braço que agia para garantir a soberania da cabeça (rei), esta não podia ter a veleidade de se intrometer no seu campo próprio, o da pura acção”³⁵⁸. Era conhecido também como um regedor dos costumes, já feito rei, D. João assim observou: “todollos boos custumes que em Portugal avia, (...) o Condestabre os posera todos” (CDJ, II, p.177). Na verdade, do exercício do regimento até a elevação do Mestre de Avis a rei, “Nun’Álvares é, para além do próprio D. João, a figura mais necessária da Crónica”³⁵⁹, os dois são, portanto, pares complementares, herói da demanda e graal feito homem respectivamente; irmãos a quem não falta correspondência no âmbito dos valores – “eram ambos de cavalleirosos coraçõe, e acompanhados de virtuosos custumes. E porque nom ha cousa que amtre os hom~ees geere moor amor, que a concordamça nos boos desejos” (CDJ, I, p.169). Depois da elevação de D. João, a relação entre ele e Nun’Álvares sofrerá uma drástica mudança e não poderemos mais falar em pares complementares.

A presença do Mestre de Avis no primeiro volume da crônica é um valor em si ³⁶⁰, pois ele reúne as esperanças de uma coletividade que se vira subtraída da esfera de decisões as quais punham o trono português em perigo de anexação por outrem, estamos falando sobretudo da gente dos concelhos. Esta coletividade

³⁵⁸ Idem, p.64.

³⁵⁹ Idem, p.64.

³⁶⁰ Idem, p.60.

teve as suas fileiras engrossadas pelo sanhudo povo anônimo³⁶¹, capaz de arrastar bispos e abadessas pelas ruas de vilas e cidades. Na verdade, longe de ser o preferido das gentes, este era o infante D. João de Castro, o Mestre de Avis estava no momento e lugar certos para ser aquilo o que os descontentes precisavam, seu protetor – “a figura do Mestre materializou a única esperança dessa parte da população”³⁶². A identificação entre D. João e esse segmento social menos prestigiado transformou em honra nova os brados de intenção ofensiva daqueles que se identificam com Castela – “os grandes aa primeira escarneçendo dos pequenos, chamavõ-lhe poboo do Mexias de Lixboa” (CDJ, I, p.86 – grifo nosso).

De maneira ponderada e sem os expedientes de um Trastâmara, D. João vai conquistando paulatinamente o estatuto de ser necessário a uma causa que talvez ele mesmo colocasse em dúvida, lembremo-nos de que Ayala se refere a uma carta do Mestre convidando o monarca castelhano a entrar em Portugal e de um pendão mandado fazer por D.João que trazia uma imagem do infante Castro preso³⁶³, ambas informações inexistentes no texto de Fernão Lopes.

É comum apontar João das Regras como a pena e Nun'Álvares, a espada, mas a leitura detida da **Crônica de D. João** desmente este caráter circunscrito da atuação do herói, seus argumentos para o Mestre e à frente de suas tropas são

³⁶¹ Apesar de poucas vezes conhecermos algum nome que nos dê pistas de alguma individualidade, a atuação dessa massa coesa de homens e mulheres tem a sua trajetória compreendida pela pena do cronista, que só não compactua com as suas crueldades. Mesmo assim, insere essas atitudes dentro de um contexto de agitação contra uma vilania maior, a quebra dos tratados pelo castelhano.

³⁶² *Idem*, p.35.

³⁶³ *Idem*, p.180.

cruciais³⁶⁴. Em sua boca, o princípio do “verdadeiro português” também será lembrado inúmeras vezes para angariar adeptos para a causa que defendia³⁶⁵. Mais tarde, já rei, D. João recolherá Nun’Álvares a seu conselho, o que causará ciúmes em outros membros, por exemplo, em João das Regras (não se pode deixar de apontar que o próprio Condestável tinha um conselho, cujos membros não foram escolhidos por ele, mas sim “eleitos” por cada subgrupo dos seus homens). Este ciúme é lido de forma diferente por António Sérgio, que prefere enxergar uma incompatibilidade de princípios: vassálico, representado por Nun’Álvares e, burguês, por Álvaro Pais, no centro das diferenças entre eles.

Ligado à rainha, como já dissemos, Nun’Álvares Pereira era o 13º filho vivo do Prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira, ou seja, havia outros irmãos antes dele a serem promovidos primeiro³⁶⁶. Depois da morte do Andeiro, o jovem filho do Prior, ignorou os pedidos de Leonor Teles e tentou convencer os irmãos a seguirem o Mestre de Avis³⁶⁷. Na **Crônica do Condestabre**, essa aproximação com D. João surge como uma inspiração divina, conseqüência da necessidade da morte do Conde de Ourém. O cronista anônimo manifesta grande desconforto gerado pela homenagem à rainha D. Beatriz de Castela, já que “a gente

³⁶⁴ No capítulo 166, podemos ver até o circunspecto Doutor João das Regras exortando os homens à batalha – “Oo amigos! Mas essa he a verdadeira pelleja, que hu~u Portuguees nom pelleje com hu~u Castellaão, mas com tres e com quatro quamdo mester fezer; e por tamto nom compre aqui all senom combater com boa voomtade” (CDJ, I, p.358). O letrado também engrossou as parcas fileiras portuguesas na Batalha de Aljubarrota (CDJ, II, p.96).

³⁶⁵ Teresa Amado confirma a segmentação das atribuições e qualidades de Nun’Álvares ao campo da ação, mencionando que D. João se mostra mais firme nas questões políticas diante do seu cavaleiro. Entretanto, os exemplos dados pela autora foram recolhidos do exercício já pleno das atividades de um monarca que aprende rápido a ser rei. Não mais de um Mestre titubeante ou inseguro diante do turbilhão de acontecimentos.

³⁶⁶ SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal** (...), p.206.

³⁶⁷ O que movia Nun’Álvares? António José Saraiva levanta uma série de possibilidades e encerra dizendo que Nun’Álvares “jogava tudo por tudo”, em uma causa impossível, cuja defesa só via maravilha em cujo cerne “o milagre era ele próprio” – Idem, p.207.

portuguesa tinha a sua língua, seus costumes, seu modo de viver e labutar³⁶⁸, prenúncio do ser verdadeiro português que o texto de Fernão Lopes desenvolve de maneira mais acabada. O certo é que a adesão de Nun'Álvares à causa do Mestre decide de uma vez a permanência de D. João em Portugal.

Ser “verdadeiro português” é o argumento que comove todos aqueles contrários à investida de D. João de Castela. Desde muito cedo, é a arraia miúda, a primeira a aderir ao Mestre em várias partes do reino, quem se identifica logo com esse princípio. Os nobres precisam ser chamados ou lembrados de o fazerem. É convocando o fato de serem verdadeiros portugueses que Nun'Álvares cobra vários castelos de alcaides fiéis à rainha. A recusa de tantos desperta a ira do povo que se vingava contra os mais honrados; a sua lida feroz, já aludida mais de uma vez aqui, merece uma comparação cheia de prestígio por parte do cronista – “pareçia que lidavom polla Fe” (CDJ, I, p.94). Excessos que se fazem por uma causa que despertava paixão semelhante a que animava as lutas por Deus, a do “Messias de Lisboa”.

É claro que a defesa e a regedoria do reino, frente a um D. João de Castela aparentemente implacável e “nom muito ledo” (CDJ, I, p.116), não se sustentariam apenas com o apoio da arraia miúda ou dos novos burgueses, encabeçados por Álvaro Pais; havia a necessidade de angariar apoio bélico e financeiro. Para o primeiro, Inglaterra; para o segundo, novas moedas³⁶⁹. As mudanças monetárias

³⁶⁸ **Crônica do Condestabre**, p.65.

³⁶⁹ Não se pode deixar de relatar que os primeiros reais que o Mestre mandou lavrar foram usados pelos povos para a cura de alguns males (CDJ, I, p.101). Já fizemos menção ao poder curativo do toque real e aos seus antecedentes até mesmo na Península Ibérica. Os “milagres” operados por esses reais colocam D. João I de Portugal de alguma forma em uma linhagem de reis capazes de lidar com maravilhoso, mais um componente de legitimidade para o seu acesso ao trono. No capítulo seguinte à narração dos poderes curativos dos reais do Mestre, o cronista aproveita para

tão execradas em outros momentos aparecem agora como necessidade imperiosa para a defesa do reino, “que mais vall terra padeçer, que terra se perder” (CDJ, I, p.101), o conselho só não parecia caber à política de D. Fernando.

O Cerco de Lisboa:

O Mestre conseguiu reunir sobre si um conjunto impensavelmente vitorioso e a primeira prova concreta de que a sua estratégia e “destino” apontavam para este caminho foi a resistência no Cerco de Lisboa. Achamos importante também não menosprezar os atributos morais com que Fernão Lopes estuda o caráter do Mestre em contraposição a D. João de Castela e que entremeiam as suas atuações, o primeiro era um líder que não desprezava conselhos; o segundo os ignorava. Este último apressou-se a prender candidatos que poderiam ameaçar os seus propósitos: o Conde de Girón, casado com uma bastarda de D. Fernando, e o mais ameaçador, D. João de Castro, que ele havia honrado anteriormente. Na verdade, D. João de Castela ignora mesmo o que seus pares consideram sinais de oposição aos seus planos. Estas são marcas individuais que não podem ser obliteradas, porque o cronista julga importante apontá-las sempre. Aliás, uma das chaves para a compreensão do seu envolvimento afetivo com o texto é justamente o traço de sondagem psicológica que, no caso da entrada do castelhano em Portugal, afirma o vínculo do sujeito do discurso com o princípio que ajudava a enobrecer ainda mais o nome do Mestre de Avis:

Oo que forte cousa e mortall guerra de veer, hu~us Portugueses, querem destruir os outros! E aquelles que hu~um ventre geerou e hu~ua terra deu criamento,

e levar os seus feitos espirituais, pois D. João podia estar atarefado, mas não se esquecia de suas obrigações para com Deus.

desejarem de sse matar de voontade, e esparger o samgue de seus divedos e parentes (CDJ, I, p.134)

O desvario que a entrada de D. João de Castela promove deflagra uma guerra fratricida entre portugueses, segundo o cronista. O vínculo mais importante e que Fernão Lopes lamenta ver-se desfeito é o que se estabelece entre aqueles que foram gerados e criados pela terra portuguesa. A guerra espalha o sangue da morte no colo dessa mãe sem que isso signifique para todos a sua defesa e honra. O excuro do cronista tem o mesmo teor das exortações do herói da demanda – “ca eu nom os ei por meus irmãos em esta parte, pois que vem por destruir a terra que os jeerou” (CDJ, I, p.176). Aqui, o parentesco que precisa ser protegido é o que une os defensores do mesmo ventre telúrico.

São diversos os eventos narrados em torno do Cerco à cidade mais importante do reino. Fazia parte da consciência dos homens da época a consideração dessa relevância. O próprio D. João de Castela acreditava que se cobrasse Lisboa, todo o reino lhe seria entregue. Daí que os acontecimentos relacionados ao tema ocupem um quarto do primeiro volume da crônica e recebam do autor demonstrações de adesão comovida. O Mestre se mantém na cidade todo o tempo, seus recados chegam a diversas partes do reino graças a expedientes arriscados, como o do homem que levou recados à vila de Almada a nado. Suas idas e vindas totalizaram seis viagens (capítulo 137).

Uma das primeiras providências do Mestre para a segurança da cidade foi mandar armar naus e galés em Lisboa e no Porto. Na primeira cidade, o Mestre “açerca com todoo outro poboo” (CDJ, I, p.213), levou em procissão o estandarte com as armas de Portugal. Depois disso, alguns acontecimentos extraordinários

tiveram lugar para marcar a predileção de Deus pelos portugueses: a visão dos vinte cavaleiros/sacerdotes de branco com círios acesos próximos à parte do muro do patrono da cidade, São Vicente de Fora; pontas de lanças em chama iluminando as torres da cidade e uma chuva de cera em Montemor-o-Velho.

As vestimentas da cor branca, com as quais os vinte homens estavam trajados, eram reservadas nessa época para dias de celebração e festa, pois essa cor substituíra qualquer outra em acontecimentos da máxima importância³⁷⁰, como o que se estava a começar naquele momento. Esses sacerdotes levavam círios acesos onde “todas as forças da natureza estão ativas”³⁷¹, individualizadas, toda a vida cósmica se concentra nelas³⁷²; o círio ainda simboliza “a luz da alma em sua força ascensional, a pureza da chama espiritual que sobe para o céu”³⁷³. As torres iluminadas celebram a sua verticalidade, todo o esforço do homem para comunicar as suas intenções para Deus. A resposta da divindade é a cera que junto com a “mecha, o fogo, o ar, que se unem na chama ardente, móvel (...) são eles próprios uma síntese de todos os elementos da natureza”³⁷⁴ conjugados na unicidade do propósito e e na luz pessoal do Mestre de Avis, esperança de recomposição da ordem abalada. Todo o sobrenatural já começa a ser comunicado na porta do mártir que protegia a cidade, São Vicente. Logo depois da narração dessas manifestações, o cronista revela que a chegada das naus castelhanas nas proximidades da cidade foi feita em clima adverso a elas (CDJ, I, p.214).

³⁷⁰ O estabelecimento das regras para as cores das vestimentas eclesiásticas foi feito a partir do século XII. TAVARES, Jorge Campos. **Dicionário de santos**. Porto: Lello e Irmão, 1990. p.168

³⁷¹ CHEVALIER, CHEERBRANT. Op. Cit., p.933.

³⁷² Idem, p.934.

³⁷³ Idem.

Os capítulos 114 e 115 são narrações do estado extra e intra muros de Lisboa respectivamente. Os castelhanos encontravam-se bem servidos de provisões e era mesmo legítimo apontar “fartura” (CDJ, I, p.220). Apesar disso, o testemunho do fidalgo Fernando Álvares, “homem antiigo, [que viu] muitas cousas de guerra semelhantes a esta” (CDJ, I, p.221), lembrava que poucas forças podiam surpreender verdadeiramente os mais fortes e poderosos em tempos de instabilidade. Dentro dos muros, no início do cerco, as pessoas se preparavam de maneira bem disposta, tendo o “espeçiall cuidado da guarda e governança” (CDJ, I, 224) do Mestre, até mesmo uma cantiga de escárnio poderia ser entoada. Na verdade, a disparidade de forças que começavam a ser opor se traduz na percepção emocionada de novos Davis portugueses frente a um Golias castelhano. O léxico escolhido testemunha o lado do cronista:

Oo que fremosa cousa era de veer! Hu~u tam alto e poderoso senhor como he elRei de Castela, com tamta multidom de gentes assi per mar come per terra, postas em tam grande e boa hordenança, teer cercada tam nobre cidade. E ella assi guameçada contra elle de gentes e darmas com taes avisamentos por sua guarda e deffensom; em tamto que diziam os que o virom, que tam fremoso cerco de cidade nom era em memoria dhome~es que fosse visto de mui longos anos ataa aquell tempo. [grifos nossos] (CDJ, I, 226)

Quall seria o peito tam duro de piedade, que nom fosse amollemtado com a maviosa compaixom, veemdo as egrejas cheas dhome~es e de mulheres com filhos nos braços, todos bradando a Deos que lhes acorresse, e que ajudasse a casa de Portugal? Çertas nenhu~u, salvo se fosse nom limdo Portuguees; e assi gastarom boa parte da noite, ataa manhã, hu~us em lagrimas e devotas orações, outros em se correger e fazer prestes comtra os emmiigos. [grifos nossos] (CDJ, I, 259)

Quem teria um “peito tam duro” que não moveria a piedade frente a “nobre” cidade em cuja desgraça trabalha o “tam alto e poderoso senhor elRei de Castela”, povoada por um povo que clama a Deus que proteja a “casa de

³⁷⁴ Idem.

Portugal”? É irresistível o ardor do crônista, declarado ao longo do texto em outros muitos momentos. Será que se pode concordar com o Salvador Dias Arnaut para quem “Fernão Lopes gostava mais, digamos assim, de encontrar a história já feita do que fazê-la a partir de elementos simples”³⁷⁵?

Conduzindo o leitor para a memória do cerco, Fernão Lopes não deixa de narrar batalhas ao longo de todo o reino e acontecidas quase simultaneamente: as investidas dos castelhanos sobre lugares que se diziam do Mestre do Avis; as ações do cavaleiro Nun’Álvares Pereira e a adesão de importantes figuras à causa dos “verdadeiros portugueses”³⁷⁶.

Em relação às investidas dos castelhanos, eles sempre se vêm surpreendidos ante a força dos poucos portugueses contra quem combatem. O orgulhoso Arcebispo de Braga se assusta e demove os seus cavaleiros – “Amigos, nom paraes mentes como estas gemtes veem a nos, assi como home~es que nom temem a morte?” (CDJ, I, p.236). Toda essa força diante de um poder estrangeiro desmedido tem correspondência na energia disposta nas palavras do Mestre divulgadas pelos seus homens de confiança – “ell se offererçe por sua deffenssom ataa poer o corpo e vida aa morte” (CDJ, I, p.237). Na verdade, Joaquim Veríssimo Serrão sustenta até que “a palavra do Mestre de Avis constituiu um exemplo de coragem que avassalou os defensores”³⁷⁷. É importante

³⁷⁵ ARNAUT, Salvador D. Apud **Crônica de D. Fernando**, p.19.

³⁷⁶ Dentre os mais importantes Diego Lopes Pacheco e o Conde D. Gonçalo que tinha Coimbra e era irmão da rainha Leonor Teles. Em relação aos dois, é importante que se diga que a crônica não afirma a sua adesão à causa pelos seus valores intrínsecos. No primeiro caso, o que animava o velho fidalgo Pacheco a mudar de lado aos oitenta anos era o temor que sentia de D. Beatriz, pela oposição que fizera a D. Fernando ainda em vida do pai da jovem rainha de Castela. No segundo caso, o irmão de Leonor Teles tinha interesse em ficar com os senhorios dela tão somente. O Mestre, certamente pondo em execução os conselhos de Álvaro Pais, já aludidos aqui, aquiesce a tudo.

³⁷⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit. P.298.

guardar, entretanto, que D. João não pede fidelidade a ele, aliás ele é “apenas” o defensor do reino, pois não há outro disposto a fazê-lo, roga a portugueses que mostrem “lealldade aa casa de Portugall” (CDJ, I, p.237), que se via naquele instante ameaçada. Os clamores do Mestre se agitam em um contexto ainda marcado por um poder régio de natureza pessoal³⁷⁸, mas ao sustentar a necessidade do seu nome atrás de uma fidelidade à terra portuguesa, já temos o prenúncio “de um modelo de fidelidade mais nacional que feudal, aplicado ao âmbito Concelhio”³⁷⁹; não baseado na honra e proveito de alguns indivíduos, “e çerto he que todollos que amam homrra e proveito do reino que logo aqui seram” [grifo nosso] (CDJ, I, p.239).

Já aludimos à concepção dissonante entre o **Livro da Montaria** e o **Leal Conselheiro**, em relação ao amor e ao temor no serviço. Se para o já rei D. João I de Portugal, é melhor ser temido que amado, para o seu sucessor D. Duarte, e possivelmente para Fernão Lopes, é melhor servir por temer perder o amor. É por isso que o receio de Pero Fernandes de Velasco merece um capítulo inteiro na crônica. O monarca castelhano, depois de ouvir os conselhos dos seus homens, resolve confrontar a frota portuguesa que se aproximava para defender Lisboa no rio. O fidalgo citado pede a palavra e avisa ao monarca que ele pode ser senhor dos corpos dos portugueses que conseguisse conquistar, entretanto não o seria de seus corações, nem do seu amor, “que he melhor cousa que o Rei pode aver quamdo sse quer asenhorar dalgu~u rregno (...) que proll he ao senhor aver os corpos dos vassallos, se delles nom há os corações?” (CDJ, I, p.255). Pero

³⁷⁸ FERNANDES, Fátima Regina. “A fidelidade e o ‘deserviço’ em Portugal no reinado de d. Fernando (1367/1383)” in **Revista da SBPH**, Curitiba, n.17, 2000, p.53.

³⁷⁹ Idem, p.59.

Fernandes alude a um possível acordo, ao que o rei castelhano não tem intenção de acorrer, aliás, em sua negativa eleva-se outro princípio, o seu direito, pois entendia que o reino lhe pertencia.

O Mestre de Avis luta ao lado de uma coletividade que considera a invasão do outro como abuso de direito, não se singulariza por outro dom a não ser o de ter permanecido a despeito de toda honra e proveito que pudessem ter-lhe oferecido em reinos vizinhos. O cronista não inventa nem mesmo narrações de destreza bélica para ele. Quando as galés de Castela quiseram tomar as de Portugal, o Mestre é visto na praia pedindo coragem aos seus, até que leva um tombo e fica com água pelas barbas, precisando que seus homens larguem a defesa das embarcações para salvá-lo (capítulo 139).

Na verdade, em meio à fome e ao poderio castelhano, Lisboa sobrevive ao Cerco. Já não havia mais água e as pessoas dentro da cidade começaram a se alimentar com coisas consideradas “desacostumadas”. Só diante dos inimigos cobravam esforço, embora rumores de revolta fossem entreouvidos no povo vitimado pela carência absoluta. No fim, o Mestre já acreditava que a única coisa a fazer era partir para o tudo ou nada, ou seja lutar contra as tropas do arrabalde e morrer para que não ficassem sujeitos a Castela. O cronista faz questão de acentuar a força da cidade e a “ajuda” de Deus, já que a peste começou a atacar a parte extra muros, como a perseguir e a assustar os castelhanos – “dia avia hi que morriam çemto, e çemto e çimqoemta, e duzemtos” (CDJ, I, p.310). Tão logo, a rainha D. Beatriz cai também doente, seu marido resolve levantar de sobre a cidade e partir. Era a nova vitória dos novos Davis. Quem estaria mais ansioso para o fim do cerco, o Mestre ou D. João de Castela? Este também reencena a

revolta de Lenor Teles contra Lisboa ao deixá-la sem vitórias e só com despesas de honra e riquezas – “Oo Lixboa! Lixboa! tamta merçee me faça Deos que aimda te veja lavrada de ferros darados” (CDJ, I, p.314). A sua partida é a imagem da derrota: a rainha de Castela doente e o rei só acompanhado de numerosos féretros com a fina flor da nobreza castelhana que ele arrastou para a morte; os corpos desses, todos nomeados pelos cronista português, são conduzidos por servos cobertos de perplexidade e dó (CDJ, I, p.332).

Mas a cidade de Lisboa cai em festa e é homenageada pelo Mestre com importantes distinções. O cronista dará à cidade ainda o privilégio de narrar recompondo assim a história dos seus mártires e traidores, tal qual ficara registrada em seu “Kallemdario” (CDJ, I, p.345). Para isso, Fernão Lopes lança mão da personificação e do diálogo; o sujeito do discurso pergunta e a cidade responde pois só ela pode falar adequadamente das suas provas. Ela afirma a sua viuvez (de rei), mas deixa claro que já escolhera um esposo, seu defensor, o Mestre de Avis.

Uma primeira procissão é organizada e conta com o sermão de um pregador franciscano. Na verdade, muito ainda precisa ser dito sobre a influência do franciscanismo nesse contexto, lembremo-nos de Frei João da Barroca, o certo é que o teor da sua pregação desperta uma catarse mística, ou seja opera um frenesi coletivo de lamentos e alívio. O pregador alude ao fogo, alegoria das tribulações que Lisboa padecera, e nós podemos nos lembrar do sonho do pai do Mestre (capítulo 151).

Também o cronista faz questão de homenagear as figuras mais representativas da vitória portuguesa, registrando os nomes das pessoas que

ficaram na história, é interessante observar que Fernão Lopes louva os povos miúdos coletivamente já que sua individualidade os ventos apagaram; em sua visão, a história só podia ser recomposta com a documentação precisa que testemunhasse cada feito. A adesão do povo das cidades à causa que o Mestre corporificava, importa ressaltar, deve-se ao fato de ter sido ele o mais sacrificado pelas guerras arquitetadas por D. Fernando, além de sentir mais de perto o drama da fome e do desemprego, ou seja, para Veríssimo Serrão “a sua participação [dos povos urbanos] fez-se por um espírito de ligação à terra”³⁸⁰.

A Sétima Idade e o Evangelho Português:

Quando o Mestre de Avis encontra seu homem forte, depois do Cerco de Lisboa, o futuro “São Pedro do Evangelho Português” (CDJ, I, capítulo 159), Nun’Álvares, ajoelha-se diante de um senhor aparentemente desconcertado pela homenagem, afinal ele apenas ficara “emçarrado em [um] currall, sem fazer bem nenhu~u” (CDJ, I, p.322). Na verdade, as palavras do Mestre dão conta do seu bom humor, do qual há diversos exemplos no texto de Fernão Lopes, mas o maior bem operado por ele foi o de ter resistido e só quando D. João consente que Nun’Álvares beije a sua mão, o cavaleiro se levanta. A homenagem do jovem “Gallaz” português é exemplar para os fidalgos que abraçaram a facção contrária à investida do castelhano.

O capítulo 159 se destaca não só por registrar aqueles que se notabilizaram no Cerco, mas também porque ele prova a existência de uma obra maior de

³⁸⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.304.

Fernão Lopes desconhecida para nós – “de guisa que como no começo desta obra nomeamos fidalgos alguns, que ao Conde dō Hamrique ajudaram ganhar a terra aos Mouros” (CDJ, I, p.339). Além disso, o capítulo encena a metáfora do evangelho português, como uma “breve e soltaçosa comparação”, estratégia que o afasta de uma irresistível extrapolação herética. Assim como Cristo teria mandado os seus apóstolos pelo mundo a pregar, o Mestre mandou seu cavaleiro Nun’Álvares, o novo “São Pedro”, em primeiro lugar, para disseminar uma nova era. Ao identificar o Mestre com Cristo, mesmo que o faça apenas como “soltaçosa comparação”, Fernão Lopes abre brechas para o mito³⁸¹. Todos os elementos de conteúdo místico espalhados pela crônica são aqui sintetizados para a mais audaciosa estratégia de legitimação do texto, excluindo a própria eleição do Mestre obviamente, o capítulo 163. O princípio espiritual que as suas comparações constroem corresponderá ao movimento das cortes no final do primeiro volume da crônica, quando qualquer dúvida em relação ao direito do Mestre à coroa será definitivamente afastada pelo Doutor João das Regras.

Qual era o “evangelho” que o Nun’Álvares haveria de pregar? Ele está ligado certamente à “Sétima Idade”, discutida em um capítulo aparentemente digressivo que merece uma digressão. No texto “Calendário” de Jacques Le Goff³⁸², o autor trata do sistema de medida do tempo ligado à organização cósmica, ele se interessa pelos sistemas de calendário e também pelos objetos através dos quais os homens se reportam ao sistema. No primeiro item do texto, Le Goff afirma que a medição do tempo foi uma das maiores conquistas do homem em relação ao controle do universo e que, por isso, o calendário é um

³⁸¹ Rebelo, L. Sousa, op. cit., p.58.

respeitável instrumento de poder; o controle do calendário incide diretamente sobre o trabalho e o tempo livre dos homens. Se a instituição e reforma dos calendários é obra de especialistas, astrônomos, por exemplo, a promulgação das reformas é atribuição do poder político, ainda mais quando este se reveste de alguma sacralidade.

Um dos momentos mais interessantes do texto de Le Goff por se relacionar ao segmento em destaque da **Crônica de D. João I** é o item 9: “Para além do ano: a era, o ciclo, século”. Da necessidade de ver mais longe, os sábios e governantes tentaram dominar períodos maiores do tempo. Assim, a era provém de uma idéia de evolução positiva ou negativa, marcada por acontecimentos fundadores, com valores até mágicos.

No capítulo 163 da primeira parte da **Crônica de D. João I**, “Da Septimidade que sse começou no tempo do Meestre”, o narrador interrompe a matéria factível e formula a sua interpretação da sucessão de eras, seguindo os parâmetros de Beda, o Venerável (672-735), a respeito das eras e, sobretudo, da nova era para a qual o reinado de D. João I apontava inequívoca. Não se pode esquecer que o tempo da narração é o presente vitorioso da dinastia inaugurada pelo monarca-título, geração esta que priva com São Vicente no políptico pintado por Nuno Gonçalves, ou seja, em mais uma representação autorizada.

Todo o capítulo 163 dá conta de uma das características mais importantes do gênero cronístico cristão, o providencialismo³⁸³. Assim, o sujeito enunciador do discurso faz o rastreamento de seis eras, ou idades: a primeira, de Adão até Noé;

³⁸² LE GOFF, J., in **Enciclopédia Einaudi**, V. 1. P.260.

³⁸³ SÁNCHEZ, Pedro Juan Galán. **El género historiográfico de la Chronica** – las crónicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidade de Extremadura, 1994. p.30.

a segunda, de Noé a Abraão; a terceira, de Abraão até Davi; a Quarta, de Davi até a queda da Babilônia; a quinta, até a vinda de Cristo e a sexta, a realidade em que as sociedades pareciam se enquadrar no momento da narrativa, ainda que houvesse prazo para ser encerrada. Na verdade, em relação a esta última idade, Fernão Lopes não a descreveu “como uma idade decrépita (...), o que confere a toda a sua concepção do tempo um caráter muito mais otimista e consentâneo com o espírito de renovação que a luta revolucionária de 1383 a 1385 lhe inspirava”³⁸⁴. Segundo o narrador, de outra idade ninguém havia se atrevido a falar, mas que, como Deus criara o mundo em seis dias e depois descansara, assim o descanso das almas poderia também ser chamado de “Sétima Idade”. Entretanto ele mesmo não parece crer nesta tese, vai mais longe e lança a sua.

O modelo das Sete Idades já havia sido formulado por Santo Agostinho, para ele a Sétima Idade era a Idade do Sabbath, ficava para além da História, enquanto que, para Fernão Lopes, ficava na História, herança da metalidade joaquimita³⁸⁵, através de D. João I³⁸⁶. O texto prova que Fernão Lopes conhecia as implicações da perigosa seara da heresia, isto porque, antes de enunciar a sua tese, o narrador prepara o leitor: “mas nos com ousança de fallar, como quem jogueta, per comparaçom, fazemos aqui a septima hidade” (CDJ, I, p.350). O que ele está a dizer é que a sua tese é uma licença narrativa, de quem “jogueta, per comparaçom”, não uma verdade inquebrantável. Isto é muito importante porque ameniza disposições adversas.

³⁸⁴ REBELO, p.63.

³⁸⁵ Apesar do abalo que as teorias de Joaquim de Fiore (1132-1202) sofreram em razão do não cumprimento de sua previsão do início duma nova era, vários aspectos de sua obra repercutiram na mentalidade da Baixa Idade Média, a mais importante foi “a esperança de realização dentro de um tempo finito” – **Dicionário da Idade Média**, p.223, que afirmava uma crença no aqui e agora.

Licença dada, o leitor não tem remédio, a “Sétima Idade” de Fernão Lopes é, assim, o início de uma era positiva, em que se eleva uma nova coletividade: os filhos de homens de baixa condição tornam-se cavaleiros em virtude de seu bom serviço à causa que o Mestre corporificava: do ser verdadeiro português. O grande abalo no reino que a investida do rei de Castela provocara³⁸⁷ só poderia ser apresentado com uma nova ordem, um mundo novo.

Onde certos privilégios e direitos vexatórios são abolidos e os interesses dos pequenos são reconhecidos como um direito legítimo. A promoção e a mobilidade social permitem o ascenso de homens sem condição às dignidades do sistema. As aspirações das grandes camadas sociais, que haviam pertencido até então ao domínio utópico, tornam-se de súbito realidade³⁸⁸

Aliás, o próprio D. João era um candidato de “baixa condição”, mas notemos que o “evangelho português” aponta para uma nova era e recompõe a igualdade entre os homens, Adão é o paradigma do gênero humano³⁸⁹. Necessidades de um mundo em que não é possível ignorar o sucesso do meio urbano. Não nos esqueçamos ainda de que o sucesso do próprio Fernão Lopes está ligado a essas novas aspirações.

O narrador observa que “assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizendo que os faria pescadores de home~es, assi muitos destes que o Meestre acreçentou, pescaram tantos pera ssi per seu grande e homrroso

³⁸⁶ MACEDO, H, GIL, F., op. cit., p.159.

³⁸⁷ Perigo que corrompe a Grande Cadeia do Ser, tema ilustrado pelo Duque de Coimbra na **Virtuosa Benfeitoria**.

³⁸⁸ REBELO, p.66.

³⁸⁹ Idem, p.85. Luís de Sousa Rebelo observa que as críticas sociais transformadas em comparações místico-literárias em Fernão Lopes precisam ser compreendidas em um “caleidoscópio ideológico, onde o comunitarismo cristão se mistura com o franciscanismo, que inicialmente dele se inspira, e se matiza de expectativas milenaristas de teor joaquimita. (...) Todas essas tendências estimulam a criação de uma literatura de pendor pauperista (...) [e a diversidade de gêneros inspirados por essa profusão de tendências aponta também para] a existência de uma tradição literária de carácter alegórico e moralizante, assim como a vigência de uma tradição medieval da paródia dos textos sagrados, que serve admiravelmente a crítica aos altos estamentos sociais” – p.85-87.

estado, (...)” (CDJ, I, 350). Insistir na comparação do Mestre a Cristo é muito sério, daí a importância de deixar claro que o narrador “jogueta, per comparaçom”. É preciso compreender que, apesar de a aproximação com Cristo definir o mito, na historiografia cristã, tudo é história, desde a criação do homem³⁹⁰.

D. João I não é o herói da “demanda”, este lugar estava reservado a Nun’Álvares, ele é o novo “graal”, o propósito de uma demanda, o fundador de uma dinastia e de uma nova era na História da Humanidade, a Sétima Idade. Ele personifica o “evangelho português”. Segundo Helder Macedo,

O fundador da ‘Sétima Idade’ tem já muito do D. Sebastião camoniano, (...) que poderia trazer para o tempo da História a intemporalidade mítica da Idade de Ouro; e ambos têm o seu complemento inverso e espectral no ‘Encoberto’ que consubstanciase o Quinto Império profetizado por Vieira. Nos três casos, os agentes predestinados (...) criariam (...) uma nova harmonia universal historicamente determinada por Portugal. A diferença é que Fernão Lopes estava desse modo a fazer a caracterização metafórica de um fato e Camões de uma hipótese, enquanto que Vieira tornou a metáfora numa expressão literal.³⁹¹

Quando pensamos neste pequeno capítulo aparentemente digressivo, é preciso pensar que Fernão Lopes construiu uma unidade invejável entre as suas três crônicas, a **Crônica de D. Pedro I**, a **Crônica de D. Fernando** e a **de D. João I**. Já na primeira citada (no capítulo 43) temos a visão do mestre como o salvador do reino no sonho profético de D. Pedro. Neste, o monarca contempla o reino em chamas até que vê seu filho João, com uma vara na mão, metáfora do cetro, avançar sobre o fogo para apagá-lo. O discurso do cronista nasce no círculo de maior amplitude do exercício do poder político, assim o seu “jogo” redefine modelos teóricos construídos por nomes de autoridade para a legitimação da causa vencedora, a que nomeou Fernão Lopes como escritor de um novo texto.

³⁹⁰ SÁNCHEZ, Pedro Juan G., op. cit., p.19.

³⁹¹ MACEDO e GIL, op. cit., p.159/160.

Que não se pense que a utilização desses referenciais segue apenas a uma intenção utilitária pura e simples, eles animavam o universo mental dos homens de saber da Baixa Idade Média. só a eles, tópicos que moldaram a sua formação, os detentores e guardiões dos livros poderiam recorrer.

O capítulo se encerra com a confiança do narrador em que a Sétima Idade, iniciada pelo Mestre (os acontecimentos fundadores, segundo Le Goff) e pela sua nova “igreja”, cuja pedra fundamental é Nun’Álvares, duraria até o fim dos séculos ou até quando Deus quisesse. A magia que reveste a mudança está presente nas visões, profecias e milagres, como a peste ter se abatido somente sobre o castelhanos durante o Cerco de Lisboa.

O Nascimento do Rei:

Mesmo depois do Cerco de Lisboa, o Mestre de Avis ainda não é representado como um ser de exceção, ou seja como alguém diferente dos seus homens. Ele erra de julgamento, desculpa-se depois, cai do cavalo, sente medo e até ri (!). Seu maior carisma e principal motivador para a ação parece ser a piedade. Lembremo-nos da obra de Cícero cujos fragmentos preservados chegaram a Fernão Lopes, “as premissas morais [do autor romano] são idênticas [à **República** de Platão], embora já (...) se possa falar numa coloração romana, quando Paulo Emílio recomenda ao filho que, para obter acesso àquele lugar de eleição, exercite a justiça e a *pietas*”³⁹².

Em nenhum momento do primeiro volume da crônica é possível ler no discurso que Fernão Lopes atribui a D. João algum argumento de autopromoção,

ele não se julga diferente – “Eu nom som o primeiro que fui emganado per falsos vassallos, nem ei de seer o derradeiro” (CDJ, I, p.382), desce do cavalo e anda a pé com os homens para lhes fazer companhia, os outros é que lembram que ele é filho de rei.

Depois de recobrar cidades, pagar promessas e receber homenagens, o Mestre vai a Coimbra para Cortes. Na sua chegada, o cronista deixa passar a certeza da sua intenção. Ao longo da crônica, o autor discute a veracidade ou não de diferentes fontes e novamente o faz aqui. Quando se fala a respeito da coroa, são arroladas algumas versões e o cronista jamais deixa de se posicionar frente a elas. Em uma das versões, ele observa que:

Todollos Conçelhos eram alli juntos soamente pera o fazerem rei, e que ell tall voontade levava; e que esto acabado emtom fallariam no feito da guerra e cousas que a ella compriam; e esta rrazom segumdo nos parece, ocupa moor parte da verdade. [grifos nossos] (CDJ, I, 389)

Sobre as Cortes de Coimbra e a representação que nos faz dela Fernão Lopes, Veríssimo Serrão observa que “a página [do cronista], embora de evocação modelar, encobre o significado de Cortes que foram convocadas, não para dirimir a sucessão dinástica, mas apenas para eleger e jurar o rei que já o era pela dedicação e pela coragem”³⁹³.

Ao ser recebido na cidade com os brados de “Portugall! Portugall! Por elRei Dom Joam!” (I, 390), o Mestre se maravilha, tirando a declaração por milagre de Deus – “fallava per aquelles moços come per bocas de profetas” (CDJ, I, 390). A cidade a adivinhar-lhe o desejo não era de se estranhar, muitos dos seus partidários já estavam lá para garantir-lhe vitória. É claro que tudo precisava ser

³⁹² PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Op. Cit., p.150.

³⁹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.308.

afiançado por Deus. Assim, o Mestre ao chegar na cidade, prostra-se de joelhos em terra, beija a cruz e é envolvido pelo calor do povo, em uma clara alusão a um novo Domingo de Ramos. Esta alusão novamente será representativa da entrada do já rei D. João I na cidade do Porto, as pessoas inclusive vieram recebê-lo com “verdes ramos” (CDJ, II, 19). A aproximação dos corpos prenuncia a convalescência e a cura do reino.

É depois desse momento que se encena um dos episódios mais importantes para a dinastia de Avis, a argumentação do Doutor João das Regras nas cortes. “A eleição dos reis tinha fundas raízes na tradição ibérica e data do tempo da monarquia visigótica”³⁹⁴, mas os candidatos deveriam descender de reis³⁹⁵. Segundo a **Virtuosa Benfeitoria** do Infante Pedro, Duque de Coimbra, que conviveu com Fernão Lopes, a investidura régia se assentava na vontade de Deus, na eleição, na herança ou na conquista³⁹⁶.

A crise de 1383-1385 causara um estado de perturbação até então nunca visto em Portugal, o desequilíbrio do reino ameaçava uma ordem que tinha como substrato ideológico a idéia da Grande Cadeia do Ser, nela todos os seres estão ligados e a sua união constitui “a grande unidade ontológica de todo o cosmos”³⁹⁷. Para o infante Pedro, toda essa unidade começava no fato de termos por obrigação amar a Deus e ao próximo, o que significa que Lhe devemos bem querença e benfeitoria (VB, p.577/578); os senhores, por sua natureza e condição, devem pôr em obra esses atos de benfeitoria, o que significa que eles e seus vassallos estão “presos” em uma rede de laços que precisam ser preservados para

³⁹⁴ REBELO, Luís de Sousa. Op. Cit., p.39.

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ APUD REBELO, op. cit., p. 40/41.

o bem da terra. Da necessidade de se preservar todos os expedientes que cercam e animam essa teia, o Tratado da **Virtuosa Benfeitoria** se insurge. Daí a ciência do dar, do pedir e do agradecer.

O esquema conceitual do rompimento da Grande Cadeia do Ser, que repercute no levantamento de 1383-1385, tem seus antecedentes. Para António Sérgio, estes “mergulhavam no abalo econômico provocado pela grande peste de 1348, na fuga de populações rurais para as cidades e no desemprego que então ocorreu no mundo agrícola”³⁹⁸, já Veríssimo Serrão prefere, com Marcello Caetano, ver no reinado de D. Fernando o “foco gerador da crise”³⁹⁹.

A investida de D. João de Castela já dera provas de que, para reestabelecer a harmonia desconcertada no reino, foram e ainda seriam necessários sacrifícios, que incluíam até mesmo as relações familiares⁴⁰⁰, substituídas pelo apego ao torrão nativo. Toda a exortação proferida por Nun'Álvares antes da elevação do Mestre de Avis à categoria de rei apela para esse princípio.

“O equilíbrio só pode ser restaurado por um novo chefe e novo governo”⁴⁰¹, mas a defesa da causa do Mestre também não representava uma solução desprovida de problemas sérios, levando em consideração exatamente o equilíbrio e a ordem que precisavam ser restituídos ao reino. A mácula sobre o nome de D. João de Avis era a bastardia.

³⁹⁷ Idem, p.43.

³⁹⁸ SÉRGIO, António Apud SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.299.

³⁹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.300.

⁴⁰⁰ REBELO, op. cit., p.50.

⁴⁰¹ Idem, p.51.

Segundo o raciocínio de João das Regras, coligido na crônica por Fernão Lopes, o problema não era a falta de candidatos ao trono, mas sim sua abundância (CDJ, I, p.394) e que, se alguns desconfiavam de que tão poucos poderiam lavrar uma escolha tão séria, não se estranhava o fato de um só cardeal poder escolher um papa. Argumento perigoso este, já que nas cortes de Coimbra não se agitavam homens santos e nem o cronista registra que esta metáfora foi lançada como quem “jogueta per comparação”. Declarações de prólogo que se encerram com a retomada do princípio de fidelidade do cronista, a verdade sem afeição.

Segundo o jurista, D. Beatriz poderia não ser filha legítima, o casamento dos seus pais não o era e a sua mãe não era honrada. Além disso, os reis de Castela desrespeitaram os tratados jurados em vida de D. Fernando, eram cismáticos e causaram prejuízo ao reino português, daí que todos os revoltosos que haviam jurado Salvaterra de Magos estavam livres de serem considerados perjuros, o que incluía o Mestre. Segundo João das Regras, também nunca se soube com certeza se D. Pedro casou com D. Inês de Castro, não se poderia confiar em sua memória tão cheia de lacunas, além disso o monarca e a fidalga eram parentes, seus filhos também não eram legítimos e estavam em Castela. Ao reduzir os candidatos a um mesmo patamar de ilegitimidade, João das Regras surge com um candidato ideal, ainda que também ilegítimo, mas fiel ao novo princípio do “verdadeiro português” e à importância das atitudes – “deve de seer de boom linhagem, e de grãde coração pera deffemder a terra; desi que aja amor aos subditos; e com isto bondade e devaçom” [grifo nosso] (CDJ, I, 420). As palavras que Fernão Lopes atribui ao letrado defensor da causa do Mestre de Avis

redefinem um perfil de monarca que o cronista entende ter sido necessário àquele contexto (e por que não ao seu próprio contexto?), segundo uma voz eleita dentro de um segmento extremamente heterogêneo – homens bons de cidades (como Álvaro Pais), representantes dos concelhos, filhos segundos e outros nobres de segunda (como Nun'Álvares), fidalgos (como D. Gonçalo Telo) e a arraia miúda (poucas vezes individualizada pela lembrança de algum nome, mas apresentada cheia de sanha) – subitamente unido no princípio abraçado pela concelhia urbana, contra tratados feitos à sua revelia e mais dramaticamente contra a entrada do estrangeiro⁴⁰² no reino. Diferentes interesses se vêem irmanados na luta concreta de quem mora e trabalha na cidade, de quem defende o próprio pão.

Fora difícil para o Doutor João das Regras aplacar o desejo dos fidalgos fiéis à causa do Infante D. João de Castro, mesmo estando ele preso em Castela (CDJ, I, capítulos 186 e 187). O letrado relembra o reinado de D. Pedro; cai em várias contradições, uma delas quando diz que Afonso IV teria pedido ao filho que casasse com Inês para logo depois revelar os planos de bastidores do monarca para impedir que o Cru tivesse dispensa do papa para se casar com ela e esconde que D. Pedro demorou a divulgar seu casamento com Inês porque possivelmente esperou a morte do Papa Inocêncio VI, que lhe negara a legitimação dos filhos com a dama Castro em carta que o próprio João das Regras levou a público. Apela o tempo todo para uma testemunha muda, todavia a mais parcial de todas, um dos assassinos de Inês, o velho Diego Lopes Pacheco. Só aqui entendemos a

⁴⁰² Fernão Lopes escreve em um momento em que já se tem clareza do significado do adjetivo PORTUGUÊS. Para não circunscrevermos as provas exclusivamente às crônicas, que apresentam exemplos sobejos, alguns já aludidos aqui, lembremo-nos do infante Pedro, Duque de Coimbra, para ele a terra onde cada um nasceu é seu próprio lugar, por isso afirmam alguns que são portugueses (VB, p.633).

dimensão da bondade do Mestre com o ancião quando este se bandeou para seu lado, atitude talvez inapreensível para os seus.

Na verdade, ao enfraquecer os candidatos mais sólidos, o letrado singulariza o Mestre ao afirmar que ele é o único a corresponder ao perfil de monarca necessário. O golpe de misericórdia é dado quando o advogado afirma que só D. João de Avis trabalhou pelo reino, o Mestre esteve portanto sempre a serviço dos seus, da defesa e honra da sua terra.

Elevado em Cortes, que não só elegem um novo rei como contestam o “acesso ao trono de um sucessor legítimo, fossem quais fossem as razões jurídicas alegadas”⁴⁰³, D. João ainda nega a honra que ambicionara ao entrar na cidade. Ele é convencido a fazê-lo,

Quando ho Meestre vio seus afficados rrogos, e consiirando as grandes neçessidades do rreino, e suas boas voomtades e offerecimentos; emtemdendo que prazia a Deos de o seer, pois se tamto aficavom a esto (...) ouve em ello de cõssemtir (CDJ, I, p.423).

Assumir a coroa parece uma missão ou um sacrifício a ser vivido pelo novo “Messias”, dada a necessidade do reino e do tempo que Fernão Lopes representa, o que significa que anseios e visões de mundo do cronista são também convocados para tecer as representações. Não acreditamos em correspondências diretas que restringem o texto de Fernão Lopes a expedientes relacionados frontalmente ao seu contexto. O cronista escreveu sobre um tempo, leu regras, interpretou, transcreveu documentos e “entrevistou” envolvidos. Apesar disso, nunca ninguém conseguiu se desvencilhar do seu contexto.

⁴⁰³ SARAIVA, *O Crepúsculo...*, p.224.

O fortalecimento de perfil régio de D. João I:

O segundo volume se inicia com as primeiras realizações de D. João I como rei. Estas realizações são de natureza administrativa e bélica, como os tempos o pediam. Uma das preocupações das Cortes era a formação do conselho do rei, pois elas entendiam que os membros precisavam guardar fidelidade para que fossem garantidos o direito e a justiça (CDJ, II, p.5). Na verdade, os abusos da nobreza pendular ameaçavam a segurança dos povos, sobretudo na crise em que se vivia. A sugestão aceita prontamente pelo rei é que estivessem representados os quatro estados do reino no conselho – prelados, fidalgos, letrados e cidadãos (CDJ, II, p.5). Não deixa de ser singular o espaço garantido ao segmento dos letrados, o que só demonstra a sua importância na política do reino português da época, sobretudo na elevação do novo rei. Não se pode esquecer da argumentação do Doutor João das Regras, que rapidamente passa a integrar o conselho do rei D. João I⁴⁰⁴. Nas cortes, os privilégios a Lisboa ainda são confirmados, mas a uma solicitação o rei não acorre prontamente. Esta diz respeito a um casamento futuro. D. João I apenas responde que não tinha desejo em casar contra a vontade das Cortes⁴⁰⁵.

Os privilégios concedidos a Lisboa recompõem a rede de relações que caracterizam a “virtuosa benfeitoria”, entre o sujeito dador e o recebedor. Neste caso, embora seja o rei a figurar como dador, não se pode esquecer que os seus

⁴⁰⁴ O Doutor João das Regras já pertencia ao conselho do então Mestre de Avis. A solicitação dos povos só confirma o seu nome e prerrogativa.

⁴⁰⁵ D. Pedro reuniu Cortes uma vez, em Maio de 1361; D. Fernando convocou Cortes em 1371 em Lisboa, fez reuniões em 1372, e, em Leiria, em 1376. Já D. João I prometeu “fazer Cortes gerais para a boa administração do Reino (...) Reuniu os estados do Reino por 30 vezes (...) Foi, sem dúvida, o monarca que mais cuidado teve em ouvir os povos, quase sempre por razões de ordem

benefícios são outorgados em agradecimento à bravura da cidade de Lisboa. Qualquer galardão ainda seria insuficiente para honrar, como o rei achava que devia, a sua valente “noiva”. No caso do monarca e da cidade, a relação é complexa, pois Lisboa dera a sua força e resistência antes, o rei, portanto, acorreu para agradecer o maior benefício, a segurança do reino. D. João parece ciente de que não seria capaz de retribuir um benefício como este, mas concede outros outorgados pelos povos.

É interessante provar que todo o conteúdo maravilhoso e sobrenatural narrado nos dois volumes da **Crônica de D. João I**, como milagres e sinais mais variados, não estão ligados à elevação do Mestre em si, mas à eleição da causa portuguesa por Deus. Isto é fundamental pois equilibra a importância dada ao personagem histórico quando confrontado com o universo de valores reunidos à volta da égide – ser “verdadeiramente português”.

Antes da Batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385) e depois das Cortes, D. João I ainda vivencia uma triunfal entrada no Porto, onde ele reencena o mito do Messias no Domingo de Ramos. O clima é de mais pura festa, as pessoas escolheram o seu mais belo traje para receber o novo monarca, toda a cidade estava enfeitada e ressumava a “boões cheiros” (CDJ, II, p.19). Um detalhe para além de interessante diz respeito ao entrosamento social – jovens e velhos, mulheres “de meão estado e comdição (...) [com outras] de boas da cidade andavaõ com elas por homrra da festa” (CDJ, II, p.20). Diferentes estados parecem irmanados pelo são desejo de honrar um monarca que sintetizava outra rede de representações certamente diversas, até concorrentes naquele momento.

financeira, para acorrer às dificuldades impostas pela governação” – SERRÃO, Joaquim Veríssimo.

Na verdade, essa diversidade social reunida de forma pacífica e prazenteira está na linha conceitual da “Sétima Idade”, pois as mulheres de baixa condição, verdadeiras portuguesas, muitas delas atuantes em batalhas e certamente em cercos, foram elevadas pelo amor ao novo “Messias”.

Em meio ao ritual, um cidadão aproximou-se do rei para prestar-lhe homenagem, seu conteúdo, entretanto, encena uma sutil remodelação da vassalagem – “Tomay esta syna em vossas mãos e per ela nos poemos em voso poder (...) ata despender as vidas por homrra do Reino e vosso serviço” (CDJ, II, p.21 – grifo nosso). A honra do reino está, portanto, antes do serviço pessoal. O rei responde nos mesmos termos, ainda que tenha o seu discurso referido de maneira indireta – “teve as mãos na haste dela dizemdo que assy era elle prestes pera despender a vida e o corpo per homra do Reino e defemssaõ delles” (CDJ, II, p.21 – grifo nosso). É da máxima importância a recomposição indireta do discurso, já que o sujeito define pessoalmente o posicionamento régio. Assim, também o Cerco e a tomada de cidades são requeridos não para a honra pessoal do novo monarca, ainda que as conseqüências o honrem de fato, mas em nome do “bem da terra de homde [a pessoa desavinda] era natural [pois] devia trabalhar de ajudar a defender” (CDJ, II, p.26).

Para devolver a crueldade do monarca castelhano que mandou decepar um cativo e o mandou a Elvas com a intenção de demonstrar o seu modo de agir contra os oponentes, o fidalgo Gil Fernandes seleciona dois bons escudeiros, manda decepá-los e os encaminha ao marido de D. Beatriz. Um dos presos do português reclama que não havia justa reparação naquele gesto, já que um vilão

se pagava com dois escudeiros. Gil Fernandes despreza a súplica e revela que “não podia estar detendo em pesar devidos da fidalguia” (CDJ, II, p.58). Na verdade, sua sanha nivela os estados dos homens; os castelhanos reclamam, embora o português ignore a necessidade de guardar estamentos⁴⁰⁶, conseqüência da “Sétima Idade”?

A entrada dos castelhanos no reino português antes da Batalha de Aljubarrota é caracterizada como um ato de vingança cujos laivos de direito se apagavam a cada investida ou crueldade. A intenção era cativar, roubar (até mesmo os lugares santos) e fazer todo o dano e mal que pudesse (CDJ, II, capítulo 18). O julgamento do cronista também se abate sobre o ânimo guerreiro dos castelhanos, ora forçado, ora presunçoso. A esse estado de espírito se opõe a “ledice” dos portugueses que, na verdade, lutavam cada vez por tudo.

A preparação para a batalha frontal consome cerca de vinte capítulos⁴⁰⁷. Boa parte desses apresentam argumentos dos conselhos de D. João de Castela e de D. João I de Portugal. Havia muitas formas de combater e de resistir, daí ser importante o inventário de sugestões, seus autores e a deliberação de cada monarca. Nun'Álvares Pereira, da parte de Portugal, e D. João Afonso Telo, do partido castelhano, são os fidalgos que mais incitam os seus monarcas para um combate direto. Aliás, importa mencionar o ânimo do irmão de Leonor Teles já

⁴⁰⁶ Em um trecho das crônicas de Jean Froissart, sobre “A revolta dos camponeses em 1391: John Ball”, os povos das comarcas do sudoeste da Inglaterra “começaram a se sublevar dizendo que se lhes mantinha numa servidão excessiva e que no começo do mundo não havia servos e ninguém podia tornar-se servo se não era culpado de traição contra o seu senhor, como Lúcifer com respeito a Deus; mas que não eram dessa natureza, pois não eram anjos nem espíritos, somente homens semelhantes aos seus senhores.” Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, María Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.204/205 (grifos nossos). O trecho pode ser lembrado aqui como testemunho de um universo em que se agitava certo questionamento a respeito da segmentação social que afastava servos, senhores e fidalgos. A atitude do português Gil Fernandes responde a essa agitação.

que, depois de morto em Aljubarrota, é este fidalgo o único que o rei português consente em enterrar dignamente.

Nun'Álvares, em discurso direto, toma a palavra e responde aos seus pares que sugerem ao rei D. João I de Portugal uma entrada para despistar e fragmentar o exército castelhano, com uma metáfora sarcástica, tão rara em sua fala e só explicada pela extrema irritação que experimentava – “e se hia amdar a Çevilla, por cortar duas oliveiras podres” (CDJ, II, p.67). Na verdade, toda a sua argumentação em prol da batalha aberta se constrói sobre o valor da compensação e do merecimento. Confrontar D. João de Castela deveria ser encarado pelos homens do seu rei, e sobretudo pelo monarca, como uma obrigação diante dos sacrifícios já feitos em todo o reino, destacam-se aí aqueles realizados por Lisboa, metonímia dos povos urbanos que alinharam com o novo rei. O Condestável ainda revela que a maior cidade do reino padecia naquele momento mais que no cerco, então não era possível perder tempo em aventuras vãs. Ele estava disposto a impedir pessoalmente a chegada do rei de Castela a Lisboa. Podemos sintetizar o seu pensamento observando que o combate era uma prova para decidir o merecimento do monarca alçado havia pouco.

Em meio a tantos conselhos de ambos os lados e de diferentes posicionamentos, ainda há menção a cartas e conversas entre fidalgos, lançadas no texto como tentativas de evitar o conflito aberto. Na carta de D. João I de Portugal (CDJ, II, capítulo 32), fica evidente a interpretação que definira inicialmente a causa do Mestre de Avis, o fato de o castelhano ter quebrado os tratos, depois da morte de D. Fernando. O desejo do português era que fossem

⁴⁰⁷ Do capítulo 21 até o 40 do segundo volume.

evitados danos maiores a terra e às gentes. A condição para que isso fosse acordado e para que os monarcas se tornassem amigos era a aceitação da atribuição régia por Deus e pelos povos a D. João I, antigo Mestre de Avis. Pero Lopez de Ayala se refere ao fato de o rei português ter oferecido parte do reino ao castelhano se ele não o combatesse, o que Fernão Lopes desmente⁴⁰⁸.

O poderio castelhano “puunha temor e espanto” (CDJ, II, p.78), por isso D. João I de Portugal pediu àqueles que conheceram o contingente inimigo que não divulgassem a informação daquela forma, mas de maneira antagônica. A todo momento Fernão Lopes interpõe no texto evidências dessa superioridade castelhana em recursos bélicos, ainda que revestida de presunção. Isto se contrapõe à ledice dos lusitanos, incluindo até uma ala dos namorados (CDJ, II, p.92), e à ciência dos portugueses em combates.

Na **Crônica de D. João I**, mais que em qualquer outra, Fernão Lopes afirma que alguém que tenha por missão escrever crônicas deve “ser muito certo em seu rezoar (...) [pois] a estoria ade ser luz da verdade e testemunha dos antigos tempos” (CDJ, II, p.90), lembremo-nos da verdade sem afeição. Toda essa preocupação reveste seu relato de uma representação mais eficiente do que é fidedigno. Ayala, por outro lado, prefere apostar na pouca sorte do seu rei, na exaustão dos homens e na boa estrela dos portugueses, o que obviamente desmerece os talentos pessoais dos seus rivais na guerra. Teresa Amado propõe que “a realidade esteve talvez a meio caminho entre os dois”⁴⁰⁹.

O certo é que os contingentes em conflito eram absolutamente desiguais, com franca vantagem para os castelhanos. Para Fernão Lopes o móbil de ação do

⁴⁰⁸ AMADO, Teresa. Op. Cit., p.198.

exército inimigo era a sanha e a vingança contra portugueses que não aceitaram a “nova” interpretação dos tratados assinados feita por D. João de Castela, que na verdade implicava a sua entrada no reino logo depois da morte de D. Fernando. O exército castelhano parece se agitar em torno da causa de um monarca, enquanto os portugueses se moviam a favor da defesa do reino a que pertenciam por nascimento, língua⁴¹⁰, costumes e afeição. Diogo Lopes Pacheco, velho fidalgo conhecedor de uma extraordinária diversidade de inclinações políticas (incluindo a sua própria), ao receber o filho que tardara a encontrar o exército de D. João I de Portugal, afirma – “que avemos nos outros de fazer senão ajudar este hom~e a defender este Reino?” [grifos nossos] (CDJ, II, p.99). O rei de Portugal é esse homem que precisa de ajuda para realizar uma missão maior que ele, a defesa do reino.

Discutindo diferentes fontes, o cronista nos apresenta o retrato desigual que se afigurava diante da batalha, os castelhanos quase cinco vezes em maior número que os portugueses (CDJ, II, capítulo 36). Ao lado dos primeiros, as preces da rainha de Castela D. Beatriz e de outras damas fidalgas forçadas ao diálogo com Deus; do outro lado, as preces da “noiva” do Mestre, a cidade de Lisboa. Em relação à cidade, chama atenção o “escambo” com o sobrenatural quando o povo se compromete a renegar práticas pagãs e correntes em nome da vitória do seu João. No compromisso firmado se descortina todo um universo de relações com o mundo mágico que fazia parte do cotidiano das gentes – “nenhu~u não usase de feitiços, nem de leguamentos, n~e de chamar diabos, nem

⁴⁰⁹ Idem, p.196.

descantão~es, (...), nem sortes, n~e outra nenhu~ua cousa que arte de ffisiqua [naõ] comsemta” (CDJ, II, p.101). Abdicar dessas práticas simbolizava o pacto com a “verdadeira” que poderia salvar o reino, mas também significa um custo a ser pago, como uma penitência.

A nova técnica de guerra do Condestável, a bravura do povo de pé em contraposição à guerra aristocrática dos castelhanos consegue o impossível, a vitória em Aljubarrota. Mais uma vez, devemos fazer referência à atuação do rei de Portugal. Sem metáforas, o cronista afirma que ele deixou as lanças, fez uso de facas “cõ tal vomtade como se fose hu~u simpres cavaleiro deseioso de ganhar fama” (CDJ, II, p.107). O que haveria de excepcional neste personagem que poderia ser confundido com um simples cavaleiro? O choro do monarca inimigo no capítulo 42 é um símbolo contundente da vitória de uma nova ordem. Uma capa negra tolda literalmente a face mais resplandescente do Rei castelhano, corpo físico e místico, este chacinado pelos portugueses “desesperados e sandeus” (CDJ, II, 104).

O monarca castelhano não tem a percepção da derrota para uma causa. Para Fernão Lopes, a sua “merencória” foi a derrota para o Mestre de Avis, que se chamava rei de Portugal. É interessante perceber como o cronista maneja esses diferentes planos. Assim, o castelhano sofre não pela derrota em si, já que seu pai fora tantas vezes vencido em batalhas, como lembram os fidalgos que tentavam confortá-lo, pois entende que a desonra depende do poderio e fama do vencedor – “e eeu de qu~e fuy vemçido e desbaratado? Fuyo do Mestre de Avis de Portugal

⁴¹⁰ Na Batalha de Aljubarrota, o cronista revela – “ despoes ho falar da limguoa, mostramdo sua nação, hera azo de seu acabamemto” (CDJ, II, p.114). Neste caso, a língua mostra a identidade e define o destino – vida ou morte.

que nunca em sua vida fez feito que montase cousa que pera dizer seja” (CDJ, II, p.110).

Depois do desespero, o rei de Castela é, entretanto, capaz de reconhecer o valor dos portugueses – “boões e leães” (CDJ, II, p.111) – e, apesar de conhecido por facilitar crueldades contra os mesmos portugueses, queixa-se de um fidalgo que agredira um pobre homem na sua frente. Este reconhecimento, feito em discurso direto, tem uma extraordinária carga significativa, pois é feito pelo inimigo, não ao monarca D. João I entenda-se, mas aos povos. O final da sua queixa também afirma o abalo dos corpos do rei – “quoantos foraõ em minha companhia eu hos vy morrer todos amtem~y e os meus me roubaraõ a coroa de minha cabeça” (CDJ, II, p.111).

Em relação a essa vitória juvenil⁴¹¹, ela contagiou em efusão o discurso do cronista, mas não menos em irritação⁴¹², sobretudo quando precisa desmentir a adversidade das condições do terreno da batalha para os castelhanos:

Parece não haver dúvida de que, dos dois, é Ayala que faz a reportagem mais fidedigna das condições do terreno (...). O próprio Fernão Lopes, quando descreve os castelhanos a fazerem-se ‘ficadiços huuns tras outros’ (p.57) e os seus mortos sem ‘ferida nenhuuma’ (p.108), testemunha implicitamente efeitos das valas. (...) Isto é, se os portugueses tinham vantagem na sua posição, os outros que tivessem tratado de lho impedir ou de conseguir outro tanto, o que equivale a admitir que a tinham.⁴¹³

Apesar de Fernão Lopes admitir pela negação uma possível vantagem dos portugueses, não se pode desmerecer a vitória destes. A sanha inicial e “sem motivo” dos castelhanos que entraram em Portugal é vingada pelos portugueses no momento em que os primeiros são desbaratados. Não há condenação para

⁴¹¹ Teresa Amado resgata o fato de Fernão Lopes estar a escrever sobre um tempo em que os jovens foram protagonistas.

⁴¹² AMADO, Teresa. Op. Cit., p.199.

esse revide, ainda que a atitude vá ao encontro de um estereótipo que o cronista desenha – “E como quer que os portugueses dantiguidade e per natureza sejaõ amtresy piadosos e per semelhante aos estramgeiros (...) cõ seus coraçõ-es não podiaõ postar que deles não tomas~e dobrada vimgança” (CDJ, II, p.117).

Os saldos desta batalha são de muitas naturezas: alegria, votos de felicidade, pagamento de promessas, cortes, tomada de cidades, cercos, rusgas permanentes com Castela, retrato da situação interna neste país e amizade com os ingleses. Em relação a este último, ele dá corpo a um dos tratados de amizade entre países mais duradouros do Ocidente, o Tratado de Windsor, assinado em 9 de maio de 1386. Aliás, esse instrumentos legal “representa pela primeira vez, uma tendência centrífuga da política [portuguesa], na busca de um aliança permanente que fosse garantia do futuro [do reino]”⁴¹⁴.

Na crônica, o Tratado de Windsor também representa a intervenção direta do Duque de Lencastre na guerra, herdeiro também do reino de Castela por parte de sua esposa, filha de D. Pedro Cruel, assassinado pelo pai do monarca castelhano; a chegada de D. Filipa e o casamento com D. João I. Na verdade, a viagem do Duque lhe rendeu bons casamentos para as suas duas filhas, uma saiu rainha de Portugal e a outra se tornou depois rainha de Castela, em acordo firmado com o ex-inimigo João.

Enquanto Castela chorava, Lisboa ria e recebia a bandeira dos vencedores. Novamente é um pregador franciscano quem interpreta a vitória portuguesa mais importante naquele contexto. Na verdade, o pregador Frei Pedro, depois de falar sobre o povo de Israel, fala dos portugueses. A ordenação do seu discurso abre a

⁴¹³ Idem.

possibilidade para uma antevisão que só seria formalizada por Padre Antônio Vieira, dois séculos depois, seguindo princípios diferentes dos do pregador citado na crônica de Fernão Lopes⁴¹⁵.

Para Frei Pedro, a referência aos judeus dá conta de uma intervenção divina “nos tempos pasados” (CDJ, II, p.124). Um salto temporal extraordinário faz cair seu exame sobre os portugueses, para que fossem conhecidas as maravilhas ante os olhos dos presentes àquele momento. Essas maravilhas são de diversas naturezas e sobejam, tantas que, apesar de serem referidas, o pregador parece não fazer conta delas, escolhe outras como a da menina que falou antes do tempo apenas para saldar o rei D. João I, ainda quando este era Mestre de Avis (CDJ, II, p.125). O mais interessante encaminhamento do seu sermão foi reponsabilizar o monarca castelhano pela elevação do português. Por ter quebrado o tratado de Salvaterra de Magos, D. João de Castela deflagrou a ação que culminou com a Aljubarrota, ou seja com o seu afastamento mais contundente da coroa portuguesa (CDJ, II, p.125).

A vitória que o seu sermão procurava esclarecer fora conseguida apesar da diferença entre as forças opostas. Mais uma vez, há referência ao fato de o rei português ter procurado saber quantos eram os seus oponentes. No sermão, por isso, D. João I seguia o exemplo de Moisés, quando teve por missão guiar o seu povo (CDJ, II, p.127). O fato de a informação real não ter sido transmitida às

⁴¹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p.312.

⁴¹⁵ Para Vieira, porque Israel pecara, seu papel havia sido transferido para Portugal – NOVINSKY, Anita. “Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico” in IANNONE, Carlos Alberto, GOBI, Márcia, JUNQUEIRA, Renata. **Sobre as naus da Iniciação** – estudos portugueses de Literatura e História. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.74. A historiadora não faz referência a Fernão Lopes, nem à pregação de Frei Pedro, concentra seu exame na importância do contato de Vieira com o messianismo judaico.

tropas não desmerece o rei, destaca-o sobremaneira todavia, porque o monarca português, com esforçado coração, arcou sozinho com o peso da consciência dessa discrepância. Aqui temos uma sutil diferenciação para D. João, já que só ele e o seu companheiro Nun'Álvares Pereira poderiam suportar a verdade.

Um dos aspectos mais interessantes a serem apontados depois da vitória portuguesa em Aljubarrota é a transformação do rei de Portugal, pois o saldo mais importante da batalha foi prová-lo como rei viável. Do hesitante Mestre, passando pelo simples cavaleiro que, com facas, comporta-se como alguém apenas desejoso de ganhar fama, a representação de D. João I vai ganhando uma modulação mais inteira e consistente de um perfil régio no qual é mister deter-nos. Seus gestos, palavras e justiças, cada vez mais presentes no texto, aparecem individualizados e a sua necessidade à frente do reino ganha raízes profundas⁴¹⁶. Tanta é essa força que ela enfraquece a argumentação de Castela. É preciso não esquecer que esse tolar é facilitado pelo contexto: pela morte do monarca vizinho, pela pouquidade do seu sucessor e pela intervenção da rainha Catarina, filha do Duque de Lencastre⁴¹⁷.

Apesar de D. João de Castela ter solicitado auxílio francês contra Portugal antes da chegada do Duque de Lencastre à Península Ibérica, os ingleses

⁴¹⁶ Na representação da situação do reino depois de Aljubarrota que a crônica desenha caberá cada vez menos questionamentos sobre o papel de D. João I. Na mesma época, esse questionamento pode ser gritado em outros reinos, como em França, quando um simples homem, Jean Caltel, bêbado, não teve medo de propor – “Abandonemos, abandonemos o rei e os reis; nós não temos outro rei que Deus. Pensam que eles têm legalmente o que têm? Eles nos talham e retalham as posses que nos pertencem e não podem ter. O que o rei pode tirar do que ganho com a minha diligência? Eu almejava que o rei e todos os reis morressem antes de ver meu filho doente ou passar pelo menor sofrimento.” Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. Op. Cit., p.208.

⁴¹⁷ Conferir APÉNDICE.

acorem primeiro⁴¹⁸. A demora francesa de quase um ano faz com que o rei de Castela pense em outras alternativas para evitar o confronto aberto e possivelmente desfavorável novamente para o seu reino. É importante observar que depois da derrota em Aljubarrota o custo da continuidade de uma guerra pela coroa portuguesa fica cada vez mais difícil de ser defendido em Cortes. O rei castelhano sabe disso, dispensa os franceses assim que eles aportam em Castela (CDJ, II, capítulo 113), propõe o casamento do seu herdeiro com a neta do Cruel, filha do Duque de Lencastre e, com esse gesto, tenta enfraquecer a aliança anglo-portuguesa (CDJ, II, capítulo 114). O casamento foi feito (CDJ, II, capítulo 119) e os primos das casas rivais – D. João e D. Constança – encontram-se “muy homrrada~mente” (CDJ, II, p.266). O rei de Castela ainda tem problemas sérios para pagar o que ficou acertado no casamento dos infantes.

A mais audaciosa atitude do rei castelhano para dar continuidade à luta pela coroa portuguesa foi sondar o seu Conselho sobre uma possível abdicação do reino de Castela ao filho. Sua argumentação se ampara no fato de que parecia a ele que os portugueses lhe foram sempre desfavoráveis porque temiam a união das coroas. Assim, com a abdicação, isso não seria possível e ele ficaria desobrigado com um dos reinos, ainda que pudesse contar com a ajuda do filho para o sucesso da empresa (CDJ, II, p.307/308). O Conselho se opõe largamente

⁴¹⁸ Teresa Amado compara a narração de Pero Lopez de Ayala e Fernão Lopes a respeito da ajuda francesa – “Segundo o cronista castelhano, a oferta do monarca francês de pagar soldo aos homens que ia enviar é um gesto generoso da sua parte, pois o acordo que tinha com Castela era que as tropas fossem pagas por quem as pedia; o autor da CDJ explica que aquela oferta correspondia ao cumprimento do acordo existente entre os reis. Ayala enfatiza a prontidão da resposta do rei aliado e o facto de o comandante das tropas ser o duque de Bourbon; Fernão Lopes não nomeia o duque neste passo, e revela que, apesar da pressa, as tropas só chegaram no ano seguinte. Nenhum mente, apenas escolhem verdades diferentes”. Op. Cit., p.203.

e a morte do rei (CDJ, II, p.318/319), logo depois, encerra a sua luta pessoal, ainda que não promova a paz entre os vizinhos.

Sintetizados os principais movimentos do rei de Castela ao longo da segunda parte da crônica, é preciso retomar o prólogo deste segmento. Isto porque ele já contém os valores que fortalecem a definição do perfil de D. João I de Portugal, nosso objetivo. A primeira virtude mencionada nesse entremeio foi a piedade e ela volta agora a ser referida, sobretudo com os inimigos (CDJ, II, capítulo 50). O cronista afirma que D. João poderia ter querido se vingar dos derrotados, mas não o fez, usou “damaviosa compaixão” (CDJ, II, p.136). Essa transformação é tão habilmente tecida que o cronista faz questão de afirmar que o seu protagonista não mudou, pois “se ante era companheiro e prestador aos seus, muito mais o foi depois” (CDJ, II, p.137). Na linha das continuidades que se fortalecem, o rei português continua a bem reconhecer os esforços dos seus e as doações a Nun’Álvares realçam a sua generosidade pois “diziam os que esto viraõ que esta fora a mais fremosa e rica doação que nenh~u rey que na Espanha fose [fizesse] aa algu~u seu vassalo com que divido não ouvese” (CDJ, II, p.138). Afinal, em relação ao seu Condestável, não se pode esquecer que ele foi o principal nome em Aljubarrota e em outras batalhas.

Na verdade, a partir justamente de Aljubarrota, D. João I se fortalece na mesma proporção em que a sua “dependência” de Nun’Álvares se enfraquece. Em todo o primeiro volume da **Crônica de D. João I** exemplificamos que os dois amigos eram pares complementares, mas agora o rei passa a afirmar a sua posição régia até mesmo no terreno do seu Condestável, o terreno bélico.

Para Fernão Lopes, D. João I sabia rir largamente, seu sorriso, entretanto, diversifica-se e ganha sabor irônico, neste momento do texto, pois o cronista o tem mais seguro. Ainda que agora possa ter uma multiplicidade maior de sorrisos e encontre-se em processo de fortalecimento de sua posição régia, o monarca português não deixa de ser vítima da ironia dos seus. Em Coira lamentava-se de não ter ao seu lado os cavaleiros da tábola redonda, ao que seus homens retrucam e observam que não tinham mesmo o rei Artur que sabia reconhecer os esforços dos seus. D. João I percebe a ironia provocada pela interpretação ofensiva dada ao seu gracejo e resolve a situação com uma resposta à altura, ainda que marcada pela temperança. O arremate é um novo sorriso, desta vez de apaziguamento. Nem as provocações inimigas são capazes de toldar a sua autoconfiança e não são raras as vezes em que o próprio rei precisa acalmar o ânimo arrebatado dos seus (CDJ, II, p.233-235). D. João I sabe rir até da desgraça, depois da investida castelhana sobre Leiria, o monarca recebe Nun'Álvares com um gracejo – “Aguora posso eu dizer que este he o primeiro homem darmas que eu ~e esta terra vi!” (CDJ, II, p.348). Só não ri do gracejo de Gonçalo Mendes depois do seu casamento com D. Filipa, quando o fidalgo observa que o rei, contrariando o costume dos tempos, já queria correr do reino, estando ainda em núpcias (CDJ, II, p.228), logo leremos por quê.

Uma das estratégias favoritas do monarca português para retomar cidades e avançar sobre os domínios do reino vizinho foi o cerco. D. João I realiza vários depois de Aljubarrota e em boa parte deles uma ausência importante é sentida, a de Nun'Álvares Pereira. Seu posicionamento é defendido em discurso direto e logo no início dessa empresa mais recorrente. Na ocasião, o Condestável pôde

lembrar ao monarca o quanto era dispendioso trabalhar com a estratégia do cerco (CDJ, II, p.189). Na insistência de D. João I lemos a defesa de uma posição individual em matéria bélica, à revelia do principal agente nesta direção. Em Coira, o custo da “independência” do rei é a doença que se alastra pelos homens. Esta e os esforços dos da cidade enjoam o monarca que se levanta melancolicamente do lugar.

A insistência em assumir uma posição no terreno das armas a despeito dos conselhos de Nun'Álvares não marca uma ruptura entre ambos. Essa relação não pode ser tão simplesmente sintetizada. Além do terreno das batalhas, há outras ocasiões em que a discórdia se acenderá entre os amigos mais diletos, como quando o rei aplica a justiça sem afeição e manda decepar moços ladrões (CDJ, II, p.243). Ao Condestável, suplicante pelo abrandamento da pena, só restou agir como criança contrariada – “saiosse fora nam falamdo, com rosto triste e choroso, foise loguo pera sua temda e deitouse de bruços em cima da cama” (CDJ, II, p.243). Em Cortes realizadas na cidade de Braga, os fidalgos, incluindo Nun'Álvares, solicitam uma série de coisas ao rei, ao que ele não acorre e a queixa do cavaleiro só não se faz maior porque subitamente precisa deixar a cidade para honrar a morte da mulher (CDJ, II, p.288). Apesar desses exemplos, nenhuma rusga se compara ao enfrentamento por ocasião da compra das terras outorgadas por D. João I a Nun'Álvares, feita pelo próprio monarca para garantir o futuro e *status* dos seus filhos (CDJ, II, capítulo 152). A medida, já citada anteriormente, fora proposta por membros do conselho do rei, incluindo o Doutor João das Regras, conhecido pelos ciúmes e oposição ao Condestável. Este cavaleiro começa a preparar a sua saída do reino, bem como a de seus vassallos,

e só depois de três tentativas do rei de conciliação, Nun'Álvares é demovido. Na ocasião, D. João I acolhe os vassalos do seu cavaleiro e proíbe que outros no reino os tivessem além dele próprio.

Todos esses confrontos, quer tenham sido estratégicos quer tenham sido no âmbito das idéias, fortalecem o rei. O Condestável Nun'Álvares Pereira é ainda um grande herói, mas já não podemos concebê-lo como par complementar de D. João I. A maior prova de que o fortalecimento do rei português não implicava enfraquecimento ou mesmo desprezo ou ingratidão contra o conde é a partilha dos negócios da justiça, isto porque esta era a área mais importante da atuação do monarca medieval, lembremo-nos do prólogo da primeira crônica da trilogia e do entremeio que abre a segunda parte da **Crônica de D. João I**. Os reis medievais extraíram do exercício da justiça a sua necessidade, frente a imperadores e papas – “Vigários de Deus são os reis cada um no seu reino situados sobre as gentes para mantê-las em justiça e em verdade no temporal”⁴¹⁹.

Sabemos que, apesar de tantas solicitações para casamentos ilustres em Castela, em tempos de paz, o rei de Portugal guardava a filha do “Galaaz” português para um casamento mais honrado e ilustre (**CDJ**, II, p. 460). Com isso afastava propostas e dissuadia o amigo. D. Beatriz Pereira, única filha do Condestável, é dada ao filho mais velho do rei de Portugal, o bastardo D. Afonso, que por causa dessa união é feito Conde de Barcelos. Na verdade, se D. João I dizia que todos os bons costumes que em Portugal havia foram postos pelo Condestável (**CDJ**, II, p.177), como falar em rupturas?

⁴¹⁹ Afonso X, o Sábio. **Las Siete partidas**. Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. Op. Cit., p.217.

Depois de Aljubarrota temos um rei que quer sê-lo em todas as ocasiões, até, e porque não sobretudo, na guerra. Essa presença não se afirma na sombra de Nun'Álvares, como vemos. O fidalgo continua sendo necessário, provam todas as situações em que o monarca pede o seu auxílio. Teresa Amado lembra que o cronista castelhano Pero Lopez de Ayala afasta-se de referências ao campo de atuação onde se destacava o "Gallaz" português⁴²⁰, ao que Fernão Lopes se opõe realçando cada gesto do cavaleiro. À frente de batalhas, Nun'Álvares não se mostrava capaz de vilanias e sempre que podia avisava quando tecionava pôr praça (CDJ, II, p.140).

Enquanto a narração feita por Pero Lopez de Ayala sobre a Batalha de Valverde é econômica⁴²¹, a de Fernão Lopes é assaz detalhada, dando conta inclusive da maneira como o Mestre de Santiago foi morto (CDJ, II, p.152). Mais uma vez, o cronista português se compraz em nos lembrar o "saboroso português" (CDJ, II, p.153), Fernão Gonçalves de Sousa, outrora capaz de um compor um cantar de escárnio à sua mulher quando da sua ida para Castela (CDJ, I, p.338) e novamente com bom humor, ainda que gracejando sobre a morte do Mestre de Santiago, afirma – "fomos lhe oferecer aquele codeiro sem magoa em sacrificio, e tornamos pera casa" (CDJ, II, p.153). O cordeiro era o Mestre castelhano e o oferecimento fora feito ao Condestável pelos seus próprios inimigos, a ironia é mordaz.

Na crônica há lugar para outros heróis da geração de Aljubarrota, como Antão Vasques, só referido no texto do português⁴²² e que fez uma entrada de

⁴²⁰ AMADO, Teresa. Op. Cit., p.202.

⁴²¹ Idem.

⁴²² Idem, p.203.

sucesso para os seus em Castela (**CDJ**, II, capítulos 58 e 59). Mas é Nun'Álvares que causa espanto nas fileiras inimigas. Fidalgos castelhanos paravam só para vê-lo passar. Não são poucas as vezes em que mesmo tendo sido acordadas batalhas entre ambos os lados, os inimigos se afastavam do combate aberto contra o Condestável. O novo Mestre de Santiago não se moveu a defender nem mesmo a sua terra arrasada pelos homens de Nun'Álvares (**CDJ**, II, p.365).

O certo é que, segundo o cronista, o seu herói era quase um santo⁴²³. Fernão Lopes, que aproveitou de maneira sobeja a **Crônica do Condestabre**, leu certamente lá que até o lugar onde o fidalgo jazia operava milagres. Nun'Álvares dividia de forma equânime tudo o que era tomado aos inimigos em batalhas, mantinha o seu esforço nos projetos bélicos sem que qualquer assunto o torvasse, protegia as mulheres de lugares arrasados, não permitindo que qualquer de seus homens se lhes comete vilanias, construiu e reformou igrejas e alimentou castelhanos em tempos de fome na Ibéria (**CDJ**, II, capítulos 198 e 199). Por causa disso, “asy como lavradores e gemtes meudas lhe queriam todos mui grande bem e roguavam a Deos por elle” (**CDJ**, II, p.451).

O Condestável foi o herói de Aljubarrota, mas esta batalha provou em campo um monarca que precisou reinventar um estatuto régio problematizado na crise de 1383-1385. Fernão Lopes reuniu e elaborou a narração de gestos do passado em seu tempo, “em que vicios todos entraram em lugar de virtudes”

⁴²³ Para António José Saraiva – **O Crepúsculo...**, “Nun'Álvares é um herói hagiográfico, tratado à maneira dos sermões dos pregadores das vidas de santos” (p.193). Entretanto, apesar das tentativas do cronista, Saraiva interpõe uma opinião bem pessoal, beneficiada com um documento do século XVIII, e que merece ser referida aqui – “A nós fica-nos a impressão de que o herói falhou o encontro com o Santo Graal. Para tanto era necessária a Graça, que é gratuita, e o herói de Aljubarrota era um cristão voluntarista, crente no poder das devoções e das obras, julgando que poderia conquistar o Céu a pulso, como tinha conquistado os cabeços de Valverde” (p.215).

(CDJ, II, p.450). Ora, os ventos da “Sétima Idade” e do “evangelho português” parece não terem sido auspiciosos para o tempo do cronista, daí a lembrança dos vícios. Entretanto, a que costumes e/ou valores não sadios Fernão Lopes se refere? Qual é a importância do seu lamento? O cronista português escreveu sobre um homem que se fez rei de maneira virtuosa, mas todos os valores que caracterizam D. João I como monarca ideal para aquele tempo foram narrados por um funcionário régio alçado a essa honra pelos descendentes do seu protagonista. Por isso, convém confrontar o texto de Lopes ao **Livro da Montaria** do próprio D. João I que contém o seu pensamento e visão de mundo. Ao fazer menção ao antagonismo dos tempos, do monarca e do cronista, Fernão Lopes parece consciente e saudoso de um passado que também reiventa através do texto.

As virtudes da piedade e da justiça caracterizavam D. João I (CDJ, II, p.3) para Fernão Lopes e foram fortalecidas depois de Aljubarrota, mas outra qualidade desse mestre na arte de ser rei, segundo Fernão Lopes, foi o fato de ter honrado e amado a sua mulher de honesto e são amor (CDJ, II, p.3). O casamento com D. Filipa é uma consequência importante da intervenção do Duque de Lencastre nos negócios ibéricos e é também só depois da vitória bélica em Aljubarrota que essa entrada é direta e marcante. Na verdade, o reino português já contava com apoio inglês nas fileiras de D. João I, mas é só quando o Duque de Lencastre fica sabendo da derrota do seu rival, João de Castela, que resolve retornar à Península Ibérica e requerer o trono⁴²⁴. Esta união é

⁴²⁴ O direito do Duque ao trono de Castela é defendido primeiramente por embaixadores, através de cartas, sem que a situação sofra qualquer mudança. Aliás, o Duque de Lencastre, também João e filho de rei, requereu a honra do ducado pelo primeiro casamento com uma dama de nome D.

fundamental para a representação de uma família real modelar, cujo pai é D. João I. Aqui, outro traço, o pai da *Ínclita Geração*.

O casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre foi feito rapidamente, sem consulta às Cortes, apenas ao Conselho (**CDJ**, II, capítulo 94) e sem as dispensas papais para o antigo Mestre de Avis, pois o pai da noiva tinha pressa em garantir aliança contra o filho de Henrique Trastâmara. Tanta era essa pressa que não teve nem tempo de assistir à cerimônia. Casamento acertado, são e honesto, como faz questão de assinar Fernão Lopes, nada ressuma a Eros, aliás, nunca mais a crônica daria azo às paixões. Muito ficou acertado em relação ao dote de D. Filipa, o que podemos perceber é que ao aceitar as cidades de Castela que ainda precisariam ser tomadas, D. João I parece entender que o bem de seu casamento não está posto neste mundo, ou melhor parece perceber que a união com uma dama de tão ilustre estirpe é um bem em si mesmo para um homem feito rei.

Depois do casamento, D. João I alinha com as forças do sogro e pode viver um outro papel, ser conselheiro (**CDJ**, II, capítulo 109). Graças à sua intervenção, o Duque de Lencastre até se propõe a repensar a sua entrada em Castela. Além disso, a convivência com os ingleses exige de D. João I atitudes até então raras, como fazer justiça com as próprias mãos, em Baldeiras – “aceso em grande

Branca. Depois de sua morte, foi casado com uma das filhas de Pedro Cruel, que depois do assassinato do pai haviam ficado na Inglaterra. Esse casamento e outros, segundo Fernão Lopes, foram acordados pelo próprio rei inglês para remediar o desamparo em que as infantas castelhanas foram deixadas. Na verdade, depois da morte de D. Constança, o Duque ainda se casaria com uma dama de sua casa, ligada às suas filhas. Da primeira união com D. Branca, ficara-lhe 3 filhos, dentre os quais Henrique Bolingbroke, que depois usurpou o trono do primo Ricardo II, e D. Filipa, que se casou com D. João I de Portugal. Do segundo casamento, nasceu-lhe D. Catarina, que unida a Henrique III de Castela, haveria de resolver a rivalidade entre a Casa do Cruel e dos Trastâmara. Na verdade, o Duque de Lencastre ambicionou ser rei, mas conseguiu mesmo ser pai de um rei e duas rainhas.

sanha, levando h~ua espada nas mãos (...) el Rei deguolou per sua mão” (CDJ, II, p.240), atitude que não ficaria a dever ao pai, D. Pedro I de Portugal. Em relação a essa desacostumada sanha, muito depois, no combate a Tuy, o rei também não ameniza a mágoa e reconhece que diante das ofensas das gentes da cidade, só entendia tomá-las por força, cortar suas cabeças e línguas (CDJ, II, p.382).

Se Aljubarrota prova o homem que sai fortalecido para ser um monarca, o casamento arremata o perfil do rei da boa memória, muito pela representação que o cronista faz da rainha. Mãe da Ínclita Geração, D. Filipa representa o modelo diametralmente oposto ao de Leonor Teles. As virtudes de solteira que a notabilizavam ganharam relevo depois de casada, quando a maternidade operou o milagre de bem-aventurados filhos, representação de um ideal para uma sociedade “nova”, mesmo que pretensamente. A fecundidade sã da rainha Filipa se opõe à fecundidade pecaminosa da mulher de D. Fernando que tinha filhos, os quais o monarca mandava sufocar. A voz da mulher de D. João I quase não se faz ouvir na crônica, mas o que a sua figura representa é mote para o cronista⁴²⁵. Aliás, ele pinta um modelo familiar casto para o monarca, só toldado pelos frutos de uma relação anterior ao casamento com a filha do duque inglês. Daí não ser possível aludir a sorrisos diante de um gracejo que tocava o leito real.

O capítulo 148 está intimamente ligado à discussão de Fernão Lopes como leitor da prosa doutrinal de Avis. Isto porque o trecho “oferece mais um indício de

⁴²⁵ O modelo da rainha-mãe foi retomado algumas vezes pela literatura. No século XX, magistralmente, por Fernando Pessoa.

cumplicidade reverente com [D. Duarte]”⁴²⁶. Ao ressaltar a obediência dos infantes filhos de D. João I ao pai, Fernão Lopes vai ao encontro da concepção de amor descrita no **Leal Conselheiro** que ligava os membros da família real, a verdadeira amizade. Já sabemos que este é o sentimento que congrega o que há de melhor em todas as formas de amar para D. Duarte.

Fernão Lopes compara a conduta desobediente dos monarcas Afonso IV e D. Pedro I com seus pais respectivos a dos infantes de Avis e afirma que a lição dos filhos de João I poderia ser passada a outros filhos de reis (**CDJ**, II, p.322). Os infantes nada faziam que pudesse entristecer o pai, viviam de maneira casta, eram humildes diante dos rogos do seu rei, confiáveis e amavam-se uns aos outros. O cronista arremata o capítulo afirmando que – “O senhor Deus em elles especiaees doens da natureza acompanhados de nobres joias de bõos e onestos costumes” (**CDJ**, II, p.324). Devemos entender que, no contexto da crônica, todo o elogio feito aos filhos enobrece os pais.

A reforma dos costumes morais já havia sido encampada por Nun'Álvares Pereira. D. João I dá continuidade ao procedimento do seu cavaleiro depois do seu casamento sobretudo. No capítulo 138, o cronista parece embevecido com o cuidado do monarca em garantir o futuro das donzelas que andavam pela sua corte e “as guardar de ffeia queda” (**CDJ**, II, p.300). A atitude do rei passou a ser apenas avisar as moças de que no dia seguinte deveriam se aprontar para seu casamento, isto sem notificar-lhes o nome do noivo. O cronista observa que se a escolha ficasse apenas no coração das jovens, elas poderiam escolher aquilo que era contrário à sua honra e proveito (**CDJ**, II, p.300). A trilogia é testemunha das

⁴²⁶ AMADO, Teresa. *Op. Cit.*, p.55.

opções temerárias da paixão. O certo é que Fernão Lopes se refere a escolhas que não foram agradáveis às partes, o que exige do rei a reconsideração da prática. Ele decide não mais casar nenhuma moça contra a sua vontade. É interessante observar o movimento de um monarca que pouco antes não admitira que lhe outorgassem noiva em Cortes.

Além de casamentos forçados que, apesar de reconsiderados, não foram desfeitos e certamente continuaram a ser realizados, o rei passou a intervir na inclinação amorosa dos seus mais chegados. Recomendou ao seu camareiro Fernando Afonso que “com nenh~ua mulher nã tivese geito de bem quemça” (CDJ, II, p.301 – grifo nosso). Este rapaz era “homem de proll e de bom corpo, e que el Rei amava muito” (CDJ, II, p.301 – grifo nosso) e parecia estar apaixonado por D. Beatriz de Castro, filha do Conde D. Álvaro Peres de Castro, que havia sido proposta como noiva ao próprio Nun’Álvares Pereira. D. João I tinha má suspeita da dama (CDJ, II, p.301) e passou a perseguir os amantes. Apesar de dizerem publicamente que eram casados, o rei mandou queimar o camareiro, o que “poos grande espanto em todollos da [sua] casa (...) que esto viram” (CDJ, II, p.303) e desterrou a dama que viveu em Castela “emcitada ffama” (CDJ, II, p.303). É quase irresistível não deixar de lembrar do escudeiro que D. Pedro I muito amava, mais do que o cronista tinha vontade e jeito de dizer. A sanha contra os amantes também lembra o Cru, capaz de queimar o rol mais diverso de sedutores.

Interessa apontar o registro que Fernão Lopes faz, nos capítulos 124 e 125, das letras do Papa Bonifácio IX que conferem legitimidade à elevação do Mestre de Avis à categoria de rei. Segundo o Papa, tudo o que fora solicitado pelo reino de Portugal já havia sido outorgado pelo Papa Urbano VI, embora as letras não

tivessem ficado prontas, mas que ele estava em tempo de remediar aquela situação. Essas letras subscreviam ainda a dispensa da ordem eclesiástica de origem do antigo Mestre de Avis para o casamento que tornaria a sua descendência com a rainha D. Filipa legítima. Na verdade, todas essas deliberações não são extemporâneas, apesar de chegarem depois da coroação e do casamento consumado. Os ventos sopram benfazejos para o rei de Portugal e as letras endossam a elevação de D. João I dentro do corpo místico de Cristo, a Igreja. Apenas um detalhe merece ser referido, a publicação das letras acalma um alarido que a crônica dá notícia. Fernão Lopes chama de “inorantes” (CDJ, II, p.273) aqueles que levantavam suspeitas sobre as licenças do Papa Urbano VI. À publicação as letras precede o sermão de outro pregador da ordem de São Francisco, Frei Rodrigo de Sintra.

Os anos passam e D. João I parece um ardido rei: a esforçar os seus em diversos momentos, ao lado dos ingleses (CDJ, II, p.244); depois da morte de D. João de Castela, desejoso de cobrar justiça para as entradas de destruição dos castelhanos (CDJ, II, p. 349) e capaz de ofertar, sem lhe ter sido solicitado, auxílio bélico contra os mouros de Granada (CDJ, II, 444/445), já desejoso talvez de cruzadas. Aliás, pode parecer incompreensível que esta mesma ajuda, que tantas vezes impediu que as pazes com Castela fossem firmadas, fosse oferecida por D. João I de Portugal até de maneira insistente depois das pazes simples. Na verdade, nada há de incompreensível, já que o monarca português discordava da maneira como Portugal ficaria obrigado a acorrer a Castela, para ele o que estava por trás dessa obrigação firmada em tratos era a sujeição de um reino a outro.

Depois da morte de D. João de Castela⁴²⁷, a crônica de Fernão Lopes se arrasta na dificuldade de se encontrar uma solução para o problema de tréguas nunca levadas a efeito pelos envolvidos, incluindo até a narração de uma coroação relâmpago em Castela de D. Dinis de Castro como rei de Portugal (CDJ, II, capítulo 170). Depois da quebra das tréguas firmadas em quinze anos, os reinos oponentes instituíram juízes para discutir as afrontas e maneiras de serem acordadas as pazes. Da parte portuguesa, eram juízes alguns letrados e Nun'Álvares Pereira. Homem de poucos conselhos, já se poderia esperar que haveria problemas para apaziguar os ânimos do cavaleiro. Assim, muito embora a culpa não deva recair apenas sobre a sua cabeça, depois de longos 10 meses nada fica acertado. Novas tréguas são propostas por Portugal e são aceitas até que a morte do jovem rei Henrique III acende a instabilidade em Castela e em Portugal. O rei morto havia deixado três filhos pequenos e ficaram como regentes a sua esposa, D. Catarina, e o infante D. Fernando, tio do monarca.

A crônica registra a voz da rainha e a sua capacidade de se manter em situação favorável no reino. D. João I de Portugal até se apressa a lhe oferecer ajuda em caso de perigo para o sobrinho, depois da morte de Henrique III. Mesmo viúva do jovem rei, ela toma a criação do filho para si e ocupa o cargo de Regedora do Reino ao lado de seu cunhado. Ela é a mediadora da paz, como a identifica Fernão Lopes e o atesta o teor de suas cartas. O parentesco inesperado com Castela, na figura da cunhada, cria para D. João I um caminho para a solução dos problemas com o reino vizinho e ele acaba por propor a paz que depois da maioridade do pequeno infante castelhano seria novamente jurada pelos reinos. É

⁴²⁷ “Da Crónica de Don Enrique III de Ayala nada se passou para a obra de Fernão Lopes” –

importante dizer que ainda correram laudas até que fosse acordada a paz proposta pelo português, mas enfim se aceita a modalidade simples, em que não se afiançam compromentimentos em cláusulas específicas de avenças.

Fernão Lopes situa o seu discurso no tempo da paz – “e asy cesou a guerra de todo e veio amor e boa paaz que oje em dia dura” (CDJ, II, p.441). Revela que muitos casamentos foram tratados, sem que tivessem sido feitos. Por exemplo, alude à recusa de D. Duarte em casar com a pequena infanta de Castela, Catarina, como a mãe, de apenas quatro anos, ele tinha já vinte, e até registra o desejo do rei de Castela de casar com a filha de D. João I de Portugal, Isabel, pois ela era “h~ua das fremosas donzellas do mundo” (CDJ, II, p.446).

Os últimos capítulos do texto incluem o Condestável de Portugal, seu modo de viver em tempos de paz, já aludidos aqui, e casamentos dos filhos naturais do rei. Na verdade, não se pode afirmar que Fernão Lopes teria pretendido este final para a sua crônica, tão cioso da costura das partes que a compõem. Além desse arugmento de bom senso, há provas textuais, também já referidas, de que o seu ofício abarcava a totalidade do reinado do pai de D. Duarte. Sabemos que o cronista Gomes Eanes de Zurara é quem continuaria a narração, contando possivelmente com a ajuda do velho cronista.

2.3.4) Posfácio às **Crônicas** de Fernão Lopes

A historiografia medieval sempre aspirou a um registro fiel do passado mediante um relato objetivo, para isto lançava mão de fontes consideradas de autoridade fidedigna. Só que a partir do século XIV, há uma ligeira mudança na forma de fazer o relato, já que a historiografia teve de dar conta de um passado mais imediato, então o acontecimento tornou-se o produto da aplicação de técnicas narrativas, ou seja, o acontecimento histórico ganha estatuto de verdade graças à narrativa criada⁴²⁸. Assim, todo o manejo de técnicas de estilo põem em relevo não a ignorância do cronista em relação ao que se deu, mas sim a construção de uma verdade moral, exemplar. Também é possível encontrar esta forma de encarar a verdade muitas vezes em Fernão Lopes, como por exemplo, no caso da “Sétima Idade”.

É claro que em relação ao cronista português, mantém-se de maneira premente a preocupação com a verdade. Isto pode ser comprovado pela própria comparação e comentário de fontes a que o cronista se entrega. Para ele, é muito importante deixar claro que faz o relato de uma verdade, sem se deixar toldar pela afeição. Em meio à recuperação do passado que se quer fidedigna está também a intencionalidade do projeto. É esta que anima o manejo das técnicas narrativas para a construção das crônicas. Quando pensamos no “colega de profissão” de Fernão Lopes sediado em Castela, Pero Lopez de Ayala, os estudiosos têm apontado que o seu texto legitima a usurpação do trono de Pedro Cruel

⁴²⁸ FUNES, Leandro. “La construcción ficcional del acontecimiento histórico en el discurso narrativo de mediados del XIV” in **Studia Hispanica Medievalia III. Actas de las IV Jornadas**

remontando-se a um princípio visigótico segundo o qual deve ser rei apenas aquele que melhor pode governar⁴²⁹. É claro que este argumento perigoso é silenciado no momento em que o “melhor” candidato chega ao centro do exercício de poder, quando então se recompõe a linha de sucessão⁴³⁰. A intencionalidade novamente molda a construção da verdade histórica, que ganha estatuto de princípio exemplar.

Antes de se buscarmos filiações, é preciso procurar pensar nas especificidades do texto que estamos analisando. Os historiadores têm se preocupado em reconhecer as partes que compõem todo o texto do cronista português Fernão Lopes, têm desmembrado este todo em inúmeras peças para descobrir as fontes das quais ele se serviu. Entretanto, ao lado do avanço inquestionável que esses estudos trouxeram à fortuna crítica dos relatos, escamoteia-se a constatação de que o texto do cronista é um conjunto de peças cerzidas no propósito firme de se compor um todo, que é a monarquia portuguesa. Ao examinarmos as crônicas em assuntos, empreendendo um levantamento de porcentagens, procuramos pensar no todo recuperado e recriado por Fernão Lopes. Somente este todo pode apontar para as preocupações estéticas e ideológicas de sua pena.

As crônicas históricas têm uma intenção formativa e um propósito didático inegável, elas são relatos históricos reelaborados segundo a intenção do cronista

Internacionales de Literatura Española Medieval. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1993. p.59.

⁴²⁹ MOURE, Jose Luis. “La correspondencia entre Enrique II y el Principe de Gales en las versiones ‘vulgar’ y ‘abreviada’ de las *Cronicas* del canciller Ayala” in *INCIPIT*, IV, 1984. p.96.

⁴³⁰ Idem.

para provocar certos efeitos no leitor, induzindo uma determinada leitura⁴³¹. Assim, ao longo das três crônicas de Fernão Lopes sobressai o modo como ele prevê o lugar do leitor como parceiro do texto, isto pode ser traduzido no emprego disseminado das primeira e segunda pessoas do plural, muitas vezes no modo imperativo. É interessante observar esse traço nos momentos em que o autor nos tira de uma batalha e nos leva a outra cidade para acompanhar realizações importantes para o seu projeto de escrita. Aliás, ele se antecipa às reações do público, observando que se querem saber mais de um determinado assunto, ele se propõe a informar.

A preocupação com a clareza é extremamente relevante, tanto que o cronista não esconde a sua dificuldade para narrar eventos que aconteceram de forma simultânea – “ffazemsse outras muitas cousas em hu~ua sazom, de guisa que ~uas torvam as outras, a sse nom poderem comtar nos dias que acozteçerom” (CDJ, I, p.59). No caso da multiplicidade temporal da segunda parte da **Crônica de D. João I**, também a sua condução é fundamental para o leitor não se perca pelo meio do texto.

Ainda em relação à recepção, poderíamos voltar às características do leitor modelo da obra. Nas crônicas de Fernão Lopes há a idealização de um leitor que parece precisar da verdade, por isso o narrador prova com fontes aquilo que tem a dizer. É um leitor que se submete à comoção e que conhece os códigos éticos e de cavalaria que animam os grandes personagens do texto. Não é um leitor que domina referenciais culturais eruditos, já que o texto centra essas referências na

⁴³¹ FERRO, Jorge Norberto. “Ayala y Aljubarrota: actitud didáctica y locus doctrinal” in **Studia Hispanica Medievalia II. III Jornadas de Literatura Española Medieval**. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1990. p.58.

Bíblia e nos romances de cavalaria sobretudo. O que estamos tentando sustentar é que, ao invés de pensar que a relativa pouca profundidade com que o cronista trabalha com os bens culturais da sua época seja por conta de sua própria incapacidade de lidar com eles, sugerimos que o seu limite está na antecipação da sua recepção. Fernão Lopes tem consciência de que está a fazer um texto comprometido com um passado, mas que é um legado para o futuro, para isso maneja a sua pena de forma a garantir talvez uma amplitude maior que o universo dos homens do saber da sua época. O seu texto testemunha esta maior amplitude: “Oo geraçom que depois veo, poboo bem av~etuirado, que nom soube parte de tantos malles, nem foi quinhoeiro de taaes padeçimentos!” (CDJ,I, p.309). Este clamor não só assinala o público alvo, como também o lugar histórico do sujeito do discurso, o lugar de quem conhece as conseqüências daquela narrativa.

Ao reclamarmos a preocupação com o todo, procuramos lembrar que as crônicas estão repletas de relações implícitas que se perdem no desmembramento da crítica interna de fontes. Estas relações não podem ser encaradas como dados involuntários, porque na escrita nada é involuntário. Já foi abordado o caso do sonho de D. Pedro, mas também quando Fernão Lopes celebra no monarca a sua capacidade de exercer a justiça sem afeição, antecipa a sua própria metodologia, tornada clara somente na **Crônica de D. João I**, ou seja a recuperação história da verdade sem se deixar obliterar pela afeição. D. Pedro age da mesma maneira com que o cronista deseja recuperar a sua linhagem.

Uma das coisas que mais chama a atenção quando lidamos com a comparação de assuntos representados nas crônicas é a relevância dos assuntos

de guerra. A porcentagem mostrou que nenhum outro assunto tem um prestígio semelhante às contendas. É interessante pensar sobre isto sobretudo quando o próprio cronista eleva a importância da paz. Não se pode esquecer que um dos atributos positivos de D. Pedro é a sua posição de afastamento da guerra entre seus vizinhos e que D. Fernando sofre na pena do cronista muito em razão de sua atuação ativa em conflitos internacionais, apesar de não serem estas as maiores críticas registradas pelas Cortes. Muito embora a maior parte da **Crônica de D. João I** estar comprometida com assuntos bélicos, é em nome do respeito aos tratados que a ambição do castelhano rompe que o Mestre de Avis vai ser motivado a tomar parte na defesa do reino. A posição do português D. João I na busca da paz ao final da narrativa é mais um ingrediente da sua importância de direito.

Teresa Amado nos lembra que o discurso cronístico privilegia guerras – “em cumprimento da sua vocação para erguer heróis e fabricar glórias”⁴³², embora no texto de Fernão Lopes haja momentos bastante representativos de não violência. Entretanto, como vemos sobretudo na **Crônica de D. João I**, o tratamento da questão é modulado de maneira não convencional:

Não se luta apenas com lanças, dardos, bestas, mas também com pedras e paus; os pequenos amedrontam os grandes, expulsam-nos, matam-nos de forma surpreendente que a descrição pede uma analogia, buscada num terreno onde o arrebatamento e o vigor em combate eram as mais louváveis das atitudes: ‘pareça que lidavam polla Fe’ (I, p.82)⁴³³

O que acontece de fato é que, embora a paz seja elevada, ela não é matéria para crônicas, no capítulo 147 do segundo volume da **Crônica de D. João**

⁴³² AMADO, Teresa. **Fernão Lopes – contador de História, sobre a Crônica de D. João I**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p.32.

⁴³³ Idem, p. 32/33.

O cronista declara “Tornamdo a Purtuguall por fallar del Rey que ficou em Lisboa, nam teemos [cousa] que dizer de presentem, por azo das treguoas que os Reis fizeram, que em seu luguar já temdes ouvido” (CDJ, II, p. 319). Este é o capítulo em que Fernão Lopes fala a respeito da relação entre o monarca e seus filhos, o relato extrapola até o capítulo imediatamente posterior, mas o que fica é que somente quando a paz aplaca a guerra, é possível abordar outros assuntos, tais como a vida familiar do rei.

São muitas as causas para explicar a importância desmedida da narração de batalhas em detrimento de outros assuntos. Só para lembrar, na **Crônica de D. Fernando**, as realizações do monarca não comprometidas diretamente com contendas não passam de 3% do texto. As crônicas são realizações literárias do gênero narrativo, herdeiras das cronologias, então devemos pensar nos modelos deste tipo de texto que estavam disponíveis na época da sua composição. Estamos falando especificamente de romances de cavalaria, sermões e canções de gesta prosificadas, dois desses, portanto, bastante bélicos. No caso do cronista português não se pode esquecer o que defende António José Saraiva, a multiplicidade de planos na representação da realidade⁴³⁴. A emoção e o retrato aproximam o relato do teatro, mas a multiplicidade impede a representação e faz com que as crônicas toquem a epopéia, realização do gênero épico também bastante comprometida com batalhas. Talvez seja esta a razão da longa duração de certos eventos reelaborados pelo português e atualizados por Camões, por exemplo.

⁴³⁴ SARAIVA, António José, LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa** (16ª ed.). Porto: Porto, s/d. p.119 – 132.

Além da direção que passa pelo gênero, há outra que se prende aos fatos em si. No conflito entre a narração que quer a paz e a narrativa que vive da guerra, eleva-se a importância de Castela. Não se pode baratear a utilização de Fernão Lopes do texto de Ayala, é claro que esta escolha tem a ver com os papéis que o próprio reino vizinho representou para Portugal. Irmã e inimiga, Castela esteve tão inserida na vida portuguesa quanto Portugal na dela; as crônicas representam momentos exatos e difíceis de guardar a unidade de cada reino.

No caso de Fernão Lopes, nem toda a importância das guerras consegue obliterar outro traço fundamental de seu processo narrativo, a análise psicológica de situações e pessoas. Nesses momentos, descortinamos traços para a composição do perfil do sujeito do discurso. Este retrato passa pelo elogio da paz, pela importância dos conselhos e da coragem, mas também pela preocupação com a ilusão a que os amantes estão sujeitos e o respeito a princípios muito novos, como, por exemplo, o “ser português”. Em Ayala, por outro lado, lemos uma forte preocupação:

Pela política entendida como exercício do poder real e diplomacia internacional. Todos os assuntos que aborda pertencem ou são colocados por ele num destes quadros, incluindo as acções militares. (...) O foco de luz intensa que dirige sobre esses sinais que sobredeterminam a vida das pessoas (os chamados factos oficiais) deixa na sombra as ambições secretas, os sentimentos, os actos impensados, e, em escuridão ainda mais densa, as caras e os corpos – a não ser, de passagem, os corpos mortos nas batalhas. Só fala quem discursa: nos conselhos, nas audiências ou nas Cortes.⁴³⁵

⁴³⁵ AMADO, Teresa. Op. Cit., p.206. O trecho em destaque faz parte da 3ª parte da obra de Teresa Amado – “Limites da utilização da *Crónica de Don Juan I de Ayala*”, portanto parece-nos importante não considerá-lo como síntese de toda a obra do castelhano. Na verdade, como prova Teresa Amado, “o reinado [do filho do Trastâmara] não podia ser agradável de historiar para qualquer conterrâneo, e menos ainda o seria para alguém que, como Ayala, fora contrário à orientação política então seguida” – p.182. Na verdade, sustentamos mesmo que a síntese é mais pertinente a essa crônica, pois já fizemos menção nesse texto a expedientes menos redutores na obra do cronista castelhano.

Em Fernão Lopes, é possível sentir o movimento das ruas e, mesmo que o cronista lamente não poder individualizar os povos, conhecemos-lhes as vozes, os cheiros e sobretudo o que vai-lhes na alma, quer seja a mágoa e o medo, quer seja o êxtase.

2.4) O FIM DA “SÉTIMA IDADE”

O Homem e a hora são um só
 Quando Deus faz e a história é feita.
 O mais é carne, cujo pó
 A terra espreita.
 (“D. João, o primeiro” – **Mensagem** de Fernando Pessoa)

Em 1448, o nome de Gomes Eanes de Zurara, “filho de um cônego, criado da Casa Real e moço laçao bem ensinado”⁴³⁶, surge como substituto de Fernão Lopes na função de cronista do reino. No mesmo ano, com uma carta de louvor, o infante Pedro, Duque de Coimbra era afastado da regência. Um ano depois, o mesmo Duque seria morto em Alfarrobeira.

A **Crônica da Tomada de Ceuta** segue cronologicamente o segundo volume da **Crônica de D. João I** de Fernão Lopes. Sabemos por Zurara as características do projeto de historiar a monarquia portuguesa assumido por Fernão Lopes e a necessidade de completar a narração dos feitos do último monarca descrito, sobretudo no que tange à aventura marítima. Zurara escreveu 34 anos depois da empresa que protagoniza a sua primeira crônica, pois os grandes senhores perderam a lembrança dos feitos do passado (**CTC**, 2º capítulo).

Para a nossa investigação, faz-se necessário aludir, ainda que não de forma pormenorizada, ao perfil de D. João I definido na **Crônica da Tomada de Ceuta**. Como “evolui” a representação do perfil régio no momento em que a força narrativa de Fernão Lopes é paulatinamente enfraquecida?

⁴³⁶ SARAIVA, António José. **Fernão Lopes**. p.16.

Para além de Fernão Lopes, a definição de um mestre na "arte" de ser rei:

A primeira característica de D. João I, aludida na **Crônica da Tomada de Ceuta**, é o fato de o monarca ter sempre lutado pela paz, isto também está em Fernão Lopes. Entretanto, para Gomes Eanes de Zurara o desejo do monarca de firmar as pazes com Castela era animado pelo fato de lhe pesar ferir cristãos, na verdade sua aspiração era servir a Deus em guerras mais justas. Sabemos perfeitamente que combater Castela em boa parte do texto de Fernão Lopes era justo, não faltassem os motivos de evitar a união das coroas, os castelhanos eram cismáticos. Esse desejo de fazer uma guerra justa favorece toda a ação da **Crônica da Tomada de Ceuta**. Vemos, portanto, D. João I metido a cruzado definitivamente.

Zurara afirma que era desejo do monarca tornar seus filhos cavaleiros e para isso tencionava organizar festas durante um ano, aproveitando as pazes com Castela. Em Fernão Lopes, um cavaleiro se fazia em campos de batalha, era armado e lutava. Talvez por isso, o descontentamento dos infantes seja bastante coerente. Eles não queriam receber a honra da cavalaria, queriam conquistá-la. Seu argumento é ilustrado com um exemplo que, por outro lado, em nada lembra a dívida do pai com a gente sem fidalguia que Fernão Lopes parecia considerar tão importante. Para os orgulhosos infantes, convinha aos filhos dos cidadãos e de mercadores as festas, pois a sua honra estava na fama da despesa (CTC, capítulo 8).

A sugestão da tomada de Ceuta feita pelo vedor João Afonso de Alenquer é logo requerida pelos infantes ao pai como uma oportunidade de servir a Deus e

conseguir uma honra inquebrantável. Na cautela de D. João I podemos ver ressurgir a hesitação dos seus tempos de Mestre de Avis, mas os letrados do reino, subscrevendo o pedido dos príncipes, interpretam essa empresa como nova cruzada, comparada a vários momentos em que esta fora “necessária” à cristandade. O monarca expõe aos filhos os sacrifícios que seriam exigidos dos povos e os leitores podem ver encenada a unidade de ação dos infantes que Fernão Lopes já delinea.

Na verdade, D. João I tinha um problema: ironicamente, a paz. Até então o exercício militar justificara a cavalaria, logo, porém, os novos tempos elevaram um modo de viver que precisava ser sustentado, sem que houvesse meios disponíveis para fazê-lo: “Nobres que gravitam à volta do rei que ainda é, neste século XV, a grande fonte do poder. O que esperam? O mesmo que seus antepassados do rei D. Fernando, concessões e privilégios. E o que faz o rei para satisfazê-los? Leva avante a Expansão Ultramarina”⁴³⁷. Os filhos do rei estavam incluídos nesse grupo e a compra das terras do Condestável, que tanto ameaçou a relação do monarca e de seu herói, fora uma primeira estratégia nessa direção. Depois da empresa de Ceuta, o rei fez seus filhos duques, fortalecendo com o seu poder real senhorios em tempos de crise⁴³⁸.

Humberto Baquero Moreno arrola uma série de razões que opunham a nobreza ao rei D. João I e ao início do seu projeto centralizador, dentre essas estavam a cobrança das sisas; o fato de as rendas das terras arrendadas dos fidalgos andarem desatualizadas; a obrigação de fidalgos mais velhos prestarem

⁴³⁷ FERNANDES, Fátima Regina. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa” in *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. Especial Brasil 500 anos, 2000. p.8.

serviços; a oposição movida pelo povo das cidades à compra de herdades que estivessem situadas nesses lugares; o interdito ao acesso dos nobres às funções de corregedores, meirinhos e juízes; a atitude de D. João I de reaver parte das terras que tinha doado e finalmente o fato de só o rei poder ter vassalos⁴³⁹. O autor ainda vê na série de exilados pertencentes à grande e média nobreza que abandonaram Portugal nesse tempo traduzir “em essência o forte descontentamento (...) contra a política absolutista e centralizadora do monarca português, que assim fazia tábua rasa das promessas feitas aos fidalgos nas cortes de Coimbra de 1385”⁴⁴⁰. A empresa de Ceuta é, assim, oportunidade de contentar a nobreza descontente.

A rainha D. Filipa só fala na **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sabemos que em Fernão Lopes ela reza, é esposa e mãe. Seu corpo some nos partos. Zurara, por outro lado, alude à sua formosura (**CTC**, capítulo 46) e as palavras da rainha tornam-se importantes para convencer o marido, bem como a opinião do Condestável. Zurara não disfarça também a preferência do rei pelo filho D. Henrique, o Navegador, o que é inconcebível no texto do velho cronista. O monarca ri dos arrojos do infante e caba sendo convencido a assumir o empreendimento. Entretanto, o mais interessante gesto antes da partida é a convocação das Cortes. Elas não são chamadas a arbitrar sobre a partida, mas para a solicitação de apoio logístico. O rei e os infantes parecem achar suficiente dividir com os povos o agradecimento a uma inspiração divina (**CTC**, capítulo 26).

⁴³⁸ Sobre senhorio e feudalidade no século XV, ver os 2 últimos capítulos de FOURQUIN, Guy. Op. Cit.

⁴³⁹ MORENO, Humberto Baquero. **Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval – Estudos de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p.14-16.

⁴⁴⁰ Idem, p.21.

Mais uma vez, a força do Condestável é fundamental, pois ele deposita a sua vida nas mãos do monarca e defende publicamente a partida. Quem poderia ir contra a sua voz?

Se Fernão Lopes ajudou Zurara a compor a **Crônica da Tomada de Ceuta** e é bastante provável que o tenha feito, como já aludimos sobejo, é no capítulo 30 que o texto tem mais o seu sabor. Isto porque podemos ler no trecho tudo aquilo que para o velho cronista é a coisa mais formosa de se ver, a coletividade urbana a se preparar para a realização de um projeto. No texto de Zurara, é o projeto do rei que anima os povos, o que dá continuidade ao fortalecimento da posição régia referida depois de Aljubarrota, mas ainda sim a ocupação da cidade para acorrer às necessidades da partida relebram tanto as tribulações quanto as festas que precederam o anúncio da “Sétima Idade”.

A doença da rainha atrasa a viagem e o cronista lembra dos prodígios acontecidos na hora da morte da rainha Santa Isabel para preparar o anúncio do fim de D. Filipa (**CTC**, capítulo 44). Já muito doente, ela sagra os filhos e dá-lhes de presente espadas que precisavam acudir a determinadas situações. Zurara não narra a cena da despedida dos esposos porque as lágrimas lhe cegavam e só é possível ver um sorriso no rosto sério da rainha no momento derradeiro que lhe abria possibilidade de glória não mais temporal. Nela, o cronista via todas as virtudes cardiais, a saber a justiça, a prudência, a esperança e a força (**CTC**, capítulo 45). Ela é o par complementar de um rei com contornos definidos, juntos constituem a representação de um modelo da firme “amizade”, como o **Leal Conselheiro** teoriza, para todos aqueles que gravitavam em torno da família de Avis. Eros está morto. Prepara-se o cenário para que os infantes e seus

descendentes gravitem em torno de outro astro para lá de simbólico, exemplo de ascentismo, correção moral e perseverança, São Vicente, o patrono da noiva do Mestre, Lisboa. Aqui vale mais o símbolo evocativo do martírio do santo, envolto na cor do sacrifício; de Lisboa, só a saudade no cais.

Resolvido a partir, apesar do luto, o rei D. João I coloca a coroa sobre a cabeça do seu povo (**CTC**, capítulo 51). O que Zurara teria querido dizer com isso? O gesto do monarca redefine a constituição os corpos do rei:

Disseram os sábios que o rei é a cabeça do reino, porque assim como da cabeça nascem os sentido que comandam todos os membros do corpo, assim pelo mandato do rei, (...), devem dirigir, guiar e estar de acordo com ele para o obedecer e auxiliar e proteger e manter o reino ⁴⁴¹

Zurara narra uma situação singular, pois D. João I tira de si mesmo o principal ornamento da cabeça, símbolo do seu carisma, e o dá à coletividade que contribuiu para a sua elevação. Nova lição de Fernão Lopes? Não podemos ter certeza, sobretudo levando-se em consideração o destino do perfil régio depois de Aljubarrota. O povo coroadado, como noiva que fica, contempla o afastamento das naus e ora pelo sucesso do viagem (**CTC**, capítulo 51). Na verdade, o gesto do monarca parece apenas simbólico, destituído de força de ação, pois vemo-lo cada vez mais distante do “cheiro” do povo, perto dos santos, modelar enfim.

Já no mar, a narração de várias adversidades poderia abrir possibilidade para uma interpretação contrária ao projeto. No texto de Zurara, entretanto, esta interpretação é afastada pois as adversidades enobrecem a coragem dos portugueses. D. João I também não parece certo da atitude a ser tomada em África. Convoca outro conselho para decidir ações e, pressionado pelos filhos,

⁴⁴¹ Afonso X, o Sábio. Las Siete Partidas Apud Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. Op. Cit., p.217.

decide-se a filhar Ceuta. Os homens que estavam nas naus pareciam querer o retorno a Portugal, daí que o arrebatamento do Navegador, que exigia ser o primeiro a sair da prancha, parece mobilizá-los novamente para o projeto.

Depois da tomada da cidade, a mesquita se transforma em igreja para dar graças a Deus. Os infantes recebem do pai a honra pela qual toda a ação do texto foi deflagrada, são sagrados cavaleiros. O rei ainda decide nomear homens para garantir a posse de Ceuta. As pessoas que ficam, boa parte obrigadas, sentem saudades e as que partem seguem com o coração vitorioso.

No texto são registrados os nomes das “pessoas de conta” (CTC, capítulos 103 e 104) que morreram de peste. Em Fernão Lopes quase não há nomes entre o povo porque não há como descobrir-lhe a identidade individual. O cronista faz menção à lacuna em vários momentos, lamentando a pobreza dos documentos. Em Zurara, só há preocupação de recuperar os mortos “de conta”, o sofrimento dos mais humildes nas naus é sombra da coragem dos príncipes de Avis, em especial de D. Henrique.

A **Crônica da Tomada de Ceuta** tem o seu herói, o Navegador. Ainda que aos nossos olhos muitos de seus gestos colocassem em risco a segurança dos seus homens, Zurara está convencido a elogiar a ardidez “natural” do infante. Aliás, ele era também o mais parecido com o pai fisicamente (CTC, capítulo 81). Que essa semelhança estava além do físico não custa ao cronista propor. Diante de tão altivo cavaleiro e de um cronista tão apologético, sobrou ao rei viúvo ser o outro sujeito de uma oração comparativa, ou um “santo rei” (CTC, capítulo 105), imóvel e distante do toque e dos aromas dos esforçados homens e mulheres dos seus concelhos.

Só através da caracterização da tomada de Ceuta como nova cruzada é possível compreender a crítica do monarca, no **Livro da Montaria**, aos homens que saem ao mar. Neste sentido, a concepção que anima a primeira crônica de Zurara encontra-se em harmonia com a do próprio rei na sua obra citada. Nem o cronista, nem D. João I parecem apreciar a intenção dos mercadores que se aventuram em tamanho perigo para ganhar coisas não pertencentes ao espiritual. A empresa de Ceuta está longe da ganância nessas representações. Ela foi a prova que vencida deu a honra da cavalaria aos infantes de Avis e a outros nobres, público alvo da obra de D. João, a quem ele aspirou especialmente educar. Era o fim da “Sétima Idade”. Na verdade, correr o monte poderia até ser uma prática sadia da nobreza que, assim como a empresa de Ceuta, não admita ócio, mas certamente não poderia proporcionar os inevitáveis ganhos da segunda. O dinheiro não é personagem nesses textos, mas em Fernão Lopes ele se agita nos bolsos do burguês Álvaro Pais, a quem o antigo Mestre de Avis fora um dia tão devedor.

Se é possível aventar o auxílio de Fernão Lopes para a elaboração da primeira obra de Zurara, seria possível também levantar a possibilidade de o sucessor ter começado a ajudar o mestre, no segundo volume da **Crônica de D. João I**, onde a “Sétima Idade” parece ser definitivamente figura de linguagem.

Fernão Lopes: entre Ceuta e Alfarrobeira:

Fernão Lopes começou o seu trabalho de escrita em um tempo de expansão europeia⁴⁴², que foi também “resultado da maturidade de um processo de expansão comercial e urbana do qual já dá sinais a Europa desde o século XI com o movimento das Cruzadas”⁴⁴³.

Na **Crônica da Tomada de Ceuta**, a importância do vedor da fazenda João Afonso de Alenquer revela uma oposição aos interesses citadinos que não pode passar despercebida⁴⁴⁴. O texto de Zurara é posterior ao exercício profissional de escrita de Fernão Lopes e dá conta afinal de favorecer um universo de valores que se confrontaria com o do grupo mais beneficiado pelo texto do velho cronista, a burguesia da cidade. Daí, Fátima Fernandes aludir a documentos que revelam a hesitação dos concelhos em abraçar a causa da empresa de Ceuta⁴⁴⁵(1415), muito embora esta tenha sido levada a efeito a despeito dos temores dos povos. Sabemos que Fernão Lopes assistiu a toda essa movimentação enquanto escrevia:

No Portugal do século XV observa-se um conjunto de sintomas sociais que denunciam uma determinada intranquilidade. Um dos factores de divisão da sociedade portuguesa consistia na oposição reinante entre os partidários duma política de desenvolvimento interno do país, que entretanto se debatia com uma crise ainda longe de recuperação, e aqueles que apontavam numa expansão ultramarina capaz de regenerar a nação e dotá-la duma maior operacionalidade nos diversos setores da economia, das finanças e da vida institucional⁴⁴⁶.

Para a empresa de Tânger (1437), é o próprio D. Duarte que parece hesitante, busca conselhos e vemo-lo a valorizar expedientes práticos em

⁴⁴² FERNANDES, Fátima Regina. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa” in **Revista Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Especial Brasil 500 anos, 2000. p.4

⁴⁴³ Apud António Sérgio, *Ibidem*.

⁴⁴⁴ FERNANDES, Fátima Regina. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa”. p.9/10.

⁴⁴⁵ *Idem*.

⁴⁴⁶ MORENO, Humberto Baquero. **Exilados, marginais...**, p.57/58.

detrimento de uma guerra santa⁴⁴⁷, mais afeita certamente à pena de Zurara. Neste momento, o Infante Pedro, Duque de Coimbra, se posiciona contra a continuidade do projeto expansionista. Ainda sim, a viagem se faz e é um desastre:

O desastre de Tânger em 1437 impõe uma reflexão à Coroa, na medida em que os muçulmanos, dominando os portugueses invasores, mantêm cativo o infante D. Fernando, irmão do rei D. Duarte, exigindo como resgate a devolução de Ceuta. *Decisão difícil que se impõe ao rei D. Duarte. Um rei experiente associado ao trono desde 1413, acostumado aos negócios do Estado, estudioso e escritor de várias obras de caráter doutrinal. Sua ascensão ao trono em 1433, envolve a celebração das Cortes de Leiria-Santarém, nas quais, além das menagens recebidas, as respostas régias aos agravamentos vários e seus respectivos desembargos apresentam-se como verdadeiras reformas modernizadoras e centralizadoras das estruturas da governação. O mesmo D. Duarte que patrocinará a continuidade de um projeto paterno de sistematização legislativa, as Ordenações de D. Duarte (...). O D. Duarte que colige os Conselhos recebidos desde que era Infante, preocupa-se em conseguir um equilíbrio entre as forças mais dinâmicas que o cercam, Infante Pedro e mesmo D. Henrique, e as forças mais tradicionais, como o Conde de Barcelos e seus dependentes diretos. O rei procura conduzir o reino a uma sistematização e eficiência governativa, sem esquecer de satisfazer às necessidades da nobreza tradicional caída, nestes meados do século XV numa forte crise 'monetária-social', para usar as palavras de Vitorino Magalhães Godinho. Abatido, consternado, com a situação de encruzilhada em que se encontra, dividido entre uma questão que é ao mesmo tempo pessoal, é seu irmão que está cativo, e de Estado, é a continuidade da posse de Ceuta que está em jogo, o rei opta pela consulta às Cortes sobre situação tão grave. (...)*

Na verdade, o móbil que move estes nobres a África é semelhante àquele que moveram os Cruzados, sob a capa da expansão da Cristandade.⁴⁴⁸

Sabemos que o infante D. Fernando é santificado pelo sacrifício feito em Tânger. Quanto maior o martírio, mais contundente é a santidade, caso de São Vicente também. Gomes Eanes de Zurara assume a "capa da expansão da Cristandade" e a transforma em verdade histórica.

Afonso V, protetor de Zurara, pressionaria os corpos do reino para a confirmação de um ideal para o qual julgou ser predestinado. Seus feitos não

⁴⁴⁷ FERNANDES, Fátima Regina. "A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa". p.9/10.

enobreceram o seu epíteto, entretanto. Era a hora definitiva de Fernão Lopes sair de cena. Em uma sociedade em que a sua experiência tinha tudo para ser valorizada, a memória e o conhecimento das promessas da “Sétima Idade” conferiam uma visão de mundo já deslocada da representação que ironicamente começara com o próprio Fernão Lopes, no segundo volume da **Crônica de D. João I**.

Podemos questionar, como faz Fátima Fernandes, a baixa condição dos cavaleiros alçados com Avis⁴⁴⁹, afinal eles realmente eram filhos de nobres, filhos segundogênitos apenas. Entretanto a metáfora da “Sétima Idade” é a representação de uma “nova era”, fundada por gente “nova” e alimentada por novos valores, o “evangelho português”, como já afirmamos. Ora, o alimento desse novo tempo foi o apego a um princípio que soergueu D. João I, mas que logo é enfraquecido pelos próprios contornos de sua afirmação régia, pelo menos no nível das representações autorizadas.

Alfarrobeira poderia ter tido outro desfecho, mas Baquero Moreno já esclareceu que mesmo o Infante Pedro, Duque de Coimbra, não contava mais com o apoio das cidades quando a contenda se acendeu. Assim, não é possível dizer que o texto de Fernão Lopes foi animado por uma movimentação pretensamente análoga à de 1383-1385, que transformaria o Infante em outro “Mexias de Lixboa”. Baquero também já afirmou que o Duque de Coimbra deu continuidade aos esforços centralizadores empreendidos pelo irmão, entretanto também soube beneficiar enormemente os membros da sua própria Casa senhorial. A empresa de Ceuta, movimento de expansão, e Alfarrobeira, crise

⁴⁴⁸ Idem, 15/16 e 18.

interna de forças centralizadoras e senhoriais na alta esfera de poder, revelam a “iniciação do reino português em estruturas econômicas de vanguarda e conservação de estruturas políticas tradicionais”⁴⁵⁰. Os pensamentos a comandar as opções não podia deixar de ser contraditório, temos evidências nas obras dos Príncipes de Avis, que ora apontam para a valorização da terra (ventos humanistas), ora para a insistência em códigos feudais.

Os infantes de Avis se esforçaram para construir representações de um núcleo ideal, através da definição de valores (prosa doutrinal) e até da História (crônicas de Fernão Lopes e Zurara). Como questionar seus movimentos? O texto de Fernão Lopes, que contribuiu para essa idealização, também oferecia exemplos, aliás mais sobejos, de questionamento dos povos sobre as atitudes dos monarcas. Como conciliar essas direções conflitantes? O bom senso recomendaria fortalecimento dos interesses mais agradáveis à recepção, ora estamos diante disso na **Crônica da Tomada de Ceuta**. Também recomendaria silêncio em relação aos aspectos menos adequados ao fortalecimento do perfil régio: os excessos do velho rei D. Pedro I, o exemplo do sanhoso D. Pedro Cruel e o questionamento dos povos sobre as atitudes de D. Fernando, por exemplo. Aliás, em relação a este monarca, fizemos menção à consciência agravada do rei, o que significa um perfil de monarca que assume os seus “pecados” contra o reino (**CDF**, p.475). Podemos concluir que, para Fernão Lopes, D. Fernando reencontra as razões dos povos na hora da morte. O autor desses “excessos” seria silenciado.

⁴⁴⁹ *Idem*, p.7.

⁴⁵⁰ *Idem*, p.19.

Na verdade, no segundo volume da **Crônica de D. João I** parece já não ser mais necessário cobrar os corações dos da terra⁴⁵¹, porque esse texto e a sua continuação, assinada por Zurara, ou seja documentos de representação autorizada, transformariam o carisma de D. João I em um “super corpo”, cujas razões tornar-se-iam invioláveis para o corpo místico. Um alfaiate não teria mais oportunidade para se imiscuir nas opções da alcova régia⁴⁵²... Basta ver a diferença entre um “Messias” comprometido com uma causa e um novo **Rei**, potência afirmada e individual. Valentino Viegas compara os Conselhos do Mestre de Avis e do rei D. João I e conclui:

Se do Conselho do Mestre de Avis não fazia parte qualquer nobre, do Conselho do rei fazem parte dois nobres.

Se do Conselho do Mestre de Avis faziam parte dois homens bons, letrados, procuradores dos mesterais, povoadores e moradores de Lisboa, no Conselho do rei não há qualquer referência àqueles procuradores.

Se o retrocesso é visível quanto à presença das classes mais desfavorecidas em relação ao período mais violento da revolução, no cômputo geral, continua a fazer-se sentir um progresso assinalável em reação à governação fernandina.⁴⁵³

Na luta diária pelo trabalho e pelo pão, as Cortes teriam muito a dizer sobre as conseqüências dessas representações no seu mundo “real”.

⁴⁵¹ Lembremo-nos dos conselhos ao Cruel castelhano.

⁴⁵² Estamos nos remetendo ao capítulo 60 da **Crônica de D. Fernando**, episódio em que Fernão Vasques questiona D. Fernando sobre o casamento com D. Leonor Teles.

⁴⁵³ VIEGAS, Valentino. **Lisboa Lisboa – a força da Revolução (1383-1385): os documentos comprovam Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985. p.176.

3) CONCLUSÃO

Como outras, mas em grau superior, a nossa tão celebrada 'gesta marítima' e, em seguida, o tão intermitente processo migratório não foram mais que busca de sítio para escapar ao confinado destino europeu. Toda a colonização é uma gesta de pobres para deixarem de o ser. O resto é mitologia mais ou menos sublimadora do que foi necessidade sofrida em casa e imposta a outros. E isso é tão válido para Portugal como para a Espanha, os peregrinos do Mayflower, os franceses das Antilhas ou os holandeses da Insulíndia. (Eduardo Lourenço – “Pequena diáspora lusitana” in ABDALA JÚNIOR, Benjamim (Org). **Incetas Relações: Brasil – Portugal no século XX.**)

Fernão Lopes não deflagrou o registro dessa “gesta marítima” em Língua Portuguesa. O início dessa representação, que um século depois viria a confrontar culturas na carta de Pero Vaz de Caminha, está no texto do sucessor do nosso cronista, Gomes Eanes de Zurara.

Ao longo dessas páginas quisemos reacender uma “curiosidade mútua”⁴⁵⁴, através da análise de representações construídas por um discurso fundador, pois como anteviu Teresa Cristina Cerdeira: “As *Crônicas* são, desse modo, o primeiro grande texto fundador da terra portuguesa, uma epopéia da terra que precedia de

⁴⁵⁴ Sobre as relações entre os países que vivem a lusofonia, Alberto da Costa e Silva assim se expressa: “Visto do lado do Brasil, as relações com Portugal ou são afetuosas ou perdem preço. Não será na esfera das transações econômicas, (...), nem das articulações políticas (...) que se estreitará ou diluirá a fraternidade luso-brasileira, mas sim, no horizonte das relações humanas. Nestas, força é desenvolver cada vez mais um sistema de referências comum, isto é, manter o matrimônio de nossas culturas e evitar os silêncios e estranhamentos que, de momentâneos, se podem tornar permanentes. O que um dos países alcança no plano do pensamento, da investigação científica, da história, da literatura (...) deveria chegar prontamente ao outro, como já ocorre com a televisão e o *show business*” (p.60) – SILVA, Alberto da Costa e. “Brasil, Portugal e África” in ABDALA JÚNIOR, Benjamim (Org). **Incetas Relações: Brasil – Portugal no século XX.** São Paulo: Editora Senac de São Paulo, 2003.

um século a outra do mar”⁴⁵⁵. Assim, as representações que nos interessaram foram as dos monarcas protagonistas das três crônicas de Fernão Lopes: **A Crônica de D. Pedro I**, a **Crônica de D. Fernando** e a **de D. João I**, todas escritas na primeira metade do século XV. Sondamos parte da “biblioteca” de Fernão Lopes na leitura das obras dos príncipes de Avis, pois as visões de mundo presentes nesses textos foram fundamentais para avaliar o quanto as crônicas apontam para conteúdos ora concertados ora extremamente transgressores. Comparamos também as representações do nosso cronista às realizadas na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara, compreendida como continuação da **Crônica de D. João I** de Lopes. As contradições que evidenciamos provam a “iniciação do reino português em estruturas econômicas de vanguarda e conservação de estruturas políticas tradicionais”⁴⁵⁶.

RELATO E ANÁLISE foram esses os procedimentos que marcaram o exame das crônicas. Sobre o justiceiro, Pedro o Cru, a analogia com o Cruel castelhano não está a serviço de um antagonismo dificilmente sustentado pelo texto, é só confrontar as referências. A antítese é um valor enganoso para a trilogia de Lopes. Os perigos do excesso estão no Pedro português, no seu homônimo de Castela e em D. Fernando. Qual é o valor que desenha a distinção? A justiça distributiva. É só esta a diferença entre o Cru e o Cruel, nada mais, se repararmos bem.

As escolhas que Fernão Lopes atribui a D. Fernando o afastaram de sua sustentação municipal, elemento tão valorizado na trilogia. O rei começou a reinar

⁴⁵⁵ CERDEIRA, Teresa Cristina. **O Avesso do bordado** – ensaios de Literatura. Lisboa: Caminho, 2000. p. 22.

um Portugal rico, tinha os atributos físicos que inclusive faltavam ao pai, mas Fernão Lopes o idealizou como uma vítima da paixão. Há muitos elementos para a destituição dessa “verdade”, embora ela tenha um imenso valor para a longa duração. A conquista do trono de Castela, muito mais que uma veleidade de D. Fernando, justificaria toda a celeuma em tempos em que a afirmação dos reinos no Ocidente Medieval era uma necessidade imperiosa. O rei, portanto, agiu de acordo com essa necessidade. Foi mal assessorado, a família da mulher Leonor Teles ajudou a corroer por dentro o projeto de conquista, mas D. Fernando não foi um rei colocado em erro inconsciente. Seus últimos gestos – o Tratado de Salvaterra de Magos, por exemplo – foram tentativas desesperadas de garantir a independência do reino português contra a cobiça de outros reinos interessados também em expansão e afirmação. A antítese entre o Prólogo e o capítulo 172 da **Crônica de D. Fernando** revela um envolvimento especial do sujeito da enunciação com o enunciado. Isto provaria que Fernão Lopes não “condena” D. Fernando? Nunca vamos saber, até porque o nosso interesse não estava ligado a condenações... Na verdade, o cronista atribui a seu protagonista escolhas influenciadas por fidalgos poderosos cujo sucesso o atravessaram, mas queremos ressaltar o já ficou registrado e talvez esta seja a prova de que o discurso do cronista supera a pobreza do maniqueísmo na maior parte das vezes: “para Fernão Lopes, D. Fernando reencontra as razões dos povos na hora da morte”. Em tempos de vitória para Afonso V em Alfarrobeira, a influência funesta de fidalgos poderosos no reinado de um D. Fernando que nasceu para ser rei – “avia bem composto corpo e razoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso; tal

⁴⁵⁶ FERNANDES, Fátima Regina. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa”

que estando açerca de muitos homeens, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por Rei dos outros” (CDF, Prólogo) – é um recado incômodo para o vendaval senhorial que o filho de D. Duarte deixa solto.

A morte de D. Fernando catapultou o nome do Mestre de Avis, certamente o filho menos amado de D. Pedro I. De Mestre a Regedor, de Regedor a “Mexias”... – máxima mitificação para a conseqüência que o cronista não esconde que este homem desejava: ser rei. A trindade que o sustentou sintetizava os valores do seu tempo: a espada do primeiro e último cavaleiro ainda não desfocado da História, Nun’Álvares Pereira; a bolsa do “homem bom”, burguês da cidade, Álvaro Pais, e a palavra do letrado, Doutor João das Regras. D. João I não nasceu rei, fez-se e foi feito. O primeiro volume da **Crônica de D. João I** dá conta de uma série de situações pouco edificantes para o Mestre. Entretanto, rapidamente o texto registra a sua transformação em objeto de uma demanda de justiça e necessidade de independência frente a um poderio objetivamente muito maior, o de D. João de Castela. D. João de Portugal conseguiu o impensável para os seus recursos e condição, saiu-se vencedor. Contra orgulhosos castelhanos, o português se amparou nos povos que só tinham a ele para lhes valer. O rei se ergueu do cheiro dessa massa heterogênea, da qual não estavam ausentes nobres, de segunda sim, mas ainda nobres, como Fátima Regina Fernandes já lembrou.

A “revolução” da Sétima Idade não logrou produzir efeitos duradouros, mas vingou no texto e por isso poderia ser incômoda a todos aqueles que julgavam não precisar do povo das cortes para decisões. Aí está a grande transgressão. No

texto de Fernão Lopes, esses grupos citadinos que ele não sabe muito bem nomear, têm interesses, aspirações, agem, têm voz, insubordinam-se, queimam freiras e desafiam reis. No segundo volume da **Crônica de D. João I**, já quase não ouvimos os clamores desse sujeito indeterminado, mas presente sintática e semanticamente. A predominância, porém, é de outro sujeito, um rei pleno de si.

No capítulo "O Fim da 'Sétima Idade'" tentamos atar as pontas deixadas soltas de maneira intencional quando interrompemos o tempo do cronista e iniciamos o exame das fontes principais. O tempo de Fernão Lopes ficara em aberto para que as crônicas pudessem ser lidas como sua suprema realização, pois nesse capítulo, procuramos recuperar os elementos para uma síntese provisória. Entre Ceuta e Alfarrobeira, assistimos a um fenômeno que Guy Fourquin percebeu em várias sociedades do Ocidente Medieval, uma reação senhorial. Segundo Fourquin, "outrora os senhorios tinham-se fortalecido em detrimento do poder real e era este agora que vinha em seu socorro!"⁴⁵⁷. É no reinado de Afonso V que a expansão é lida como cruzada e toma um vigor perigoso, é no reinado de Afonso V que as doações régias ameaçam todo o reino e é no reinado de Afonso V que Fernão Lopes é afastado de suas funções de Guarda-Mor da Torre do Tombo e Cronista do reino. Estava velho e fraco? Talvez, mas em um tempo que valorizava a memória dos anciãos, Fernão Lopes era um "patrimônio" vivo.

Não se trata de afirmar Fernão Lopes como um transgressor ou leitor crítico da rumo da monarquia portuguesa de quatrocentos. O nosso cronista foi um funcionário régio obediente, por isso logrou privança com a ínclita geração. Na

verdade, sabemos que, como homem de saber, Fernão Lopes trabalhava de acordo com as taxionomias tradicionais, entretanto seu texto prova o quando ele foi sensível às mudanças políticas que acompanhou de perto, mais especificamente, à centralização empreendida pelo Duque de Coimbra. Está o segundo volume da **Crônica de D. João I** a evidenciar o fortalecimento do perfil régio que já havia começado em tempo do Mestre rei e de seu herdeiro.

Fernão Lopes sabe que não pode tratar o primeiro rei da dinastia de Avis da mesma forma como tratou seus outros dois protagonistas. Consultou documentos, registrou acontecimentos e representou atuações em cada uma das suas crônicas. Entretanto, especialmente para a **Crônica D. João I**, teve o benefício de privar com os envolvidos, ou seja de ouvir-lhes os interesses obviamente.

Para o nosso cronista, não era possível negar o valor dos povos de Lisboa, por exemplo, na elevação do Mestre, daí que este componente não pudesse estar ausente de um texto financiado por uma geração cheia de valores contraditórios, mas tão devedora da concelhia. Pelo menos no nível das representações autorizadas, a tão austera ínclita geração não poderia escamotear esta verdade também diante de um representante do segmento social dos letrados, importantíssimo para a dissolução da mesma crise de 1383-1385.

Fernão Lopes seria também, tal qual António José Saraiva julga ter sido Zurara, um “lacaio bem ensinado”? É óbvio que não. Não acreditamos que tivesse uma intenção premeditada em problematizar a política do seu tempo através do vínculo da governação à saúde dos corpos de seus reis, mas a intenção de sua obra atravessou o homem ao revelar os sucessos de D. Pedro e D. João I (pelo

⁴⁵⁷ FOURQUIN, Guy. Op. Cit., p.199.

menos no primeiro volume da crônica) e os insucessos de D. Fernando. Ao abrir espaço para a representação desse monarca, Fernão Lopes valoriza as atitudes e ensombra o destino.

A recepção é que opera o significado, por isso a sabedoria madura de um homem de saber que conhecia bem o povo, porque provinha dele, e o seu valor para a geração que sustinha a coroa torna-se cansativa no reinado de Afonso V.

Ao longo de todo o texto, procuramos entremear à análise das representações de monarca da trilogia de Fernão Lopes a dos infantes de Avis no político da veneração de S. Vicente⁴⁵⁸. Procuramos não nos descurar da diferença material das fontes nem da diferença de contexto e função de cada obra, por isso o peso das notas foi mais singular nesse momento. Pintado pelo português Nuno Gonçalves, sua datação cobre o lapso temporal de 1450-1490, o retábulo traz São Vicente representado com dalmática de diácono. Se a sua aparência pouco ou nada tem a ver com a imagem real, suas vestes afirmam uma identidade, neste caso ligada ao martírio, daí o vermelho da roupa, usado de maneira litúrgica para lembrar a paixão de Cristo. A cor apropriada ao modelo deveria ser preta. Na verdade, o vermelho atualiza o sofrimento do santo que teria permanecido impassível frente às torturas do grego Daciano, no século IV.

São Vicente sempre foi honrado na Península Ibérica e desde muito cedo os marinheiros invocavam o seu nome para protegê-los dos perigos do mar. De acordo com a descrição do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa:

Entre as figuras que rodeiam [o santo] encontra-se, à direita, ao lado de um jovem, um homem de chapeirão borgonhês, (...) e por muitos identificado com o Infante D.

⁴⁵⁸ Conferir ANEXOS.

Henrique⁴⁵⁹ (...). Em primeiro plano, um personagem com um só joelho em terra estabelece uma particular relação com a figura central do santo⁴⁶⁰. (...). O políptico pertenceu no séc. XVIII à Mitra Patriarcal e foi descoberto em 1882 no Paço de S. Vicente de Fora. (...) No seu livro de 1910 ("O pintor Nuno Gonçalves"), José de Figueiredo apresentou as conclusões dos primeiros trabalhos e exames por si empreendidos. (...) [Ele] (...) propõe uma leitura da obra centrada no culto de S. Vicente enquanto figura inspiradora das conquistas marroquinas encaradas como cruzada contra os infiéis.⁴⁶¹

Nos painéis de São Vicente, ou seja no nível de representações autorizadas, a governabilidade não está mais dependente tão somente da saúde dos corpos do rei, sobretudo da harmonia com a coletividade, que passa a estar, a concelhia, por exemplo, mais e mais alijada do universo de decisões. Tudo isso em um tempo em que Fernão Lopes está definitivamente fora de cena. O político marca distinções antagônicas ao ideal da "Sétima Idade". Só os infantes privam com o santo; só os infantes parecem estar em uma relação singular com o padroeiro que ostenta até mesmo as feições de um seu descendente, ora só os infantes são "conselheiros leais". No painel dos cavaleiros, os príncipes marcam a sua unidade e definem a sua diferença com os demais membros da corporação, ninguém à frente e, atrás, só os clérigos.

Os infantes de Avis de Nuno Gonçalves parecem prontos para uma missão que a vara de comando do santo simbolizava, missão esta que, no século XV, talvez melhor representasse o novo espírito europeu⁴⁶². A representação de São Vicente reúne elementos de diferentes hierarquias, ele não usa cruz, não usa anel, mas possui um livro especial, religioso, daí o cuidado com a sua manipulação,

⁴⁵⁹ O que já polemizamos ao abordarmos o estudo de Dagoberto Markl. Sobre o chapéu, uma curiosidade: Caetano de Sousa considerava D. Duarte "bizarro no vestir", juízo afastado das modas do tempo do monarca, pois como observou Oliveira Marques, o adereço "teve alguma voga" naquela sociedade. – APUD MARKL, Dagoberto. Op. Cit., p.96/97.

⁴⁶⁰ Entre a reverência e a decisão.

⁴⁶¹ <http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt/> [grifos nossos].

⁴⁶² SILVA, Alberto da Costa e. Op. Cit., p.49.

diferente do livro do painel da Relíquia – “a sacralidade do livro pode tornar-se tão importante que ele é considerado igualmente como portador de uma potência material, de tipo MANA, eficaz por si só e independente do conteúdo”⁴⁶³.

Já nas crônicas de Fernão Lopes, D. João I fora o príncipe novo. As representações estudadas aqui afirmam-no ainda em montaria medieval, capaz de solavancos que podem levá-lo ao chão, ou à água..., todavia homem que se fez e foi feito, conhecedor das vozes dos concelhos, mas consciente dos problemas de uma nobreza sem guerras, duvidoso ante o mar, porém seduzido pelo discurso de vedores e dos filhos e iniciador da centralização monárquica, cujo melhor herdeiro só seria o bisneto. Gomes Eanes de Zurara deu continuidade a essas representações, sobretudo no início da “gesta marítima”, a qual Eduardo Lourenço se referiu na epígrafe de abertura desta conclusão. Trabalhando juntos ou não, o velho cronista e o novo se encontraram na afirmação do rei. Nova também era a valorização da voz da concelhia e ironicamente esse se tornou o “velho” clamor do texto de um velho cronista no reinado de Afonso V.

O subtítulo desta Tese teatraliza o vaticínio daqueles que manipulam as representações de um rei. Figura e imagem refletida, o espelho transforma o eu em outro para a contemplação do primeiro:

o Outro generalizado é que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidade de um desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros (...) quem sou Eu se não o Eu que Outros apresentam a mim? O espelho como objeto de autoconfrontação nos lembra os perigos do destino de Narciso e permanece um sinal de quão perigosa a justaposição de imagens controladas apenas pelos olhos de Um pode ser. A possibilidade real de confrontação, portanto, nos é dada por um outro espelho na vida cotidiana – a face de um Outro, os olhos de um Outro, o gesto de um outro.⁴⁶⁴

⁴⁶³ DI NOLA, Afonso. Op. Cit., p.215-219.

⁴⁶⁴ JOVCHELOVITCH, Sandra. “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais” in Op. Cit., p.70.

As obras dos Príncipes de Avis afirmam a importância das crônicas como registros de ações modelares dos homens do passado. Levando-se em consideração que nessas obras a idéia do carisma do poder com os seus mecanismos transmissórios está nitidamente ancorada na teoria da Grande Cadeia do Ser, era fundamental que a dinastia que se iniciava quisesse reunir argumentação e representação capazes de afirmar a recomposição dessa cadeia. Para que uma nova sociedade, revitalizada pelo soerguimento de ramos secundogênitos, também pudesse se mirar, os príncipes de Avis seguraram o espelho e autorizaram a representação de seus outros. A sabedoria popular enobreceu o dito de que a beleza está nos olhos de quem vê, poderíamos acrescentar a feiúra e a distorção..., o significado está mesmo na recepção, tão flutuante, tanto quanto as ondas que conduziram a Ceuta. Para espalhar por toda a parte, o cronista emprestou engenho e arte e seus reis, autoridade.

4) Referências Bibliográficas

Fontes:

CORTESÃO, Jaime (adaptação). **Crônica do Condestável de Portugal**. Lisboa:

Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1993.

LOPES, Fernão. **Crônica de D. Fernando**. Porto: Livraria Civilização, s/d.

----- **Crônica de D. Pedro**. Porto: Livraria Civilização, s/d.

----- **Crônica de D. João I**. Porto: Livraria Civilização, s/d. (volumes I e II)

LOPEZ de AYALA, Pero. **Crónica del rey D. Pedro y del rey D. Henrique su**

hermano hijos del rey D. Alfonso onceno. SECRET/INCIPIT: Buenos Aires,
1994/1997 (volumes I e II).

**OBRAS DOS PRÍNCIPES DE AVIS (Livro da Montaria, Leal Conselheiro, Livro da
ensinança de cavalgar toda sela, Livro da virtuosa benfeitoria e Livro
dos Ofícios)**. Porto: Lello & Irmão, 1981.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Lisboa: Publicações

Europa-América, 1992.

Dicionários:

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

CUNHA, Anônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** (1ª ed./ 11ª impressão). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MOISÉS, Massud. **Dicionário de termos literários**. 15ª ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

TAVARES, Jorge Campos. **Dicionário de santos**. Porto: Lello e Irmão, 1990.

TORRINHA, Francisco, **Dicionário Latino Português**. Porto: Gráficos Reunidos, 1982.

Bibliografia:

ABDALA JÚNIOR, Benjamim (org.). **Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

AMADO, Teresa. **Fernão Lopes – contador de História**, sobre a Crónica de D. João I. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BLOCH, Marc. **Os Reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAETANO, Marcello. **A Crise nacional de 1383-1385**. Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Porto: Porto, 1996.

CASTRO, Sílvio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha – o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

CERDEIRA, Teresa Cristina. **O Averso do bordado – ensaios de Literatura**. Lisboa: Caminho, 2000.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro – do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

DI NOLA, Alfonso, "Livro" in **Enciclopédia Einaud**, volume 12 – Mythos/Logos – Sagrado/Profano. Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d.

DUBY, Georges, **A Idade Média – Tomo I**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- **Idade Média, Idade dos Homens** – do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ECO, Umberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FELDMANN, Sérgio Alberto. **Amantes e Bastardos – as relações conjugais e extraconjugais na alta nobreza portuguesa no final do século XIV e início do século XV**. Curitiba: Quatro Ventos, 1999.
- FERNANDES, Fátima Regina. “A fidelidade e o ‘deserviço’ em Portugal no reinado de d. Fernando (1367/1383)” in **Revista da SBPH**, Curitiba, n.17, 2000.
- “A participação da bobreza na expansão ultramarina portuguesa” in **Revista Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Especial Brasil 500 anos, 2000.
- **O reinado de D. Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996. p. 245.
- FERRO, Jorge Norberto. “Ayala y Aljubarrota: actitud didáctica y locus doctrinal” in **Studia Hispanica Medievalia II. III Jornadas de Literatura Española Medieval**. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. “O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu. Reflexões sobre mentalidade e imaginário”. **SIGNUN** – Revista da ABREM (Associação

- Brasileira de Estudos Medievais), São Paulo: Rio Grande do Sul, número 5/2003.
- FUNES, Leonardo. "La construcción ficcional del acontecimiento histórico en el discurso narrativo de mediados del XIV" in **Studia Hispanica Medievalia III. Actas de las IV Jornadas Internacionales de Literatura Española Medieval**. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1993.
- GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El Género Historiográfico de la Crónica – Las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidade de Extremadura, 1994.
- GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Rita Costa. **A Corte dos reis de Portugal no fim da Idade Média**. S/I, Difel, 1995.
- GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.1080/109.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, DUARTE, Luís Miguel, MOTA, Eugénia Pereira, "Percurso da burocracia régia (séculos XIII-XV)" in Atas do Colóquio **A Memória da nação** (Lisboa, Outubro de 1987) – 1991.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. "Rei e estado real' nos textos legislativos da Idade Média portuguesa", in Revista **En la España Medieval**, no. 22. Madrid, Universidade Complutense.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- KANTOROVICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições de Literatura Portuguesa – época medieval**. 10ª ed. Coimbra, 1981.
- LE GOFF, J., in **Enciclopédia Einaudi**. V. 1. Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d.
- **A Civilização no Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1983, 2 vols.
- **A Civilização do Ocidente Medieval**. V.I. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques et alli. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1978.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.
- **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques, **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MACEDO, Helder. GIL, Fernando. **Viagens do olhar – Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento português**. Porto: Campo das Letras, 1998.
- MARKL, Dagoberto. **O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os documentos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

- MARTINS, Mário. **O riso, o sorriso e a paródia na Literatura Portuguesa de Quatrocentos**. Biblioteca Breve – Volume 15. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- MATTOSO, José. **A Nobreza medieval portuguesa – A família e o poder** (2ª ed.). Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. **História de Portugal**. V.II. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.
- MCBRIEN, Richard P. **Os papas – de São Pedro a João Paulo II**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MOISÉS, Massaud. **O Conto português**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- MONGELLI, Lênia (org.). **A Literatura Doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes – Texto e contexto**. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- MORENO, Humberto Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira – antecedentes e significado histórico**. Lourenço Marques, 1973.
- **Exilados, marginais e contestadores na sociedade portuguesa medieval – Estudos de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- MOURE, Jose Luis. “La correspondencia entre Enrique II y el Principe de Gales en las versiones ‘vulgar’ y ‘abreviada’ de las *Cronicas* del canciller Ayala” in **INCIPIT**, IV, 1984.
- NASCIMENTO, José Gaspar de Oliveira. **A Língua Portuguesa no século XV: Fernão Lopes**. Sorocaba (SP):TCM, 2001.

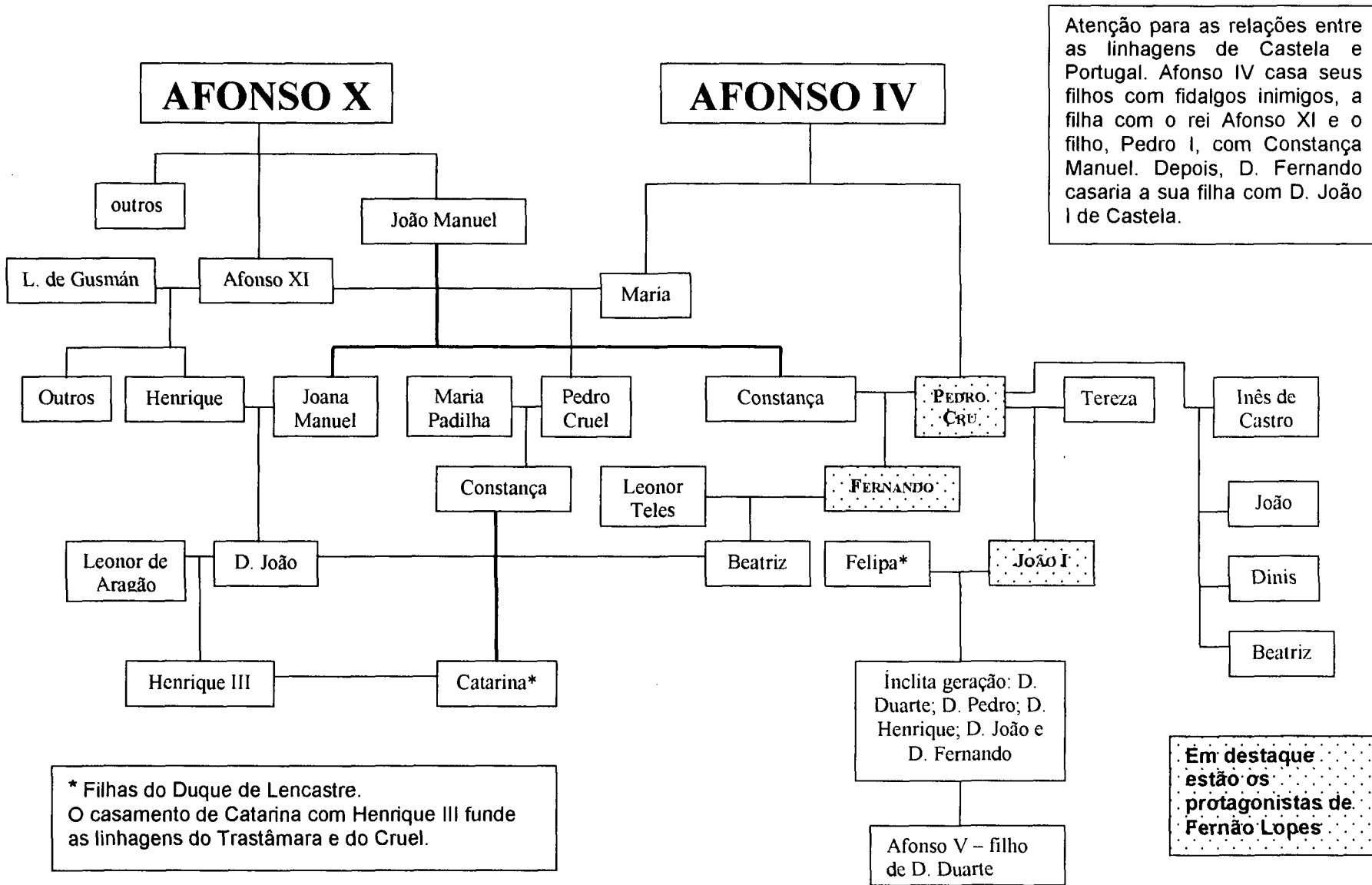
- NOVINSKY, Anita. "Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico" in IANNONE, Carlos Alberto, GOBI, Márcia, JUNQUEIRA, Renata. **Sobre as naus da Iniciação** – estudos portugueses de Literatura e História. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- OLIVEIRA MARQUES. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 2001.
- PACAUT, Marcel. **Les Structures Politiques de l'Occident Médiéval**. Paris, 1969.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da cultura clássica**. II Volume. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- PICOTTO, Pedro. "Espaço e poder na épica medieval portuguesa" in **Colóquio Letras** 142. Outubro – Dezembro de 1996.
- REBELO, Luís de Sousa. **A Concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa (?): Livros Horizonte, 1983.
- SARAIVA, António José, LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa** (16^a ed.). Porto: Porto, s/d.
- SARAIVA, António José. **Fernão Lopes**. Lisboa: Europa-América, s/d.
- **História da cultura em Portugal**. T. I. Lisboa: J. Fôro, 1950.
- **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal** [1080-1415]. Lisboa: Editorial Verbo, 1990.
- SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- SHAKESPEARE, Willian. **Obras completas de SHAKESPEARE** (volume XVI) – Vida e morte do Rei João. A Tragédia do rei Ricardo II. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- STRAYER, Joseph R. **As Origens medievais do estado moderno**. Lisboa: Gradiva, s/d.
- TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. (2ª ed.). Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.
- TERRERO, Jose. **Historia de España**. Barcelona: Ramón Sopen, 1965.
- ULLMANN, Walter. **História del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1983.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.
- VIEGAS, Valentino. **Lisboa – a força da Revolução (1383-1385): os documentos comprovam Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- VILAR, Pierre. **História de Espanha**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

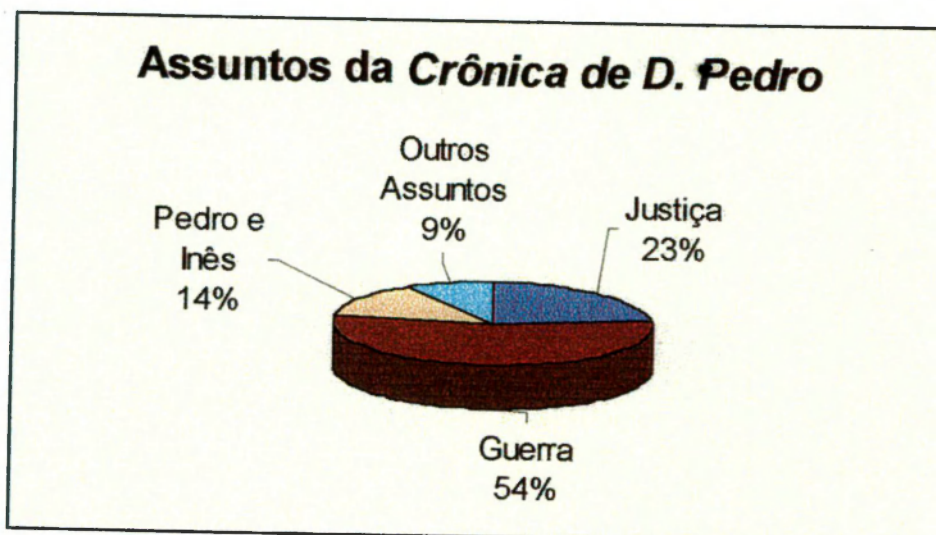
Referência bibliográfica eletrônica:

<http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt/>

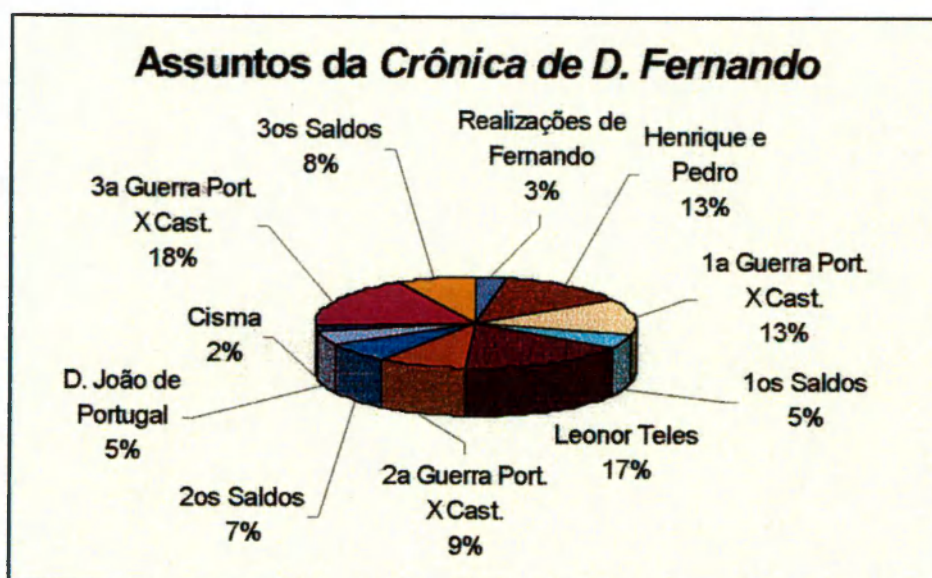
5.1) Árvore de Afonso X de Castela e Afonso IV de Portugal:



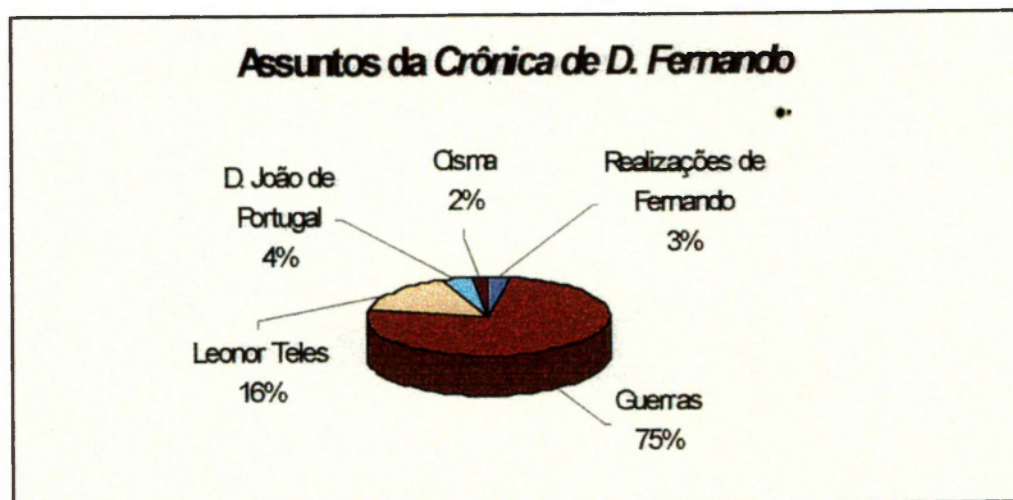
5.2) Crônica de D. Pedro



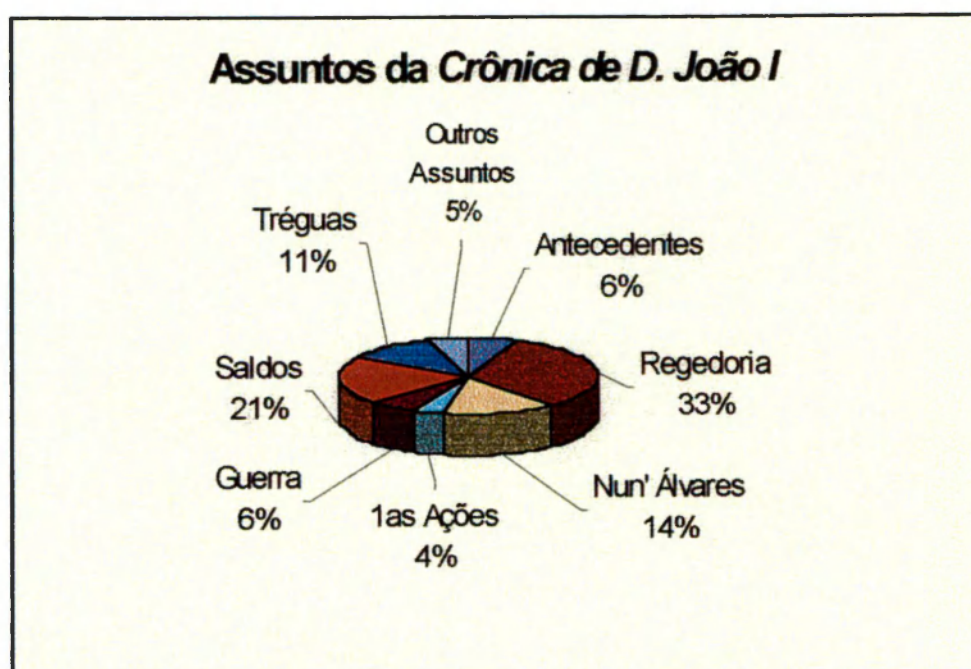
5.3) Crônica de D. Fernando



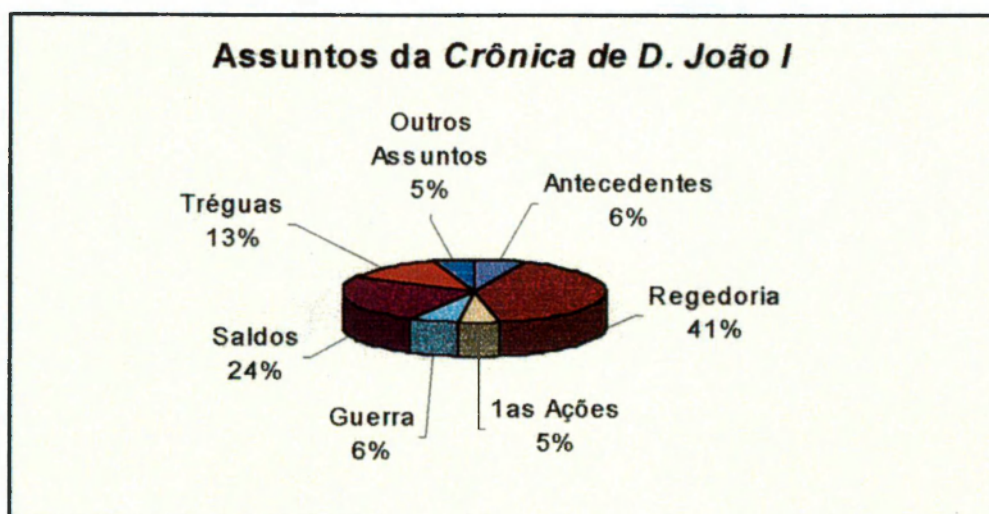
5.4) Crônica de D. Fernando



5.5) Crônica de D. João I



5.6) Crônica de D. João I



6) ANEXOS:

6.1) Painéis de S. Vicente



Painel dos Frades



Painel dos Pescadores



Painel do Infante

Painel do Arcebispo



Painel dos Cavaleiros



Painel da Relíquia



6.2) Miniaturas

6.2.1) Miniatura extraída das *Chroniques de Froissart*, 1472



6.2.2) Miniatura extraída de *La Consolation de la philosophie*, de Boécio, século XV

